



**PODER JUDICIÁRIO**

**JUSTIÇA FEDERAL/CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA  
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO  
EXERCÍCIO DE 2012**

**MARÇO/2013**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL/CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, da Decisão Normativa TCU 119/2012 e da Portaria TCU 150/2012.

<b>Unidade Consolidadora:</b>	<b>090027 - Tribunal Regional Federal da Primeira Região</b>
<b>Unidade Responsável pela Elaboração:</b>	<b>Secretarias do TRF/1.ª Região</b> <b>Secretarias Administrativas – Seções Judiciárias/1.ª Região</b>
<b>UG</b>	<b>Unidades Gestoras</b>
090032	Secretaria do TRF da 1.ª Região
090049	TRF/1.ª Região – Precatórios/RPVs
090002	Justiça Federal de Primeiro Grau – AM
090003	Justiça Federal de Primeiro Grau – PA
090004	Justiça Federal de Primeiro Grau – MA
090005	Justiça Federal de Primeiro Grau – PI
090012	Justiça Federal de Primeiro Grau – BA
090013	Justiça Federal de Primeiro Grau – MG
090021	Justiça Federal de Primeiro Grau – MT
090022	Justiça Federal de Primeiro Grau – GO
090023	Justiça Federal de Primeiro Grau – DF
090024	Justiça Federal de Primeiro Grau – AC
090025	Justiça Federal de Primeiro Grau – RO
090037	Justiça Federal de Primeiro Grau – AP
090038	Justiça Federal de Primeiro Grau – TO
090039	Justiça Federal de Primeiro Grau – RR



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	10
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada .....	10
1.2. Finalidade e competências institucionais .....	15
1.3. Macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada .....	20
1.4. Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da Unidade Jurisdicionada .....	20
1.5. Principais parceiros externos relacionados aos macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada .....	28
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....	35
2.1. Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada .....	35
2.2. Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos .....	36
2.3. Execução do plano de metas ou de ações .....	40
2.4. Indicadores utilizados pela Unidade Jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão .....	43
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	52
3.1. Estrutura de governança .....	52
3.2. Informações sobre o sistema de controles internos da Unidade Jurisdicionada .....	56
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	58
4.1. Programa do plano plurianual de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada .....	58
4.1.1. Programa de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ .....	58
4.1.1.1. Análise crítica .....	58
4.1.2. Ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ .....	62
4.1.2.1. Análise crítica .....	94
4.2. Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa .....	108
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	108
4.2.2. Programação de despesas .....	109
4.2.2.1. Programação de despesas correntes .....	109
4.2.2.2. Programação de despesas de capital .....	110
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	111
4.2.2.4. Análise crítica .....	112
4.2.3. Movimentação de créditos interna e externa .....	120
4.2.4. Execução orçamentária da despesa .....	135
4.2.4.1. Execução da despesa com créditos originários .....	135
4.2.4.2. Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação .....	137
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	140
5.1. Reconhecimento de passivos .....	140
5.1.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	140
5.1.2. Análise Crítica .....	149
5.2. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	151
5.2.1. Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	151
5.2.2. Análise Crítica .....	153
5.3. Transferências de Recursos .....	154
5.3.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	154
5.3.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....	155
5.3.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes .....	156
5.3.4. Análise Crítica .....	157
5.4. Suprimento de Fundos .....	158
5.4.1. Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos .....	158
5.4.1.1. Suprimento de fundos – visão geral .....	158



5.4.1.2.	Suprimento de fundos – contas tipo “B” e outras .....	159
5.4.1.3.	Utilização da conta tipo “B” e outras .....	187
5.4.1.4.	Prestação de contas de suprimento de fundos .....	189
5.4.1.5.	Análise crítica .....	191
5.5.	Informações sobre a gestão de precatórios.....	192
5.5.1.	Requisições e precatórios da administração direta.....	192
5.5.2.	Requisições e precatórios da administração indireta.....	193
5.5.3.	Análise crítica .....	194
6.	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>195</b>
6.1.	Composição do quadro de servidores ativos .....	195
6.1.1.	Demonstração da força de trabalho à disposição da uj .....	195
6.1.1.1.	Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da uj.....	196
6.1.2.	Qualificação da força de trabalho .....	197
6.1.2.1.	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da uj .....	197
6.1.2.2.	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade .....	197
6.1.2.3.	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade.....	198
6.1.3.	Demonstração dos custos associados à manutenção dos recursos humanos .....	199
6.1.4.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	200
6.1.4.1.	Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria .....	200
6.1.4.2.	Demonstração das origens das pensões pagas pela uj .....	200
6.1.5.	Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	201
6.1.6.	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	201
6.1.7.	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	201
6.1.7.1.	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	201
6.1.7.2.	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos .....	203
6.1.8.	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	203
6.2.	Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.....	204
6.2.1.	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada.....	204
6.2.2.	Informações sobre a locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão 217	
6.2.3.	Composição do quadro de estagiários .....	229
7.	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>230</b>
7.1.	Gestão da frota de veículos próprios .....	230
7.1.1.	Informações sobre a frota de veículos .....	230
7.1.2.	Análise crítica .....	233
7.2.	Gestão do patrimônio imobiliário .....	234
7.2.1.	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial.....	234
7.2.2.	Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros .....	236
7.2.3.	Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ .....	239
7.2.4.	Análise crítica .....	245
8.	<b>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>258</b>
8.1.	Gestão da tecnologia da informação .....	258
8.2.	Análise crítica .....	260
9.	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>261</b>
9.1.	Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	261
9.2.	Consumo de papel, energia elétrica e água .....	263
10.	<b>CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>269</b>
10.1.	Deliberações do TCU.....	269
10.1.1.	Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	269
10.2.	Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei 8.730/93 .....	285
10.2.1.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 .....	285
10.2.2.	Análise crítica .....	285



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

10.3.	Declaração de atualização de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV .....	286
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	287
11.1.	Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	287
11.1.1.	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	287
11.1.2.	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	288
	CONCLUSÃO .....	289
	ANEXO I – LISTA DE GESTORES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CONSOLIDADAS .....	292
	ANEXO II – ORGANOGRAMAS .....	293



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AJUFE	Associação dos Juízes Federais do Brasil
ASJUR	Assistência Judiciária da Diretoria do Foro
AQ	Adicional de Qualificação
ASCOM	Assessoria Comunicação
ASREP	Assessoria de Representação e Programação Social
ATS	Adicional de Tempo de Serviço
BSC	Balanced Scorecard
CENAG	Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional
CGU	Controladoria Geral da União
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COGER	Corregedoria – Geral
COJEF	Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais
CPC	Código de Processo Civil
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CREA	Conselho de Registro de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DETRAN	Departamento de Transporte Nacional
DICOC	Divisão de Análise e Contábil e Controle
DIEST	Divisão de Estatística
DIREF	Diretoria do Foro
DISEG	Divisão de Segurança e Serviços Gerais
DIVEA	Divisão de Verificação e Análise
DOU	Diário Oficial da União
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GAJ	Gratificação de Atividade Judiciária
GDF	Governo de Distrito Federal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOJUD	Sistema de Informações ao Judiciário
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JEF	Justiça Especial Federal
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCI	Órgão de Controle Interno
PRESI	Presidência – TRF/1.ª Região
SECAD	Secretaria de Administração – TRF/1.ª Região
	Secretaria Administrativa – Seções Judiciárias
SECBE	Secretaria de Bem-Estar Social
SECIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
SECOI	Secretaria de Controle Interno
SECOR	Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro
SECRE	Secretaria de Recursos Humanos
SEGEP	Secretaria Geral de Presidência
SESI	Serviço Social de Indústria
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAF	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores
SIGplan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRE	Tribunal Regional Eleitoral



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

UA	Unidade Administrativa
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VPI	Vantagem pecuniária Individual
VPNI	Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 2 – Varas Federais Instaladas na 1.ª Região em 2012 .....	16
Quadro 3 – Distribuição de Varas Federais na Primeira Região .....	17
Quadro 4 – Localização de Varas Federais na Primeira Região .....	17
Quadro 5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	56
Quadro 6 – Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal .....	58
Quadro 7 – Ações vinculadas ao Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal.....	62
Quadro 8 – Demonstrativo da Execução do Projeto 1136 – Reformas 2012 .....	105
Quadro 9 – Demonstrativo Implantação de Varas 2012 .....	106
Quadro 10 – Identificação das Unidades Orçamentárias .....	108
Quadro 11 – Programação de Despesas Correntes.....	109
Quadro 12 – Programação de Despesas de Capital .....	110
Quadro 13 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	111
Quadro 14 – Alterações Orçamentárias - Unidade Orçamentária 12102 .....	112
Quadro 15 – Unidades Executoras da UO 12102.....	112
Quadro 16 – Alterações Orçamentárias - Unidade Orçamentária 12101 .....	113
Quadro 17 – Unidades Executoras da UO 12101.....	113
Quadro 18 – Demonstrativo das Alterações na Lei Orçamentária de 2012 .....	115
Quadro 19 – Valores Contingenciados.....	117
Quadro 20 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	120
Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – créditos originários .....	135
Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários.....	136
Quadro 23 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	137
Quadro 24 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação .....	138
Quadro 25 – Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos.....	140
Quadro 26 – Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos .....	141
Quadro 27 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos .....	146
Quadro 28 – Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos.....	148
Quadro 29 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	151
Quadro 30 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	154
Quadro 31 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios .....	155





Quadro 32 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes.....	156
Quadro 33 – Planos de Trabalho Vinculados ao Termo de Cooperação 22/2009.....	157
Quadro 34 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos .....	158
Quadro 35 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B” e Outras) .....	159
Quadro 36 – Despesas Realizadas Por Meio de Conta Tipo “B” e Outras – Série Histórica.....	187
Quadro 37 – Despesas Realizadas Por Meio de Conta Tipo “B” e Outras – Série Histórica.....	189
Quadro 38 – Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	192
Quadro 39 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta .....	193
Quadro 40 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12 .....	195
Quadro 41 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	196
Quadro 42 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12.....	197
Quadro 43 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12.....	197
Quadro 44 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12 .....	198
Quadro 45 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores .....	199
Quadro 46 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12 .....	200
Quadro 47 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12.....	200
Quadro 48 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	201
Quadro 49 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	202
Quadro 50 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC .....	202
Quadro 51 – Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro .....	203
Quadro 52 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	204
Quadro 53 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	217
Quadro 54 – Composição do Quadro de Estagiários .....	229
Quadro 55 – Veículos Próprios .....	230
Quadro 56 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	234
Quadro 57 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	236
Quadro 58 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ .....	239
Quadro 59– Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.....	258
Quadro 60 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	261
Quadro 61 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	263
Quadro 62 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	269
Quadro 63 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	285



## **INTRODUÇÃO**

Em cumprimento à Instrução Normativa TCU 63, de 1º/9/2010, combinada com as Decisões Normativas TCU 119, de 18/1/2012, 121, de 13/6/2012, e Portaria TCU 123 de 12/5/2011, as quais disciplinam a organização e a apresentação do Relatório de Gestão, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região apresenta neste relatório as principais informações relativas ao desempenho de sua gestão durante o exercício de 2012.

O Relatório está subdividido nos tópicos detalhados a seguir.

Identificação e atributos da unidade jurisdicionada, contendo os elementos identificadores completos da UJ, as normas relacionadas à sua constituição e gestão, incluindo orientações, publicações e manuais publicados no exercício de 2012.

Informações sobre o planejamento estratégico, plano de metas e de ações.

Informações sobre a estrutura de governança e de autocontrole da gestão.

Informações sobre a programação e a execução da despesa orçamentária e financeira.

Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira.

Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento.

Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.

Informações contábeis.

Outras informações sobre a gestão.

Os itens 3.4 (Informações sobre sistema de correição) e 5.5 (Informações sobre renúncia tributária) do Anexo II (Parte A - Conteúdo Geral) da DN TCU 119/2012, bem como os subitens 4.1.1 a 4.1.4 (Informações sobre programas temáticos) da Portaria TCU 150/2012, não se aplicam ao TRF/1.<sup>a</sup> Região e às respectivas Seções Judiciárias.

São responsáveis pelas informações prestadas pelas unidades consolidadas os gestores identificados no Anexo I.



# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

## 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça Federal/Conselho da Justiça Federal			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 1.ª Região			
Denominação abreviada: TRF/1.ª Região			
Código SIORG: Não se aplica		Código LOA: 12102	Código SIAFI: 090027
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 03.658.507/0001-25
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 8423-0/00	
Telefones/Fax de contato:	<b>Presidência</b> (061) 3226-9337 (061) 3314-5563	<b>Diretoria-Geral</b> (061) 3321-3739 (061) 3314-5274	<b>Secretaria de Administração:</b> (061) 3410-3400 (061) 3410-3401
	(061) 3322-1022 (fax)	(061) 3226-6431 (fax)	(016) 3410-3408 (fax)
Endereço eletrônico: <a href="mailto:presidente@trf1.jus.br">presidente@trf1.jus.br</a> , <a href="mailto:diges@trf1.jus.br">diges@trf1.jus.br</a> e <a href="mailto:secad@trf1.jus.br">secad@trf1.jus.br</a> .			
Página da Internet: <a href="http://www.trf1.jus.br">http://www.trf1.jus.br</a>			
Endereço Postal: SAU/Sul – Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício-Sede I - CEP: 70070-900 SAU/Sul – Quadra 2, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício-Sede II - CEP: 70070-900 SAU/Sul – Quadra 1, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício Anexo I - CEP: 70096-900 SBS – Quadra 2, Lote 16, Bloco D, Edifício Adriana – Edifício Anexo II CEP.: 70070-100 SAU/Sul – Quadra 1, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício Anexo III – - CEP: 70096-900 SAU/Sul – Quadra 2, Lote 7A - Edifício Dona Marta XVIII - CEP.: 70070-900 SGON – Quadra 1, Lote 100/110/120 – Base Operacional de Serviços Administrativos - CEP.: 70610-610 SCES – Trecho 2, Lote 21 – Centrejufe – Centro de Treinamento da Justiça Federal - CEP.: 70.200-970			



Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome			Situação	Código SIORG
Secretaria do TRF da 1.ª Região	03.658.507/0001-25	090027	Ativas	Não se aplica
Secretaria do TRF da 1.ª Região – Orçamentária	03.658.507/0002-06	090032		
Tribunal Regional da 1.ª Região – Precatórios e RPs	-	090049		
Justiça Federal de Primeiro Grau – AM	05.419.225/0001-09	090002		
Justiça Federal de Primeiro Grau – PA	05.421.948/0001-34	090003		
Justiça Federal de Primeiro Grau – MA	05.424.667/0001-35	090004		
Justiça Federal de Primeiro Grau – PI	05.445.642/0001-18	090005		
Justiça Federal de Primeiro Grau – BA	05.442.957/0001-01	090012		
Justiça Federal de Primeiro Grau – MG	05.452.786/0001-00	090013		
Justiça Federal de Primeiro Grau – MT	05.437.178/0001-18	090021		
Justiça Federal de Primeiro Grau – GO	05.439.950/0001-30	090022		
Justiça Federal de Primeiro Grau – DF	05.456.457/0001-29	090023		
Justiça Federal de Primeiro Grau – AC	05.429.148/0001-60	090024		
Justiça Federal de Primeiro Grau – RO	05.429.264/0001-89	090025		
Justiça Federal de Primeiro Grau – AP	05.426.574/0001-40	090037		
Justiça Federal de Primeiro Grau – TO	05.446.379/0001-81	090038		
Justiça Federal de Primeiro Grau – RR	05.438.430/0001-03	090039		
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Norma	Descrição			
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, artigos 106 a 109.			
Emenda Constitucional 45, de 8/12/2004	Altera dispositivos dos arts. 5.o, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.			
Lei 5.010, de 30/5/1966	Organiza a Justiça Federal de primeira instância e dá outras providências.			
Decreto-Lei 253, de 28/02/1967	Modifica a Lei 5.010, de 30/5/1966, e dá outras providências.			
Lei 5.677, de 19/7/1971	Dispõe sobre o Quadro de Juízes e o Quadro Permanente da Justiça Federal de Primeira Instância, extingue as seções Judiciárias dos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e dá outras providências.			
Lei 7.030, de 13/9/1982	Cria a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Rondônia e dá outras providências.			
Lei 7.178, de 19/12/1983	Dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.			
Lei 7.727, de 9/1/1989	Dispõe sobre a composição inicial dos Tribunais Regionais Federais e sua instalação, cria os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências.			
Lei 8.251, de 24/10/1991	Dispõe sobre a criação das Seções Judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1.ª Região, e dá outras providências.			
Lei 9.642, de 25/5/1998	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1.ª Região, e dá outras providências.			
Lei 9.788, de 19/0/1999	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências.			



Lei 10.259, de 12/7/2001 Lei 10.772, de 21/11/2003 Lei 11.313, de 28/6/2006 Lei 12.011, de 4/8/2009 Lei 12.665, de 13/6/2012	Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Dispõe sobre a criação de 183 (cento e oitenta e três) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País e dá outras providências Altera os arts. 60 e 61 da Lei 9.099, de 26/9/1995, e o art. 2.º da Lei 10.259, de 12/7/2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências. Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei 10.259, de 12 de julho de 2001.
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>
Resolução/Presi (TRF) 5 de 13/4/1999	Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Justiça Federal da primeira instância da Primeira Região.  Alterada pelas Resoluções: 600-018, de 16/12/2003; 600-016, de 17/12/2004; 600-017, de 20/12/2004; 600-002, de 11/2/2005; 600-003, de 22/2/2005; 600-004, de 28/2/2005; 600-060, de 22/2/2005; 600-005, de 28/2/2005; 600-010, de 30/3/2005; 600-011, de 1º/4/2005; 600-12, de 1º/4/2005; 600-018, de 28/6/2005 e 600-024, de 1º/9/2005.
Resolução/Presi (TRF) 3 de 6/2/2002  Resolução/Presi (TRF) 19 de 18/12/2003  Resolução/Presi (TRF) 600-13 de 25/9/2003 Resolução/Presi (TRF) 600-16 de 28/11/2007 Resolução/Presi (TRF) 600-14 de 30/6/2008 Resolução/Presi (TRF) 600-007 de 13/3/2009  Resolução/Presi (TRF) 600-008 de 13/3/2009	Disciplina a instalação dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais na Primeira Região e dá outras providências.  Alterada pelas Resoluções: 6 de 11/3/2002; 11 de 29/4/2002; 14 de 29/5/2002; 13 de 29/5/2002; 600-018 de 16/12/2003; 600-002 de 11/2/2005; 600-003 de 22/2/2005; 600-010 de 30/3/2005; 600-28 de 16/11/2005, 600-001 de 09/5/2006, 600-28 de 16/11/2005, 600-001 de 9/5/2006, 600-15 de 28/11/2007 e 600-16 de 28/11/2007. Autoriza a implantação de Juizados Especiais Federais Virtuais na Justiça Federal da Primeira Região Alterada pelas Resoluções: 600-011 de 16/9/2003; Resolução 600-16 de 17/12/2004 e 600-31 de 9/12/2005. Regulamenta a implantação da 7.ª e 8.ª Turma e da 4.ª Seção do TRF/1.ª Região. Cria a 3.ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. Cria a 2.ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Estado da Bahia. Dispõe sobre o realinhamento administrativo do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e dá outras providências. Alterada pela Resolução/Presi 600-021, de 4/11/2009. Alterada pelas Resoluções 15 de 28/6/2012 e 16 de 27/7/2012. Dispõe sobre o realinhamento administrativo da Justiça Federal da Primeira Instância da Primeira Região e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções: Presi 600-021, de 4/11/2009 e Presi/Cenag 13, de 8/7/2011.



Resolução/Presi/Cenag 14 de 13/5/2010	Autoriza a instalação na Primeira Região, no ano de 2010, de 19 (dezenove) das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
Resolução/Presi/Cenag 22 de 3/11/2010	Altera a Resolução Presi/Cenag 14/2010 para autorizar a instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 em Teresina/PI, Brasília/DF e Cuiabá/MT.
Resolução/Presi/Cenag 24 de 18/11/2010	Autoriza a instalação, na Primeira Região, no ano de 2011, de 19 (dezenove) varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 4, de 17/5/2011.
Resolução/Presi/Cenag 20 de 14/10/2011	Dispõe sobre a ampliação da competência do JEF da Subseção Judiciária de Santarém/PA.
Resolução/Presi/Cenag 21 de 14/11/2011	Autoriza a instalação, na Primeira Região, no ano de 2012, de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
Resolução/Presi/Cenag 3 de 24/2/2012	Define a jurisdição das varas federais das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 10 de 19/4/2012.
Resolução/Presi/Cenag 6 de 15/3/2012	Aprova o Regulamento Geral das Centrais de Mandatos da Justiça Federal da 1ª Região, contendo normas gerais para o funcionamento dessas unidades, bem como para as atividades dos oficiais de justiça no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região Procedimento de implantação do AJG/CJF.
Resolução/Presi/Cojef 20 de 18/10/2012	Autoriza a instalação, na Primeira região, no ano de 2013, varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
Resolução/Presi/ Cenag 22 de 19/12/2012	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>	
Emenda Regimental 07 de 26/8/2010	Regimento Interno do TRF-1.ª Região.
Provimento Coger 38 de 12/6/2009	Provimento Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região. Alterado pelo Provimento Coger 39 de 3/11/2009.
Resolução 2 de 10/1/2002	Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1.ª Região.
Resolução Presi 600-008 de 5/7/2004	Regimento Interno da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência nas Turmas Recursais dos JEFs.
Resolução Presi 600-029 de 31/12/2008	Estatuto da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região – ESMAF.
Resolução Presi/Cojef 16 de 10/6/2010	Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Primeira Região, de 10/6/2010. Alterado pela Resolução Presi/Cojef 15 de 15/8/2011. Alterado pela Resolução Presi/Cojef 9 de 12/4/2012.
Portaria Presi 650-265 de 27/5/2004	Manual de Atribuições do TRF-1.ª Região.
Portaria Presi 600-35 de 19/2/2008	Regulamento de Serviço do TRF-1.ª Região.
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
090027 -	Secretaria do TRF da 1.ª Região
090032 -	Secretaria do TRF da 1.ª Região – Orçamentária
090049 -	Tribunal Regional da 1.ª Região – Precatórios e RPVs
090002 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AM
090003 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – PA
090004 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MA
090005 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – PI
090012 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – BA
090013 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MG
090021 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MT
090022 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – GO
090023 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – DF
090024 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AC



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

090025 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – RO
090037 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AP
090038 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – TO
090039 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – RR
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b> 00001	<b>Nome</b> Tesouro Nacional
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
090027 - Secretaria do TRF da 1.ª Região 090032 - Secretaria do TRF da 1.ª Região – Orçamentária 090049 - TR da 1.ª Região – Precatórios e RPVs 090002 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AM 090003 - Justiça Federal de Primeiro Grau – PA 090004 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MA 090005 - Justiça Federal de Primeiro Grau – PI 090012 - Justiça Federal de Primeiro Grau – BA 090013 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MG 090021 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MT 090022 - Justiça Federal de Primeiro Grau – GO 090023 - Justiça Federal de Primeiro Grau – DF 090024 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AC 090025 - Justiça Federal de Primeiro Grau – RO 090037 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AP 090038 - Justiça Federal de Primeiro Grau – TO 090039 - Justiça Federal de Primeiro Grau – RR	00001 – Tesouro Nacional

Fonte: Cenag/TRF1



## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com sede na Capital Federal e jurisdição no Distrito Federal e nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, do Piauí, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins, compõe-se de vinte e sete juízes vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo vinte e um entre juízes federais, três entre advogados e três entre membros do Ministério Público, com observância do que preceitua o art. 107 da Constituição Federal.

Conforme o artigo 108 da Constituição Federal, o TRF/1.<sup>a</sup> Região tem competência para processar e julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição. E, originariamente, juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da Região; os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal; os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal, e os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

No TRF/1.<sup>a</sup> Região, a função jurisdicional é exercida pelos Desembargadores Federais nos órgãos julgadores Plenário, Corte Especial e quatro Seções, estas integradas por oito Turmas Especializadas, constituída cada uma de três desembargadores federais. A 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> Turmas compõem a 1.<sup>a</sup> Seção; a 3.<sup>a</sup> e a 4.<sup>a</sup> Turmas, a 2.<sup>a</sup> Seção; a 5.<sup>a</sup> e a 6.<sup>a</sup> Turmas, a 3.<sup>a</sup> Seção; a 7.<sup>a</sup> e a 8.<sup>a</sup> Turmas, a 4.<sup>a</sup> Seção.

Funciona, ainda, no TRF/1.<sup>a</sup> Região, o Conselho de Administração, destinado à formulação e implantação das políticas administrativas.

A competência jurisdicional do Tribunal está subdividida em quatro áreas de especialização, estabelecidas em razão da matéria principal, a saber:

- I – benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos;
- II – penal, improbidade administrativa e desapropriação;
- III – administrativo, civil e comercial;
- IV – tributário, financeiro e conselhos profissionais.

Na Justiça Federal de 1.<sup>o</sup> Grau da Primeira Região, as atividades judicantes são exercidas nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos.

A Justiça Federal conta com Varas de competência geral (cível e criminal) e especializadas em execuções fiscais, benefícios previdenciários, matéria agrária, criminal e de Juizado Especial Federal. As Varas das Subseções Judiciárias possuem competência para processar e julgar ações cíveis em geral e as de natureza criminal, e onde não há Vara de JEF, o Juizado funciona como adjunto.

A estrutura da Justiça Federal da Primeira Região em 2012 sofreu significativa alteração, com a criação de novas varas pela Lei 12.011/2009. A referida lei atribuiu competência ao Conselho da Justiça Federal para definir a localização de 230 varas federais, sendo destinadas à





Primeira Região 94 varas, que serão implantadas até 2014, conforme as Resoluções CJF 102, de 14/4/2010, 113, de 26/8/2010, e 181, de 23/12/2011.

Por meio da Portaria Presi/Cenag 179, de 27/4/2010, alterada pela Portaria Presi/Cenag 462, de 14/11/2011, o TRF/1.<sup>a</sup> Região designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na Primeira Região.

A Resolução Presi/Cenag 21, de 14/11/2011, alterada pela Resolução Presi/Cenag 24, de 15/12/2011, autorizou a instalação em 2012 de 19 das varas previstas, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Varas Federais Instaladas na 1.<sup>a</sup> Região em 2012

<b>Lei 12.011/2009 - Varas instaladas em 2012</b>						
<b>SJ</b>	<b>Município</b>	<b>Vara</b>	<b>Tipo</b>	<b>Competência</b>	<b>Portaria</b>	<b>Data</b>
BA	Vitória da Conquista	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	520 de 20/12/11	20/1/12
PA	Belém	10. <sup>a</sup> Vara Federal	JEF	Cível	522 de 20/12/11	26/1/12
PA	Santarém	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Ambiental e Agrária com JEF adjunto	Cível, Criminal e Execução Fiscal	521 de 20/12/11 alterada pela 28 de 23/1/12	27/1/12
MA	Imperatriz	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	25 de 19/1/12	3/2/12
MG	Belo Horizonte	34. <sup>a</sup> Vara Federal	JEF	Cível	26 de 19/1/12	10/2/12
GO	Goiânia	16. <sup>a</sup> Vara Federal	JEF	Cível	58 de 15/2/12	5/3/12
PI	Floriano	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	72 de 29/2/12	9/3/12
AM	Manaus	8. <sup>a</sup> Vara Federal	JEF	Cível	59 de 15/2/12	16/3/12
PA	Paragominas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	73 de 29/2/12	22/3/12
MG	Pouso Alegre	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	74 de 29/2/12	10/4/12
MG	Juiz de Fora	4. <sup>a</sup> Vara Federal	Mista	Cível e Criminal	100 de 16/3/12	11/4/12
BA	Alagoinhas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	99 de 16/3/12	20/4/12
AM	Tefé	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	133 de 12/4/12	23/4/12
MT	Sinop	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	257 de 12/7/12	10/8/12
MG	Ponte Nova	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	331 de 20/9/12	19/10/12
GO	Itumbiara	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	337 de 26/9/12	26/10/12
PA	Tucuruí	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	356 de 25/10/12	22/11/12
RO	Ji-Paraná	2. <sup>a</sup> Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	361 de 5/11/12	29/11/12
MG	Viçosa	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	362 de 7/11/12	7/12/12

Fonte: Cenag/TRF1



A 1.<sup>a</sup> Região conta com 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, sendo duas na Bahia, três em Minas Gerais, uma conjunta (Pará e Amapá) e as demais, uma em cada um dos outros Estados que integram a Região.

Destaca-se, ainda, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência - TRU nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1.<sup>a</sup> Região, composta pelos juízes Presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região. Compete à Turma Regional julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões das Turmas Recursais na Primeira Região sobre questões de direito material.

A Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região chegou ao final de 2012 com 251 varas em funcionamento, sediadas em 14 seções judiciárias e em 71 subseções judiciárias, conforme Quadros 3 e 4.

Quadro 3 – Distribuição de Varas Federais na Primeira Região

Tipo	Quantidade
Varas nas Capitais	160
Varas no Interior	91
<b>Total de Varas</b>	251 *
Turmas Recursais	16
JEFs Adjuntos a Varas de Capital	22
JEFs Adjuntos a Varas de Interior	83
JEFs Destacados	2

\* Destas, 43 varas com competência exclusiva de juizado especial federal

Fonte: Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF/TRF1

Quadro 4 – Localização de Varas Federais na Primeira Região

Estado	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
Amapá	Capital	3
	Interior:	2
	Laranjal do Jari	1
	Oiapoque	1
Amazonas	Capital	8
	Interior:	2
	Tabatinga	1
	Tefé	1
Bahia	Capital	23
	Interior	16
	Alagoinhas	1
	Barreiras	11
	Campo Formoso	1
	Eunápolis	1
	Feira de Santana	2
	Guanambi	1
	Ilhéus	1
	Irecê	1
	Itabuna	1



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Estado</b>	<b>Localização</b>	<b>Quantidade</b>
	Jequié	1
	Juazeiro	1
	Paulo Afonso	1
	Teixeira de Freitas	1
	Vitória da Conquista	2
Distrito Federal	Capital	27
	Capital	16
	Interior	8
	Anápolis	1
	Aparecida de Goiânia	1
	Formosa	1
	Itumbiara	1
	Jataí	1
	Luziânia	1
	Rio Verde	1
	Uruaçu	1
	Capital	10
	Interior	4
	Bacabal	1
	Caxias	1
	Imperatriz	2
	Capital	7
	Interior	6
	Barra do Garças	1
	Cáceres	1
	Diamantino	1
	Rondonópolis	1
	Sinop	2
	Capital	34
	Interior	36
	Contagem	2
	Divinópolis	2
	Governador Valadares	2
	Ipatinga	2
	Juiz de Fora	4
	Lavras	1
	Manhuaçu	1
	Montes Claros	2
	Muriae	1
	Paracatu	1
	Passos	1
	Patos de Minas	1
	Ponte Nova	1
	Pouso Alegre	2
	São João del-Rei	1
	São Sebastião do Paraíso	1
	Sete Lagoas	1
	Teófilo Otoni	1
	Uberaba	2
	Uberlândia	4
	Unaí	1
	Varginha	1
	Viçosa	1



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Estado</b>	<b>Localização</b>	<b>Quantidade</b>	
Pará	Capital	10	
	Interior	Altamira	1
		Castanhal	1
		Marabá	2
		Paragominas	1
		Redenção	1
		Santarém	2
		Tucuruí	1
		Piauí	Capital
Interior	Parnaíba		1
	Picos		1
	Floriano		1
Rondônia	Capital	5	
	Interior	Guajará-Mirim	1
		Ji-Paraná	2
		Roraima	Capital
Tocantins	Capital	3	
	Interior	Araguaína	1
		Gurupi	1
<b>Total Capital</b>		<b>160</b>	
<b>Total Interior</b>		<b>91</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>251</b>	

Fonte: Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF/TRF1

As Seções Judiciárias que integram o Tribunal Regional Federal da Primeira Região são organizadas em seis padrões distintos, a saber:

- Padrão 1 – Amapá, Roraima, e Tocantins;
- Padrão 2 – Acre e Rondônia, respectivamente;
- Padrão 3 – Amazonas, Mato Grosso e Piauí;
- Padrão 4 – Maranhão e Pará;
- Padrão 5 – Goiás;
- Padrão 6 – Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal.



### **1.3. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

#### **ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E SECRETARIA JUDICIÁRIA**

- Registro autuação e distribuição
- Expedição de certidões
- Processamento de Agravos de Instrumento
- Processamento RE\_REsp
- Processamentos de Petições
- Elaboração de Notas Taquigráficas
- Julgamento
- Publicação de Acórdãos
- Baixa de Agravo
- Procedimento ordinário
- e-CNJ.

### **1.4. PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS E FINALIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

#### **ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- Acompanhar Ata de Registro de Preços
- Atender Logística de Viagens a Serviço de Passagens e Diárias
  - ✓ Diárias e Passagens
- Disponibilizar atos normativos
- Elaboração de formulários
- Elaborar Normas
  - ✓ Elaboração de Portaria\_Resolução
  - ✓ Instrução Normativa
- Executar Contratos
  - ✓ Controle de Garantia
  - ✓ Controle de Vigência
  - ✓ Elaboração e Acompanhamento de Contratos
  - ✓ Gestão de Contratos
- Executar Financeiro
  - ✓ Execução de Convênio
  - ✓ Gestão de Convênios
  - ✓ Manutenção e Devolução de Garantias Contratuais
- Executar Penalidades
  - ✓ Instruir Processo de Penalidades
  - ✓ Registrar Penalidade
- Gerir Arquivo



- ✓ Descarte de Documentos
- ✓ Descarte de Processos
- ✓ Receber Documentos para Arquivamento
- ✓ Receber Processo para Arquivamento
- ✓ Solicitação de Vista de Processo
- Gerir Comunicação Social
  - ✓ Jornalismo Impresso
  - ✓ Comunicação Audiovisual
  - ✓ Jornalismo on-line
  - ✓ Via Legal
- Gerir Material e Patrimônio
  - ✓ Atender Solicitações de Materiais
  - ✓ Controlar e Repor Estoques
  - ✓ Desfazimento por Baixa de Bens
  - ✓ Desfazimento por Cessão de Bens
  - ✓ Elaboração de Balancete Mensal de Bens Móveis
  - ✓ Elaboração de Inventário Anual de Bens Móveis
  - ✓ Incorporação de Bens Permanentes
  - ✓ Realizar Conferência Física Anual de Bens Móveis
- Gerir Planejamento Estratégico
  - ✓ Planejamento estratégico
- Gerir Protocolo
  - ✓ Autuação de Processos Administrativos
  - ✓ Protocolo de Documentos Administrativos
- Gerir Serviços de Copa e Limpeza
  - ✓ Administrar material consumo de copa e cozinha
- Gerir Serviços de Manutenção de Veículos
  - ✓ Controlar Abastecimento de Combustível
  - ✓ Gerenciar Manutenção de Veículos
- Gerir Serviços de Manutenção Predial
  - ✓ Executar Manutenção Corretiva e Alterações
  - ✓ Executar Manutenção Preventiva
- Gerir Serviços de Ouvidoria
  - ✓ Ouvidoria Administrativa
- Gerir Serviços de Segurança
  - ✓ Gerenciamento de Controle de Entrada de Pessoas e Veículos
  - ✓ Gerenciamento de Controle-Crachá
- Gerir Serviços de Transporte
  - ✓ Acidente Veicular
  - ✓ Atendimento às Requisições para Utilização de Viaturas
  - ✓ Controle de Taxas e Seguros
  - ✓ Elaboração de proposta para aquisição de veículo
  - ✓ Manutenção de veículos
  - ✓ Processo de Doação de Veículo



- Gerir Serviços Gráficos
  - ✓ Atender Requisição de Serviços Gráficos
  - ✓ Boletim de Serviço
  - ✓ Confecção de Material de divulgação Institucional
  - ✓ Confecção de Publicações
  - ✓ Revisão de Documentos Administrativos
- Gerir Suprimentos de Fundos
  - ✓ Instruir Suprimento de Fundos
- Instruir Compras e Contratações
  - ✓ Cadastrar Fornecedores
  - ✓ Emitir Atestado de Capacidade Técnica
  - ✓ Instruir Compras e Contratações
  - ✓ Renovar Cadastro de Fornecedores
- Licitar
  - ✓ Homologar Licitação
  - ✓ Licitar
- Planejar e Gerir Obra
  - ✓ Acompanhar execução de obras em Prédios Novos no que tange à arquitetura
  - ✓ Acompanhar execução de reformas de pequeno porte
  - ✓ Assessorar tecnicamente licitação de Projetos Executivos
  - ✓ Elaborar projetos arquitetônicos de reformas ou obras pequeno porte
  - ✓ Elaborar Projetos Básicos
  - ✓ Gerenciar Projetos Executivos
- Gerir Contrato de Execução de Obras e Reformas

## **CONTROLE INTERNO**

- Acompanhar legislação
- Analisar demonstrativos e relatórios contábeis
- Analisar processos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões
- Analisar Processos de Concessão de Diárias
- Analisar Processos de Contratação de Bens e Serviços - Aspecto Legal
- Analisar Processos de Contratação de Bens e Serviços - Aspecto Legal
- Analisar processos de Despesas - Aspecto Contábil
- Analisar processos de Despesas com Pessoal (acerto de remuneração) - Aspecto Contábil
- Analisar processos de Despesas com Pessoal - Aspecto Legal
- Analisar processos de despesas médico-hospitalares, odontológicas, psicológicas
- Analisar processos de exercícios anteriores com despesas de pessoal
- Analisar processos de folha de pagamento de pessoal - Aspecto Legal
- Analisar Processos de licitações e contratos
- Analisar Relatório Mensal de Almoxarifado, Bens Móveis e Inventário
- Analisar Rol de Responsáveis
- Atualizar página da Unidade de Controle Interno na Intranet
- Cadastrar e Gerenciar Senhas de Usuários
- Consolidar Relatório de Auditoria de Gestão do TRF e Seccionais
- Controlar Processos Administrativos



- Elaborar Informativo da SECOI
- Elaborar Relatório de Prestação de Contas
- Expedir orientações acerca de normas e procedimentos
- Organizar processo de Contas
- Planejar atividades de auditoria
- Realizar auditoria de gestão
- Realizar Auditorias operacionais
- Registrar Termos de Credenciamento, Contratos e Convênios
- Responder a consultas

## **CORREGEDORIA**

- Analisar Correição Parcial
- Analisar Expediente Administrativo
  - ✓ Analisar Expediente Administrativo Alvará de Levantamento
  - ✓ Analisar Expediente Administrativo Carta Precatória
- Analisar Processo Administrativo
  - ✓ Analisar Processo Administrativo - vitaliciamento
  - ✓ Analisar Processo Administrativo
- Julgar Representação
- Ouvidoria
  - ✓ Receber documento destinado à Ouvidoria 1
  - ✓ Receber documento destinado à Ouvidoria 2
- Realizar procedimento avulso
- Processar justificacão de conduta
- Realizar correição extraordinária
- Realizar correição ordinária
- Realizar Inspeção
- Responder a Consulta

## **ENSINO**

- Disponibilização de ato normativo 1.ª Região

## **ESTATÍSTICA**

- Alimentação automática do BD da estatística
- Criação de Relatórios
- Emissão de Relatórios
- Envio de Informações ao CNJ\_CJF
- Estudo de linhas de tendência
- Geração de relatórios administrativos
- Importação de dados da Primeira Instância
- Publicação de dados da 1ª Instância na Web
- Publicação no Diário Oficial
- Subsídio às atividades correicionais





## **MAGISTRATURA**

- Afastamento por Compensação
- Produtividade do Magistrado
- Vitaliciamento
- Indicar magistrados para atuarem como Diretores e Vice-Diretores do Foro e Diretores de Subseções
- Movimentação de Magistrado dentro da Seção e Subseção
- Permuta de Magistrado
- Conceder afastamento para curso no exterior
- Conceder afastamento por Compensação
- Conceder Transferência para outra Turma e Seção
- Conceder Auxílio Natalidade
- Concessão de diárias
- Promover Magistrado
- Carteira Funcional
- Conceder afastamento de juiz para de de Classe
- Elaborar Composição do Tribunal
- Elaborar Lista de Antiguidade de Magistrados
- Indicar Magistrados para comporem comissões
- Prestar informações solicitadas pela AGU
- Recadastramento de Aposentados
- Recadastramento de Pensionistas
- Designar Magistrados
- Incluir dependente
- Indicar Magistrados para Atuarem no TRE
- Remoção de Magistrado
- Convocar Magistrado para TRF

## **PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

- Acompanhamento das Despesas de Pessoal
- Acompanhamento de Projetos
- Ajustes Contábeis
- Aplicação de Multas
- Controle da Execução Financeira
- Controle da Execução Orçamentária
- Descentralização Orçamentária
- Devolução de Pagamento
- Execução Financeira Convênios
- Execução Financeira das Sentenças Judiciais
- Execução Orçamentária
- Inclusão das Sentenças Judiciais na LOA
- Liquidação Diárias
- Liquidação Folha



- Liquidação Outras Despesas
- Liquidação Suprimento de Fundos
- Pagamento de Despesas
- Planejamento Orçamentário
- Plano Plurianual
- Programação Financeira
- Programação Financeira das Sentenças Judiciais
- Quantitativos de Pessoal
- Registro de Garantia de Contratos
- SIGPLAN
- Solicitação de Crédito Adicional
- Sub-Repasse Financeiro

## **RECURSOS HUMANOS**

- Acompanhamento Funcional
- Acompanhar Avaliação de Desempenho de servidor
- Averbado tempo de serviço
- Cadastrar servidor
- Ceder Servidor
- Conceder Abono de Permanência
- Conceder Adicional de Insalubridade
- Conceder Adicional de Qualificação
- Conceder Aposentadoria geral Seccionais
- Conceder Aposentadoria geral TRF
- Conceder Auxílio alimentação, transporte e pré-escolar
- Conceder Auxílio Funeral
- Conceder Auxílio Moradia
- Conceder Auxílio Natalidade
- Conceder Auxílio-Saúde
- Conceder Bolsa de Estudos
- Conceder Férias versão completa
- Conceder Licença Capacitação
- Conceder licença-prêmio
- Conceder Licenças e Afastamentos
- Conceder Pagamento de Exercícios Anteriores
- Conceder Pensão Seccionais
- Conceder Pensão TRF
- Conceder Remoção para Acompanhar Cônjuge
- Conceder Remoção por Motivo de Saúde
- Conceder Ressarcimento de Cargo Efetivo
- Controlar Empréstimos
- controlar quadro de vagas
- Controle de Estagiários
- Gerar Relatórios Anuais



- Identificar Necessidade de Desenvolvimento
- Instruir processo de acerto de servidor desligado
- Lotação Inicial do Servidor
- Movimentar Servidores
- Nomear Diretor de Secretaria
- Nomear Servidor para Ocupar Função
- Orientar a Aplicação do SISUR
- Preparar Informações GFIP
- Processar Folha de Pagamento
- Processo Seletivo Permanente de Remoção
- Programação de eventos de capacitação - externos
- Programação de Eventos de Capacitação - Internos
- Redistribuir Servidores
- Requisitar Servidor
- Reverter Aposentadoria - Seccionais
- Revisar aposentadoria - Seccionais
- Revisar Aposentadoria - TRF
- Revisar Pensão Seccionais
- Revisar Pensão TRF
- Seleção para ocupar FC
- Vacância e Exoneração

## **SAÚDE**

- Realizar atendimento em Odontologia
- Agendar consultas nas áreas de saúde
- Realizar atendimento médico
- Gerir atestados médicos e odontológicos
- Remover pacientes
- Gerir prontuário
- Realizar imunização periódica
- Gerir receituário controlado
- Vistoriar estabelecimentos médico-odontológicos
- Autorizar procedimentos nas áreas de saúde
- Realizar triagem de pacientes para consultas
- Realizar consulta de enfermagem
- Realizar procedimentos de enfermagem
- Auxiliar pequenas cirurgias
- Controlar medicamentos em estoque
- Preparar material para procedimentos
- Verificar periodicamente equipamentos médicos
- Realizar procedimentos de lavanderia
- Promover campanhas de prevenção e saúde
- Elaborar escala de serviço
- Organizar consultórios



- Prestar assistência ao berçário
- Realizar pesquisas e estudos biopsicossociais
- Realizar atendimento em Serviço Social
- Realizar atendimento em Nutrição
- Supervisionar serviços do restaurante
- Realizar atendimento em Psicologia
- Acompanhar internações
- Cuidar dos bebês do berçário
- Cadastrar os bebês no berçário
- Capacitar cuidadoras do berçário
- Integrar usuários do berçário
- Autorizar Tratamento Fora do Domicílio – TFD
- Implementar Programas de Prevenção de Acidentes de Trabalho
- Controlar riscos ocupacionais
- Realizar exames admissionais, demissionais e de retorno ao trabalho
- Realizar exames periódicos de saúde
- Capacitar equipe de socorristas
- Promover juntas profissionais (médicas e odontológicas)
- Credenciar profissionais de saúde
- Descredenciar profissionais de saúde
- Negociar com entidades afins
- Gerir contratos de credenciados
- Gerir tabela de procedimentos
- Gerir programa de qualidade de vida
- Gerir seguro de vida em grupo
- Conceder auxílio material escolar
- Cadastrar beneficiário
- Desligar beneficiário
- Recadastrar beneficiário
- Emitir guias para contratos especiais
- Efetuar pagamento de despesas da rede credenciada
- Realizar liquidação de despesas
- Autorizar OPMES
- Conceder reembolso de despesas
- Gerir recursos próprios
- Aplicar saldos de recursos próprios
- Emitir extrato para Declaração de Imposto de Renda
- Recolher CPCI – Contribuição Previdenciária de Contribuinte Individual
- Recolher GFIP – Informar ao INSS via CEF
- Recolher DIRF à Receita Federal
- Contabilizar as despesas do Pro-Social
- Contabilizar as receitas do Pro-Social
- Lançar diário
- Analisar o Balanço Patrimonial



## COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

- Processar Processo Administrativo Disciplinar

## 1.5. PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS RELACIONADOS AOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

### TRF/1.<sup>a</sup> Região

1. Banco do Brasil: troca de informações e a prestação de serviços concernentes ao pagamento, em folha, dos rendimentos do PASEP – programa de formação do patrimônio do servidor público – aos servidores do TRF/1.<sup>a</sup> região inscritos no programa.
2. Conselho Nacional de Justiça: cooperação entre os partícipes com vistas a regulamentar o pagamento, em caráter provisório, das diárias dos magistrados que atuam no projeto mutirão "judiciário em dia" do TRF/1.<sup>a</sup> região.
3. Departamento de Polícia Federal: promover a cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.
4. Departamento de Polícia Federal: cooperação mútua dos partícipes com vistas à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil, no intercâmbio eletrônico de informações, compreendendo o acesso recíproco aos sistemas implantados e em funcionamento em qualquer dos órgãos envolvidos que possibilitem consulta à folha de antecedentes criminais, procurados e impedidos, cadastro de veículos, passaportes, cadastro de estrangeiros, dados sobre inquéritos judiciais, decisões judiciais criminais, recolhimento e soltura de presos e, especificamente, a utilização da integração nacional de informação de justiça e segurança pública - Infoseg e do sistema nacional de informações criminais - Sinic, bem como consulta à polícia criminal internacional – Interpol.
5. Seção Judiciária do Estado do Piauí: cooperação, segundo o disposto no art. 7º, iv, da resolução 125-CNJ, para estabelecer parcerias entre os segmentos do poder judiciário da união e do estado do Piauí para instalação do centro judiciário de solução de conflito e cidadania por meio do centro nacional de cultura da justiça federal – Cenajus.
6. Supremo Tribunal Federal: integrar o sistema informatizado de processamento de feitos utilizado no trf1 e peças respectivas turmas recursais dos juizados especiais ao sistema informatizado de processo eletrônico (e-STF processamento eletrônico) ao STF, por meio da solução simplificada de integração smart client/web service.
7. Supremo Tribunal Federal: compartilhamento de conhecimentos, sistemas e infraestrutura para certificação digital.

### Seção Judiciária do Acre – AC

1. Caixa Econômica Federal: patrocínio de parte das despesas com a realização do Juizado Especial Federal Itinerante nos municípios de Assis Brasil/AC e Brasília/AC.



2. Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Acre: auxílio na divulgação do peticionamento eletrônico obrigatório para os processos digitais do Juizado Especial Federal e demais Varas Federais e estruturou o espaço destinado à instalação de equipamentos digitalização dentro da própria na sala da OAB dentro da Seccional, atendendo de forma eficiente todos os advogados interessados.
3. Tribunal de Justiça do Estado do Acre: cessão de espaço físico medindo aproximadamente 744 metros quadrados de área interna e 1.500 metros quadrados de área externa, na Cidade Judiciária de Cruzeiro do Sul, para a instalação da Subseção Judiciária daquela localidade.
4. Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Público Estadual e a Secretaria de Saúde do Estado do Acre: garantia aos magistrados do fornecimento de subsídios técnicos nas demandas e procedimentos que envolvam a prestação de serviços públicos de saúde, tais como o fornecimento de medicamentos e insumos em geral, exames e procedimentos de urgência e emergências.

### **Seção Judiciária do Amazonas – AM**

1. Governo do Estado do Amazonas: cessão do imóvel para o funcionamento da Subseção Judiciária de Tefé.

### **Seção Judiciária do Amapá – AP**

1. Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Comitê Estadual de Saúde: promoção de reuniões periódicas envolvendo todos os órgãos estaduais e municipais ligados à saúde, o que tem se tornado um eficaz mecanismo de auxílio, tanto na fase pré-processual como na fase processual, evitando-se o ajuizamento de demandas desnecessárias e promovendo a resolução célere das demandas já ajuizadas.
2. Procuradoria da República no estado do Amapá: estabelecimento de rotinas para a tramitação de processos judiciais entre a Procuradoria da República no estado do Amapá e a Subseção Judiciária de Oiapoque/AP.
3. Advocacia Geral da União, por intermédio da Procuradoria do Amapá e da Procuradoria Federal no Estado do Amapá: cooperação com a Subseção Judiciária de Oiapoque para implantação dos procedimentos de citação, notificação, intimação e outras comunicações judiciais nos processos em que for parte a União (administração direta), autarquia ou fundação pública federal.
4. Exército Brasileiro – Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte – 1ª Cia de Fuzileiros da Selva: cooperação com a Subseção Judiciária de Oiapoque no auxílio de cumprimento dos mandados, cedendo meios de transporte do exército para que os oficiais de justiça desta Subseção consigam atingir as localidades mais afastadas como as aldeias indígenas.

### **Seção Judiciária da Bahia – BA**

1. Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, TRF/1.ª Região e Caixa Econômica Federal: realização de mutirões de conciliação/SFH na Justiça Federal do Estado da Bahia, e manutenção de convênio para contratação de estagiários e prestadores de serviços, os quais auxiliaram nos trabalhos dos mutirões.



2. Departamento de Polícia Federal: cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, cooperação mútua dos partícipes com vistas à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como dados sobre inquéritos judiciais, decisões judiciais criminais, recolhimento e soltura de presos e, especificamente, a utilização da integração nacional de informação de justiça e segurança pública - Infoseg e do sistema nacional de informações criminais – Sinic.
3. Supremo Tribunal Federal: compartilhamento de conhecimentos, sistemas e infraestrutura para certificação digital.
4. Ordem dos Advogados do Brasil: auxílio na divulgação do peticionamento eletrônico obrigatório para os processos digitais do Juizado Especial Federal e demais Varas Federais e estruturou o espaço destinado à instalação de equipamentos digitalização dentro da própria sala da OAB dentro da Seccional.
5. Exército Brasileiro: doação de terreno que possibilitará a construção da sede própria da Subseção de Barreiras.
6. Prefeituras Municipais de: Alagoinhas, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itabuna, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Paulo Afonso: cessão gratuita de servidores para a área judiciária.
7. Polícia Rodoviária Federal: apoio nos cursos de qualificação dos agentes de segurança para proteção dos magistrados.
8. Procuradoria do Estado da Bahia: estudos para melhorar as conciliações das ações que envolvam questões sobre fornecimento de medicamentos.
9. Secretaria do Patrimônio da União: doações de bens imóveis para abrigar as sedes de Subseções Judiciárias.
10. Governo do Estado da Bahia e Secretaria de Igualdade Racial: grupo de estudos da questão dos afrodescendentes.
11. Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal, e a AGU: fornecimento de subsídios técnicos nas demandas e procedimentos que envolvam a prestação de serviços públicos.
12. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: solução eletrônica do pagamentos de peritos.
13. Tribunal Regional do Trabalho: na evolução e dinamização do Comitê Gestor dos Precatórios.
14. Coelba: projeto de efficientização dos Prédios Sede e Anexo para diminuição significativa dos gastos com iluminação.

#### **Seção Judiciária do Distrito Federal – DF**

1. Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal: possibilitar o cumprimento de penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, por apenados em processos nas Varas Criminais (10.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> e Juizados Especiais Adjuntos).
2. Caixa Econômica Federal: acesso a informações relativas a depósitos judiciais (SIADJ), por meio da internet, por magistrados e servidores.



3. Procuradoria da República no Distrito Federal: intercâmbio de informações, com a interveniência do TRF/1.<sup>a</sup> Região, para acesso eletrônico de processos judiciais, inclusive os virtuais, e de pautas de audiências.
4. Caixa Econômica Federal: viabilizar condições econômico-financeiras e logísticas com vistas à aquisição de equipamentos de segurança para a Seção Judiciária do DF.
5. Defensoria Pública da União no Distrito Federal: garantir o amplo acesso à justiça por cidadãos carentes, promovendo, inclusive, o acompanhamento processual e participação em conciliações judiciais e extrajudiciais.
6. Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.
7. Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.
8. Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – UNIEURO: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.
9. União Educacional do Planalto Central – FACIPLAC: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.
10. Universidade Católica de Brasília – UCB: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.
11. União Brasiliense de Educação e Cultura - UBEC: promover assistência jurídica gratuita à população carente em processos do Juizado Especial Federal.

### **Seção Judiciária de Goiás – GO**

1. Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Caixa Econômica Federal: realização de mutirões de conciliação/SFH na Justiça Federal em Goiás, nos períodos de 28/5 a 1º/6/2012, 10/9 a 14/9/2012 e de 26/11 a 30/11/2012.
2. Prefeitura Municipal de Itumbiara: solenidade de inauguração da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO.
3. Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO: convênio para possibilitar à Justiça Federal o acesso à base de dados do DETRAN inerente ao RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores).
4. Fundação Banco de Olhos: realização de consultas oftalmológicas no público alvo na etapa de audiências do Juizado Especial Itinerante na cidade Minaçu/GO, no período de 19 a 27/11/2012.
5. Outras parcerias na realização das três etapas dos Juizados Especiais Itinerantes nas cidades de São Miguel do Araguaia (22 a 24/2, 25 a 31/3 e 18 a 27/6/2012) e Minaçu (22 a 24/8, 15 a 19/10 e 19 a 27/11/2012) e no mutirão de audiências das varas de Juizado Especial Federal no período de 27/8 a 6/9/2012, entre elas: Batalhão de Salvamento e Emergência do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, 55º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, Polícia Federal do Estado de Goiás, AMMA - Agência Municipal do Meio Ambiente, COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia, SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A, AMT – Agência Municipal de Trânsito de Goiânia, SINJUFEGO - Sindicato dos Servidores do





Poder Judiciário Federal no Estado de Goiás, Serviço Social do Comércio - SESC Goiás, Sindicato das Padarias do Estado de Goiás.

### **Seção Judiciária do Maranhão – MA**

1. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: operacionalização do pagamento de honorários periciais e de advogados dativos, nos casos de Assistência Judiciária Gratuita – AJG, no âmbito da jurisdição federal delegada, nos termos da Resolução do CF-RES-2012/00201, do Conselho da Justiça Federal, por meio do acesso ao Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários – AJG da Justiça Federal, pelo Poder Judiciário do Maranhão.
2. Companhia Energética do Maranhão – CEMAR: acesso ao banco de dados dos consumidores da Concessionária de Energia Elétrica, mediante utilização de recursos de informática, observadas as condições e limitações previstas no referido instrumento, visando à utilização de tais dados pelos Oficiais de Justiça Avaliadores na localização de partes.

### **Seção Judiciária de Minas Gerais - MG**

1. Banco do Brasil: utilização do Sistema Licitações-e para a realização das licitações eletrônicas.
2. AJUFEMG – Associação de Juízes Federais de Minas Gerais: realização de atividades que visem à melhoria da capacitação de magistrados e servidores, reuniões e demais atividades de interesse da atividade finalística do órgão.
3. Prefeituras municipais: cessão não onerosa de servidores e locação de imóveis para abrigar sedes de Subseções Judiciárias.

### **Seção Judiciária do Mato Grosso - MT**

1. Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso: apoio no Projeto AGROJEF – Mutirão Agroprevienciário da Subseção Judiciária de Diamantino, realizado em municípios do médio norte matogrossense (Nova Maringá e Ipiranga do Norte) e nos JEFs Itinerantes realizados em Mato Grosso.
2. Corpo de Bombeiros: cursos para brigadistas para servidores da Justiça Federal de Mato Grosso e capacitação dos agentes de segurança da Seção Judiciária.
3. Caixa Econômica Federal: apoio a ações de valorização de servidores e ações institucionais da Justiça Federal, como JEFs itinerantes, mutirões, eventos.
4. Exército Brasileiro: participação no JEF itinerante de Nova Mutum e Projeto Piloto AGROJEF e parceria na reforma no prédio da futura Subseção Judiciária de Juína.
5. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: formulação de cursos, palestras e instruções, no âmbito do Projeto Piloto AGROJEF.
6. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: participação no Projeto Piloto AGROJEF e orientações e instruções aos servidores da Justiça Federal em Diamantino para a realização do mutirão agroprevienciário.



7. INSS – Instituto Nacional do Seguro Social: cooperação no âmbito dos Juizados Especiais Federais, por intermédio de acesso aos Sistemas INFBEN e DATAPREV, bem como com a designação de equipe de servidores administrativos para acompanhamento da Justiça Federal em mutirões e Itinerantes realizados em Mato Grosso.
8. Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso: cooperação e estreitamento de relações com a Justiça Federal, mediante projetos como o Comitê Multi-Institucional do Estado de Mato Grosso, que integra todas as esferas do Judiciário no Estado (Justiça Estadual, Trabalhista, Eleitoral e, a partir de 12/3/2013, também a Justiça Federal); a INFOVIA – Unificação e Compartilhamento de Dados Lógicos entre os Tribunais em Mato Grosso.
9. Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: formulação de palestras e capacitação aos Agentes de Segurança da Seção Judiciária de Mato Grosso, na área de transporte e segurança.
10. Senador da República por Mato Grosso: com a proposição e aprovação de emendas ao orçamento, de interesse da Justiça Federal de Mato Grosso.
11. Deputados Federais por Mato Grosso: proposição e aprovação de emendas em favor da Seção Judiciária de Mato Grosso e Subseções Judiciárias.

#### **Seção Judiciária do Pará – PA**

1. Departamento de Polícia Federal: cooperação mútua dos partícipes com vistas à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil, no intercâmbio eletrônico de informações, compreendendo o acesso recíproco aos sistemas implantados e em funcionamento em qualquer dos órgãos envolvidos que possibilitem consulta à folha de antecedentes criminais, procurados e impedidos, cadastro de veículos, passaportes, cadastro de estrangeiros, dados sobre inquéritos judiciais, decisões judiciais criminais, recolhimento e soltura de presos e, especificamente, a utilização da integração nacional de informação de justiça e segurança pública - Infoseg e do sistema nacional de informações criminais - Sinic, bem como consulta à polícia criminal internacional – Interpol.
2. Caixa Econômica Federal: parceira em itinerantes realizados pela Justiça Federal.
3. Departamento Estadual de Trânsito do Pará – DETRAN: convênio para possibilitar à Justiça Federal o acesso à base de dados do DETRAN inerente ao RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores).
4. Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS: convênio formalizado com a Seção Judiciária do Pará, visando a possibilitar aos Juizados Especiais Federais o acesso direto as informações registradas nos sistemas (CNIS e PLENUS) da previdência social, principalmente sobre andamento da implantação de benefícios concedidos pela Justiça Federal.
5. Conselho Nacional de Justiça: cooperação entre os partícipes que possibilite atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal, por meio do sistema Infojud.
6. Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA: convênio firmado com a finalidade de ter acesso as informações cadastrais referentes aos atos constitutivos e alterações posteriores concernentes à empresas mercantis registrada no Pará, visando a subsidiar os trabalhos dos Oficiais de Justiça.



### **Seção Judiciária do Piauí – PI**

1. Exército Brasileiro –25.º Batalhão de Caçadores: cessão de soldados para auxiliar na logística; fornecimento de alimentação aos estagiários voluntários; disponibilização de equipe médica; disponibilização de tendas.
2. Serviço Social da Indústria no Piauí: disponibilização de unidades móveis de atendimento odontológico e do Programa Cozinha Brasil.
3. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE no Piauí: consultoria gratuita para horticultura e criação de galinha caipira, além de oficina de artesanato e customização de artigos de vestuário, todos focando a geração de renda. Faculdade Maranhense São José dos Cocais: disponibilização de estagiários voluntários.

### **Seção Judiciária de Rondônia - RO**

1. Caixa Econômica Federal: patrocínio para realizado do V SEJAO – Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental.
2. Tribunal Regional do Trabalho da 14.ª Região, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho: Acordo de Cooperação para Capacitação de Servidores.
3. Base Aérea de Porto Velho, Seção Judiciária do Acre, Comarca de Machadinho (TJ), Vara do Trabalho de Machadinho e Promotoria do Ministério Público/RO em Machadinho, Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros, TRE/RO, Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal e Caixa Econômica: parcerias na realização do Juizado Especial Federal Itinerante ocorrido no município de Machadinho.
4. TRE/RO, Polícia Federal, Câmara de Vereadores de Ji-Paraná, OAB de Ji-Paraná, EMTUR (Empresa Municipal de Transportes Urbano): inauguração da 2.ª Vara de Ji-Paraná/RO.

### **Seção Judiciária do Tocantins – TO**

1. Município de Araguaína/TO: locação de imóvel destinado ao funcionamento da Subseção Judiciária de Araguaína/TO, sem ônus para a Justiça Federal.
2. Município de Gurupi/TO: cessão em comodato de imóvel, destinado ao funcionamento da Subseção Judiciária de Gurupi/TO.

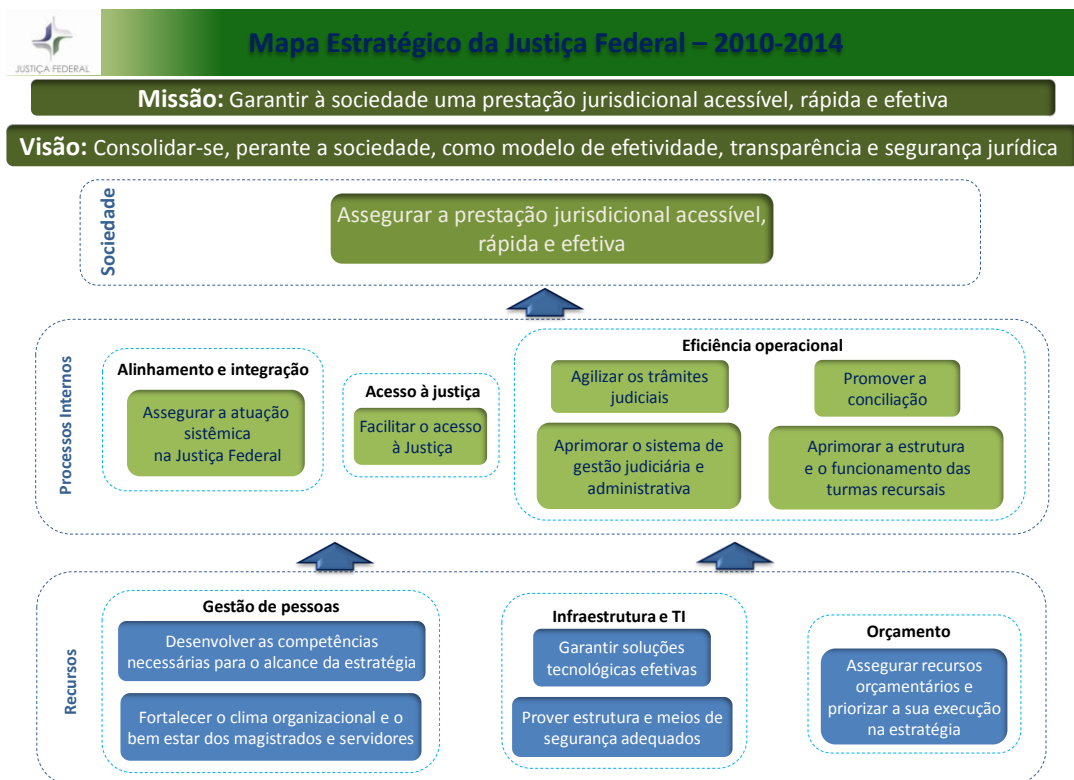


## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Nos anos de 2011 e 2012, os tribunais regionais federais, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, revisaram os planos estratégicos regionais com vistas a criar um único mapa estratégico para a Justiça Federal, aprovado por meio da Resolução CJF 194 de 20/7/2012.

Por meio do plano aprovado, foram estabelecidas as prioridades estratégicas da Justiça Federal: alinhamento e integração sistêmica, acesso à justiça e a eficiência operacional, que serão alcançados pela melhoria dos processos internos (agilização dos trâmites judiciais, promoção da conciliação, aprimoramento dos sistemas de gestão e da estrutura e do funcionamento das turmas recursais). Além disso, conta com o suporte de seus processos de aprendizagem e crescimento, dos recursos financeiros, da estrutura física e da prontidão de TI. Esse conjunto de temas e objetivos está demonstrado no Mapa da Justiça Federal, apresentado a seguir:





## 2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir do mapa, o Conselho da Justiça Federal, os cinco tribunais regionais federais e as seções judiciárias que os compõem apresentaram painel de contribuições, isto é, portfólio de projetos que permitirão o alcance da estratégia.

### Projetos da 1ª Região

- **Nacional (coordenado pelo Conselho da Justiça Federal)**

- Implantação das Varas Federais
- Pesquisa Acesso à Justiça Federal
- Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse – implantação e operação na Justiça Federal
- Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas – SGP
- Processo Administrativo Eletrônico – GED
- Sistema Nacional de Cálculos
- Gestão de dados gerenciais da Justiça Federal
- Implantação de solução integrada de pesquisas institucionais
- Sistema de solução integrada de pesquisas institucionais
- Implantação do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal – AJG
- Audiências por videoconferências
- Processo Judicial Eletrônico – Pje
- Sistema de Alvará de Soltura
- Base de dados de boas práticas
- Carta de serviços da Justiça Federal
- Infovia
- Educação Corporativa
- Adaptação dos edifícios da Justiça Federal quanto aos quesitos selecionados de acessibilidade e segurança
- Sistema de Gestão Estratégica

- **Tribunal**

- Programa Vida Legal
- Serviços de Rede Wan
- Relatório CNJ – Resolução CNJ 102/2009
- Sistema de Acompanhamento das Despesas de Pessoal – Sipes
- e-Orçamento
- Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1ª Região – SIGCustos
- Sistema de Processo Administrativo Eletrônico e virtualização das pastas funcionais dos magistrados
- Banco de Talentos
- Formação inicial de formadores
- Levantamento de necessidades por competências
- Concessão de bolsas de estudos



- Construção da nova sede do TRF1
- Jurisprudência Administrativa do TRF 1ª Região
- Ambientação de estagiários
- Pesquisa de Clima
- Pesquisa de Satisfação

● **Seção Judiciária do Acre – AC**

- aquisição de bens de segurança patrimonial e pessoal (aquisição de pistolas tipo taser, câmeras de vídeomonitoramento, sistema biométrico de identificação e instalação de detecutores de metal tipo portal);
- salas perícias do JEF para atender ao Projeto “Perícia na Ordem do Dia”
- serviços de manutenção predial no Edifício-sede;
- aquisição de material de informática (microcomputador tipo desktop, para substituição de outros mais antigos; notebooks para utilização nos Juizados Especiais Federais Itinerantes; impressoras laser multifuncional (fax, scanner e impressora) com impressão frente e verso)
- aquisição de móveis para atender à estruturação do setor de digitalização e as necessidades dos Juizados Especiais Federais
- criação do Memorial da Justiça Federal do Acre
- aquisição de central de ar condicionado tipo *split*

● **Seção Judiciária do Amazonas – AM**

- 5 Sensores de Qualidade
- Análise Ergonômica do Trabalho
- Jornada Jurídica
- Justiça Federal de Portas Abertas
- Adesão total ao Sistema de Citações Eletrônica e-Cint
- Revitalização do Memorial da Justiça Federal do Amazonas

● **Seção Judiciária do Amapá – AP:** (não apresentou projetos)

● **Seção Judiciária da Bahia – BA**

- Portal das rotinas administrativas
- Banco de servidores por área de interesse
- Adequação dos níveis dos pisos, portas e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Itabuna
- Adequação dos níveis dos pisos, portas e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas
- Adequação dos sanitários e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Campo Formoso
- Adequação dos níveis dos pisos, portas e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Ilhéus
- Instalação de rampas, adequação dos sanitários e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Guanambi
- Adequação dos sanitários e sinalização para os Portadores de Necessidades Especiais da Subseção Judiciária de Barreiras



- Melhoria das condições de segurança e acessibilidade – sinalização com fitas antiderrapantes e fosforescentes das escadas do Ed. Sede e carpetes do auditório
  - Adaptação dos sanitários público da Seccional para os Portadores de Necessidades Especiais
  - Celeridade processual – melhoria dos equipamentos de gravação nas salas de audiência com utilização de software de degravação
  - Núcleo de Conciliação da Bahia
  - Semana Orçamentária e Financeira, Compras/Licitações e Contratações da JF 1ª Região
  - Modernização do CPD
  - Semana de desenvolvimento humano
  - Portal de Compilação de Normas Administrativas
  - Melhoria da Segurança Predial – contenção e intervenções necessárias no muro lateral do edifício sede que está ameaçado de desmoronamento
  - Prover Segurança dos bens e das pessoas – transferência da subestação e do gerador do edifício sede
  - Adequação dos prédios da SJBA a padrões de segurança – estudo patológico da estrutura física dos 4 prédios que compõem a Seccional
  - Adequação dos prédios da SJBA a padrões de segurança – substituição dos Brises da fachada do edifício sede
  - Segurança predial – telhados do restaurante e do Núcleo de Recursos Humanos da Seccional
  - Adequação do prédio dos Juizados Especiais Federais a padrões de segurança – intervenção nas pastilhas do prédio dos JEFs e das TRs
  - Digitalização dos processos físicos após a ampliação das classes processuais no e-Jur da SJ/BA
  - Prodentinho
  - Feira de Saúde
  - Sonorização dos elevadores do edifício sede da SJ/BA
- **Seção Judiciária do Distrito Federal – DF**
    - Digitalização dos dados dos magistrados
    - Projeto Capacitar para Desenvolver
    - Implantação do Núcleo de Conciliação da SJ/DF
    - Elevadores do edifício Sede II
    - Reforma do auditório do edifício Sede I
- **Seção Judiciária de Goiás – GO**
    - Implantação das Turmas Recursais
    - Implantação da Central de Perícias dos JEFs
    - Construção de galpão para os arquivos centrais, almoxarifado, depósito e outros fins
    - Construção de sede própria da subseção judiciária de Jataí
    - Elaboração de projeto de padronização do mobiliário dos JEFs
    - Elaboração do projeto padrão para as sedes próprias das Subseções Judiciárias
    - Implantação de sistema de gerenciamento de atendimento nos JEFs
    - Realização de mutirão da Turma Recursal
    - Reforma dos banheiros coletivos do Edifício-Sede para economia de água e energia
    - Virtualização do mural informativo da entrada principal da SJ/GO



● **Seção Judiciária do Maranhão – MA**

- Encontros jurídicos: área das ciências sociais, com ênfase na ciência jurídica
- Curso de atualização em processo penal
- Curso de atualização em Processo Civil
- Modernização do cabeamento estruturado
- Aprimoramento do sistema de controle e acesso
- Criação de Sistema Informatizado de cadastro de ordens judiciais de indisponibilidade de bens
- Encontro de diretores de secretaria de vara e Turma Recursal
- Comunicação, transparência e cidadania

● **Seção Judiciária de Minas Gerais - MG**

- Processos Judiciais Eletrônicos
- Consultoria para implantação das melhores práticas de TI baseadas em ITIL e COBIT
- Processos Judiciais padronizadas
- Implantação de processo de auditoria na área de TI
- Reestruturação do Núcleo de Tecnologia – criação de uma Seção em substituição à Semad

● **Seção Judiciária do Mato Grosso - MT**

- Implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão
- Manual básico sobre atermação
- Implantação de acessibilidade para deficientes auditivos e visuais nas subseções de Mato Grosso
- Instalação de circuito fechado de TV e pórtico detector de metais nas subseções de Mato Grosso
- Troca de experiências
- Implantação do padrão de atendimento da SJ/MT
- Implantação da central de supervisão predial na SJ/MT

● **Seção Judiciária do Pará – PA**

- Carta de serviços da SJ/PA
- Gestão energética
- Implantação do sistema de telefonia VoIP

● **Seção Judiciária do Piauí – PI**

- Capacitação de servidores em ferramentas de TI
- Carta de serviços da SJ/PI
- Instalação de câmeras de segurança
- Implantação de serviço de monitoramento das medidas e penas alternativas

● **Seção Judiciária de Rondonia - RO**

- Projeto Justiça Segura
- Acessibilidade Já
- Servidor Capaz
- Capacitação em matéria jurídica
- Luz econômica
- Rede wi-fi





- Aquisição de sistema de controle patrimonial
  - Bolsa de estudo em pós-graduação
  - Arquivo vivo
  - Eventos de capacitação: português jurídico e mudanças ortográficas
  - Aquisição de livros para a biblioteca
  - Construção dos prédios das subseções judiciárias de Ji-Paraná e Vilhena
- **Seção Judiciária de Roraima – RR:** (não apresentou projetos)
  
  - **Seção Judiciária do Tocantins - TO**
    - Carta de serviços da SJTO
    - Melhoria dos processos de trabalho
    - Semana da Conciliação
    - De bem com a vida
    - JEF itinerante 2013
    - Aquisição de áreas para instalação das subseções judiciárias de Araguaína e Gurupi
    - Ampliação da sede da SJTO

### **2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

A fim de alcançar a unidade do Poder Judiciário, com a implementação de diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional de todos os seus órgãos, os Presidentes dos tribunais brasileiros se reuniram no dia 25/8/2008 no I Encontro Nacional do Poder Judiciário. Nessa reunião debateu-se sobre a modernização do Judiciário, o aperfeiçoamento da gestão dos tribunais, a melhoria da prestação jurisdicional e foi deliberado pelas autoridades que ali se encontravam sobre a necessidade de elaboração de um Planejamento Estratégico Nacional.

Para a elaboração do Planejamento, foram realizados 12 Encontros Regionais e no II Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em 16/2/2009, foi aprovada a Estratégia do Poder Judiciário e as suas Metas de Nivelamento, conforme consta da Resolução CNJ 70/2009.

A referida norma prevê, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça coordenará a instituição de indicadores de resultados, metas, projetos e ações de âmbito nacional, comuns a todos os tribunais.

Sendo assim, desde então, anualmente os Presidentes dos tribunais nacionais se reúnem para aprovar as metas do ano subsequente.

Para o ano de 2012, foram definidas no V Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 17 e 18/11/2011, as cinco metas nacionais do Poder Judiciário e as duas metas específicas da Justiça Federal. A seguir, apresenta-se o desempenho da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região quanto ao alcance das referidas Metas.

#### **I – Metas Nacionais do Poder Judiciário**

**Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.



Total de Processos Distribuídos: **768.635**

Quantidade de Processos Julgados: **701.394**

Percentual de cumprimento da meta: **91,25%**

**Meta 2:** Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007 na Justiça Federal e dos processos distribuídos de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais.

Quantidade de Processos Julgados: **1.404.429**

Alvo (pendentes de julgamento no ano base com os que entraram e saíram da meta):  
**1.534.125**

Percentual de cumprimento da meta: **183,09%**

**Meta 3:** Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça.

O portal oferece serviço de informações processuais ao público? **SIM**

São disponibilizadas informações sobre o andamento de todos os processos? **SIM**

As informações sobre andamento processual são atualizadas automaticamente? **SIM**

É disponibilizado o conteúdo de todas as decisões: despachos, decisões interlocutórias e acórdãos proferidos a partir de janeiro de 2012? **SIM**

É disponibilizado o inteiro teor das decisões? **SIM**

**Meta 4:** Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

O tribunal instituiu a figura do Juiz de Cooperação? **SIM**

O tribunal constituiu núcleo de cooperação judiciária? **SIM**

**Meta 5:** **Implantar** sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

O sistema pode ser acessado e operado pela internet? **SIM**

O sistema inclui instruções para sua utilização? **SIM**

Existe atendimento ao usuário pessoal, por correio eletrônico e/ou por telefone? **SIM**

O Sistema possibilita consulta à tabela de custas? **SIM**

O sistema possibilita emissão de guia de recolhimento? **SIM**

II – Metas Específicas da Justiça Federal

**Meta 10:** Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).

Número de Audiências de Conciliação em 2011: **86.832**

Número de Audiências de Conciliação em 2012: **99.105**



Percentual de cumprimento da meta: **103,76%**

**Meta 11:** Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.

Número de Turmas Recursais existentes em 2011: **16**

Número de Turmas Recursais com monitoramento dos processos de trabalho implantados: **16**

Percentual de cumprimento da meta: **200%**



## **2.4. INDICADORES UTILIZADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO**

- 1 - Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal: Este indicador ainda não pode ser medido, pois nem todas as metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal estão em condições de serem mensuradas, seja porque ainda não foi realizada a pesquisa, seja porque ainda não foram definidos os parâmetros.
- 2 - Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão): Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2013 (estava prevista para 2012, mas não ocorreu).
- 3 - Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal: Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014.
- 4 - Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal: A ser coletado pelo CJF. Os critérios para orientar a coleta do indicador estão em fase de concepção para discussão com as unidades de Controle Interno e Corregedoria-Geral da Justiça Federal.
- 5 - Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais: Foram considerados como demandas, os sistemas informatizados abaixo, com possibilidade de uniformização e utilização pelos órgãos da JF:
  - 5.1. Sistema informatizado de Gestão de Pessoas – SGP;
  - 5.2. Processo Administrativo Eletrônico - GED (SIGA – 2ª Região e CJF);
  - 5.3. Sistema nacional de cálculos;
  - 5.4. Implantação de solução integrada de pesquisas institucionais (Pesquisa de Clima nacional);
  - 5.5. Sistema de Assistência Judicial Gratuita - AJG (1ª R. em implantação, 2ª R. utiliza totalmente, 3ª R. utiliza de forma híbrida, 4ª R. em melhoria);
  - 5.6. Gerenciamento matricial de despesas/custos;
  - 5.7. Relatório CNJ - Resolução CNJ n. 102/2009 - Justiça em Números;
  - 5.8. Processo Judicial Eletrônico – Pje;
  - 5.9. Base de dados de boas práticas;
  - 5.10. Sistema de Gestão Estratégica - Sistema de gestão estratégica e gerenciamento de projetos;
  - 5.11. Sistema de Gestão Estratégica - Gestão orçamentária;
  - 5.12. Sistema de Alvará de Soltura; e
  - 5.13. GestãoJud.

Para efeito de cálculo do indicador, foram consideradas demandas atendidas os itens 4 e 5 (sistemas desenvolvidos, apesar de se encontrarem em processo de melhorias, em utilização pelo menos por parte dos órgãos de três regiões, considerando neste caso o CJF como uma região - total 6 órgãos).

As demandas 1 e 2, apesar de terem sido previstas no Painel Estratégico da Justiça Federal 2010/2014, com a revisão do portfólio de projetos verificou-se que a maioria dos órgãos da Justiça Federal está desenvolvendo ou adquirindo soluções próprias, referentes à implantação de sistema informatizado de gestão de pessoas e de gestão documental, o que desvirtua sobremaneira o escopo dos projetos e a sua abrangência nacional.



Para que esse projeto possa ser considerado como estratégico e vinculado ao Programa Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal, contribuindo, assim, com a taxa do indicador, faz-se necessária a definição pelo Comitê Gestor do Planejamento de Estratégico quanto ao desenvolvimento do projeto de abrangência nacional. Caso contrário, o desempenho do indicador, que se apresentou muito abaixo da meta estabelecida, tenderá a se manter, comprometendo, dessa forma, o alcance do objetivo no horizonte estratégico definido.

6 - Taxa de implantação de varas.

	1º semestre	2º semestre
Número de varas implantadas no período	13	6
Número de varas previstas para implantação no período	13	6

7 - Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados.

	2012
N. de nomeações efetivadas	1
N. de nomeações previstas	118

8 - Taxa de efetividade do acesso à justiça: pesquisa a ser realizada em 2014.

9 - Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via *web*: a ser coletada em 2013. A carta de serviços encontra-se em elaboração.

10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1.º grau.

	Total de processos judiciais baixados		Casos novos de conhecimento		Casos pendentes de conhecimento	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestres	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
SJAC	841	846	911	832	2.760	2.772
SJAM	2.369	7.324	2.377	1.997	8.330	7.884
SJAP	580	517	621	684	3.265	3.570
SJBA	20.602	21.929	9.538	9.309	35.466	35.466
SJDF	16.518	12.448	10.269	10.218	53.825	54.430
SJGO	7.916	7.250	5.086	4.681	16.871	17.060
SJMA	4.878	4.196	4.786	3.391	16.171	16.289
SJMG	38.586	33.884	20.528	19.723	91.604	89.963
SJMT	6.753	5.337	4.339	3.586	19.814	19.857
SJPA	6.070	5.820	4.927	5.671	21.592	23.023
SJPI	2.718	2.852	3.065	2.136	13.886	13.801
SJRO	2.444	3.318	2.064	2.429	8.843	9.410
SJRR	969	1.441	1.047	900	3.036	2.891
SJTO	1.772	1.403	1.848	1.274	4.629	4.596



11 - Taxa de processos no 1.º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

	Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento		Número de processos novos distribuídos	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
SJAC	158	96	911	832
SJAM	539	535	2.377	1.997
SJAP	111	166	621	684
SJBA	2.672	1.927	9.538	9.309
SJDF	1.744	1.900	10.269	10.218
SJGO	981	841	5.086	4.681
SJMA	827	444	4.786	3.391
SJMG	3.445	3.405	20.528	19.723
SJMT	1.216	771	4.339	3.586
SJPA	2.337	1.263	4.927	5.671
SJPI	239	233	3.065	2.136
SJRO	318	269	2.064	2.429
SJRR	226	117	1.047	900
SJTO	578	524	1.848	1.274

12 - Taxa de processos antigos julgados no 1.º grau.

	Número de processos antigos julgados		Número de processos antigos distribuídos	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
SJAC	10	16	23	25
SJAM	93	69	308	252
SJAP	31	39	110	102
SJBA	1.346	1.290	2.332	2.099
SJDF	524	441	1.999	1.723
SJGO	372	213	691	491
SJMA	137	216	595	603
SJMG	1.530	1.088	3.974	2.800
SJMT	165	122	640	562
SJPA	188	164	727	615
SJPI	100	103	479	454
SJRO	75	80	302	272
SJRR	29	18	61	43
SJTO	73	31	155	97

13 - Taxa de congestionamento do 2.º grau.

	1.º semestre	2.º semestre
Total de processos judiciais baixados do 2.º grau	88.655	78.850
Casos novos do 2.º grau	68.137	70.039
Casos pendentes do 2.º grau	243.873	292.305



14 - Taxa de processos no 2.º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

	1.º semestre	2.º semestre
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	105.273	78.850
Número de processos novos distribuídos	68.137	70.039

15 - Taxa de processos antigos julgados no 2.º grau.

	1.º semestre	2.º semestre
N. de processos antigos de 2.º grau julgados	11.320	14.527
N. de processos antigos de 2.º grau distribuídos	76.325	69.633

16 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF.

	Total de processos judiciais baixados do JEF		Casos novos de conhecimento do JEF		Casos pendentes de conhecimento do JEF	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
SJAC	3.545	2.595	4.572	4.063	8.231	9.236
SJAM	3.901	5.772	5.358	4.843	6.840	5.234
SJAP	6.161	4.980	1.917	1.874	8.014	5.188
SJBA	33.030	39.105	33.153	32.974	88.203	81.375
SJDF	10.541	10.406	7.154	8.882	36.163	35.716
SJGO	15.757	19.600	16.246	15.447	43.178	38.167
SJMA	27.591	26.984	24.036	27.453	55.191	51.333
SJMG	60.555	53.172	41.807	43.190	180.811	167.230
SJMT	6.872	5.996	6.218	7.241	20.977	21.992
SJPA	20.655	21.245	21.327	24.569	71.150	78.549
SJPI	9.565	11.386	12.117	13.238	85.503	87.548
SJRO	5.149	5.080	4.241	4.797	22.678	22.288
SJRR	3.683	4.148	1.557	2.193	6.323	4.466
SJTO	4.383	4.177	6.400	5.897	13.489	14.438

17 - Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

	Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento		Número de processos novos distribuídos	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
SJAC	1.532	1.282	4.572	4.063
SJAM	3.540	2.993	5.358	4.843
SJAP	905	767	1.917	1.874
SJBA	6.971	7.999	33.153	32.974
SJDF	1.286	1.602	7.154	8.882
SJGO	4.169	5.002	16.246	15.477
SJMA	4.173	7.633	24.036	27.453
SJMG	5.753	6.570	41.807	43.190



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

	Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento		Número de processos novos distribuídos	
SJMT	1.179	1.650	6.218	7.241
SJPA	3.260	3.165	21.327	24.569
SJPI	1.016	1.877	12.117	13.238
SJRO	1.390	1.067	4.241	4.797
SJRR	445	691	1.557	2.193
SJTO	895	749	6.400	5.897

18 - Taxa de processos antigos julgados no JEF.

	Número de processos antigos julgados		Número de processos antigos distribuídos	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
SJAC	0	0	506	342
SJAM	5	2	194	95
SJAP	39	3	186	88
SJBA	258	111	917	472
SJDF	191	107	3.413	2.858
SJGO	8	8	285	188
SJMA	60	59	486	493
SJMG	1.358	1.392	7.070	5.386
SJMT	46	20	250	163
SJPA	402	113	4.079	3.613
SJPI	140	90	10.766	9.823
SJRO	57	33	2.331	2.072
SJRR	11	9	245	137
SJTO	0	0	12	12

19 - Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos.

	1.º semestre	2.º semestre
Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis	15.337	13.746
Número de acórdãos a publicar	55.427	59.875

20 - Taxa de congestionamento na turma recursal.

	1.º semestre	2.º semestre
Total de processos judiciais baixados na TR	2.312	1.979
Casos novos na TR	59.501	66.127
Casos pendentes na TR	245.584	263.388





21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal.

	1.º semestre	2.º semestre
N. de processos antigos da TR julgados	335	142
N. de processos antigos da TR distribuídos	3.097	1.284

22 - Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização: não coletado.

24 - Taxa de audiência de conciliação.

	Número de audiências de conciliação designadas no ano		Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
SJAC	332	903	171	332
SJAM	893	566	167	893
SJAP	536	409	516	536
SJBA	5.649	7.769	6.655	5.649
SJDF	1.240	1.150	1.111	1.240
SJGO	2.784	2.918	2.349	2.784
SJMA	6.677	6.653	10.735	6.677
SJMG	8.003	7.722	6.833	8.003
SJMT	1.060	1.246	1.250	1.060
SJPA	7.911	11.672	7.058	7.911
SJPI	6.395	5.418	1.973	6.395
SJRO	841	515	195	841
SJRR	144	124	68	144
SJTO	1.265	1.651	582	1.265

25 - Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal:

Em 2009, iniciou-se com o Conselho da Justiça Federal o projeto Sigjus – Sistemas Integrados da Justiça Federal, cujo escopo consiste em unificar os sistemas organizacionais da administração da Justiça Federal de 1.º e 2.º graus, mediante a implantação de sistemas informatizados integrados e compatíveis entre si, observando um modelo de gestão pautado na qualidade, com foco na gestão por processos e na automação dos processos de trabalho.

Para tanto foram mapeados os processos da área administrativa do Tribunal.

Posteriormente, em razão de metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, foram mapeados os fluxos do Procedimento Comum Ordinário nas Varas Cíveis da Justiça Federal, bem como o das Turmas Recursais.

Ainda, para atender solicitações de melhoria de rotinas de trabalho, foram mapeados: Processo Previdenciário Virtual nos JEFs; Registro autuação e distribuição; Expedição de certidões; Processamento de Agravos de Instrumento; Processamento RE\_REsp; Processamentos de Petições; Elaboração de Notas Taquigráficas; Julgamento; Publicação de Acórdãos; Baixa de Agravo; Procedimento ordinário e e-CNJ.

Contudo, os processos não vêm sendo monitorados.



26 - Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas: Não coletado.

27 - Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas. .

TEMAS	ÓRGÃOS e PARTICIPAÇÕES														
	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO
Conciliação	0	2	5	4	0	0	0	13	13	38	10	0	0	0	7
Turmas recursais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TRU e TNU (Processos Judiciais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0
Governança operacional de TI	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0
Gestão da estratégia	26	5	2	15	0	0	0	0	50	5	0	0	1	1	1
Capacitação de supervisores em temas específicos: áreas orçamentária, administrativa, disciplinar, fiscalização e controle, normatização	15	8	2	25	6	6	0	0	13	60	14	7	10	10	5

28 - Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional: pesquisa não realizada.

29 - Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional.

	Realizado	Meta	Desempenho
TRF1	47%	55%	85,4%
SJAC	79%	55%	143,3%
SJAM	62%	55%	112,9%
SJAP	70%	55%	126,7%
SJBA	56%	55%	101,9%
SJDF	64%	55%	115,7%
SJGO	62%	55%	112,9%
SJMA	65%	55%	118,5%
SJMG	65%	55%	115,5%
SJMT	65%	55%	118,5%
SJPA	56%	55%	101,9%
SJPI	61%	55%	110,2%
SJRO	-	55%	-
SJRR	62%	55%	112,9%
SJTO	58%	55%	104,7%



30 - Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI.

	Realizado	Meta	Desempenho
TRF1	0%	55%	0%
SJAC	67%	55%	121,2%
SJAM	100%	55%	181,8%
SJAP	67%	55%	121,2%
SJBA	33%	55%	60,6%
SJDF	17%	55%	30,3%
SJGO	33%	55%	60,6%
SJMA	50%	55%	90,9%
SJMG	67%	55%	121,2%
SJMT	17%	55%	30,3%
SJPA	17%	55%	30,3%
SJPI	17%	55%	30,3%
SJRO	0%	55%	0%
SJRR	83%	55%	151,5%
SJTO	50%	55%	90,9%

31 - Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas e com os meios de segurança.

	Realizado	Meta	Desempenho
TRF1	-	55%	-
SJAC	-	55%	-
SJAM	-	55%	-
SJAP	-	55%	-
SJBA	-	55%	-
SJDF	-	55%	-
SJGO	50%	55%	90,9%
SJMA	50%	55%	90,9%
SJMG	75%	55%	136,4%
SJMT	-	55%	-
SJPA	-	55%	-
SJPI	75%	55%	136,4%
SJRO	50%	55%	90,9%
SJRR	-	55%	-
SJTO	-	55%	-

31.1 - Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança.

	Realizado	Meta	Desempenho
TRF1	100	55%	181,8%
SJAC	100	55%	181,8%
SJAM	50	55%	90,9%
SJAP	100	55%	181,8%
SJBA	100	55%	181,8%
SJDF	-	55%	0%
SJGO	-	55%	0%
SJMA	100	55%	181,8%
SJMG	50	55%	90,9%
SJMT	100	55%	181,8%
SJPA	50	55%	90,9%
SJPI	100	55%	181,8%



	Realizado	Meta	Desempenho
SJRO	-	55%	-
SJRR	50	55%	90,9%
SJTO	100	55%	181,8%

32 - Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade: Encontra-se em andamento o diagnóstico, realizado pelo CJF, para identificar e priorizar as instalações que deverão ser reformadas para atender aos padrões de acessibilidade. Após diagnóstico será possível identificar o número de instalações a serem adequadas para em seguida começar a medição.

33 - Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida: não coletado.

34 - Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado: não coletado.



### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O controle interno, no âmbito da Justiça Federal, está estruturado na forma de um sistema integrado, consoante os termos da Resolução 85, de 11/12/2009, do Conselho da Justiça Federal.

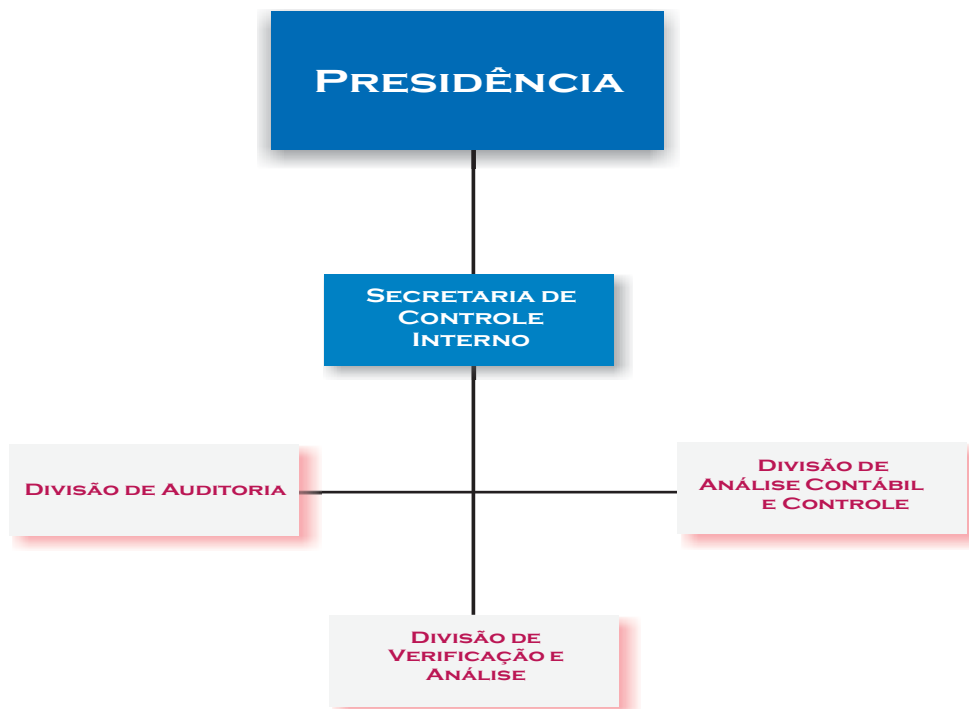
A despeito da Resolução 86, de 8/9/2009, do Conselho Nacional de Justiça, não há sistema de controle interno abrangendo todo o Poder Judiciário Federal, conforme previsto na Constituição Federal, art. 74, c/c o art. 103-B, § 4º, I.

A Secretaria de Controle Interno – SECOI do TRF/1ª Região, até 2009, era, inicialmente, vinculada à Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES, segundo a estrutura orgânica aprovada pela Resolução/Presi 600-09, de 13/11/2006.

Por meio da Resolução/Presi 600-21 de 4/11/2009, a SECOI passou a integrar da estrutura Presidência do TRF/1ª Região, em consonância com a Resolução CNJ 86/2009, a Resolução CJF 85/2009 e o Acórdão 1074/2009 - TCU – Plenário, Relator Auditor Weder de Oliveira.

A SECOI tem por finalidade assegurar a observação do princípio da legalidade nos atos de gestão do TRF/1ª Região e das seções judiciárias vinculadas, sob os aspectos contábil, operacional e jurídico.

A estrutura orgânica da SECOI foi aprovada pela Resolução Presi 600-21 de 4/11/2011, publicada no e-DJFT1, Ano, I, N. 24, de 10/11/2009, conforme se segue:





O organograma funcional apresentado distribui as competências internas das unidades da SECOI nos termos do Regulamento de Serviço, aprovado pela Portaria Presi/Cenag 142 de 13/4/2012.

Dessa forma, compete à Secretaria de Controle Interno, unidade especializada de controle, orientação e auditoria, acompanhar a execução dos programas de trabalho e a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal do TRF/1ª Região quanto aos princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública; orientar a atuação dos gestores; verificar a utilização regular dos recursos e bens públicos; avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à efetividade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Compete, ainda, à SECOI orientar a realização dessas atividades nas Seções Judiciárias, visando à identificação e ao saneamento de eventuais impropriedades.

Os objetivos específicos da SECOI, previstos em seu regulamento de serviço, são:

✓ Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de competência das unidades integrantes, referentes:

▪ à aplicação da legislação que rege a administração contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

▪ à legalidade, legitimidade, eficiência e eficácia dos atos relativos a despesas e receitas, inclusive licitações, contratos e convênios;

▪ aos procedimentos de registro contábil dos atos e fatos de gestão;

▪ às ações de auditoria, avaliando os resultados alcançados pelos administradores;

✓ Apoiar, por intermédio de suas ações e atividades, o Controle Externo no exercício de sua função institucional.

✓ Assistir os Ordenadores de Despesas, com vistas à gestão eficiente e eficaz.

A atuação da SECOI se dá por meio das unidades que compõem sua estrutura, conforme a seguir:

#### Divisão de Auditoria

É responsável pelas atividades de auditoria interna, visando a comprovar a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal do Tribunal e das Seções Judiciárias vinculadas, bem como avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.

#### Divisão de Verificação e Análise

É responsável pelas atividades de verificação e análise da documentação comprobatória da despesa, bem como dos atos e fatos correlacionados do Tribunal, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência da gestão. Funciona de acordo com a estrutura a seguir:



#### Divisão de Análise Contábil e Controle

É responsável pelas atividades de controle e avaliação da execução contábil, orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do Tribunal e Seções Judiciárias da Primeira Região.

Nas Seções Judiciárias vinculadas à 1ª Região, a estrutura do controle interno é similar à do TRF/1ª Região, exceto quanto à auditoria interna, unidade existente apenas na seccional do Estado da Bahia.

Nas seccionais, a unidade de controle está vinculada diretamente ao Diretor do Foro e suas competências estão definidas em regulamento de serviço próprio, conforme Resolução 5 TRF de 13/4/1999 e alterações.

Compete à Divisão de Auditoria elaborar, mediante supervisão da Secretaria de Controle Interno — para efeito de integração das ações de controle —, a proposta do Plano Anual de Auditoria (PAA) do exercício, aprovada pelo Presidente do TRF/1ª Região.

A unidade de auditoria do controle interno realiza planejamento dos trabalhos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal e diretrizes divulgadas pela Administração do Tribunal; e tem por objetivo, além de examinar a regularidade e avaliar a economicidade, a eficiência e a eficácia da gestão administrativa, apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos e controles administrativos no âmbito do TRF/1ª Região e das Seções Judiciárias.

Diversos fatores e variáveis de significação são considerados para o estabelecimento de prioridades na execução das auditorias:

- ✓ Materialidade: montante de recursos alocados no objeto dos exames de auditoria;
- ✓ Relevância: aspecto ou fato considerado importante, existentes no contexto do objetivo delineado, ainda que não seja material ou economicamente significativo;
- ✓ Risco: verificação de indicadores de problemas existentes ou potenciais que possam ter impacto nos objetivos da unidade auditada, sendo medido em termos de consequências e probabilidades;
- ✓ Criticidade: representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar, identificadas em outras auditorias, em consulta prévia a sistemas informatizados, em processos administrativos e no cumprimento de determinações do Tribunal de Contas da União pendentes de implementação;
- ✓ Lapso temporal: prazo decorrido desde a última auditoria.

Na SECOI não existe plano formal de desenvolvimento de seu quadro de servidores, porém a educação continuada é incentivada como forma de desenvolvimento da capacidade técnica e do aprimoramento da qualidade dos trabalhos da unidade, mediante participações em eventos promovidos pela Secretaria de Recursos Humanos do TRF/1ª Região ou por instituições externas.



A avaliação dos sistemas de controles internos do TRF/1.<sup>a</sup> Região pela SECOI é realizada por meio de auditorias operacionais. As auditorias operacionais realizadas pela SECOI têm por objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional das atividades, a fim de auxiliar a Administração por meio de recomendações que visam a aprimorar os procedimentos e a melhorar os controles administrativos. Nesse sentido, as auditorias operacionais procuram agregar valor aos resultados da gestão do Tribunal, contribuindo para a melhoria dos processos, dos sistemas de informação e dos controles internos.

A SECOI, inobstante a ausência de sistema de controle interno integrado no Poder Judiciário, contribui com sua atuação para a que a Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região alcance efetividade no cumprimento de sua missão constitucional, norteadas pelos princípios que regem a administração pública e boas práticas de governança.





### 3.2. INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>					
	1	2	3	4	5



**Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados**

Valores

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

**Análise Crítica:**

Adotou-se como metodologia para consolidação dos dados relativos ao quadro estruturas de controle interno, a avaliação do maior número de respostas comuns a cada item do quadro.

Após a consolidação, verificou-se que os mecanismos de controle interno existem nas diversas unidades da administração do Tribunal, mas não de forma estruturada ou formalizada, ficando a cargo de cada dirigente realizar os procedimentos que entende necessários para monitorar as atividades da unidade e buscar a melhoria no desempenho.

Quanto à avaliação de riscos, observou-se que, as unidades, em grande parte dos itens, assinalaram valores 1 ou 2. Pela análise da pontuação marcada, é possível identificar que o controle de riscos é realizado de forma mais reativa do que preventiva, ou seja, cumpre-se a norma que trata das atividades próprias de cada unidade que, em caso de constatação de irregularidades, procede à apuração de responsabilidades. Todavia, não é prática o diagnóstico de riscos de origem interna e externa, em especial relacionados ao desenvolvimento das rotinas de trabalho, não havendo histórico e tratamento dos dados que possam gerar informações úteis para tomada de decisão no futuro.

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Secretarias do TRF/1ª Região e Relatórios das Seções Judiciárias vinculadas



## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1. PROGRAMA DO PLANO PLURIANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 4.1.1. PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro 6 – Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		0569				
Título		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				
Órgão Responsável		12000-Justiça Federal				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
334.133.029,00	1.891.336.477,00	1.830.623.324,46	1.690.580.865,78	2.823.594,31	140.042.458,68	1.687.757.271,47

Fonte: SIAFI

#### 4.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

##### 4.1.1.1.1. O PROGRAMA 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL

#### Dotação orçamentária de 2012

Os recursos disponibilizados para a Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região foram aplicados visando a garantir o pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais de processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante. Em 2012 foram julgados 846.016 processos, apresentando um acréscimo de 6,93% em relação a 2011.

A 1.<sup>a</sup> Região vem passando por grandes transformações ocasionadas pela interiorização e criação dos Juizados Especiais Federais. Em 1989 quando foi instalado o TRF/1.<sup>a</sup> Região existiam 66 varas na 1.<sup>a</sup> instância, no final de 2012 já há 251 e até 2014 serão ao todo 291 varas e 25 turmas recursais, um crescimento de 478,78%, fazendo com que 14 capitais e 82 municípios tenham sede da Justiça Federal.

A força de trabalho, principalmente na área administrativa, não vem acompanhando o ritmo de crescimento da justiça, pois as leis só criam cargos para área fim e há carência de mão de obra especializada para atuar nas áreas de planejamento, orçamento, compras, licitação e execução orçamentária e financeira .

A dotação orçamentária também tem ficado aquém do necessário para assegurar uma prestação jurisdicional com qualidade, uma vez que o crédito orçamentário definido é o mesmo para instalar e manter uma vara, independente de sua localização, o que prejudica a 1.<sup>a</sup> Região pelo fato de sua jurisdição abranger áreas de difícil acesso, com sérios problemas transporte e comunicação.



Apesar desse cenário, foi possível elaborar e executar o orçamento de forma rígida buscando priorizar as ações essenciais para manter a prestação jurisdicional.

Mesmo com a dotação orçamentária sendo inferior às necessidades da 1.<sup>a</sup> Região, ainda, assim, restaram créditos não utilizados decorrentes dos seguintes problemas:

- políticos: que impediram a aprovação pelo Congresso Nacional dos créditos adicionais relativos aos PL 49 e 51 de 2012, os quais remanejariam dotações orçamentárias que não seriam utilizadas para outras ações modificando, assim o planejamento. Os créditos oferecidos como fonte de cancelamento ficaram bloqueados durante toda a tramitação da solicitação de abertura dos créditos adicionais, ou seja agosto de 2012, e só foram desbloqueados e devolvidos no fim de dezembro, em razão do arquivamento dos PLs.
- contratação de serviços – licitações:

- Licitação revogada. O edital de licitação da obra de Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Roraima foi revogado no fim do mês de novembro, entre outras razões, pelas pendências verificadas nos projetos executivos que poderiam comprometer a futura execução da obra. O fator tempo, ou melhor, a falta dele foi o responsável por esta revogação, pois elaborar projeto básico para a contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, receber estes projetos, publicar o edital de licitação da obra e ainda contratar a empresa vencedora do certame, tudo isto em um único exercício é muito corrido, por esta razão defende-se a plurianualidade para as dotações de investimento e não a anualidade.

- Licitações desertas. O não comparecimento de empresas interessadas nas licitações das obras de Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Passos - MG e Santarém – PA.

- Licitações frustradas. Vários créditos reservados para serviços de reformas e adaptações e ainda aquisições diversas não foram utilizados por problemas de adesões a ata de registro de preços e ainda pela morosidade existente nos procedimentos de contratação provenientes da escassez de mão-de-obra para elaborar projetos básicos.

Ademais, verificaram-se ações que apresentaram problemas na execução por falta de crédito orçamentário:

- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC. A dotação consignada foi insuficiente, gerando um passivo que vem causando sérios transtornos na prestação Jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais, principalmente quanto às perícias. A insuficiência de créditos resulta em grande demora no pagamento dos serviços já prestados pelos peritos e defensores, gerando insatisfação, reclamação e diversos pedidos de descredenciamento dos profissionais.

- Assistência Médica e Odontológica. Dotação insuficiente para custear as despesas com o Programa de Assistência Médica e Odontológica da 1.<sup>a</sup> Região, o que implicou em uma redução significativa da reserva financeira dos recursos próprios, acumulada ao longo dos anos de existência do Programa. Se persistir essa situação nos próximos exercícios, o plano ficará deficitário.

- Pagamento de Pessoal Ativo e Inativo. Dotação insuficiente para pagamentos dos passivos de exercícios anteriores.



- Julgamento de Causas. Dotação insuficiente para atender novas despesas de caráter contínuo, principalmente no tocante a terceirização de mão de obra.

- ISIGI-Ejus. Utilização de grande parte da dotação deste projeto para suprir as despesas de caráter continuado de comunicação de dados – *links* e prestação de serviços da área de tecnologia da informação, uma vez que a dotação das atividades não suportou tal despesa. Essa situação vem prejudicando o desenvolvimento dos sistemas.

### Contingenciamento

O contingenciamento representa um limitador do planejamento que o gestor ao longo do ano analisa e remaneja as ações contingenciadas, visando a minimizar as perdas orçamentárias. Os transtornos causados são em função do tempo entre o descontingenciamento e a possibilidade de utilização deste crédito. No final de 2012, após a revogação da licitação da construção do Edifício-Sede de Roraima, o planejamento foi refeito para contingenciar a dotação desse Projeto e liberar o ISIGI-EJUS que pode ser todo utilizado em 2012, pois as contratações já estavam em andamento.

### Restos a Pagar

O impacto da execução financeira de RP pela UJ restringe-se às dificuldades na administração dos recursos recebidos, referentes ao orçamento do exercício anterior, concomitantemente com a execução dos recursos vinculados ao orçamento do exercício corrente, uma vez que são contabilizados no SIAFI em única conta contábil de limite de saque, dificultando sobremaneira a gestão financeira.

Assim, o volume de recursos inscritos em restos a pagar decorre da existência de despesas empenhadas e não concluídas no exercício, em razão da própria natureza da despesa ou, ainda, em decorrência da morosidade e da burocracia existente para a contratação de serviços e aquisição diversa, de liberações orçamentárias ocorridas no fim do exercício, proveniente de descontingenciamentos e saldos das reservas existentes no CJF, aliado à escassez de pessoal que trabalha nas áreas de compras, elaboração de projetos e licitação que estão sobrecarregados em função do aumento de demandas de contratação para atender as novas varas

#### 4.1.1.1.2. OUTROS PROGRAMAS REALIZADOS PELA UJ

##### 4.1.1.1.2.1. PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Por meio da ação 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões, a aplicação dos recursos assegurou a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores inativos e pensionistas civis da Justiça Federal da Primeira Região.

##### 4.1.1.1.2.2. PROGRAMA: 0581 – DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

Por meio da ação 4264 – Defesa do Interesse Público no processo Judiciário, foi recebido o destaque de R\$ 19.778,94, provenientes do Acordo de Cooperação n. 01/2010-TBT, firmado, em 24/11/2010, entre a Seção Judiciária do Amazonas e o Ministério Público Federal –



Procuradoria da República no Amazonas, cujo objeto é, “a cessão de espaço e infraestruturas que possibilitem condições de trabalho ao quadro de servidores e Procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período em que as instalações daquele Órgão estiverem em reforma. Em contrapartida, a Cessionária arca com os custos decorrentes da utilização do espaço, relativamente aos serviços de energia elétrica, água e esgoto.

**4.1.1.1.3. PROGRAMA: 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA**

Por meio da ação orçamentária 4852 – Destinação de Imóveis da União, foi recebido destaque de R\$ 12.017,00 do Ministério de Orçamento e Gestão para o TRF objetivando a manutenção de imóveis funcionais.

**4.1.1.1.4. PROGRAMA: 0901 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS**

Para a execução do programa Cumprimento de Sentenças Judiciais – precatórios e requisições de pequeno valor, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou R\$ 3.969.478.136,00 de dotações orçamentárias para este Tribunal, em atendimento à legislação, quer seja dos débitos de responsabilidade da União Federal, quer seja das entidades diversas. Além desse montante, também foram pagos os precatórios extraorçamentários provenientes de depósitos efetuados na conta 21.142.00.00 Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 3.229.326,81.

O programa Cumprimento de Sentenças Judiciais contemplou as seguintes operações especiais:

Operação 0005: tem por finalidade cumprir as sentenças judiciais transitadas em julgados, na forma de Precatórios, devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas. Foram processados e pagos no exercício R\$ 1.877.049.288,65, sendo: R\$1.209.920,02 de restos a pagar e R\$ 1.875.839.368,63 do exercício.

Operação 00G5: referente ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Foram feitos os recolhimentos nos termos do art. 36 da Lei 11.941/2009, no valor de R\$ 62.050.938,50.

Operação 0625: destina-se ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, por meio de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) emitidas pelos Juizados Especiais Federais, devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas foram processados e pagos no exercício R\$ 1.904.248.372,67, sendo: R\$ 2.429.989,97 de restos a pagar e R\$ 1.901.818.382,70 do exercício.



#### 4.1.2. AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro 7 – Ações vinculadas ao Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Identificação da Ação									
Código		20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União							
Descrição		Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.							
Unidade Orçamentária		12101 e 12102							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
1.070.400.000,00	1.153.481.976,00	1.153.200.185,77	1.150.736.455,33	119.308,82	2.463.730,44		1.150.617.146,51		
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada	
090027-TRF - 1ª Região			1228	1218	1218	180.700.000,00	184.268.702,00	183.396.134,13	
090002 - JF/AM			231	278	278	34.818.628,13	34.818.628,13	34.717.806,67	
090003 - JF/PA			387	481	481	65.253.314,12	65.253.314,12	65.128.831,03	
090004 - JF/MA			363	410	410	54.643.491,54	54.643.077,82	54.624.419,04	
090005 - JF/PI			265	308	308	43.593.161,43	43.452.900,22	43.452.900,22	
090012 - JF/BA			1015	1143	1143	151.527.299,50	151.527.299,50	151.295.103,10	
090013 - JF/MG			1581	1788	1788	260.486.535,05	260.486.294,14	260.146.232,08	
090021 - JF/MT			306	353	353	45.496.303,56	45.496.303,56	45.496.303,56	
090022 - JF/GO			562	634	634	93.300.413,26	93.266.398,95	93.011.783,63	
090023 - JF/DF			861	845	845	117.675.273,36	117.675.273,34	117.574.634,17	
090024 - JF/AC			125	133	133	19.834.296,44	19.834.296,44	19.834.296,44	
090025 - JF/RO			203	207	207	27.747.246,07	27.735.769,30	27.433.461,54	
090037- JF/AP			87	122	122	18.516.027,73	18.428.231,46	18.428.231,46	
090038- JF/TO			133	159	159	22.624.932,98	22.622.535,42	22.565.492,69	
090039- JF/RR			102	113	113	13.696.350,83	13.696.350,83	13.630.825,57	
<b>TOTAL</b>			<b>7449</b>	<b>8192</b>	<b>8192</b>	<b>1.149.913.274,00</b>	<b>1.153.205.375,23</b>	<b>1.150.736.455,33</b>	

1 - Meta reprogramada em função de nomeações e requisições ocorridas no exercício de 2012, não previsto quando da elaboração da proposta. Dotação suficiente para pagar as despesas com pessoal ativo relativas a 2012 ficando pendentes os passivos de exercícios anteriores.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação								
Código		<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes</b>						
Descrição		Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Unidade Orçamentária		12101 e 12102						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados			
27.975.240	33.166.464	33.110.817	28.679.562	47.096	4.431.255		28.632.466	
Metas do Exercício Para a Ação								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Pessoa beneficiada	unidade	4.174	4.095	4.095	4.507.920,00	4.529.590,00	4.506.190,12
090002 - JF/AM			824	910	910	1.048.937,08	1.048.937,08	592.621,80
090003 - JF/PA			1.371	1.618	1.618	1.186.898,70	1.186.898,70	926.883,62
090004 - JF/MA			1.361	1.492	1.492	1.438.662,00	1.438.662,00	1.000.733,46
090005 - JF/ PI			1.014	1.115	1.115	961.080,00	955.469,83	784.138,35
090012 - JF/ BA			3.230	3.579	3.579	5.759.220,46	5.759.220,44	5.163.223,90
090013 - JF/MG			5.467	5.979	5.979	7.049.214,14	7.049.214,14	6.570.657,18
090021 - JF/ MT			1.025	1.141	1.141	1.760.262,69	1.760.262,69	1.448.160,74
090022 -JF/GO			1.920	2.056	2.056	2.948.429,09	2.948.429,09	2.236.678,94
090023 - JF/ DF			3.148	2.989	2.989	4.208.100,54	4.208.099,84	3.374.200,17
090024 - JF/AC			481	509	509	351.090,00	351.090,00	348.859,58
090025 - JF/ RO			696	731	731	501.930,00	499.070,45	499.070,45
090037- JF/AP			356	463	463	286.304,81	286.304,81	277.877,61
090038- JF/TO			462	568	568	576.079,00	575.887,10	575.887,10
090039- JF/RR			374	408	408	513.681,54	513.681,54	374.378,93
<b>TOTAL</b>			<b>25.903</b>	<b>27.653</b>	<b>27.653</b>	<b>33.097.810,05</b>	<b>33.110.817,71</b>	<b>28.679.561,95</b>
1 - Meta reprogramada em função das nomeações efetivadas e das oscilações inerentes a este benefício. Pelo fato de essa meta não ser cumulativa, a meta final realizada corresponde à média das metas realizadas no ano.								





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação								
Código	<b>2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.</b>							
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.							
Unidade Orçamentária	12101 e 12102							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados			
10.529.952,00	10.529.952,00	9.596.810,96	9.576.574,26		20.236,70	9.576.574,26		
Metas do Exercício Para a Ação								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Criança atendida	unidade	191	182	182	1.150.584,00	1.150.584,00	960.672,67
090002 - JF/AM			48	52	52	296.547,99	289.556,29	285.156,30
090003 - JF/PA			93	118	118	637.941,15	637.941,15	637.520,40
090004 - JF/MA			89	97	97	520.827,16	520.827,16	517.719,75
090005 - JF/ PI			74	73	73	397.243,00	378.252,20	378.252,20
090012 - JF/ BA			266	285	285	1.569.707,01	1.569.707,01	1.565.712,37
090013 - JF/MG			402	423	423	2.214.171,78	2.214.031,53	2.210.719,45
090021 - JF/ MT			85	76	76	402.022,48	402.022,48	401.565,30
090022 -JF/GO			131	130	130	683.812,25	683.812,25	682.017,05
090023 - JF/ DF			184	169	169	893.211,83	893.120,54	893.120,54
090024 - JF/AC			29	28	28	143.840,40	143.840,40	143.840,40
090025 - JF/ RO			60	59	59	320.508,20	320.135,20	317.385,75
090037- JF/AP			28	35	35	192.800,73	188.144,43	188.144,43
090038- JF/TO			43	44	44	237.688,00	230.402,70	230.402,70
090039- JF/RR			25	31	31	164.344,95	164.344,95	164.344,95
<b>TOTAL</b>					1.748	1.802	1.802	9.825.250,93

1 - Meta reprogramada em função das nomeações efetivadas e das oscilações inerentes a este benefício proveniente da idade das crianças atendidas. Pelo fato de essa meta não ser cumulativa, a meta final realizada corresponde à média das metas realizadas no ano.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação								
Código		<b>2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados</b>						
Descrição		Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
Unidade Orçamentária		12101 e 12102						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa		Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados			
266.970,00	256.105,00	145.647,66	144.840,43		807,23	144.840,43		
Metas do Exercício Para a Ação								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Servidor beneficiado	unidade	35	34	34	50.050,00	50.050,00	22.371,92
090002 - JF/AM								
090003 - JF/PA								
090004 - JF/MA			15	3	3	9.816,16	9.816,16	9.008,93
090005 - JF/PI			1	1	1	4.714,00	4.714,00	4.714,00
090012 - JF/BA			23	24	24	30.891,80	30.891,80	30.891,80
090013 - JF/MG			54	39	39	54.663,37	54.663,37	54.663,37
090021 - JF/MT								
090022 - JF/GO			5	4	4	9.261,00	6.832,51	6.832,51
090023 - JF/DF			16	15	15	16.357,90	16.357,90	16.357,90
090024 - JF/AC								
090025 - JF/RO								
090037- JF/AP								
090038- JF/TO								
090039- JF/RR								
<b>TOTAL</b>					149	120	120	175.754,23

1 - Meta reprogramada em função das oscilações próprias deste benefício. Pelo fato de essa meta não ser cumulativa, a meta final realizada corresponde à média das metas realizadas no ano.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação										
Código	<b>2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados</b>									
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.									
Unidade Orçamentária	12101 e 12102									
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados					
58.822.080,00	66.671.005,00	66.666.896,77	66.652.975,40		13.921,37	66.652.975,40				
Metas do Exercício Para a Ação										
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira				
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada		
090027-TRF - 1ª Região	Servidor beneficiado	unidade	1.094	1.128	1.128	9.320.880,00	9.651.059,00	9.648.933,53		
090002 - JF/AM			225	255	255	2.211.023,06	2.211.023,06	2.210.423,58		
090003 - JF/PA			388	452	452	3.896.027,38	3.896.027,38	3.896.027,38		
090004 - JF/MA			331	385	385	3.306.308,05	3.305.372,14	3.305.372,14		
090005 - JF/PI			256	289	289	2.466.992,14	2.466.992,14	2.466.992,14		
090012 - JF/BA			929	1.073	1.073	9.230.995,33	9.230.995,33	9.228.226,59		
090013 - JF/MG			1.515	1.759	1.759	15.063.889,43	15.063.889,43	15.062.120,59		
090021 - JF/MT			290	332	332	2.852.434,53	2.852.434,53	2.852.434,53		
090022 - JF/GO			514	593	593	5.073.668,46	5.073.461,91	5.069.782,84		
090023 - JF/DF			727	772	772	6.603.590,11	6.603.590,11	6.601.040,86		
090024 - JF/AC			123	132	132	1.131.191,24	1.131.191,24	1.131.191,24		
090025 - JF/RO			191	204	204	1.765.447,16	1.765.447,16	1.762.891,17		
090037- JF/AP			95	139	139	1.185.865,01	1.185.865,01	1.185.865,01		
090038- JF/TO			127	155	155	1.330.271,57	1.330.271,57	1.330.271,57		
090039- JF/RR			99	105	105	901.402	901.402	901.402		
<b>TOTAL</b>					<b>6.904</b>	<b>7.772</b>	<b>7.772</b>	<b>66.339.985,70</b>	<b>66.669.022,24</b>	<b>66.652.975,40</b>

1 - Meta reprogramada em função dos acréscimos de servidores beneficiados decorrente de nomeações e requisições efetivadas. Pelo fato desse meta não ser cumulativa a meta final realizada é a média das metas realizadas no ano.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação									
Código	2549 - Comunicação e Divulgação Institucional								
Descrição	Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.								
Unidade Responsável	090027/TRF								
Unidade Orçamentária	12102								
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados			
1.180.080,00	1.440.080,00	1.235.646,76		1.041.502,49			194.144,27	1.041.502,49	
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Matéria veiculada	Divulgação de matérias jornalísticas referentes aos atos do Órgão.	unidade	2.204	1.802	1.802	1.180.080,00	1.440.080,00	1.041.502,49
1 - Meta reprogramada tendo em vista a mudança ocorrida no critério de apuração da meta, após a elaboração da LOA, que não considera como meta as matérias veiculadas na intranet									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação												
Código		<b>4091 - Capacitação de Recursos Humanos</b>										
Descrição		Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.										
Unidade Orçamentária		12101 e 12102										
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados							
3.190.232,00	<b>3.828.232,00</b>	<b>3.576.969,58</b>	<b>3.276.913,91</b>	9.172,21	300.055,67		3.267.741,70					
Metas do Exercício Para a Ação												
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira						
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada				
090027-TRF - 1ª Região	Servidor Capacitado	Número de servidores capacitados.	unidade	650	416	416	1.000.001,00	1.200.001,00	884.868,58			
090002 - JF/AM				160	106	106	110.755,51	105.355,57	103.953,07			
090003 - JF/PA				144	148	148	219.210,99	211.070,07	161.439,24			
090004 - JF/MA				154	84	84	131.807,50	131.782,54	121.371,72			
090005 - JF/PI				149	100	100	174.074,57	157.321,29	137.172,90			
090012 - JF/BA				737	626	626	393.098,36	392.163,66	379.945,77			
090013 - JF/MG				1.000	1.726	1.726	616.240,03	614.995,03	566.986,85			
090021 - JF/MT				175	203	203	160.230,46	160.230,46	158.894,46			
090022 -JF/GO				400	126	126	139.342,87	124.814,12	124.524,76			
090023 - JF/DF				587	437	437	250.915,56	249.933,53	247.252,13			
090024 - JF/AC				84	87	87	133.452,28	131.686,97	127.053,67			
090025 - JF/RO				98	40	40	130.396,87	130.396,87	117.431,01			
090037- JF/AP				62	55	55	103.314,93	98.752,26	98.752,26			
090038- JF/TO				84	131	131	55.636,99	51.213,31	51.213,31			
090039- JF/RR				80	32	32	144.328,83	139.961,03	136.976,03			
<b>TOTAL</b>				4.564	4.317	4.317	3.762.806,75	3.899.677,71	3.417.835,76			
1 - Meta física reprogramada em função do planejamento físico. Houve 4.317 magistrados/servidores treinados, apesar do programa de treinamento ter registrado 7.452 participações de magistrados/servidores nos mais diversos eventos que foram financiados com a dotação do CRH e ainda a participação de 992 magistrados/servidores em eventos sem custo direto.												



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>								
Código	<b>4224 - Assistência Jurídica a Pessoa Carente</b>							
Descrição	Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.							
Unidade Orçamentária	12101 e 12102							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados			
21.244.371	28.647.905	28.624.189	25.188.621	7.385	3.435.568	25.181.237		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Pessoa assistida	Unidade	45	1	1	10.000,00	10.000,00	10.000,00
090002 - JF/AM			1.152	1.509	1.486	307.767,38	307.767,38	302.968,11
090003 - JF/PA			6.406	14.486	12.551	2.548.152,75	2.548.152,44	2.289.015,37
090004 - JF/MA			11.287	14.158	13.562	2.367.684,59	2.367.684,59	2.259.626,24
090005 - JF/PI			4.827	6.156	6.156	1.017.220,54	1.007.079,10	1.007.079,10
090012 - JF/BA			15.588	29.056	28.972	6.183.518,67	6.183.518,67	6.165.521,38
090013 - JF/MG			26.087	39.605	29.999	7.692.293,20	7.692.293,20	5.697.979,87
090021 - JF/MT			8.034	8.792	7.906	1.855.736,19	1.855.736,19	1.663.943,95
090022 - JF/GO			10.623	15.755	13.662	3.328.757,72	3.320.272,81	3.006.263,69
090023 - JF/DF			2.736	5.174	3.719	1.328.398,18	1.328.398,18	928.927,86
090024 - JF/AC			1.797	1.786	1.472	380.350,17	380.350,17	314.631,46
090025 - JF/RO			1.174	1.476	1.082	246.472,46	246.472,46	180.936,86
090037- JF/AP			1.398	2.430	2.430	389.681,66	384.834,73	384.834,73
090038- JF/TO			2.009	4.129	4.125	872.766,79	872.763,71	866.429,03
090039- JF/RR			358	564	522	118.865,78	118.865,78	110.463,75
<b>TOTAL</b>					93.522	145.077	127.645	28.647.666,08
1 - Meta física reprogramada em função da suplementação de dotação ocorrida em dezembro com as sobras orçamentárias das diversas Regiões o que possibilitou o acréscimo de atendimento de perícias nos JEFS.								
<b>Identificação da Ação</b>								



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Código		<b>4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>							
Descrição		Pagamento das despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, despesas com informática e demais despesas necessárias ao funcionamento do órgão.							
Unidade Orçamentária		12101 e 12102							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
223.782.480	234.308.610	230.637.277	187.063.691	2.616.820	43.573.586		184.446.872		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada	
090027-TRF - 1ª Região	Processo Julgado	Processo Julgado	Unidade	107.577	140.632	140.632	54.649.342,00	62.256.846,00	46.725.800,64
090002 - JF/AM				32.481	22.697	22.697	6.480.857,17	6.356.459,35	5.631.436,92
090003 - JF/PA				100.036	67.895	67.895	11.551.883,66	11.458.049,65	9.803.682,20
090004 - JF/MA				63.111	67.612	67.612	8.935.039,28	8.934.799,24	7.322.273,57
090005 - JF/PI				13.106	32.860	32.860	6.735.707,58	6.545.878,77	5.338.030,81
090012 - JF/BA				142.745	125.371	125.371	26.476.386,12	26.471.825,58	20.370.234,63
090013 - JF/MG				285.264	181.317	181.317	41.113.199,12	41.113.174,09	35.259.445,04
090021 - JF/MT				35.959	27.907	27.907	9.436.984,53	9.426.999,43	7.288.914,84
090022 - JF/GO				90.689	59.641	59.641	14.876.928,97	14.443.370,43	11.428.803,48
090023 - JF/DF				99.318	59.038	59.038	18.012.069,18	18.008.944,73	15.806.491,57
090024 - JF/AC				29.832	12.390	12.390	3.345.197,93	3.333.065,40	2.914.776,82
090025 - JF/RO				31.979	18.181	18.181	6.794.116,97	6.704.030,92	6.180.174,23
090037- JF/AP				6.632	8.183	8.183	3.924.567,50	3.679.830,16	3.214.933,44
090038- JF/TO				41.311	14.639	14.639	5.033.045,14	4.757.120,63	3.432.542,87
090039- JF/RR				30.389	7.653	7.653	2.639.016,98	2.639.016,98	1.878.527,85
<b>TOTAL</b>				1.110.430	846.016	846.016	220.004.342,13	226.129.411,36	182.596.068,91
1 - A meta física foi reprogramada em função de inconsistência verificada na metodologia adotada para a previsão de julgados pela Divisão de Estatística.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código	<b>09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.</b>								
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.								
Unidade Orçamentária	12101 e 12102								
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar			Valores Pagos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
197.750.000,00	205.817.940,00	204.468.660,95	204.419.447,51	12.365,37	49.213,44		204.407.082,14		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada	
090027-TRF - 1ª Região						30.350.000,00	30.350.000,00	29.777.794,23	
090002 - JF/AM						6.164.161,81	6.164.161,81	6.164.161,81	
090003 - JF/PA						11.714.665,28	11.714.664,88	11.713.710,86	
090004 - JF/MA						9.770.821,50	9.770.821,50	9.770.821,50	
090005 - JF/PI						7.872.870,21	7.872.862,42	7.872.862,42	
090012 - JF/BA						27.274.029,13	27.274.029,13	27.245.391,18	
090013 - JF/MG						47.290.160,20	47.290.160,20	47.290.160,20	
090021 - JF/MT						8.053.349,80	8.053.349,80	8.053.349,80	
090022 - JF/GO						16.905.164,04	16.904.250,18	16.903.304,58	
090023 - JF/DF						21.721.316,58	21.721.316,58	21.714.746,83	
090024 - JF/AC						3.550.680,42	3.550.680,42	3.550.680,42	
090025 - JF/RO						4.828.502,34	4.827.010,22	4.814.904,10	
090037- JF/AP						3.230.368,02	3.225.671,40	3.225.671,40	
090038- JF/TO						3.953.734,13	3.953.270,78	3.953.270,78	
090039- JF/RR						2.368.617,40	2.368.617,40	2.368.617,40	
<b>TOTAL</b>				0	0	0	205.048.440,86	205.040.866,72	204.419.447,51
1 - Dotação suficiente para pagar as despesas com pessoal relativas a 2012 ficando pendente os passivos de exercícios anteriores.									
<b>Identificação da Ação</b>									





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Código		<b>1136 - Modernização das Instalações da Justiça Federal</b>								
Descrição		Reforma, ampliação e modernização de imóveis da Justiça Federal.								
Unidade Orçamentária		12101 e 12102								
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos		
4.835.000,00	4.143.000,00	2.732.091,07	532.375,91		369,51	2.199.715,16		532.006,40		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>										
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira				
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada		
090027-TRF - 1ª Região	Instalação modernizada	Unidade modernizada	unidade	6	6	5	1.214.172,00	1.214.172,00	135.906,28	
090002 - JF/AM				0	1	1	4.250,00	4.250,00	4.250,00	
090003 - JF/PA				1	1	1	20.257,87	20.257,87	20.257,87	
090004 - JF/MA				2	2	1	430.509,19	430.509,19	11.224,45	
090005 - JF/ PI				0	2	1	88.052,60	88.052,58	8.200,00	
090012 - JF/ BA				2	2	1	287.919,11	287.919,11	24.033,85	
090013 - JF/MG				7	1	1	472.280,30	358.580,30	118.441,10	
090021 - JF/ MT										
090022 -JF/GO										
090023 - JF/ DF				0	1	0	229.307,00	229.268,79	0,00	
090024 - JF/AC				2	1	0	60.000,00	60.000,00	0,00	
090025 - JF/ RO				2	3	2	62.907,07	36.024,96	12.826,62	
090037- JF/AP										
090038- JF/TO				3	4	3	567.051,34	566.027,82	92.450,51	
090039- JF/RR				1	1	1	268.820,83	268.820,83	104.785,23	
<b>TOTAL</b>				26	25	17	3.705.527,31	3.563.883,45	532.375,91	
1 - Parte da dotação não utilizada ficou na UG 090032 , pois as seccionais não concluíram as licitações em tempo hábil para o empenhamento o que inviabilizou o remanejamento da dotação reservada.										



Identificação da Ação									
Código	1A58 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA								
Descrição	Construção de prédio de 2.699 m <sup>2</sup> com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Santarém - PA com 2.699,05 m <sup>2</sup> de área construída.								
Unidade Responsável	090012-JF/PA								
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau								
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados			
500.000,00	500.000,00	-	-		-				
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/PA	Edifício construído	Sede construída com 2.699 m <sup>2</sup>	% de execução física	8	5,95	0	500.000,00	500.000,00	-
1. Meta física reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto .									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG</b>							
Descrição		Construção de prédio, com área de 3.653 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Passos - MG.							
Unidade Responsável		090013-JF/MG							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
500.000,00	500.000,00	-	-	-	-				
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090013-JF/MG	Edifício construído	Sede construída com 3.653 m <sup>2</sup>	% de execução física	5	4,49	0	500.000,00	500.000,00	-
1. Meta física reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT</b>							
Descrição		Construção de imóvel para abrigar a Justiça Federal em Sinop no Estado do Mato Grosso, com 2.500m2 de área construída, cuja infra-estrutura atenderá à demanda institucional e social daquele município e região a ser beneficiada com a presença da Justiça Federal.							
Unidade Responsável		090021 - JF/ MT							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	90.016,50		909.983,50		90.016,50		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090021 - JF/ MT	Edifício construído	Sede construída com 2.050 m <sup>2</sup>	% de execução física	22	18,76	1,69	1.000.000,00	1.000.000,00	90.016,50
1. Meta física reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.									



<b>Identificação da Ação</b>								
Código		<b>120X - Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista - RR</b>						
Descrição		Reforma e ampliação de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal.						
Unidade Responsável		090039- JF/RR						
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos
2.000.000,00	2.000.000,00	1.294.721,22	-			1.294.721,22		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090039- JF/RR	Edifício reformado	% de execução física	66	41,74	0	2.000.000,00	2.000.000,00	-
1 . Meta reprogramada em função da alteração do custo total do projeto decorrente de alterações aprovadas nos termos aditivos.								



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12RA - Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Boa Vista - RR</b>							
Descrição		A ação prevê a construção da sede com 7.600 m <sup>2</sup> para prover a Seção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas.							
Unidade Responsável		090039- JF/RR							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados			
21.500.000,00	9.726.626,00	795.287,44	71.313,14			723.974,30		71.313,14	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090039- JF/RR	Edifício construído	Edifício construído com 7.600 m <sup>2</sup> .	% de execução física	100	52,44	0,17	21.500.000,00	9.726.626,00	71.313,14
<b>Nota:</b>									
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12RB - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA</b>							
Descrição		A ação prevê a revisão dos quadros elétricos e a substituição e ampliação dos cabearamentos elétricos.							
Unidade Responsável		090021 - JF/ PA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos	
1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	8.160,00			1.091.840,00		8.160,00	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada	
090012-JF/PA	Edifício reformado.	Edifício reformado	% de execução física	100	87,37	0,65	1.100.000,00	1.100.000,00	8.160,00
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Obra licitada em dez/2012.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação									
Código	12RQ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças - MT								
Descrição	A ação prevê a construção da sede com 2.200 m <sup>2</sup> para prover a Subseção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas.								
Unidade Responsável	090021 - JF/ MT								
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau								
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos	
100.000,00	100.000,00	48.883,25	-		-	48.883,25		-	
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090021 - JF/ MT	Edifício construído	Edifício-Sede construído com 2.200 m <sup>2</sup> .	% de execução física	2	3,99	0	100.000,00	100.000,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Projetos arquitetônico e executivos contratados.									





Identificação da Ação									
Código		12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino - MT							
Descrição		A ação prevê a construção de 2.200 m <sup>2</sup> para prover a Subseção de instalações físicas necessárias à atual estrutura.							
Unidade Responsável		090021 - JF/ MT							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos	
100.000,00	100.000,00	48.883,25	-		-	48.883,25		-	
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090021 - JF/ MT	Edifício construído	Edifício-Sede construído com 2.200 m <sup>2</sup> .	% de execução física	2	3,99	0	100.000,00	100.000,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Projetos arquitetônico e executivos contratados.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12R6 - Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA</b>							
Descrição		A ação prevê a construção da sede com 2.450 m <sup>2</sup> para prover a Seção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas.							
Unidade Responsável		090012-JF/BA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa				Restos a Pagar			Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados			
500000	1500000	1500000		0,00%		0,00%	1.500.000,00		0
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Edifício-Anexo construído com 2.450 m <sup>2</sup> .	% de execução física	8	23,15	0	500.000,00	1.500.000,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista a reabertura de crédito especial e ainda a alteração no custo total do projeto. Obra licitada em 2012 e ordem de serviço prevista para janeiro 2013.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG</b>							
Descrição		A ação prevê a reforma das fachadas do prédio cujas placas de mármore estão se soltando e caindo oferecendo perigos aos traseuntes.							
Unidade Responsável		090012-JF/MG							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00		-		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090013-JF/MG	Edifício reformado	Edifício reformado	% de execução física	48	40	0	1.000.000,00	1.000.000,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12SJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG</b>							
Descrição		A ação prevê a construção da sede com 3.295 m <sup>2</sup> para prover a Subseção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas.							
Unidade Responsável		090012-JF/MG							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
300.000,00	300.000,00	219.132,32	109.566,16		109.566,16		109.566,16		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090013-JF/MG	Edifício construído	Edifício construído com 3.295 m <sup>2</sup> .	% de execução física	4	4,1	1,5	300.000,00	300.000,00	109.566,16
Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. projeto arquitetônico e executivos contratados, em fase de elaboração.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT</b>							
Descrição		A ação prevê a construção do Edifício-Sede com 1.000 m <sup>2</sup> para prover a Subseção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas Varas.							
Unidade Responsável		090021 - JF/ MT							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	78.372,25		921.627,75		78.372,25		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090021 - JF/ MT	Edifício construído	Edifício-Sede construído com 1.000 m <sup>2</sup> .	% de execução física	43	43,77	3,43	1.000.000,00	1.000.000,00	78.372,25
Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Projetos arquitetônico e executivos pagos. Obra e fiscalização contratadas em dezembro. Ordem de serviço prevista para janeiro-2013.									



<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA</b>							
Descrição		Construção de prédio, com área de 2.800,00 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Guanambi - BA.							
Unidade Responsável		090012-JF/BA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
200.000,00	-	-	-	-	-		-		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Edifício-sede construído com 2.800,00 m <sup>2</sup>	% de execução física	3	0	0	200.000,00	0,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.									



<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>7H63 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA</b>							
Descrição		Despesas com projetos arquitetônicos e complementares, construção do prédio com 2.766,29 m <sup>2</sup> , fiscalização e acompanhamento da obra, instalações e serviços especiais, e aquisição de equipamentos diversos e outras despesas afins.							
Unidade Responsável		090012-JF/BA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
150.000,00	-	-	-	-	-		-		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Edifício sede construído com 2.766,29 m <sup>2</sup> .	% de execução física	2	0	0	150.000,00	0,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>7J50 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA</b>							
Descrição		Construção de prédio, com área de 4.476 metros quadrados, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Feira de Santana - BA.							
Unidade Responsável		090012-JF/BA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos	
963.322,00	963.322,00	963.322,00	252.566,00			710.756,00		252.566,00	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Sede construída com 4.476 m <sup>2</sup>	% de execução física	9	8,66	2,27	963.322,00	963.322,00	252.566,00
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Obra em fase de conclusão (previsão 12/03/13).									





Identificação da Ação									
Código		7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA							
Descrição		Construção de prédio, com área de 2.904,00 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Campo Formoso - BA.							
Unidade Responsável		090012-JF/BA							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
400.000,00	1.335.000,00	1.335.000,00	-	-	1.335.000,00		-		
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Edifício-sede construído com 2.904 m <sup>2</sup>	% de execução física	6	17,19	0	400.000,00	1.335.000,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto. obra licitada em 2012 e ordem de serviço prevista para janeiro de 2013.									



Identificação da Ação									
Código	7K49 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié - BA								
Descrição	Construção de prédio, com área de 2.283 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Jequié - BA.								
Unidade Responsável	090012-JF/BA								
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau								
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos	
3000000	3000000	3000000		71523366,00%		2.284.766,34			715.233,66
Metas do Exercício Para a Ação									
Unidade/Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Edifício construído	Sede construída com 2.283 m <sup>2</sup>	% de execução física	48	34,99	8,34	3.000.000,00	3.000.000,00	715.233,66
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Obra em andamento, conclusão prevista para 17/01/2014.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação								
Código		7R91 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro - BA						
Descrição		Construção de imóvel para abrigar a Justiça Federal em Juazeiro no Estado da Bahia, cuja infraestrutura atenderá à demanda institucional e social daquele município e região a ser beneficiada com a presença da Justiça Federal.						
Unidade Responsável		090012- JF/BA						
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados			
500.000,00	-	-	-	-	-			
Metas do Exercício Para a Ação								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090012-JF/BA	Anexo construído	% de execução física	100	0	0	500.000,00	0,00	-
1. Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.								



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>									
Código		<b>7K63 - Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO</b>							
Descrição		A ação prevê a ampliação da sede com a construção de um anexo com 6.637 m <sup>2</sup> para prover a Seção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas e turmas recursais.							
Unidade Responsável		090038- JF/TO							
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau							
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados				
6.629.470,00	5.854.470,00	4.794.365,60	3.589.971,57		1.204.394,03		3.589.971,57		
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>									
Unidade	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
				Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090038- JF/TO	Anexo construído	Edifício-Anexo construído com 6.637 m <sup>2</sup> .	% de execução física	34	28,51	17,48	6.629.470,00	5.854.470,00	3.589.971,57
1. Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e do cancelamento de dotação. a obra está em processo de vistoria para o recebimento provisório.									



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Identificação da Ação								
Código	<b>11RV - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF</b>							
Descrição	Construção de prédio, com área de 168.800 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Brasília - DF.							
Unidade Responsável	090027-TRF - 1ª Região							
Unidade Orçamentária	12102 - Tribunal Regional Federal da Primeira Região							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados	Não Processados		Valores Pagos
50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	352.038,00			49.647.962,00		352.038,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira		
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada
090027-TRF - 1ª Região	Edifício construído	% de execução física	10	10,28	0,07	50.000.000,00	50.000.000,00	352.038,00
1. Obra em andamento sendo executada com restos a pagar inscritos em 2009,2010 e 2011.								



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Identificação da Ação</b>												
Código		<b>3755 - Implantação de Varas Federais na Justiça Federal</b>										
Descrição		Despesas com reformas e adaptações de imóveis; aquisição de equipamento e material permanente; despesas com diárias e passagens; aquisição de material de consumo e demais despesas relacionadas à instalação de varas.										
Unidade Orçamentária		12101 e 12102										
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar		Valores Pagos					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados							
11.400.000,00	11.125.221,00	11.004.692,86	4.676.826,16	10.240,33	6.327.866,70		4.666.585,83					
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>												
Unidade/Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira						
			Prevista	Reprogramada	Realizada	Prevista	Reprogramada	Realizada				
090027-TRF - 1ª Região	Vara federal instalada	Vara instalada	unidade				4.136.168,70	4.135.899,90	281.250,30			
090002 - JF/AM				2	2	2	823.619,13	764.953,78	520.766,78			
090003 - JF/PA				4	4	4	1.059.383,90	1.057.296,23	727.201,50			
090004 - JF/MA				1	1	1	353.824,40	353.824,40	118.824,40			
090005 - JF/ PI				1	1	1	170.187,31	162.120,07	159.090,07			
090012 - JF/ BA				2	2	2	718.854,23	718.854,23	480.718,63			
090013 - JF/MG				5	5	5	1.577.541,48	1.577.425,89	1.290.595,98			
090021 - JF/ MT				1	1	1	1.048.881,56	1.048.851,06	277.698,85			
090022 -JF/GO				2	2	2	355.683,50	330.933,47	284.249,70			
090023 - JF/ DF								7.982,37	7.982,37	7.463,13		
090024 - JF/AC								8.662,30	8.326,58	7.467,50		
090025 - JF/ RO				1	1	1	715.054,21	714.100,37	486.253,28			
090037- JF/AP								12.334,30	12.334,30	12.334,30		
090038- JF/TO								112.911,74	111.790,21	22.911,74		
090039- JF/RR												
<b>TOTAL</b>							<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>11.101.089,13</b>	<b>11.004.692,86</b>	<b>4.676.826,16</b>
<b>Nota:</b>												
1 - A dotação foi utilizada tanto para instalar as varas de 2012 quanto para complementar algumas pendências de varas instaladas em 2011 e ainda antecipar despesas para as varas que serão instaladas em 2013, sendo esta a razão de ter ocorrido despesa em unidades gestoras que não instalaram varas em 2012.												

Fonte: SECOR/TRFI



#### 4.1.2.1. ANÁLISE CRÍTICA

##### 4.1.2.1.1. AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA 0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL

#### 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Meta reprogramada em função de nomeações e aquisições ocorridas no exercício de 2012, não previsto quando da elaboração da proposta. Dotação suficiente para pagar as despesas com pessoal ativo relativas a 2012 ficando pendentes os passivos de exercícios anteriores. O crédito não utilizado de R\$ 281.790,23 foi decorrente de acertos efetuados no encerramento do exercício sem tempo hábil para o empenhamento.

#### 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

O Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Pro-Social visa a proporcionar aos magistrados e servidores do Tribunal e das Seções Judiciárias jurisdicionadas sistema de serviços e benefícios sociais capaz de propiciar ao órgão o recrutamento e a manutenção de quadro de pessoal.

As despesas decorrentes dos serviços e benefícios do Programa têm seus custos cobertos com recursos provenientes do Orçamento da União e contribuição mensal e direta do beneficiário (recursos próprios).

A totalidade dos recursos do Programa no ano de 2012, advindos da União e próprios, não foi suficiente para manter as despesas do exercício, sendo necessário reduzir a reserva financeira do Programa em R\$ 24.748.249,00 para complementar as necessidades do exercício.

Das despesas pagas em 2012, 31,5% foram executadas com dotação da União e 68,5% com recursos próprios. Destes, 37% referem-se a recursos da reserva financeira do Programa, consignados em outros exercícios. Caso este cenário se repita, em dois anos, o Programa estará deficitário.

A Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região vem solicitando o acréscimo no valor unitário do referido benefício há anos, em virtude de o valor por beneficiário repassado pela União ser o mesmo desde 2002, ou seja, R\$ 90,00, o que não cobre os constantes aumentos nos valores pagos pelo Pro-Social à rede credenciada em função de reajustes e aumento de demanda.

A meta inicial foi reprogramada em função das nomeações efetivadas e oscilações que ocasionaram majoração no número de beneficiário. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

O valor inscrito em restos a pagar foi proveniente de remanejamento de sobras orçamentária das demais regiões repassados no fim do exercício que serão executadas em 2013.

O crédito de R\$ 55.647,45 não foi utilizado devido à falta de tempo hábil para o empenhamento, haja vista que os créditos foram recebidos nos últimos dias do exercício.



## **2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei 8.069/90, de 13/7/1990, a atividade proporcionou assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas, bem como aos excepcionais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida.

Meta reprogramada em função das nomeações efetivadas que acarretaram majorações das crianças atendidas. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

A dotação foi suficiente para conceder o benefício aos servidores em 2012 e o crédito não utilizado de R\$ 933.141,04 teve sua origem nas oscilações inerentes a este benefício que não podem ser previstas com precisão.

## **2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

A ação está prevista na Medida Provisória 2.165-36, de 23/08/2001, e Resolução CJF 4, de 14/03/2008, objetivando promover condições favoráveis ao deslocamento dos servidores de suas residências até o local de trabalho e respectivo retorno, na forma de custeio de parte de suas despesas com transporte. No entanto, não houve interesse de grande parte dos servidores para utilização do benefício, devido à desvantagem relativa ao custeio previsto. Dessa forma, as metas previstas são consideradas baixas em relação ao contingente de servidores.

Meta reprogramada em função das oscilações próprias deste benefício. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

A dotação foi suficiente para conceder o benefício aos servidores em 2012 e o crédito não utilizado de R\$ 110.457,34 foi decorrente da diminuição dos beneficiários.

## **2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados**

Em atendimento ao art. 22 da Lei 8.460, de 17/09/1992, com redação dada pela Lei 9.527, de 10/12/1997, bem como em reconhecimento à simetria constitucional existente entre os magistrados e os membros do Ministério Público Federal, disciplinado em âmbito da Justiça Federal pela Resolução 175 de 16/12/2011, foram aplicados recursos com o objetivo de assegurar o auxílio de natureza indenizatória, em pecúnia, na folha de pagamento do mês anterior ao de competência do benefício, aos servidores e magistrados em efetivo exercício, na proporção dos dias trabalhados.

Meta reprogramada em função dos acréscimos de servidores beneficiados decorrente de nomeações e requisições efetivadas, sobretudo para atender inauguração de varas federais. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

A dotação foi suficiente para conceder o benefício a servidores e magistrados em 2012 ficando sem utilização R\$ 4.108,23. Encontra-se pendentes de pagamento as despesas de exercícios anteriores para os magistrados, relativas ao período de maio/2004 a maio/2011, nos valores aproximados de R\$ 23.496.702,00 referentes à U.O.12.101 e R\$ 1.842.000,00, à U.O. 12.102. Aos montantes foram aplicados juros e correção monetária até o ano de 2011.





## **2549 – Comunicação e Divulgação Institucional**

Meta reprogramada tendo em vista a mudança ocorrida no critério de apuração da meta, após a elaboração da LOA, que não considera como meta as matérias veiculadas na intranet.

Crédito não utilizado de R\$ 204.433,24.

## **4091 - Capacitação de Recursos Humanos**

Além do número de pessoas capacitadas apontado na meta alcançada, registra-se 7.452 participações de magistrados e servidores nos mais diversos eventos e ainda a participação de 992 magistrados e servidores em eventos sem custo direto .

A ação visou a promover, de forma conjunta e com foco nas competências estratégicas, a qualificação de pessoal, pela aquisição, reciclagem e aprimoramento de conhecimentos, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo a se obter melhor desempenho, incremento da produtividade e satisfação profissional, com conseqüente otimização dos serviços oferecidos aos jurisdicionados.

Buscou-se, também, aumentar a abrangência das ações educacionais, ofertando capacitação de qualidade e de maneira uniforme aos servidores de toda a Primeira Região, inclusive àqueles lotados nas Subseções mais longínquas. Para tanto, o TRF – 1ª Região ofertou cursos virtuais cujas vagas foram distribuídas não somente no âmbito do Tribunal, mas também entre todas as Seções e Subseções Judiciárias vinculadas.

Os cursos virtuais ofertados foram, em sua maioria, produzidos com utilização de conteudistas internos, uma vez que se objetivava utilizar os saberes, experiências e conhecimentos de magistrados e servidores da Primeira Região para atender às demandas de capacitação que exigiam um conhecimento específico, voltado a resolução dos problemas do dia a dia do trabalho.

Ressalta-se que o planejamento conjunto das ações educacionais na Primeira Região acarretou mudanças de estratégias, como por exemplo, a redução da necessidade de realização de eventos presenciais, em função do compartilhamento de palestras promovidas por uma Seção Judiciária e transmitidas por videoconferência para o Tribunal e demais Seccionais – ação decorrente do Programa “UniCorp em videoconferência”. Nesse caso, embora não haja custo para os órgãos que recebem a transmissão, há servidores efetivamente capacitados.

O crédito não utilizado de R\$ 251.262,42 foi decorrente do programa de Bolsas de estudos que não foi implementado.

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – ESMAF desenvolveu suas atividades com vistas à capacitação dos magistrados da Primeira Região e buscou a participação de servidores, advogados, procuradores e autoridades de diversos órgãos para enriquecer os debates.

Durante o ano de 2012, foi dada continuidade aos cursos de Latim Básico e Avançado; promovido o seminário “Diálogos com o Poder Judiciário sobre Defesa Comercial”; efetivadas as Jornadas Jurídicas envolvendo: o Direito Internacional, Direito Ambiental, Direito Penal, Direito Eleitoral, Direito Constitucional e Direito Civil.

Para atender a Resolução n. 75 do Conselho Nacional de Justiça de 12/05/2009 e da Resolução n. 02/2009, que prevê curso de formação inicial para juízes, com carga horária mínima de 480 horas, foi instituída Comissão Especial pela Portaria/Esmaf n. 1 de 29/08/2012, para preparar o Curso de Formação dos Juízes Federais Substitutos aprovados no XIV Concurso, cujo



início está previsto para 25/02/2013 e término em 07/06/2013, ficando decidida a estrutura de ensino, com carga horária de 575,4 h/a.

#### **4224 - Assistência Jurídica a Pessoa Carente**

Em cumprimento ao disposto no art. 5.º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, a ação visou a proporcionar a tutela da prestação jurisdicional à população carente, envolvendo o pagamento de honorários a advogados dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para prestação de assistência jurídica a pessoas carentes.

Dando continuidade às ações de efetiva implementação do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal, instituído pela Resolução nº CF-RES-2012/00201, de 28/08/2012, foi assinada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a Resolução Conjunta PRESI/COGER/COJEF nº 20, de 18/10/2012, objetivando orientar as Seccionais no que se refere à utilização da ferramenta

A Comissão AJG/TRF1 apresentou proposta de capacitação ao Coordenador Nacional do Grupo AJG para que os gestores do sistema fossem capacitados, já que na 1ª Região, a grande maioria das Seccionais não utilizavam a ferramenta. Assim, foram realizados treinamentos com os administradores do sistema, com os diretores de secretaria e com os servidores da área de execução financeira. A iniciativa teve apoio do Conselho de Justiça Federal, por meio de solicitação da Diretoria-Geral do TRF 1ª Região.

Várias reuniões foram realizadas, objetivando a disseminação da aplicabilidade do Sistema AJG e suas funcionalidades, além da verificação de inconsistências e ajustes. Atualmente, a ferramenta está em plena produção e, à medida em que são necessários ajustes ou correções, são inseridas as demandas em aplicativo gerenciador para que a equipe de desenvolvimento proceda à análise e efetive as providências necessárias.

Foi recomendado, ainda, a efetivação de convênio com os Tribunais de Justiça dos Estados, objetivando a adoção de providências relativas ao processamento das solicitações de pagamento dos processos oriundos da competência delegada

Conquanto os Juizados Especiais Federais ter-se constituído numa importante ferramenta para consecução dos objetivos sociais previstos na Constituição Federal, haja vista que foram criados para facilitar o acesso à justiça, principalmente daqueles que têm poucos recursos financeiros e não podem contratar um advogado, trouxe consigo o grande aumento da demanda envolvendo a ação Assistência Jurídica a Pessoa Carente.

A dotação alocada está sempre aquém das demandas exigidas. A insuficiência de créditos resulta em grande demora no pagamento dos serviços prestados pelos peritos e defensores, gerando insatisfação, reclamação e diversos pedidos de descredenciamento dos profissionais. Isso contribui para que a prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais fique prejudicada no que tange ao Princípio da celeridade processual, um de seus pilares.

No exercício de 2012, da dotação disponível, no valor de R\$ 28.647.905,00, foram utilizados R\$ 13.673.134,63 para pagamento de despesas de exercício anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2011 foi insuficiente para supri-las e R\$ 14.951.293,70 para as despesas do exercício de 2012 que não quitou todas as pendências, restando assim, um passivo de R\$ 7.272.255,16 a ser pago em 2013.



Meta física reprogramada em função da suplementação de dotação ocorrida em dezembro com as sobras orçamentárias dos diversos Regionais, o que possibilitou acréscimo de atendimento de perícias advindas dos Juizados Especiais Federais. Da dotação recebida, R\$ 5.466.000,00 referem-se a sobras das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, dos quais R\$ 1.4468.639,39 ficaram inscritos em restos a pagar, por não haver tempo hábil à quitação dos compromissos assumidos.

Destaca-se a atipicidade ocorrida na unidade 12.102, que causou a reprogramação da meta física em função da complexidade e do valor da perícia realizada em um caso específico.

#### **4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal**

A meta física da ação Julgamento de Causas foi reprogramada devido à inconsistência verificada na metodologia adotada pela Divisão de Estatística para a previsão de julgados.

Houve aumento de 6,93 % de processos julgados em relação a 2011, em função de novas varas instaladas, mutirões e itinerantes realizados, prorrogação do mutirão Judiciário em dia e conciliações efetivadas.

Os recursos alocados na ação foram aplicados sempre com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária, garantindo a prestação jurisdicional a contento. Foram abrigados nesta ação gastos imprescindíveis, tais como: força de trabalho terceirizada e estagiário; materiais de consumo e permanente; pequenas adaptações nas dependências; indenização de transporte aos oficiais de justiça; gastos com diárias, essas essenciais ao cumprimento de mandados judiciais no interior do País, necessário ao apoio logístico às seções e subseções Judiciárias instaladas no interior; realizações de juizados itinerantes; deslocamento de magistrados para cobrir afastamentos de titulares. Parte dos materiais nessa ação foi adquirido no final do exercício, sendo os empenhos inscritos em restos a pagar para pagamento em 2013.

A dotação não utilizada de R\$ 3.671.333,00 encontra justificativa em licitações frustradas, que afetaram aquisições de material permanente e de consumo e a contratação de serviços de reformas e adaptações

#### **09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.**

Dotação suficiente para pagar as despesas com pessoal relativas a 2012 ficando pendente os passivos de exercícios anteriores.

O crédito não utilizado de R\$ 1.349.279,05 não pode ser remanejado para outras despesas de pessoal em função da legislação vigente.

#### **1A58 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém – PA**

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2012, pelo limite da SOF/MPOG acrescido de R\$ 166.667,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto projetos arquitetônico e executivo contratados e entregues. A licitação da obra foi deserta ficando R\$ 500.000,00 sem utilização.



### **1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG**

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2012, pelo limite da SOF/MPOG, acrescida de R\$ 500.000,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração no custo total da obra. Projetos arquitetônico e executivo contratados no final de 2009 e entregues à seccional em 2010. A licitação relativa à contratação de empresa para construção do edifício, realizada em 2012, foi deserta, ficando R\$ 500.000,00 sem utilização. Aguarda-se a atualização do projeto para repetir o certame em 2013.

### **1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT**

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto. Obra licitada em dez/2012, ao custo total de R\$ 5.240.349,64 com prazo de execução de 18 meses, todavia, uma das empresas participantes da licitação, protocolou junto a administração denúncia contra a empresa vencedora alegando falsidade dos atestados de capacidade técnica.

### **120X - Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista – RR**

Dotação de R\$ 2.000.000,00 consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar

Meta reprogramada em função da alteração do custo total do projeto decorrente de aprovação de termos aditivos.

Obra contratada por regime de empreitada por preço global, com valor inicial de R\$ 3.508.361,00 e iniciada em 13.12.2011. O prazo de execução dos serviços após o último termo aditivo firmado (5º TA) é de 420 dias a contar de 05/02/2013. Os termos aditivos realizados visaram adequação dos serviços para melhoria da reforma a pedido da administração, bem como dilação de prazo apresentado pela empresa e aceito pela administração, ficando o valor total do contrato em R\$ 4.588.086,31.

O crédito não utilizado foi de R\$ 705.278,78

Todo o valor empenhado em 2012 ficou em restos a pagar uma vez que a obra está em atraso e ainda tem saldo de restos a pagar inscritos em 2011.

### **12RA - Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Boa Vista – RR**

Dotação de R\$ 21.000.000,00 consignados na LOA 2012, por emenda parlamentar.

O plenário do Conselho da Justiça Federal aprovou a execução desta obra, nos termos da art. 10 da Resolução CJF 179/2011.

Em 2012, foram pagos R\$ 71.313,14 e inscritos em restos a pagar R\$ 723.974,30 relativos à elaboração e fiscalização dos projetos executivos e a publicidade e propaganda .do edital de licitação.

A Diretora do Foro revogou o edital de licitação de concorrência, após detectar as pendências a seguir que poderiam adiar o início das obras:a empresa contratada para fiscalizar os projetos de construção da nova sede (ENGECEL) não havia fornecido relatório conclusivo quanto à



análise dos projetos; as empresas interessadas em participar da licitação levantaram questionamentos que colocaram que xeque a adequação dos projetos e ainda pelo fato da regularização da outorga de terreno, junto à SPU, não ter sido concluída, o que também comprometeria o início dos trabalhos para construção da nova sede.

Diante da revogação foram contingenciados R\$11.773.374,00 e ficaram sem utilização R\$ 8.931.338,56.

#### **12RB - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém – PA**

Dotação de R\$ 1.100.000,00 consignados na LOA 2012, pelo limite da SOF/MPOG

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto

Obra licitada em dez/2012 ao custo total de R\$ 1.259.000,00, com previsão de início no primeiro semestre de 2013.

#### **12RQ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças – MT**

Dotação de R\$ 100.000,00 consignados na LOA 2012, por emenda

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Os Projetos arquitetônico e executivos foram contratados por R\$ 48.883,25 e inscritos em restos a pagar.

O crédito não utilizado de R\$ 51.116,00 foi em virtude da não aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 49/2012, o qual remanejaria esta dotação para o projeto de Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop–MT.

#### **12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino – MT**

Dotação de R\$ 100.000,00 consignados na LOA 2012, por emenda

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Os Projetos arquitetônico e executivos foram contratados por R\$ 48.883,25 e inscritos em restos a pagar.

O crédito não utilizado de R\$ 51.116,00 foi em virtude da não aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 49/2012, o qual remanejaria esta dotação para o projeto de Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop–MT.

#### **12R6 - Construção do Edifício-Anexo III da Seção Judiciária em Salvador – BA**

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2012, pelo limite da SOF/MPOG que foi acrescida de R\$ 1.000.000,00 de reabertura de crédito especial e ainda de R\$ 500.000,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF

Meta reprogramada tendo em vista a reabertura de crédito especial e ainda a alteração no custo total do projeto.

Obra licitada em dezembro/2012 com valor global de R\$ 6.229.249,26 com previsão de início para março de 2013, motivo pelo qual o valor de R\$ 1.500.000,00 empenhado ficou inscrito em restos a pagar.



### **12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG**

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignados na LOA 2012, pelo limite da SOF/MPOG acrescida de ainda de R\$ 500.000,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Reforma licitada em dezembro/2012 visando a readequação dos sistemas elétricos e ar condicionado do CPD. Foi licitado também o projeto de reforma das fachadas, piso e garagem, necessário para nortear a contratação da obra, em 2013. Os dois serviços ficaram inscritas em restos a pagar.

### **12SJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre – MG**

Dotação de R\$ 300.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Projeto arquitetônico e executivos contratados ao custo de R\$ 219.132,32. A primeira parte foi entregue e paga em 2012, tendo sido inscrito em restos a pagar o restante.

Crédito não utilizado de R\$ 80.867,68, pois o custo do projeto foi inferior ao previsto.

### **12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT**

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto

Projetos arquitetônico e executivos pagos. Obra contratada por R\$ 2.086.606,71 em dezembro, com prazo de execução de 12 meses. Ordem de serviço prevista para janeiro-2013º que justifica a inscrição de restos a pagar de R\$ 921.627,75

### **7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA**

Dotação de R\$ 200.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.

### **7H63 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras – BA**

Dotação de R\$ 150.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.

### **7J50 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana – BA**

Dotação de R\$ 963.322,00 consignados na LOA 2012 pelo limite da SOF/MPOG.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto

Obra em fase de conclusão (previsão 12/3/13). Valor global da obra: R\$ 10.901.772,59 incluindo 2º termo aditivo. Da dotação recebida em 2012, foi inscrito em restos a pagar os valores de R\$ 710.756,00



#### **7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA**

Dotação de R\$ 400.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar acrescido de R\$ 935.000,00 de crédito suplementar e ainda de R\$ 166.667,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF

Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto.

Obra licitada em dezembro/2012 por R\$ 7.663.273,54 com ordem de serviço prevista para janeiro de 2013 o que justifica a inscrição de R\$ 1.335.000,00 em restos a pagar.

#### **7K49 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié – BA**

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignados na LOA 2012 pelo limite definido pela SOF/MPOG, acrescida de R\$ 2.000.000,00 de emenda parlamentar e ainda de R\$ 600.000,00 de crédito extraordinário que não pode ser utilizado pois ficou na conta crédito bloqueado pela SOF

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Obra em andamento, prazo previsto para conclusão em janeiro/2014, ficou inscrito em restos a pagar R\$ 2.284.766,34.

#### **7K63 - Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Palmas – TO**

Dotação de R\$ 3.879.470,00 consignados na LOA 2012 pelo limite definido pela SOF/MPOG, acrescida de R\$ 2.750.000,00 de emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e do cancelamento de dotação.

Obra em processo de vistoria para o recebimento provisório. Os prazos de execução física do objeto principal e dos aditivos do contrato estão sendo cumpridos. Não ocorreram problemas financeiros e legais para a execução desta obra.

A dotação não utilizada foi em decorrência da não aprovação pelo Congresso Nacional do PL 051/2012 que remanejaria este crédito para o projeto de reforma do edifício sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal.

#### **7R91 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro – BA**

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2012 por emenda parlamentar.

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação para atender ao projeto de Campo Formoso.

#### **11RV - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília – DF**

Dotação de R\$ 50.000.000,00 consignados na LOA 2012 pelo limite definido pela SOF/MPOG, acrescido de R\$ 38.333.333,00 de crédito extraordinário que ficou bloqueado pela SOF.

Obra em andamento sendo executada com restos a pagar inscritos em 2009,2010 e 2011. Em 2012. Foram pagos pela U.G 090027- Secretaria do TRF da 1ª Região R\$ 44.624.565,87



de restos a pagar inscritos em 2009 e 2010 e pela U.G 160066 - Comissão Regional de Obras (Ministério do Exército), R\$ 1.502.490,13 de restos a pagar inscritos em 2011. Da dotação do exercício foi descentralizado para o Ministério do Exército R\$ 669.831,00 e empenhado R\$ 49.330.169,00, dos quais foram pagos R\$ 321,00 e inscritos em restos a pagar 49.329.848,36

A execução da obra de construção da nova sede do TRF1, consoante disposto no Termo de Compromisso firmado em 12/5/2009 entre o CNJ, TRF1 e a PGR (PCA 0000184-05.2008.2.00.0000-200810000001848), passou a ocorrer em etapas, contratadas por meio de licitações autônomas, subdivididas em quantas parcelas for possível fracioná-las, observada a viabilidade técnica e econômica de sua execução.

No ano de 2012, esteve em andamento a 3ª etapa desse empreendimento, contratada com a empresa Engefort Construtora Ltda. em dezembro de 2010 para execução do restante de seu arcabouço estrutural. Ao final do ano de 2012 encontravam-se concluídas as estruturas de seus três subsolos, com área total de 79 mil m<sup>2</sup> (destinados, basicamente, a 2.100 vagas de garagem, depósitos, oficinas, auditório e restaurante); oito dos nove pavimentos dos blocos A e D (destinados, respectivamente, a Gabinetes de Magistrados e a Unidades Administrativas), com área já construída de 32 mil m<sup>2</sup> em cada um destes blocos; bem como executada a primeira terça parte do bloco C (destinado a salas de sessões), com área já executada de aproximadamente 2,5 mil m<sup>2</sup>. Por fim, em relação ao quarto e último bloco desse complexo, destinado ao Plenário (com 4,8 mil m<sup>2</sup>), apenas parte das fundações foram executadas.

Importa ressaltar que o avanço na execução dessa obra tem ocorrido não obstante a empresa contratada operar, desde o início do segundo semestre, no regime de recuperação judicial.

No final do mês de dezembro também foi celebrado o contrato de execução das esquadrias de vidro e demais estruturas de revestimento dos blocos A, C e D, com prazo de conclusão projetado em doze meses. Com isso, espera-se ter a estrutura de sustentação do edifício e o revestimento externo desses três blocos inteiramente executados até o início de 2014.







Imagens sequenciais da execução dos blocos A e D ao longo do exercício de 2012

Janeiro/Fevereiro 2012 – Execução dos pilares dos pilotis e, em seguida, das primeiras lajes de piso de pavimento dos Blocos A e D.



Julho 2012 – Execução da laje de piso do 5.º pavimento do Bloco D e do 4.º pavimento do Bloco A.



Dezembro 2012 - Colocação de formas para concretagem da laje de piso do 9.º pavimento do Bloco D e do 8.º pavimento do Bloco A.



### 1136 - Modernização das Instalações da Justiça Federal

Dotação de R\$ 4.835.000.000,00, consignados na LOA 2012 pelo limite definido pela SOF/MPOG.

Meta reprogramada em função de cancelamento de dotação. Do total de 26 unidades modernizadas 17 foram realizadas e 9 serão realizadas em 2013 com a execução dos restos a pagar.

O crédito não utilizado de R\$ 1.410.908,93 foi decorrente de diversas unidades gestoras que não concluíram as licitações em tempo hábil para o empenho e ainda da não aprovação dos PLs 49 e 51/2012 que remanejaria parte da dotação não utilizada para outros para outras ações

O quadro a seguir demonstra os serviços contratados para modernizar as unidades.

Quadro 8 – Demonstrativo da Execução do Projeto 1136 – Reformas 2012

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/RR	Ed. Sede - Roraima	Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros	268.820,83
SJ/RO	Ed. Sede - Rondônia	Serviços de manutenção do cabeamento estruturado	11.112,00
	Guajará - Mirim	Complementação de serviços de construção da guarita	1.819,67
	Ji-Paraná	Reformas e adaptações	23.093,29
SJ/TO	Ed. Sede e Anexo - Palmas	Aquisição de mobiliário, equipamentos, máquinas, divisórias e outros	540.933,07
	Araguaína		9.940,75
	Gurupi		15.154,00
SJ/AC	Ed. Sede-Boa Vista	Reforma dos jardins externos	60.000,00
SJ/AM	Ed. Sede - Manaus	Fornecimento, com instalação, de cancela automática para o estacionamento externo	4.250,00
SJ/PI	Ed. Sede - Piauí	Serviços de urbanização do estacionamento	79.852,58
	Ed. Sede Picos	Serviços de pavimentação do estacionamento interno	8.200,00
SJ/MA	Ed. Sede - São Luís	Serviços de reforma dos gabinetes, guaritas , acesso ao estacionamento e NUCJU	367.309,93
	Imperatriz	Reforma do 2.º andar	63.199,26
SJ/PA	Casa Mauriti	Reforma Casa Mauriti	20.257,87
SJ/BA	Ed. Sede - Salvador	Pagamento referente 7.ª medição	2.404,65
	Guanambi	Reforma e ampliação instalações elétricas	38.764,00
	Prédio dos JEFS	Manutenção em central de ar condicionado	246.750,46
SJ/DF	Sede III	Aquisição de mobiliário	229.268,79
SJ/MG	Ed. Oscar Dias Corrêa	Aquisição de portas de aço, fornecimento e instalação de uma porta de aço de enrolar e outros	118.441,10
		Serviços de impermeabilização	240.139,20
Total das Seções			<b>2.349.711,45</b>
TRF	Ed. Sede I	Contratação de serviços para reforma do <i>hall</i> do plenário e criação da sala VIP	69.785,46
	Ed. Sede II e Base Operacional	Aquisição de material p/montagem de divisórias e execução de estrutura metálica para substituição da cobertura	55.669,16
	Ed. Dona Marta XVIII e Ed. Anexo I	Aquisição de material para montagem de divisórias e aquisição de material para instalação do restaurante	12.425,00
	Ed. Adriana	Serviços de impermeabilização	244.500,00
<b>Total TRF</b>			<b>382.379,62</b>
<b>Total Geral</b>			<b>2.732.091,07</b>



### 3755 - Implantação de Varas Federais

Dotação de R\$ 11.400.000,00, consignados na LOA 2012 pelo limite definido pela SOF/MPOG

A meta prevista foi totalmente atingida pois foram instaladas as 19 varas federais previstas.

A dotação foi utilizada tanto para instalar as varas federais decorrentes da Lei 12.011/2009 relativas ao exercício de 2012, quanto para complementar algumas pendências de varas instaladas em 2011 e ainda antecipar, quando possível, as despesas para as varas que serão instaladas no início de 2013. Essa é a razão de ter ocorrido despesa em unidades gestoras que não instalaram varas em 2012.

Em função de as licitações ocorrerem no fim do exercício, parte dos recursos foi inscrito em restos a pagar e se referem, dentre outros, à: aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, grupo gerador de energia, veículo utilitário, sistema de segurança. Os gastos referentes às diárias tiveram como objetivo vistoriar obras para instalação e funcionamento das novas varas.

O quadro a seguir demonstra as unidades que executaram dotação desta ação:

Quadro 9 – Demonstrativo Implantação de Varas 2012

Unidade	Descrição do Serviço	Total
Laranjal do Jari e Oiapoque - TO)	Equipamentos e material permanente	12.334,30
Palmas/TO; MT (Cáceres e Juína); Cruzeiro do Sul/AC	Equipamentos e material permanente	88.878,47
	Indenizações e restituições	22.911,74
	Diárias - pessoal civil	3.661,10
	Passagens e despesas com locomoção	4.665,48
Ji-Parana/RO; AM (Manaus e Tefé); Floriano/PI; Imperatriz /MA; PA (Belém, Paragominas, Santarém e Tucuruí); GO (Goiânia e Itumbiara); BA (Alagoinhas e Vitória da Conquista); MG (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ponte Nova, Pouso Alegre e Viçosa).	Diárias - pessoal civil	220.775,08
	Equipamentos e material permanente	2.338.081,05
	Indenizações e restituições	684.879,50
	Material de consumo	108.724,05
	Obras e instalações	15.000,00
	Obrig.tribut.e contrib-op.intra-orçamentarias	680,00
	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.400,00
	Outros serviços de terceiro-pessoa jurídica	3.138.130,04
	Passagens e despesas com locomoção	228.672,15
Total das Seções		<b>6.868.792,96</b>
TRF 1 (equipamentos de informática para novas varas)	Equipamentos e material permanente	4.091.649,90
	Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	44.250,00
<b>Total TRF</b>		<b>4.135.899,90</b>
<b>Total Geral</b>		<b>11.004.692,86</b>



### **3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal**

O planejamento inicial definido para o ano de 2012 não pôde ser completamente atingido devido ao volume de recursos disponibilizados não ser compatível com as demandas da 1.<sup>a</sup> Região, sobretudo em razão da sua dimensão territorial. Outro fator crítico reside no fato de parte substancial dos recursos do ISIGI serem destinadas à cobertura de contrato de execução continuada relativo aos circuitos de comunicação de dados e à prestação de serviços na área de informação contrato de terceirização por ponto de função essenciais para o funcionamento da 1.<sup>a</sup> Região e prestação jurisdicional que não são supridos com a dotação de atividades.

Foi necessário adequar o planejamento aos recursos disponíveis, o que foi plenamente atingido, com prejuízo apenas no cronograma de implantação, decorrente do descontingenciamento orçamentário ocorrido em dezembro. Tal fato implica na efetiva conclusão das ações no exercício de 2013 e conseqüente demora na obtenção dos benefícios advindos destas ações.

Os recursos aplicados contribuirão sobremaneira para a agilidade e confiabilidade na prestação jurisdicional, sobretudo os destinados à ampliação da solução de videoconferência e atualização tecnológica do parque de equipamentos.

A indefinição da disponibilização dos recursos orçamentários, sobretudo em função do descontingenciamento dos recursos ter ocorrido apenas no decorrer do mês de dezembro, implica na realização orçamentária tardia e, conseqüentemente, na inscrição da maioria dos projetos em restos a pagar.



## 4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 4.2.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Quadro 10 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO	12102	090032
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO	12101	090001

Fonte:



#### 4.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

##### 4.2.2.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Quadro 11 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	279.703.100,00	275.657.041,00	92.025.968,88	89.850.684,77
	PLOA	233.500.000,00	233.876.238,00	68.012.718,00	57.354.558,00
	LOA	233.500.000,00	233.876.238,00	68.012.718,00	57.354.558,00
CRÉDITOS	Suplementares	7.981.447,00	8.319.044,00	9.289.353,00	11.621.115,00
	Créditos Cancelados	-	(1.095.156,00)	(900.000,00)	(684.000,00)
<b>Total</b>		<b>241.481.447,00</b>	<b>241.100.126,00</b>	<b>76.402.071,00</b>	<b>68.291.673,00</b>

Fonte:SIAFI



4.2.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Quadro 12 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital				
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		
		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	77.979.960,09	121.026.552,00			
	PLOA	55.070.311,00	54.694.695,00			
	LOA	55.070.311,00	52.194.695,00			
CRÉDITOS	Suplementares	760.000,00	700.000,00			
	Especiais	Abertos	-	-		
		Reabertos	-	-		
	Extraordinários	Abertos	39.743.231,00	-		
		Reabertos	-	-		
	Créditos Cancelados	(730.000,00)	(400.000,00)			
Outras Operações						
Total		94.843.542,00	52.494.695,00			

Fonte: SIAFI



4.2.2.3. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Quadro 13 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		
		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		371.729.068,88	365.507.725,77	77.979.960,09	121.026.552,00
	PLOA		301.512.718,00	291.230.796,00	55.070.311,00	54.694.695,00
	LOA		301.512.718,00	291.230.796,00	55.070.311,00	52.194.695,00
CRÉDITOS	Suplementares		17.270.800,00	19.940.159,00	760.000,00	700.000,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	39.743.231,00	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		(900.000,00)	(1.779.156,00)	(730.000,00)	(400.000,00)
Outras Operações		-	-	-	-	
<b>Total</b>		317.883.518,00	309.391.799,00	94.843.542,00	52.494.695,00	

Fonte: SIAFI





#### 4.2.2.4. ANÁLISE CRÍTICA

##### **Dotação Autorizada u.o 12.102**

A Lei Orçamentária 12.595, de 19/1/2012, aprovou a dotação inicial e fixou a despesa para o exercício de 2012, compreendendo, no que se refere ao TRF/1.<sup>a</sup> Região e às Seções Judiciárias vinculadas, os seguintes orçamentos:

a) Orçamento Fiscal: créditos destinados ao pagamento de despesas de capital e custeio, incluindo as de pessoal ativo e respectivos encargos sociais.

b) Seguridade Social: créditos destinados ao pagamento de despesa com proventos de pessoal inativo e pensões civis, bem como despesas médicas.

Considerando a dotação inicialmente consignada na Lei 12.595/2012 e os créditos adicionais, o TRF/1.<sup>a</sup> Região foi contemplado com créditos orçamentários na ordem de R\$ R\$ 372.983.829,00, conforme Quadro abaixo.

Quadro 14 – Alterações Orçamentárias - Unidade Orçamentária 12102

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>
Dotação Inicial	356.583.029,00
Alterações Orçamentárias (Suplementações)	57.774.031,00
Alterações Orçamentárias (Cancelamentos)	(1.630.000,00)
Crédito Bloqueado SOF	(39.743.231,00)
Dotação Final	372.983.829,00

Fonte: SIGA Brasil/2012

A dotação da UO 12102 - TRF/1.<sup>a</sup> Região foi consignada diretamente na UG Setorial Orçamentária do Tribunal (UG 090032), para posterior descentralização às Unidades Executoras, conforme a seguir:

Quadro 15 – Unidades Executoras da UO 12102

<b>UG Executora</b>	<b>Dotação Descentralizada Líquida</b>
090003/JFPA	23.574,91
090004/JFMA	29.053,78
090005/JFPI	9.568,58
090012/JFBA	117.044,32
090013/JFMG	106.650,32
090021/JFMT	8.109,78
090022/JFGO	37.459,88
090023/JFDF	64.588,81
090025/JFRO	12.078,43
090027/TRF 1	370.608.337,91
090037/JFAP	13.958,32



UG Executora	Dotação Descentralizada Líquida
090038/JFTO	1.685,42
090039/JFRR	6.816,92
160066/CRO/11-MEX/DF <sup>(1)</sup>	669.830,64
<b>Total:</b>	<b>371.708.758,02</b>

Notas:

1 – Destaque para a Comissão Regional de Obras/11 – Ministério do Exército, em decorrência de acordo de cooperação técnica para assessoramento técnico à fiscalização da obra de construção da sede do Tribunal.

2 – Sobra orçamentária referente à dotação não descentralizada pela Setorial Orçamentária (090032): R\$ 1.275.070,98.

Fonte:SIGA Brasil/2012

### Dotação Descentralizada – UO 12101

Considerando os créditos inicialmente consignados por meio do orçamento de 2012, os créditos adicionais, o contingenciamento e o bloqueio da SOF, a 1ª Região foi contemplada com créditos orçamentários (UO 12101), no montante de R\$ 1.698.511.925,00, conforme quadro abaixo.

#### Quadro 16 – Alterações Orçamentárias - Unidade Orçamentária 12101

Discriminação	Valor
Dotação Inicial	1.557.797.279,00
Alterações Orçamentárias (Suplementações e Cancelamentos)	155.088.021,00
Crédito Bloqueado SOF	(2.600.001,00)
Contingenciado	(11.773.374,00)
Dotação Final	1.698.511.925,00

Fonte:SIGA Brasil/2012

A dotação da UO 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau foi autorizada na Setorial Orçamentária do Conselho da Justiça Federal (UG 090001), sendo descentralizada, parcialmente, para o Tribunal (Setorial 090032) por meio de provisão, e, em seguida, foi transferida às unidades da 1ª Região de acordo com a quadro a seguir.

#### Quadro 17 – Unidades Executoras da UO 12101

UG Executora	Dotação Descentralizada Líquida
090002/JFAM	59.279.407,96
090003/JFPA	111.299.283,51
090004/JFMA	90.627.478,75
090005/JFPI	70.013.730,81
090012/JFBA	257.053.324,23
090013/JFMG	439.943.559,49
090021/JFMT	80.813.470,56



UG Executora	Dotação Descentralizada Líquida
090022/JFGO	153.869.292,78
090023/JFDF	213.454.459,26
090024/JFAC	34.009.814,80
090025/JFRO	46.741.174,33
090027/TRF 1	27.989.764,41
090037/JFAP	30.642.582,38
090038/JFTO	41.860.018,22
090039/JFRR	26.229.153,91
<b>Total:</b>	<b>1.683.826.515,40</b>
Nota: 1 – Sobra orçamentária referente à dotação não descentralizada pela Setorial Orçamentária (090032): R\$ 14.685.409,50.	

### Créditos Adicionais

As alterações na Lei Orçamentária da Justiça Federal foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários, obedecidos os limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 04 de 30/1/2012, Portaria SOF 05 de 30/1/2012 e Portaria CJF n. 057 de 24/2/2012.

1 – créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF 192 de 10/04/2012, 203, 204, 205 e 206 de 6/9/2012, 217, 218 e 220 de 11/12/2012, 212, 213 e 214 de 22/11/2012; 217, 218, 219 e 220 de 11/12/2012 e 222 de 21/12/2012.

2 – créditos autorizados para o Projeto Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação – e-jus no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário – Portaria Conjunta 1 de 22/6/2012 e 2 de 9/7/2012;

3 – créditos autorizados na lei orçamentária por Decreto do Poder Executivo: Decreto/PR de 16/10/2012;

4 – créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica: Lei 12.697 de 30/7/2012 e Lei 12.750 de 19/12/2012.

Por força do disposto no artigo 167, § 2.º, da Constituição Federal, foi editada a Resolução CJF n. 185, de 7/2/2012, que reabriu o saldo orçamentário remanescente do exercício de 2011 proveniente do crédito especial aprovados nos últimos 4 meses do exercício, de R\$ 1.000.000,00 para o Projeto de Construção do Edifício-Anexo de Salvador- BA.

Foi aberto um crédito extraordinário pela medida provisória 598 de 27/12/2012 que antecipou um terço da dotação de investimento contida no PLLOA 24/2012, em função da não aprovação do orçamento de 2013. Esta dotação ficou na bloqueada pela SOF/MPOG, para reabertura em 2013.



O quadro a seguir demonstra as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício.

Quadro 18 – Demonstrativo das Alterações na Lei Orçamentária de 2012

Projeto/Atividade	LOA 2012	Contingenciado/ Bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
<b>PESSOAL</b>				
Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.070.400.000		(850.497.492)	219.902.508
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	195.850.000		957.631.976	1.153.481.976
Custeio do Regime de Previdência dos servidores	197.750.000		8.067.940	205.817.940
<b>TOTAL PESSOAL</b>	<b>1.464.000.000</b>	<b>-</b>	<b>115.202.424</b>	<b>1.579.202.424</b>
<b>BENEFÍCIOS</b>				
Auxílio Alimentação	58.822.080		7.848.925	66.671.005
Auxílio Transporte	266.970		(10.865)	256.105
Assistência Pré- Escolar	10.529.952		-	10.529.952
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	27.975.240		5.191.224	33.166.464
<b>TOTAL BENEFÍCIOS</b>	<b>97.594.242</b>	<b>-</b>	<b>13.029.284</b>	<b>110.623.526</b>
<b>ATIVIDADES</b>				
Julgamento de Causas (3 e 4)	223.782.480	1.409.898	11.936.028	234.308.610
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	16.955.482		11.692.423	28.647.905
Capacitação de Recursos Humanos	3.190.232		638.000	3.828.232
Comunicação e Divulgação Institucional	1.180.080		260.000	1.440.080
<b>TOTAL MANUTENÇÃO</b>	<b>245.108.274</b>	<b>1.409.898</b>	<b>24.526.451</b>	<b>268.224.827</b>
<b>PROJETOS</b>				
Construção Edifício-Anexo Palmas - TO	6.629.470		(775.000)	5.854.470
Reforma e Ampliação do Edifício-Sede em Boa Vista - RR	2.000.000		-	2.000.000
Construção do Edifício - Sede em Boa Vista - RR	21.500.000	11.773.374	-	9.726.626
Construção Edifício-Sede II em Cáceres - MT	1.000.000		-	1.000.000
Construção Edifício-Sede em Barra do Garças - MT	100.000		-	100.000
Construção Edifício-Sede em Diamantino - MT	100.000		-	100.000
Construção Edifício-Sede em SINOP - MT	1.000.000		-	1.000.000



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Construção Edifício-Sede em Santarém - PA	500.000	166.667	166.667	500.000
Construção Edifício-Sede em Jequié - BA	3.000.000	600.000	600.000	3.000.000
Construção Edifício-Sede em Feira de Santana - BA	963.322		-	963.322
Construção Edifício-Sede em Barreiras - BA	150.000		(150.000)	-
Construção Edifício-Sede em Guanambi - BA	200.000		(200.000)	-
Construção Edifício-Sede em Campo Formoso - BA	400.000	166.667	1.101.667	1.335.000
Construção Edifício-Sede em Juazeiro - BA	500.000		(500.000)	-
Construção Edifício-Anexo em Salvador - BA	500.000	500.000	1.500.000	1.500.000
Reforma do Edifício-Sede I em Belo Horizonte - MG	1.000.000	500.000	500.000	1.000.000
Construção Edifício-Sede em Pouso Alegre - MG	300.000		-	300.000
Construção Edifício-Sede em Passos - MG	500.000	500.000	500.000	500.000
Reforma do Edifício-Sede em Belém - PA	1.100.000		-	1.100.000
Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF		166.667	166.667	-
Modernização de Instalações da Justiça Federal	3.120.828		(692.000)	2.428.828
Modernização de Instalações da Justiça Federal em Palmas - TO	500.000		-	500.000
Implantação de Sistemas Integrados de Gestão de Informação	-		18.197.338	18.197.338
Implantação de Varas Federais - Nacional	11.400.000		(274.779)	11.125.221
Construção Edifício-Sede Tribunal Regional Federal 1ª Região	50.000.000	38.333.333	38.333.333	50.000.000
Modernização de Instalações da Justiça Federal - TRF	1.214.172		-	1.214.172
<b>TOTAL PROJETOS</b>	<b>107.677.792</b>	<b>52.706.708</b>	<b>58.473.893</b>	<b>113.444.977</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.914.380.308</b>	<b>54.116.606</b>	<b>211.232.052</b>	<b>2.071.495.754</b>

Fonte: SIAFI Gerencial/2011 e Divisão de Planejamento /SECOR



## **Contingenciamento**

O art. 9.º da Lei Complementar 101, de 4/5/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

Por outro lado, o art. 66 da Lei n.12.465, de 12 de agosto de 2011 LDO, determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese antes referida, comunique aos demais Poderes e ao Ministério Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e movimentação financeira.

No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas por cada um no conjunto das dotações classificadas como primárias fixadas da Lei Orçamentária 2012.

A movimentação dos valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 19 – Valores Contingenciados

Período	Justiça Federal	1.ª Região
1.º Bimestre	37.093.907,00	12.039.915,00
2.º Bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
3.º Bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
4.º Bimestre	35.727.509,00	11.979.213,00
5.º Bimestre	26.990.572,00	11.979.213,00
6.º Bimestre	26.990.572,00	11.773.374,00

Apesar do cerceamento de crédito que o contingenciamento causa, com o controle e análise do orçamento, a Secretaria trabalhou com a troca de ações contingenciadas o que possibilitou extensão da execução orçamentária. O valor contingenciado da 1ª Região recaiu sobre o Projeto de Construção do Edifício-Sede de Roraima que teve sua licitação revogada.

## **Descentralização Externa Recebida**

À dotação originária recebida no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região, em decorrência da LOA 2012, somaram-se, ainda, os créditos provenientes de destaques recebidos de outros órgãos da Administração Pública Federal, sendo:

- R\$ 19.788,94 do Ministério Público Federal destinado à Seção judiciária do Amazonas objetivando a cessão de espaço e infraestruturas que possibilitem condições de trabalho ao quadro de servidores e Procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período em que as instalações daquele Órgão



- R\$ 12.017,00 do Ministério de Orçamento e Gestão para o TRF objetivando a manutenção de imóveis funcionais.

- R\$ 3.969.478.136,22 de diversos órgãos para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, em cumprimento às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, Lei 12.309, de 9/8/2010, no total de R\$ 4.245.049.184,00, incluindo a contribuição patronal.

### **Contratos de Ações Não Orçamentárias**

#### **1 - Projeto Processo Digital**

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou os planos de ações dos tribunais regionais federais destinados à virtualização dos processos judiciais com custo estimado em R\$ 154 milhões, financiados pelos contratos celebrados entre o CJF e os TRFs (contratante) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratadas). O CJF é o gestor deste contrato e as despesas são pagas diretamente pelas contratadas

O valor aprovado para a 1.<sup>a</sup> Região foi de R\$ 31.493.489,00. Em 2009 foi realizado o montante R\$ 6.332.356,36; em 2010, R\$ 7.268.901,12; em 2011, R\$ 520.125,00 e, em 2012, R\$ 1.208.198,25, perfazendo assim o total de R\$ 15.329.580,73 com as aquisições de ativos de rede, solução de gravação de audiências em vídeo, solução de conversão e ocerização, *scanners*, microcomputadores, *notebooks*, monitores de vídeo adicionais *storage* categoria III e servidores tipo *blade*, licenciamento e treinamento Oracle e *nobreaks*, expansão da solução de backup.

#### **2 – Contrato TRF e CEF**

O contrato firmado entre o Tribunal e a CEF, com vigência para mais de um exercício financeiro, destinou valores financeiros extraorçamentários para atender interesse do Tribunal, no valor inicial de R\$ 7.363.678,40 que foi acrescido em junho/2012 por meio de termo aditivo em R\$ 3.692.067,40 perfazendo assim o montante de R\$ 11.055.745,80.

Em 2009 foram pagos R\$ 915.942,76 para quitar faturas pendentes de serviços prestados na obra do edifício sede da Subseção de Vitória da Conquista-BA,

Em 2010, foram executados R\$ 698.352,60 correspondentes a 11 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 949.252,67 para a continuidade da obra do edifício sede da Subseção de Vitória da Conquista-BA e R\$ 205.600,00 para a implantação de Ponto Eletrônico.

Em 2011 foram pagos R\$ 1.128.906,60 correspondentes a 13 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 650.747,33 para a continuidade da obra do edifício sede da Subseção de Vitória da Conquista-BA, R\$ 1.058.378,46 para a Reforma do Edifício Anexo de São Luís-MA, R\$ 7.781,32 para a implantação de Ponto Eletrônico e R\$ 92.704,02 para a aquisição de togas para os desembargadores.

Em 2012 foram pagos R\$ 1.150.000,00 relativos a 12 meses de locação do Edifício-D.Marta, R\$ 156.009,28 para a Reforma do Edifício Anexo de São Luís-MA e R\$ 5.500,00 para a implantação de Ponto Eletrônico

A dotação estabelecida pelo CJF para a 1.<sup>a</sup> Região em função dos limites definidos pela SOF/MPOG ficou muito aquém das necessidades da 1.<sup>a</sup> Região elencadas na linha “Dotação proposta pela UO”, tanto para a UO 12.102, demonstrada nos quadros anteriores como da UO



12101 que não foi demonstrada nos quadros pelo fato de a dotação ser recebida por descentralização, fato este que afetou a programação orçamentária como pode ser verificado a seguir:

- Pessoal: não foi possível suprir as despesas com exercícios anteriores, despesas extras e parte das nomeações;

- Benefícios: não foi possível reajustar o custo unitário mensal da Assistência Médica e Odontológica que já vem congelado desde 2002 no valor de R\$ 90,00 causando sérios problemas financeiros para o Plano de Assistência

- Atividades despesas correntes: foi preciso reduzir as despesas com a manutenção das novas varas e com a programação de capacitação e treinamento, bem como retirar os acréscimos decorrentes de novas instalações, e os acréscimos dos contratos existentes e ainda diminuir o valor dos reajustes contratuais e das despesas ordinárias.

- Atividades Capital: só foi possível alocar neste item a mesma dotação da lei de 2011, ou seja, foi preciso reduzir as solicitações das diversas unidades priorizando as aquisições, o que prejudicou as compras de material de informática e de veículos.

- Projetos específicos de Obras: a dotação definida não assegurou, para as obras em andamento, o valor correspondente ao cronograma físico-financeiro, fazendo com que as Seções Judiciárias se mobilizassem para conseguir a aprovação de emendas parlamentares para a continuidade de suas obras e/ou início de seus projetos. O valor acrescido na LOA 2012 por emendas foi de R\$ 33.000.000,00.





#### 4.2.3. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro 20 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Recebidos	90001-CJF	12101/02.122.0569.20TP	969.213.274,00	
		12101/09.272.0089.0181	193.039.763,00		
		12101/02.122.0569.09HB	175.467.940,00		
		12101/02.061.0569.4257		163.217.069,00	
		12101/02.122.0569.1136		1.821.395,00	
		12101/02.365.0569.2010		9.379.368,00	
		12101/02.301.0569.2004		28.636.874,00	
		12101/02.331.0569.2011		206.055,00	
		12101/02.306.0569.2012		57.019.946,00	
		12101/02.126.0569.3757		11.639.966,00	
		12101/02.122.0569.3755		4.558.000,00	
		12101/02.128.0569.4091		2.628.231,00	
		12101/02.061.0569.4224		28.637.905,00	
TOTAL			1.337.720.977,00	307.744.809,00	
MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Recebidos	113601	20225/28.846.0901.0005	114.303,00	
		364001	24201/28.846.0901.0005	463.734,00	
		113209	24204/28.846.0901.0005	977.552,00	73.885,00
		173057	25201/28.846.0901.0005	1.778.286,00	4.184.007,00
		153038	26232/28.846.0901.0005	1.574.629,00	59.566,00
		153052	26235/28.846.0901.0005	15.317.619,00	52.109,00
		153061	26237/28.846.0901.0005	220.103,00	46,00
		153062	26238/28.846.0901.0005	2.498.752,00	86.962,00
		153063	26239/28.846.0901.0005	3.641.257,00	3.027.528,00
		153034	26253/28.846.0901.0005	285.799,00	
		153035	26254/28.846.0901.0005	425.039,00	
		153036	26255/28.846.0901.0005	71.539,00	153,00
		153015	26257/28.846.0901.0005	2.814,00	
		153032	26263/28.846.0901.0005	368.371,00	
		153013	26268/28.846.0901.0005	71.174,00	
		154039	26270/28.846.0901.0005	40.777,00	
		154040	26271/28.846.0901.0005	3.261.300,00	150.561,00



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Recebidos	154043	26274/28.846.0901.0005	1.261.140,00	2.877,00
		152442	26275/28.846.0901.0005	498.474,00	
		154045	26276/28.846.0901.0005	759.339,00	
		154046	26277/28.846.0901.0005	313.860,00	
		154048	26279/28.846.0901.0005	198.704,00	
		154051	26282/28.846.0901.0005	3.535.577,00	462.309,00
		154069	26285/28.846.0901.0005		58.068,00
		154003	26291/28.846.0901.0005	775.592,00	28,00
		153173	26298/28.846.0901.0005	936.464,00	294.451,00
		158129	26404/28.846.0901.0005		51.004,00
		158153	26407/28.846.0901.0005	114.637,00	
		158128	26408/28.846.0901.0005	43.345,00	
		158123	26411/28.846.0901.0005	51.753,00	
		158144	26414/28.846.0901.0005	97.689,00	
		158135	26416/28.846.0901.0005	28.990,00	
		158152	26437/28.846.0901.0005	45.484,00	
		183023	28202/28.846.0901.0005	17.759,00	35.806,00
		194088	30202/28.846.0901.0005	4.046.946,00	897.012,00
		510001	33201/28.846.0901.0005	43.708.142,00	8.970.795,00
		510002	33904/28.846.0901.0005		216.294.154,00
		255000	36211/28.846.0901.0005	9.446.162,00	261.404,00
		413022	41231/28.846.0901.0005	306.333,00	
		344035	42202/28.846.0901.0005	191.265,00	
		403101	42204/28.846.0901.0005	8.203.113,00	
		193034	44201/28.846.0901.0005	3.819.115,00	42.344,00
		373001	49201/28.846.0901.0005	7.654.304,00	7.416.967,00
		113802	53204/28.846.0901.0005	127.292,00	
		330013	55901/28.846.0901.0005		4.331.389,00
		201009	71103/28.846.0901.0005	519.313.868,00	817.982.357,00
		510002	33904/28.846.0901.0625		1.188.489.069,00
		330013	55901/28.846.0901.0625		97.616.350,00
		201009	71103/28.846.0901.0625	586.277.723,00	29.496.903,00
		113601	20225/28.846.0901.00G5	21.501,00	
364001	24201/28.846.0901.00G5	447.227,00			



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Recebidos	113209	24204/28.846.0901.00G5	102.817,00	
		173057	25201/28.846.0901.00G5	1.946.715,00	
		153038	26232/28.846.0901.00G5	198.325,00	
		153052	26235/28.846.0901.00G5	1.809.291,00	
		153061	26237/28.846.0901.00G5	25.998,00	
		153062	26238/28.846.0901.00G5	316.440,00	
		153063	26239/28.846.0901.00G5	1.197.499,00	
		153034	26253/28.846.0901.00G5	33.758,00	
		153036	26254/28.846.0901.00G5	50.205,00	
		153015	26257/28.846.0901.00G5	1.542,00	
		153032	26263/28.846.0901.00G5	43.512,00	
		153013	26268/28.846.0901.00G5	8.407,00	
		154039	26270/28.846.0901.00G5	34.610,00	
		154040	26271/28.846.0901.00G5	446.797,00	
		154043	26274/28.846.0901.00G5	158.940,00	
		152442	26275/28.846.0901.00G5	58.879,00	
		154045	26276/28.846.0901.00G5	89.692,00	
		154046	26277/28.846.0901.00G5	37.073,00	
		154048	26279/28.846.0901.00G5	24.006,00	
		154051	26282/28.846.0901.00G5	433.624,00	
		154069	26285/28.846.0901.00G5	1.210,00	
		154003	26291/28.846.0901.00G5	91.612,00	
		153173	26298/28.846.0901.00G5	122.977,00	
		158142	26407/28.846.0901.00G5	13.541,00	
		158128	26408/28.846.0901.00G5	5.120,00	
		158122	26409/28.846.0901.00G5	1.250,00	
		158123	26411/28.846.0901.00G5	6.113,00	
		158099	26413/28.846.0901.00G5	300,00	
		158144	26414/28.846.0901.00G5	11.539,00	
		158135	26416/28.846.0901.00G5	14.384,00	
		158145	26427/28.846.0901.00G5	1.080,00	
		158152	26437/28.846.0901.00G5	5.372,00	
		183023	28202/28.846.0901.00G5	82.452,00	
194088	30202/28.846.0901.00G5	751.053,00			



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Recebidos	323002	32263/28.846.0901.00G5	75.080,00			
		510001	33201/28.846.0901.00G5	13.601.249,00			
		255000	36211/28.846.0901.00G5	1.436.569,00			
		393003	39252/28.846.0901.00G5	3.636,00			
		413022	41231/28.846.0901.00G5	36.183,00			
		344035	42202/28.846.0901.00G5	118.749,00			
		403101	42204/28.846.0901.00G5	1.404.068,00			
		193034	44201/28.846.0901.00G5	1.261.626,00			
		114601	47205/28.846.0901.00G5	2.350,00			
		373001	49201/28.846.0901.00G5	928.984,00			
		113802	53204/28.846.0901.00G5	8.770,00			
		201009	71103/28.846.0901.00G5	163.971.270,00			
		TOTAL			1.414.329.513,00	2.380.338.104,00	
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	90027	12102/02.061.0569.4257		57.070.556,47		
			12101/02.061.0569.4257		4.842.200,59		
			12101/02.365.0569.3757		11.636.979,73		
			12101/02.365.0569.3755		44.250,00		
			12102/02.128.0569.4091		948.468,25		
			12101/02.128.0569.4091		3.800,00		
			12102/09.272.0089.0181	26.862.744,94			
			12102/02.122.0569.09HB	29.967.442,03			
			12102/02.301.0569.2004		4.529.590,00		
			12102/02.365.0569.2010		1.150.584,00		
			12102/02.331.0569.2011		50.050,00		
			12102/02.306.0569.2012		9.650.880,00		
			12102/02.122.0569.20TP	184.268.702,00			
			12102/02.061.0569.2549		1.217.027,53		
			12102/02.122.0569.1136		484.289,62		
			12102/06.181.1453.4224		10.000,00		
			25201/28.846.0901.0005		1.514.013,68		
			26239/28.846.0901.0006		1.650.608,76		
			26298/28.846.0901.0007		294.450,74		
			26404/28.846.0901.0008		51.003,26		
			30202/28.846.0901.0009		360.967,48		
			33201/28.846.0901.0010		3.238.403,48		
			49201/28.846.0901.0011		2.675.527,28		
			71103/28.846.0901.0012		136.399.659,18		
			SUBTOTAL			241.098.888,97	237.823.310,05



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	90049	20225/28.846.0901.0005	114.302,35	
		24201/28.846.0901.0005	463.733,24		
		24204/28.846.0901.0005	977.551,82	73.884,47	
		25201/28.846.0901.0005	1.778.285,12	2.669.993,07	
		26232/28.846.0901.0005	1.574.628,25	59.565,98	
		26235/28.846.0901.0005	15.317.618,55	52.108,18	
		26237/28.846.0901.0005	220.102,02	45,93	
		26238/28.846.0901.0005	2.498.751,05	86.961,98	
		26239/28.846.0901.0005	3.641.256,36	1.376.919,17	
		26253/28.846.0901.0005	285.798,34		
		26254/28.846.0901.0005	425.038,13		
		26255/28.846.0901.0005	71.538,12	152,66	
		26257/28.846.0901.0005	2.813,07		
		26263/28.846.0901.0005	368.370,18		
		26268/28.846.0901.0005	71.173,73		
		26270/28.846.0901.0005	40.776,72		
		26271/28.846.0901.0005	3.261.299,78	150.560,62	
		26274/28.846.0901.0005	1.261.139,91	2.876,96	
		26275/28.846.0901.0005	498.473,67		
		26276/28.846.0901.0005	759.338,64		
		26277/28.846.0901.0005	313.859,96		
		26279/28.846.0901.0005	198.703,42		
		26282/28.846.0901.0005	3.535.576,65	462.308,46	
		26285/28.846.0901.0005		58.067,67	
		26291/28.846.0901.0005	775.591,05	27,60	
		26298/28.846.0901.0005	936.463,82		
		26407/28.846.0901.0005	114.636,62		
		26408/28.846.0901.0005	43.344,10		
		26411/28.846.0901.0005	51.752,23		
		26414/28.846.0901.0005	97.688,93		
		26416/28.846.0901.0005	28.989,80		
		26437/28.846.0901.0005	45.483,12		
		28202/28.846.0901.0005	17.758,08	35.805,72	
30202/28.846.0901.0005	4.046.945,40	536.043,80			



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes	
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	90049		
		33201/28.846.0901.0005	43.708.141,25	5.732.391,32
		33904/28.846.0901.0005		216.294.153,68
		36211/28.846.0901.0005	9.446.161,99	261.403,52
		41231/28.846.0901.0005	306.332,36	
		42202/28.846.0901.0005	191.264,12	
		42204/28.846.0901.0005	8.203.112,81	
		44201/28.846.0901.0005	3.819.114,38	42.343,25
		49201/28.846.0901.0005	7.654.303,42	4.741.438,74
		53204/28.846.0901.0005	127.291,52	
		55901/28.846.0901.0005		4.331.388,85
		71103/28.846.0901.0005	519.313.867,47	681.582.697,14
		20225/28.846.0901.00G5	13.501,00	
		24201/28.846.0901.00G5	447.227,00	
		24204/28.846.0901.00G5	102.817,00	
		25201/28.846.0901.00G5	1.946.715,00	
		26232/28.846.0901.00G5	198.325,00	
		26235/28.846.0901.00G5	1.809.291,00	
		26237/28.846.0901.00G5	25.998,00	
		26238/28.846.0901.00G5	316.440,00	
		26239/28.846.0901.00G5	1.197.499,00	
		26253/28.846.0901.00G5	33.758,00	
		26254/28.846.0901.00G5	50.205,00	
		26257/28.846.0901.00G5	332,00	
		26263/28.846.0901.00G5	43.512,00	
		26268/28.846.0901.00G5	8.407,00	
		26270/28.846.0901.00G5	6.010,00	
		26271/28.846.0901.00G5	446.797,00	
		26274/28.846.0901.00G5	154.940,00	
		26275/28.846.0901.00G5	58.879,00	
		26276/28.846.0901.00G5	89.692,00	
		26277/28.846.0901.00G5	37.073,00	
		26279/28.846.0901.00G5	24.006,00	
26282/28.846.0901.00G5	428.524,00			
26271/28.846.0901.00G5	91.612,00			



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	26298/28.846.0901.00G5	122.977,00			
		26407/28.846.0901.00G5	13.541,00			
		26408/28.846.0901.00G5	5.120,00			
		26411/28.846.0901.00G5	6.113,00			
		26414/28.846.0901.00G5	11.539,00			
		26416/28.846.0901.00G5	3.424,00			
		26437/28.846.0901.00G5	5.372,00			
		28202/28.846.0901.00G5	82.452,00			
		30202/28.846.0901.00G5	751.053,00			
		33201/28.846.0901.00G5	13.601.249,00			
		36211/28.846.0901.00G5	1.436.569,00			
		39252/28.846.0901.00G5	3.636,00			
		41231/28.846.0901.00G5	36.183,00			
		42202/28.846.0901.00G5	118.749,00			
		42204/28.846.0901.00G5	1.404.068,00			
		44201/28.846.0901.00G5	1.261.626,00			
		49201/28.846.0901.00G5	928.984,00			
		71103/28.846.0901.00G5	163.971.270,00			
		71103/28.846.0901.0625	586.277.723,00			
		33904/28.846.0901.0625		1.188.489.069,00		
		55901/28.846.0901.0625		97.616.350,00		
		71103/28.846.0901.0625		29.496.895,00		
		<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.414.181.579,55</b>	<b>2.234.153.452,77</b>	
				12101/09.272.0089.0181	7.012.860,70	
				12101/02.122.0569.09HB	6.164.161,81	
				12101/02.301.0569.2004		1.048.937,08
				12101/02.365.0569.2010		296.547,99
				12101/02.306.0569.2012		2.211.023,06
		12101/02.128.0569.4091		110.755,51		
		12101/02.061.0569.4224		307.767,38		
		12101/02.061.0569.4257		6.247.810,17		
		12101/02.122.0569.20TP	34.818.628,13			
		12101/02.122.0569.3755		438.702,17		
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>47.995.650,64</b>	<b>10.661.543,36</b>		



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	090003	12101/09.272.0089.0181	12.135.122,62		
		12101/02.122.0569.09HB	11.714.665,28			
		12101/02.061.0569.4257		10.823.976,66		
		12102/02.061.0569.4257		5.830,96		
		12101/02.301.0569.2004		1.186.898,70		
		12101/02.365.0569.2010		637.941,15		
		12101/02.306.0569.2012		3.896.027,38		
		12101/02.128.0569.4091		201.467,04		
		12102/02.128.0569.4091		17.743,95		
		12101/02.061.0569.4224		2.548.152,75		
		12101/02.061.0569.1136		20.257,87		
		12101/02.061.0569.3755		553.568,90		
		12101/02.122.0569.20TP	65.253.314,12			
		SUBTOTAL			89.103.102,02	19.891.865,36
		090004	12101/09.272.0089.0181	8.747.741,16		
		12101/02.122.0569.09HB	9.770.821,50			
		12101/02.061.0569.4257		8.496.674,22		
		12102/02.061.0569.4257		23.997,56		
		12101/02.122.0569.20TP	54.643.491,54			
		12101/02.061.0569.4091		126.751,28		
		12102/02.061.0569.4091		5.056,22		
		12101/02.122.0569.1136		407.817,26		
		12101/02.301.0569.2004		1.438.662,00		
		12101/02.365.0569.2010		520.827,16		
		12101/02.331.0569.2011		9.816,16		
		12101/02.306.0569.2012		3.306.308,05		
		12101/02.061.0569.3755		290.284,40		
		12101/02.061.0569.4224		2.367.684,59		
		SUBTOTAL			73.162.054,20	16.993.878,90
		090005	12101/09.272.0089.0181	6.541.996,01		
		12101/02.122.0569.09HB	7.872.870,21			
		12101/02.061.0569.4257		6.386.836,58		
		12102/02.061.0569.4257		1.651,00		
		12101/02.122.0569.1136		79.852,60		
		12101/02.301.0569.2004		961.080,00		
		12101/02.365.0569.2010		397.243,00		
		112101/02.331.0569.2011		4.714,00		
		12101/02.306.0569.2012		2.466.992,14		
		12101/02.128.0569.4091		166.156,99		
		12102/02.128.0569.4091		7.917,58		
		12101/02.122.0569.3755		127.587,31		
		12101/02.061.0569.4224		1.017.220,54		
		12101/02.122.0569.20TP	43.593.161,43			
SUBTOTAL			58.008.027,65	11.617.251,74		





Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	090012	12101/09.272.0089.0181	20.920.126,83		
		12101/02.122.0569.09HB	27.274.029,13			
		12101/02.061.0569.4257		25.396.273,34		
		12102/02.061.0569.4257		86.385,57		
		12101/02.122.0569.20TP	151.527.299,50			
		12101/02.122.0569.1136		285.514,46		
		12101/02.301.0569.2004		5.759.220,46		
		112101/02.365.0569.2010		1.569.707,01		
		12101/02.331.0569.2011		30.891,80		
		12101/02.306.0569.2012		9.230.995,33		
		12101/02.128.0569.4091		362.439,61		
		12102/02.128.0569.4091		30.658,75		
		12101/02.061.0569.4224		6.183.518,67		
		12101/02.122.0569.3755		681.112,03		
		SUBTOTAL			199.721.455,46	49.616.717,03
		090013	12101/09.272.0089.0181	55.120.021,71		
		12101/02.122.0569.09HB	47.290.160,20			
		12101/02.061.0569.4257		39.030.051,27		
		12102/02.061.0569.4257		79.372,06		
		12101/02.122.0569.20TP	260.486.535,05			
		12101/02.122.0569.1136		472.280,30		
		12101/02.301.0569.2004		7.049.214,14		
		12101/02.365.0569.2010		2.214.171,78		
		12101/02.331.0569.2011		54.663,37		
		12101/02.306.0569.2012		15.063.889,43		
		12101/02.122.0569.3755		937.402,68		
		12101/02.128.0569.4091		588.961,77		
		12102/02.128.0569.4091		27.278,26		
		12101/02.061.0569.4224		7.692.293,20		
		SUBTOTAL			362.896.716,96	73.209.578,26
		090021	12101/09.272.0089.0181	7.657.608,04		
		12101/02.122.0569.09HB	8.053.349,80			
		12101/02.061.0569.4257		8.723.435,86		
		12101/02.301.0569.2004		1.760.262,69		
		12101/02.365.0569.2010		402.022,48		
		12101/02.306.0569.2012		2.852.434,53		
		12101/02.122.0569.3755		588.911,35		
		12101/02.128.0569.4091		152.120,68		
		12102/02.128.0569.4091		8.109,78		
		12101/02.061.0569.4224		1.855.736,19		
		12101/02.122.0569.20TP	45.496.303,56			
		SUBTOTAL			61.207.261,40	16.343.033,56



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	090022	12101/09.272.0089.0181	16.285.291,50		
		12101/02.122.0569.09HB	16.905.164,04			
		12101/02.061.0569.4257		14.352.426,35		
		12102/02.061.0569.4257		23.777,26		
		12101/02.061.0569.4091		125.660,25		
		12102/02.061.0569.4091		13.682,62		
		12101/02.301.0569.2004		2.948.429,09		
		12101/02.365.0569.2010		683.812,25		
		12101/02.331.0569.2011		9.261,00		
		12101/02.306.0569.2012		5.073.668,46		
		12101/02.122.0569.20TP	93.300.413,26			
		12101/02.061.0569.4224		3.328.757,72		
		12101/02.122.0569.3755		239.933,10		
		SUBTOTAL			126.490.868,80	26.799.408,10
		090023	12101/09.272.0089.0181	42.572.525,46		
		12101/02.122.0569.09HB	21.721.316,58			
		12101/02.061.0569.4257		17.799.992,02		
		12102/02.061.0569.4257		48.127,16		
		12101/02.122.0569.20TP	117.675.273,36			
		12101/02.301.0569.2004		4.208.100,54		
		12101/02.365.0569.2010		893.211,83		
		12101/02.331.0569.2011		16.357,90		
		12101/02.306.0569.2012		6.603.590,11		
		12101/02.128.0569.4091		234.453,91		
		12102/02.128.0569.4091		16.461,65		
		12101/02.128.0569.3755		7.982,37		
		12101/02.061.0569.4224		1.328.398,18		
		SUBTOTAL			181.969.115,40	31.156.675,67
		090024	12101/09.272.0089.0181	5.071.053,62		
		12101/02.122.0569.09HB	3.550.680,42			
		12101/02.061.0569.4257		3.302.689,93		
		12101/02.301.0569.2004		351.090,00		
		12101/02.365.0569.2010		143.840,40		
		12101/02.306.0569.2012		1.131.191,24		
		12101/02.122.0569.20TP	19.834.296,44			
		12101/02.128.0569.3755		8.662,30		
		12101/02.122.0569.1136		60.000,00		
		12101/02.128.0569.4091		133.452,28		
		12101/02.061.0569.4224		380.350,17		
		SUBTOTAL			28.456.030,48	5.511.276,32



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	090025	12101/09.272.0089.0181	3.640.671,41		
			12101/02.122.0569.09HB	4.828.502,34		
			12101/02.061.0569.4257		6.284.038,32	
			12102/02.061.0569.4257		908,65	
			12101/02.122.0569.1136		60.550,00	
			12101/02.301.0569.2004		501.930,00	
			12101/02.365.0569.2010		320.508,20	
			12101/02.306.0569.2012		1.765.447,16	
			12101/02.122.0569.20TP	27.747.246,07		
			12101/02.128.0569.4091		119.227,09	
			12102/02.128.0569.4091		11.169,78	
			12101/02.128.0569.3755		592.715,55	
			12101/02.061.0569.4224		246.472,46	
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>36.216.419,82</b>	<b>9.902.967,21</b>	
			90037	12101/09.272.0089.0181	2.815.276,01	
				12101/02.122.0569.09HB	3.230.368,02	
				12101/02.061.0569.4257		3.548.769,94
				12102/02.061.0569.4257		4.178,52
				12101/02.301.0569.2004		286.304,81
				112101/02.365.0569.2010		192.800,73
				12101/02.306.0569.2012		1.185.865,01
				12101/02.128.0569.4091		93.535,13
				12102/02.128.0569.4091		9.779,80
				12101/02.061.0569.4224		389.681,66
				12101/02.122.0569.20TP	18.516.027,73	
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>24.561.671,76</b>	<b>5.710.915,60</b>	
			90038	12101/09.272.0089.0181	1.703.220,02	
				12101/02.122.0569.09HB	3.953.734,13	
				12101/02.061.0569.4257		4.249.614,82
				12102/02.061.0569.4257		256,46
				12101/02.301.0569.2004		576.079,00
				12101/02.365.0569.2010		237.688,00
				12101/02.306.0569.2012		1.330.271,57
				12101/02.128.0569.4091		54.208,03
				12102/02.128.0569.4091		1.428,96
				12101/02.122.0569.3755		22.911,74
				12101/02.061.0569.4224		872.766,79
				12101/02.061.0569.20TP	22.624.932,98	
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>28.281.887,13</b>	<b>7.345.225,37</b>	



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes	
				1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	90039	12101/09.272.0089.0181	2.756.573,06	
			12101/02.122.0569.09HB	2.368.617,40	
			12101/02.061.0569.4257		2.416.950,69
			12101/02.301.0569.2004		513.681,54
			12101/02.365.0569.2010		164.344,95
			12101/02.122.0569.20TP	13.696.350,83	
			12101/02.306.0569.2012		901.402,23
			12101/02.128.0569.4091		137.511,91
			12102/02.128.0569.4091		6.816,92
			12101/02.061.0569.4224		118.865,78
		SUBTOTAL			18.821.541,29
TOTAL			2.992.172.271,53	2.760.996.673,32	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital	
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Recebidos	090001-CJF	12101/02.122.0569.12R8	1.000.000,00	
			12101/02.122.0569.1136	1.107.433,00	
			12101/02.122.0569.12RA	9.726.626,00	
			12101/02.122.0569.12R6	1.500.000,00	
			12101/02.061.0569.4257	8.834.695,00	
			12101/02.122.0569.1A58	500.000,00	
			12101/02.122.0569.12RB	1.100.000,00	
			12101/02.122.0569.12RQ	100.000,00	
			12101/02.122.0569.12OX	2.000.000,00	
			12101/02.122.0569.7K49	3.000.000,00	
			12101/02.122.0569.7K63	5.854.470,00	
			12101/02.122.0569.12RS	100.000,00	
			12101/02.122.0569.3755	6.567.221,00	
			12101/02.122.0569.7J50	963.322,00	
			12101/02.122.0569.1A59	500.000,00	
			12101/02.122.0569.1A66	1.000.000,00	
			12101/02.122.0569.3757	6.557.372,00	
			12101/02.122.0569.7J62	1.335.000,00	
			12101/02.122.0569.12SJ	300.000,00	
		12101/02.122.0569.12SR	1.000.000,00		
TOTAL			53.046.139,00	0,00	



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Recebidos	153038	26232/28.846.0901.0005		317.779,00	
		153062	26238/28.846.0901.0005		440.787,00	
		393003	39252/28.846.0901.0005		232.271,00	
		193034	44201/28.846.0901.0005		10.033.794,00	
		443032	44207/28.846.0901.0005		2.086.679,00	
		373001	49201/28.846.0901.0005		135.859.963,00	
		201009	71103/28.846.0901.0005		25.533.837,00	
		201009	71103/28.846.0901.0625		453.355,00	
		TOTAL			0	174.958.465,00
Movimentação interna	Concedidos	90027	12102/02.122.0569.11RV	49.330.169,36		
			12102/02.061.0569.4257	4.869.693,71		
			12101/02.061.0569.4257	813.377,60		
			12102/02.122.0569.1136	170.000,00		
			12102/02.131.0569.2549	28.140,00		
			12101/02.122.0569.3755	4.091.918,70		
			12101/02.126.0569.3757	6.557.237,79		
			26238/28.846.0901.0005		440.786,10	
			44201/28.846.0901.0005		5.238.927,98	
			49201/28.846.0901.0005		8.021.319,90	
		71103/28.846.0901.0005		6.281.622,71		
		SUBTOTAL			65.860.537,16	19.982.656,69
		090002	12101/02.122.0569.1136	4.250,00		
			12101/02.122.0569.3755	384.916,96		
			12101/02.061.0569.4257	233.047,00		
		SUBTOTAL			622.213,96	0,00
		090003	12101/02.061.0569.4257	722.076,04		
			12101/02.122.0569.12RB	1.100.000,00		
			12101/02.122.0569.3755	505.815,00		
		SUBTOTAL			2.327.891,04	0,00
		090004	12101/02.122.0569.1136	22.691,93		
			12101/02.122.0569.3755	63.540,00		
			12101/02.061.0569.4257	414.367,50		
		SUBTOTAL			500.599,43	0,00
		90005	12101/02.122.0569.3755	42.600,00		
			12101/02.122.0569.1136	8.200,00		
			12101/02.061.0569.4257	347.220,00		
		SUBTOTAL			398.020,00	0,00
		090012	12101/02.061.0569.4257	993.727,21		
			12101/02.122.0569.1136	2.404,65		
			12101/02.122.0569.12R6	1.500.000,00		
			12101/02.122.0569.7J50	963.322,00		
			12101/02.122.0569.7J62	1.335.000,00		
12101/02.122.0569.3755	37.742,20					
12101/02.122.0569.7K49	3.000.000,00					
SUBTOTAL			7.832.196,06	0,00		



Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação interna	90013	12101/02.061.0569.4257	2.003.775,79		
		12101/02.122.0569.3755	640.138,80		
		12101/02.122.0569.12R8	1.000.000,00		
		12101/02.122.0569.12SJ	300.000,00		
	SUBTOTAL			3.943.914,59	0,00
	90021	12101/02.122.0569.12RQ	48.883,25		
		12101/02.061.0569.4257	713.548,67		
		12101/02.122.0569.12SR	1.000.000,00		
		12101/02.122.0569.1A66	1.000.000,00		
		12101/02.122.0569.3755	459.970,21		
		12101/02.122.0569.12RS	48.883,25		
	SUBTOTAL			3.271.285,38	0,00
	090022	12101/02.061.0569.4257	500.725,36		
		12101/02.122.0569.3755	115.750,40		
	SUBTOTAL			616.475,76	0,00
	90023	12101/02.122.0569.1136	229.307,00		
		12101/02.061.0569.4257	163.950,00		
	SUBTOTAL			393.257,00	0,00
	90024	12101/02.061.0569.4257	42.508,00		
	SUBTOTAL			42.508,00	
	90025	12101/02.122.0569.1136	2.357,07		
		12101/02.122.0569.3755	122.338,66		
		12101/02.061.0569.4257	509.170,00		
	SUBTOTAL			633.865,73	0,00
	90037	12101/02.061.0569.4257	371.619,04		
		12101/02.122.0569.3755	12.334,30		
	SUBTOTAL			383.953,34	
	90038	12101/02.061.0569.4257	783.173,86		
		12101/02.122.0569.3755	90.000,00		
		12101/02.122.0569.7K63	4.794.365,94		
12101/02.122.0569.1136		567.051,34			
SUBTOTAL			6.234.591,14		



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes	
			1 – Pessoal e encargos sociais	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação interna	90039	12101/02.122.0569.12OX	1.728.485,96	
		12101/02.122.0569.1136	268.820,83	
		12101/02.122.0569.12RA	935.482,44	
		12101/02.061.0569.4257	222.066,29	
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.154.855,52</b>	<b>0,00</b>
	90049	26232/28.846.0901.0005		317.778,14
		39252/28.846.0901.0005		232.270,68
		44201/28.846.0901.0005		4.794.865,64
		44207/28.846.0901.0005		2.086.678,68
		49201/28.846.0901.0005		127.838.643,06
		71103/28.846.0901.0005		19.252.214,15
		71103/28.846.0901.0625		453.355,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>154.975.805,35</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>96.216.164,11</b>	<b>174.958.462,04</b>	
Movimentação Externa	160509	12102/02.122.0569.11RV	669.830,64	
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>669.830,64</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>96.885.994,75</b>	<b>174.958.462,04</b>



#### 4.2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

##### 4.2.4.1. EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

##### 4.2.4.1.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>32.710.818,42</b>	<b>31.757.589,56</b>	<b>32.000.595,13</b>	<b>31.669.593,22</b>
a) Convite	3.191,04	-	3.191,04	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	32.707.627,38	31.757.589,56	31.997.404,09	31.669.593,22
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>13.143.297,04</b>	<b>9.631.394,01</b>	<b>13.142.916,30</b>	<b>9.403.723,42</b>
g) Dispensa	9.318.512,85	6.602.880,06	9.318.132,11	6.375.209,47
h) Inexigibilidade	3.824.784,19	3.028.513,95	3.824.784,19	3.028.513,95
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>30.258,36</b>	<b>15.090,54</b>	<b>30.258,36</b>	<b>15.090,54</b>
i) Suprimento de Fundos	30.258,36	15.090,54	30.258,36	15.090,54
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>252.954.941,99</b>	<b>250.491.307,55</b>	<b>252.800.338,21</b>	<b>250.485.119,84</b>
j) Pagamento em Folha	250.510.454,32	248.626.215,53	250.362.010,02	248.620.027,82
k) Diárias	2.444.487,67	1.865.092,02	2.438.328,19	1.865.092,02
<b>5. Outros</b>	<b>5.081.431,61</b>	<b>5.323.068,77</b>	<b>5.081.271,11</b>	<b>5.315.543,95</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>303.920.747,42</b>	<b>297.218.450,43</b>	<b>303.055.379,11</b>	<b>296.889.070,97</b>

**Nota:** 1 - O SIAFI GERENCIAL não permite extrair os dados na modalidade "Registro de Preços". Portanto, a despesa foi alocada na modalidade de licitação Pregão.

Fonte: SIAFI gerencial





#### 4.2.4.1.2. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>240.792.968,39</b>	<b>239.995.971,31</b>	<b>239.632.463,19</b>	<b>238.817.577,87</b>	<b>1.160.505,20</b>	<b>1.178.393,44</b>	<b>239.484.018,89</b>	<b>238.811.390,16</b>
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	177.748.287,64	176.984.541,13	177.748.287,64	176.938.684,26		45.856,87	177.748.287,64	176.936.445,81
13 - Obrigações patronais	30.633.490,81	30.759.114,31	30.633.490,81	30.756.274,73		2.839,58	30.621.125,44	30.752.325,47
01 – Aposentadorias RPPS, reserva remunerada e reforma militar	21.928.366,68	20.452.547,80	21.928.366,68	20.448.493,89		4.053,91	21.793.124,50	20.448.493,89
Demais elementos do grupo	10.482.823,26	11.799.768,07	9.322.318,06	10.674.124,99	1.160.505,20	1.125.643,08	9.321.481,31	10.674.124,99
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>74.319.205,91</b>	<b>65.959.950,33</b>	<b>62.645.943,56</b>	<b>56.423.715,07</b>	<b>11.673.262,35</b>	<b>9.536.235,26</b>	<b>62.016.942,05</b>	<b>56.116.776,09</b>
39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	29.297.492,31	22.213.342,60	21.919.779,55	16.621.548,59	7.377.712,76	5.591.794,01	21.878.999,26	16.394.843,00
37 - Locação de mão-de-obra	26.697.618,06	27.120.434,87	23.199.507,21	24.570.116,49	3.498.110,85	2.550.318,38	22.698.793,63	24.505.804,97
46 - Auxílio alimentação	9.641.051,51	8.607.435,23	9.641.051,51	8.604.435,23		3.000,00	9.641.051,51	8.604.435,23
Demais elementos do grupo	8.683.044,03	8.018.737,63	7.885.605,29	6.627.614,76	797.438,74	1.391.122,87	7.798.097,65	6.611.692,89
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>	<b>54.897.566,89</b>	<b>22.079.873,83</b>	<b>1642340,67</b>	<b>1.977.157,49</b>	<b>53.255.226,22</b>	<b>20.102.716,34</b>	<b>1.554.418,17</b>	<b>1.960.904,72</b>
51 - Obras e instalações - op. Int. orc.	49.329.848,36	15.295.692,24		57.174,57	49.329.848,36	15.238.517,67		57.174,57
52 - Equip. e material permanente - op. intra-orc	4.628.223,95	4.896.748,36	1.283.942,23	1.613.912,34	3.344.281,72	3.282.836,02	1.196.019,73	1.597.899,57
39 - Outros serviços de terceiros - p. jurídica	939.173,58	1.845.754,00	358.077,44	264.391,35	581.096,14	1.581.362,65	358.077,44	264.151,35
Demais elementos do grupo	321,00	41.679,23	321,00	41.679,23			321,00	41.679,23

Fonte: SIAFI gerencial



#### 4.2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

##### 4.2.4.2.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

#### Quadro 23 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>87.461.880,04</b>	<b>100.328.987,42</b>	<b>85.849.215,25</b>	<b>98.691.309,69</b>
a) Convite	101.426,23	348.050,06	101.426,23	348.050,06
b) Tomada de Preços	984.923,03	1.117.948,24	965.805,55	1.117.948,24
c) Concorrência	4.001.098,82	18.081.494,58	4.000.261,32	18.081.494,58
d) Pregão	82.374.431,96	80.781.494,54	80.781.722,15	79.143.816,81
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>50.506.661,75</b>	<b>44.910.079,81</b>	<b>50.239.520,04</b>	<b>44.490.005,68</b>
g) Dispensa	31.127.560,21	27.765.910,05	30.868.038,87	27.367.221,47
h) Inexigibilidade	19.379.101,54	17.144.169,76	19.371.481,17	17.122.784,21
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>705.216,32</b>	<b>616.037,27</b>	<b>705.209,72</b>	<b>616.037,27</b>
i) Suprimento de Fundos	705.216,32	616.037,27	705.209,72	616.037,27
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>1.417.002.343,65</b>	<b>1.338.620.022,98</b>	<b>1.416.879.402,16</b>	<b>1.338.495.211,26</b>
j) Pagamento em Folha	1.413.874.754,04	1.335.477.101,60	1.413.751.812,55	1.335.352.289,88
k) Diárias	3.127.589,61	3.142.921,38	3.127.589,61	3.142.921,38
<b>5. Outros</b>	<b>3.887.161.460,47</b>	<b>3.969.970.927,82</b>	<b>3.887.066.277,46</b>	<b>3.969.832.092,85</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>5.442.837.562,23</b>	<b>5.454.446.055,30</b>	<b>5.440.739.624,63</b>	<b>5.452.124.656,75</b>

**Nota:**

1 - O SIAFI Gerencial não permite extrair os dados na modalidade "Registro de Preços". Portanto, a despesa foi alocada na modalidade de licitação Pregão.

2 - Do total da "Despesa Liquidada", coluna 2012 R\$ 3.836.872.826,87, coluna 2011 R\$ 3.927.207.796,97 e da "Despesa Paga" coluna 2012 R\$ 3.836.872.826,87 e coluna 2011 R\$ 3.927.207.796,97 referem-se a Precatórios e RPV's.

Fonte: SIAFI gerencial



#### 4.2.4.2.2. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro 24 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>2.750.763.489,36</b>	<b>3.264.464.796,88</b>	<b>2.619.205.416,78</b>	<b>2.980.290.395,16</b>	<b>131.558.072,58</b>	<b>284.174.401,72</b>	<b>2.619.082.475,29</b>	<b>2.980.174.963,70</b>
91 - Sentenças judiciais	1.383.467.002,11	1.967.118.788,20	1.254.187.330,17	1.685.295.739,06	129.279.671,94	281.823.049,14	1.254.187.330,17	1.685.295.739,06
11 – Venc. e vant. fixas - pessoal civil	951.972.244,39	905.311.042,52	951.466.147,07	904.904.159,49	506.097,32	406.883,03	951.347.675,00	904.816.527,24
13 - Obrigações patronais	175.590.930,60	168.907.650,31	175.546.182,08	168.359.753,26	44.748,52	547.897,05	175.546.182,08	168.359.753,26
Demais elementos do grupo	239.733.312,26	223.127.315,85	238.005.757,46	221.730.743,35	1.727.554,80	1.396.572,50	238.001.288,04	221.702.944,14
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.683.712.800,05</b>	<b>2.367.200.211,86</b>	<b>2.642.188.236,42</b>	<b>2.330.440.433,51</b>	<b>41.524.563,63</b>	<b>36.759.778,35</b>	<b>2.640.258.514,94</b>	<b>2.329.103.971,16</b>
91 - Sentenças judiciais	2.288.876.691,24	2.030.009.106,30	2.288.549.933,04	2.028.164.336,14	326.758,20	1.844.770,16	2.288.549.933,04	2.028.164.336,14
92 - Despesas de exercícios anteriores	105.930.132,73	85.507.837,32	105.210.086,53	84.944.768,72	720.046,20	563.068,60	105.207.596,06	84.944.533,92
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	87.848.081,34	71.546.151,60	64.079.432,91	51.662.310,45	23.768.648,43	19.883.841,15	63.681.099,10	51.603.925,53
Demais elementos do grupo	201.057.894,74	180.137.116,64	184.348.783,94	165.669.018,20	16.709.110,80	14.468.098,44	182.819.886,74	164.391.175,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>	<b>41.051.181,51</b>	<b>70.011.731,78</b>	<b>9.321.476,80</b>	<b>27.498.368,50</b>	<b>31.729.704,71</b>	<b>42.513.363,28</b>	<b>9.276.202,17</b>	<b>26.961.863,76</b>
52 - Equip. e material permanente	21.878.979,72	21.873.400,58	4.212.541,22	7.892.251,27	17.666.438,50	13.981.149,31	4.190.100,35	7.858.171,53
51 - Obras e instalações	17.587.280,34	46.631.858,12	4.770.079,75	18.621.347,85	12.817.200,59	28.010.510,27	4.747.245,99	18.621.347,85
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	1.476.359,44	921.220,44	231.277,25	696.428,31	1.245.082,19	224.792,13	231.277,25	194.003,31
Demais elementos do grupo	108.562,01	585.252,64	107.578,58	288.341,07	983,43	296.911,57	107.578,58	288.341,07
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>174.958.462,04</b>	<b>125.293.458,92</b>	<b>174.958.295,19</b>	<b>123.433.015,67</b>	<b>166,85</b>	<b>1.860.443,25</b>	<b>174.958.295,19</b>	<b>123.100.015,67</b>
91 - Sentenças judiciais	174.958.462,04	124.430.316,98	174.958.295,19	123.066.873,73	166,85	1.363.443,25	174.958.295,19	123.066.873,73
Aquisição de imóveis		830.000,00		333.000,00		497.000,00		
92 - Despesas de exercícios anteriores		33.141,94		33.141,94				33.141,94

Nota:

1. Compõem o quadro os valores pagos a título de precatórios, requisições de pequeno valor e respectivos encargos patronais.



**4.2.4.2.3. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Os quadros de Despesas por Modalidade de Contratação demonstram o total da despesa liquidada e paga nas modalidades previstas na Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 (Pregão) e Decreto 5.450/2005 (Pregão Eletrônico), incluídas, ainda, aquelas executadas por dispensa de licitação, inexigibilidade, suprimento de fundos, assim como as despesas de pessoal, encargos sociais, diárias, auxílios, precatórios e RPV, para as quais não se aplica a licitação.

A Administração priorizou o pregão como modalidade de licitação, seguindo, assim, as determinações legais previstas e orientação do Tribunal De Contas da União.

A dispensa de licitação foi utilizada nos casos em que a realização de pregão seria mais onerosa para a Administração e as características e os valores da despesa estavam no limite previsto no art. 24 da Lei 8.666/1993. As contratações por inexigibilidade de licitação foram firmadas com fulcro no art. 25 da Lei 8.666/1993.

Do total empenhado na 1.<sup>a</sup> Região (R\$ 6.020.495.674,15), 65,93% referem-se a despesas de precatórios e RPVS; 26,20% referem-se a despesas com pessoal; 6,27% referem-se a despesas correntes e 1,59%, a despesas com investimento.

A despesa empenhada em 2012, em relação ao ano anterior, registrou aumento em despesa de pessoal de 4,36%; em despesas correntes de 14,06% e, em despesas com investimentos, de 4,19%. Estes acréscimos decorreram principalmente da instalação de varas, que majorou o quadro de pessoal, a concessão de auxílios, os contratos contínuos, reformas de adaptações, adequações nas instalações físicas e aquisições de materiais permanentes e de consumo, além do acréscimo em despesas na ação AJPC.



## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

#### 5.1.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Quadro 25 – Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos

Valores em R\$ 1,00

Código SIAFI				Denominação			
21211.11.00				Fornecedores por Insuficiência de Créditos / Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor			Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90002	JF- AM	33909236	Serviços de Terceiros - PF	40.893,79			40.893,79
		33909239	Serviços de Terceiros - PJ	22.583,93			22.583,93
		33909293	Indenizações e Restituições	192,16			192,16
90003	JF- PA	33909236	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	964.411,95			964.411,95
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	192.882,39			192.882,39
90004	JF - MA	33909236	Serviços de Terceiros - PF	55.554,70	852.256,29	1.499.253,35	702.551,76
		33909237	Locação de mão de obra	83.672,94	83.672,94		
90013	JF - MG	33903606	Serviços Técnicos Profissionais	100.000,00	100.000,00		
		33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita - PF	2.000.000,00	2.000.000,00	1.567.000,00	1.567.000,00
		33903630	Serviços Médicos e Odontológicos	10.424,88	10.424,88	14.346,00	14.346,00
		33903950	Serviço Médico-Hospital.,Odontol. e Laboratoriais	2.005.971,85	2.005.971,85	84.225,00	84.225,00
		33909214	Diárias – Pessoal Civil	789,11	789,11		
		33909293	Indenizações e Restituições	6.679,90	69.394,50	62.714,60	
		33909308	Ressarcimento Assistência Medica/Odontológica	25.838,61	25.838,61	34.000,00	34.000,00
90021	JF - MT	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita - PF	402.372,00	637.401,54	658.339,54	423.310,00
90022	JF - GO	33909236	Serviços de Terceiros - PF	1.094.613,49	1.094.613,49		
90024	JF - AC	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita - PF			154.236,13	154.236,13
		33909236	Serviços de Terceiros - PF	16.344,54	16.344,54		
90037	JF - AP	33909236	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	69.173,08			69.173,08
90038	JF - TO	33909236	Serviços de Terceiros - PF	152.735,12	152.735,12		
<b>Total</b>				<b>7.245.134,44</b>	<b>7.049.442,87</b>	<b>4.074.114,62</b>	<b>4.269.806,19</b>

Fonte: SIAFI Gerencial/Relatórios das Seções Judiciárias



Quadro 26 – Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21212.11.00				Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor			Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90002	JF - AM	31909201	Ativo Civil	7.977.615,42	40.829,25	-	7.936.786,17
		31909202	Inativo Civil	108.322,66	108.322,66	-	-
		31909212	Pensionista Civil	76.142,62	76.142,62		
90003	JF - PA	31909201	Ativo Civil	24.961.638,48	24.961.247,73		390,75
		31909202	Inativo Civil	361.593,21	361.593,21	7.763,84	7.763,84
		31909203	Pensões			147.922,06	147.922,06
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			27.768.538,95	27.768.538,95
		31909212	Pensionista Civil	320.046,12	172.124,06		147.922,06
		31909213	Obrigações patronais			5.760.219,69	5.760.219,69
90004	JF - MA	31909201	Ativo Civil	19.036.599,85		(19.003.856,82)	32.743,03
		31909202	Inativo Civil	142.315,82		(2.225,82)	140.090,00
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais			996,32	996,32
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			19.031.723,69	19.031.723,69
		31909212	Pensionista Civil		-		75.981,98
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil			75.981,98	
		33909208	Outros Benefícios Assistenciais			460,90	460,90
		33909246	Auxílio-Alimentação			967.227,75	967.227,75
		33909293	Indenizações e Restituições			810,00	810,00
90005	JF - PI	31909202	Inativo Civil	-		246.740,49	246.740,49
		31909203	Pensões			235.899,38	235.899,38
		31909212	Pensionista Civil	-		256.962,41	256.962,41



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21212.11.00				Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor			Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90012	JF - BA	31909201	Ativo Civil	44.531.379,37		(44.334.155,32)	197.224,05
		31909203	Pensões			67.959,73	67.959,73
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais		1.724,69	2.729,61	1.004,92
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		439.701,79	45.111.804,83	44.672.103,04
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil		34.182,47	46.059,68	11.877,21
		31919213	Obrigações patronais		18.032,24	20.621,63	2.589,39
		33909208	Outros Benefícios Assistenciais		-	12.275,91	12.275,91
		33909214	Diárias – Pessoal Civil		1.485,30	1.485,30	
		33909233	Passagens e Despesas com Locomoção		543,46	543,46	
		33909236	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.562,68	3.580,74	1.018,06
		33909246	Auxílio-Alimentação			1.677,06	1.677,06
		33909293	Indenizações E Restituições		53.172,74	35.195,93	24.226,98
90013	JF - MG	31909201	Ativo Civil	49.037.593,15	798.290,71	(47.934.438,80)	304.863,64
		31909202	Inativo Civil	297.704,36		(297.704,36)	
		31909203	Pensões		438,01	41.127,27	40.689,26
		31909204	Outras Despesas Variáveis - Civil	38.405,10	38.405,10		
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais			1.505,95	1.505,95
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			48.843.062,45	48.843.062,45
		31909212	Pensionista Civil	774.195,13	774.195,13		
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil		234.627,45	252.070,17	17.442,72
		31909223	Grat. Tempo de Serv. - Anuênio Ativo Civil	27.343,10	27.343,10		
		31909280	Outros Benefícios Assistenciais	1.730,14	1.730,14		
		33909208	Outros Benefícios Assistenciais		3.312,08	3.312,08	
		33909246	Auxílio- Alimentação		-	1.768,84	1.768,84
33909293	Indenizações e Restituições		2.700,00	8.362,64	5.662,64		



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21212.11.00				Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012	
90021	JF - MT	31909201	Ativo Civil	10.125.035,43	-	(9.781.256,35)	343.779,08
		31909203	Pensões			31.971,89	31.971,89
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-		11.126.533,46	11.126.533,46
90022	JF - GO	31909201	Ativo Civil	21.231.081,88	430.335,54		20.800.746,34
		31909202	Inativo Civil	302.509,41	17.194,19		285.315,22
		31909212	Pensionista Civil	-		11.682,35	11.682,35
90023	JF - DF	31909201	Ativo Civil	25.979.668,67	26.273.458,20	918.503,31	624.713,78
		31909202	Inativo Civil	392.811,47	392.811,47		
		31909203	Pensões		20.680,57	2.873.120,13	2.852.439,56
		31909204	Outras Despesas Variáveis - Civil	7.064,28	7.064,28		
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais			540,54	540,54
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		251.139,28	26.310.951,81	26.059.812,53
		31909212	Pensionista Civil	2.851.239,92	2.853.948,29	2.708,37	
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil		7.064,28	134.366,75	127.302,47
		31909223	Grat. Tempo De Serviço-Anuênio Ativo Civil	22.773,17	22.773,17		
		31909224	Grat. Tempo De Serviço-Anuênio Inativo Civil	208.617,65	208.617,65		
		31909280	Outros Benefícios Assistenciais				
		31909291	Sentenças Judiciais	8.440,50	16.881,00	8.440,50	
		31909294	Indenizações e Restituições Trabalhistas	136.497,15	484.278,86	347.781,71	
33909293	Indenizações e Restituições	3.178,09	6.356,18	3.319,60	141,51		
90024	JF - AC	31909201	Ativo Civil	8.456.204,82	5.126,37		8.665.762,43
		31909202	Inativo Civil	214.683,98			
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			13.415,72	13.415,72
		31909212	Pensionista Civil	222.675,36	222.675,36		





Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21212.11.00				Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012	
90025	JF - RO	31909201	Ativo Civil	11.215.782,71		11.215.782,71	
		31909204	Outras Despesas Variáveis - Civil	34.162,00		34.162,00	
		31909212	Pensionista Civil	25.828,00		25.828,00	
90027	TRF/1.ª Região	31900101	Proventos - Pessoal Civil		8.185,22	8.185,22	
		31909201	Ativo Civil	30.830.053,60	30.825.419,44	488.840,26	493.474,42
		31909202	Inativo Civil	1.311.600,48	1.300.149,61	(4.740,61)	6.710,26
		31909204	Outras Despesas Variáveis - Civil	38.016,52	39.192,64	1.176,12	
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais	33,42	33,42	3.250,84	3.250,84
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		32.096,00	31.245.847,45	31.213.751,45
		31909212	Pensionista Civil	432.745,50			432.745,50
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil		24.249,54	25.169,89	920,35
		31909280	Outros Benefícios Assistenciais	524,28	524,28		
		31909293	Indenizações e Restituições			5.588,18	5.588,18
		31909294	Indenizações e Restituições Trabalhistas	64.234,35	41.629,55	(22.604,80)	
		31919206	Contribuições Patronais PSSS	6.492.165,27	6.492.165,27		
		31919213	Obrigações patronais		6.831.706,97	6.831.706,97	
		33909208	Outros Benefícios Assistenciais	1.387,57	1.387,57		
		33909214	Diárias – Pessoal Civil	3.457,77	3.457,77	156,51	156,51
		33903628	Serviço de Seleção e Treinamento			2.485,01	2.485,01
		33909236	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8.658,64	4.723,48	4.704,06	8.639,22
33909246	Auxílio-Alimentação	1.849.780,65	6.948,04	2.008.192,94	3.851.025,55		
90037	JF - AP	31909201	Ativo Civil	26.089,92		26.089,92	



Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21212.11.00				Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG	Credor			Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90038	JF - TO	31909201	Ativo Civil	8.240.614,84	41.266,72	(3.805,00)	8.195.543,12
		31909211	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			98.306,65	98.306,65
		31909216	Outras Despesas Variáveis - Civil			911,00	911,00
		31909293	Indenizações e Restituições			373,42	373,42
90039	JF - RR	31909201	Ativo Civil	6.860.884,64			6.860.884,64
		31909202	Inativo Civil	280.433,06			280.433,06
<b>Total</b>				<b>285.631.434,55</b>	<b>105.011.518,56</b>	<b>110.066.164,57</b>	<b>290.686.080,56</b>
<b>Razões e justificativas:</b> Os valores referem-se a passivos de pessoal para os quais não havia crédito orçamentário, tais como: - Diferença de Auxílio-alimentação devida aos Magistrados; - Diferenças de remuneração (adicional de qualificação, progressão funcional, adicional de férias, acertos decorrentes de designação/exoneração de função comissionada e etc) - Foram ainda registrados valores referentes a quintos/décimos (MP 2225/2001), porém ainda não houve o ato de reconhecimento de despesas de exercícios anteriores pelo Ordenador de Despesas, pois refere-se apenas à estimativa dos passivos.							
<b>Notas:</b> 1. A conta 31909201, em 2012, sofreu alteração e passou a referir-se às despesas com pessoal inativo. Os registros foram mantidos no SIAFI nesse subitem e serão ajustados em 2013. 2. A conta 31909202, em 2012, foi excluída do SIAFI. Os registros foram mantidos no SIAFI nesse subitem e serão ajustados em 2013. 3. A conta 31909204, em 2012, sofreu alteração e passou a referir-se às despesas com contratação por tempo determinado. Os registros foram mantidos no SIAFI nesse subitem e serão ajustados em 2013. 4. A conta 31909212, em 2012, sofreu alteração e passou a referir-se às despesas com pessoal militar. Os registros foram mantidos no SIAFI nesse subitem e serão ajustados em 2013. 5. As contas 31909223, 31909224 e 31909280, em 2012, foram excluídas do SIAFI. Os registros foram mantidos no SIAFI nesse subitem e serão ajustados em 2013.							

Fonte: SIAFI Gerencial/Relatórios das Seções Judiciárias



Quadro 27 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI			Denominação				
21211.13.00			Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos				
Linha Detalhe							
UG	Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012	
90002	JF - AM	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	1.748.041,89		1.748.041,89	
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	8.178,76		8.178,76	
90003	JF - PA	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	5.480.921,54	5.480.921,54		
90004	JF - MA	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	15,79		15,79	
		31919213	Obrigações Patronais		944,75	944,75	
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	11.111,97	170.452,15	299.850,50	140.510,32
90005	JF - PI	33919213	Obrigações Patronais	-	23.880,88	23.880,88	
90012	JF - BA	31909213	Obrigações Patronais		2.536,90	2.578,17	41,27
		31919206	Contribuições Patronais p/ o PSSS	8.390.407,30		-8.390.407,30	
		33919213	Obrigações Patronais	-	74.878,66	9.796.304,26	9.721.425,60
90013	JF - MG	31919206	Contribuições Patronais p/ PSSS	10.463.153,42	99.889,12	-10.363.264,30	
		31919213	Obrigações Patronais			10.428.339,90	10.428.339,90
		33914718	Contribuições Previdenciárias -Serviços de Terceiros	422.275,05	422.275,05	316.269,20	316.269,20
90021	JF - MT	33914720	Obrigações Patronais s/ Serviços PJ	304.749,29	304.749,29	27.230,80	27.230,80
90021	JF - MT	33914718	Contribuições Previdenciárias -Serviços de Terceiros	80.474,50	127.480,41	131.667,91	84.662,00
90022	JF - GO	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	38.094,64	37.724,50		370,14
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	218.922,70	218.922,70		
90023	JF - DF	31919206	Contribuições Patronais p/ o PSSS	3.284.481,80	3.284.481,80		
		31909208	Outros Benefícios Assistenciais			495,70	495,70
		33919213	Obrigações Patronais	-	17.996,58	3.312.694,79	3.294.698,21
90024	JF - AC	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	1.812.476,25	456,86		1.812.019,39
		31909213	Obrigações Patronais			2.849,00	2.849,00
		33914718	Contribuições Previdenciárias-Serviços de Terceiros			33.388,12	33.388,12
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	31.647,79	30.941,60		706,19



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI			Denominação				
21211.13.00			Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos				
Linha Detalhe							
UG		Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90025	JF - RO	33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	-			
		31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	2.467.472,20			2.467.472,20
90027	TRF1	31911302	Contribuições Previdenciárias - INSS	385,94	385,94	811,62	811,62
		31911303	Contribuição Patronal p/ o RPPS	30.951,75	37.667,43	9.489,97	2.774,29
		31919213	Obrigações Patronais			7.093.847,42	7.093.847,42
		31909213	Obrigações Patronais			4.756,74	4.756,74
90038	JF -TO	31919206	Contribuições Patronais p/ o PSSS	1.812.029,11	5.421,39	-1.896,47	1.804.711,25
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	30.547,03	30.547,03		
90039	JF - RR	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	1.547.348,97			1.547.348,97
<b>Total</b>				<b>38.183.687,69</b>	<b>10.347.728,95</b>	<b>12.729.831,66</b>	<b>40.565.790,40</b>
<b>Razões e justificativas:</b>							
Trata-se de encargos patronais decorrentes do passivo de pessoal e de terceiros (PF e PJ), registrados nas contas 21211.11.00 e 21212.11.00.							
Nota:							
Em 2012, a denominação da conta 33191.92.06 foi alterada para "Benefício mensal ao deficiente e ao idoso", porém os registros contábeis foram mantidos nesse subitem pelas UGs. Os ajustes serão efetuados em 2013, com a baixa ou a transposição dos saldos para a conta 33191.92.13.							
Fonte: SIAFI Gerencial/Relatórios das Seções Judiciárias							



Quadro 28 – Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21215.22.00				Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG		Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90037	J F - AP	31919206	Contribuições Patronais para o PSSS	4.751,10	-		4.751,10
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	13.834,62	-		13.834,62
<b>Total</b>				<b>18.585,72</b>	-		13.834,62
<b>Razões e justificativas:</b>							
Trata-se de encargos patronais decorrentes do passivo de pessoal e de terceiros (PF e PJ), registrados nas contas 21211.11.00 e 21212.11.00							
Nota:							
Em 2012, a denominação da conta 33191.92.06 foi alterada para "Benefício mensal ao deficiente e ao idoso", porém os registros contábeis foram mantidos nesse subitem pelas UG. Os ajustes serão efetuados em 2013, com a baixa ou a transposição dos saldos para a conta 33191.92.13.							

Fonte: SIAFI Gerencial/Relatórios das Seções Judiciárias



### 5.1.2. ANÁLISE CRÍTICA

Os valores relativos a quintos/décimos, passivo de pessoal das Ações 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – e 0181 – Pagamento de Inativos e Pensionistas, são dados estimados e dependem de autorização para pagamento, em virtude de tramitação de processo nesse sentido no Supremo Tribunal Federal. Ainda sobre os valores registrados a título de VPNI/quintos, são decorrentes de decisão do Conselho da Justiça Federal, nos autos do Processo Administrativo n. 2004.16.4940, com efeitos financeiros retroativos a abril de 1998.

Em relação aos montantes registrados a título de auxílio alimentação decorrem de regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 133/2011) e do Conselho da Justiça Federal (Resolução 175/2012), que conferiram efeitos financeiros retroativos a maio de 2004 ao auxílio alimentação devido aos magistrados. Neste caso, também não havia como prever a despesa.

Os demais passivos de pessoal — chamados “pequenos passivos” — decorrem basicamente de pagamento retroativo de Adicional de Qualificação, Progressão Funcional, cuja publicação do ato que autorizou a despesa ocorreu após o final do exercício da sua competência São, portanto, despesas de exercícios anteriores reconhecidas pelos Ordenadores de Despesas, as quais aguardavam, em 31/12/2012, a liberação de crédito orçamentário para pagamento.

Foram, ainda, registrados os encargos patronais nas contas 21213.11.00 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos e 21215.22.00 – Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos, os quais estão relacionados com as despesas contabilizadas nos demais itens.

Os registros guardam conformidade com a Nota Técnica STN 2.309/2007 e Manual do SIAFI, Macrofunção 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos.

Além dos passivos registrados, há pendência na ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoa Carente (AJPC), relativo a despesas com honorários advocatícios e periciais de 2012 que não foram lançadas no SIAFI em decorrência da unidade responsável não ter sido informada em tempo hábil da existência do passivo e, ainda, em função da utilização do novo Sistema de Assistência Jurídica Gratuita (AJG) que está em fase de implantação e ajustes em toda a Justiça.

O quadro a seguir demonstra os valores que não foram registrados no SIAFI:

UG		SALDO
90002	JF – AM	205.746,43
90003	JF – PA	1.116.216,15
90004	JF – MA	42.191,55
90005	JF - PI	158.771,52
90012	JF - BA	30.220,08
90013	JF - MG	139.475,06
90021	JF - MT	65.294,84
90022	JF - GO	1.928.348,08
90023	JF - DF	125.643,96
90025	JF - RO	131.464,51
90037	JF - AP	72.588,83
90038	JF - TO	190.397,96
90039	JF - RR	25.668,55
<b>TOTAL</b>		<b>4.232.027,52</b>



A pendência relativa a essa ação ocorreu porque a dotação consignada não foi suficiente para atender à necessidade, que vem crescendo de maneira desproporcional ao crédito disponível. A dotação foi esgotada a partir do mês de agosto e não foi aprovado o crédito suplementar solicitado. No fim do exercício foi recebida uma dotação extra proveniente de sobras dos demais TRFs, o que diminuiu o passivo.

Existe grande dificuldade de estimar o número de arbitramentos de honorários que as varas federais encaminharão para pagamento, considerando que a demanda dos jurisdicionados, principalmente dos Juizados Especiais Federais e da Jurisdição Delegada, tem crescido a cada ano. Além disso há vários anos grande parte da dotação do exercício tem sido utilizada para pagamento de exercícios anteriores.



## 5.2. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 5.2.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 29 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar
<b>2011</b>	<b>2.671.930,24</b>	<b>2.115,88</b>	<b>2.590.910,51</b>	<b>78.903,85</b>
090027/TRF/1.ª Região	867.234,84	1.580,24	865.654,60	-
090002/JFAM	82.612,70		38.579,90	44.032,80
090003/JFPA	892.535,63		889.670,03	2.865,60
090004/JFMA	189.271,08		173.963,16	15.307,92
090005/JFPI	43.244,35	122,64	43.121,71	-
090012/JFBA	207.520,10	50,00	196.999,70	10.470,40
090013/JFMG	91.733,41		91.733,41	-
090021/MG	42.852,56		42.852,56	-
090022/JFGO	44.369,03		44.369,03	-
090023/JFDF	70.260,51	363,00	69.897,51	-
090025/JFRO	139.072,54		134.068,90	5.003,64
090037/JFAP	1.217,32		-	1.217,32
090039/JFRR	6,17		-	6,17
<b>2010</b>	<b>2.515.118,11</b>	<b>5.503,91</b>	<b>2.498.214,72</b>	<b>11.399,48</b>
TRF/1.ª Região	1.186.875,50	2.154,70	1.184.720,80	-
090002/JFAM	65.301,03	-	65.301,03	-
090004/JFMA	301.850,68	-	301.850,68	-
090012/JFBA	61.529,42	-	61.529,42	-
090023/JFDF	552.495,34	2.645,61	547.431,73	2.418,00
090025/JF/RO	347.066,14	703,60	337.381,06	8.981,48
<b>2009</b>	<b>267.477,41</b>	<b>1.324,77</b>	<b>257.347,48</b>	<b>8.805,16</b>
090002/JFAM	76.702,01	1.324,77	74.561,78	815,46
090004/JFMA	131.144,27	-	128.952,17	2.192,10
090023/JFDF	30.247,12	-	30.247,12	-
090025/JFRO	29.384,01	-	23.586,41	5.797,60
<b>2008</b>	<b>261.234,56</b>	<b>5.529,24</b>	<b>246.205,83</b>	<b>9.499,49</b>
090002/JFAM	28.404,05	-	28.281,45	122,60
090003/JFPA	208.210,61	5.529,24	202.681,37	-
090025/JFRO	24.619,90	-	15.243,01	9.376,89





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Restos A Pagar Não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2011</b>	<b>394.543.053,99</b>	<b>3.572.949,71</b>	<b>83.186.412,11</b>	<b>307.783.692,17</b>
090027/TRF 1.ª Região	42.064.364,72	564.764,01	21.292.041,84	20.207.558,87
090049/TRF-1.ª Região-Prec. RPVs	285.052.701,29	0,00	3.639.909,99	281.412.791,30
090002/JFAM	1.198.707,08	9.547,74	1.091.934,58	97.224,76
090003/JFPA	3.435.113,13	176.886,34	3.205.557,01	52.669,78
090004/JFMA	2.941.209,05	160.856,01	2.233.983,04	546.370,00
090005/JFPI	1.903.698,32	89.104,83	1.631.053,73	183.539,76
090012/JFBA	19.045.847,68	1.143.095,24	15.180.948,38	2.721.804,06
090013/JFMG	8.267.041,80	321.651,83	7.896.249,27	49.140,70
090021/JFMT	3.382.023,19	100.116,50	2.772.463,15	509.443,54
090022/JFGO	3.216.312,66	105.837,82	2.849.616,13	260.858,71
090023/JFDF	3.184.356,37	136.145,17	2.722.696,65	325.514,55
090024/JFAC	719.776,16	10.800,25	674.070,41	34.905,50
090025/JFRO	1.525.339,11	0,00	1.461.528,46	63.810,65
090037/JFAP	10.948.513,30	668.345,62	10.231.476,39	48.691,29
090038/JFTO	2.606.868,60	36.259,63	2.527.694,97	42.914,00
090039/JFRR	5.051.181,53	49.538,72	3.775.188,11	1.226.454,70
<b>2010</b>	<b>151.754.101,10</b>	<b>5.851.746,64</b>	<b>120.481.101,99</b>	<b>25.421.252,47</b>
090027/TRF 1.ª Região	118.355.380,44	3.324.872,84	89.692.523,99	25.337.983,61
090002/JFAM	1.265.723,50	445.899,90	819.345,60	478,00
090003/JFPA	2.635.216,08	211.333,02	2.423.883,06	0,00
090004/JFMA	2.403.919,33	113.199,02	2.271.828,35	18.891,96
090005/JFPI	1.394.353,34	229.987,35	1.164.365,99	0,00
090012/JFBA	7.398.569,08	926.191,27	6.471.863,20	514,61
090021/JFMT	2.801.865,25	148.688,13	2.653.177,12	0,00
090023/JFDF	4.939.644,63	147.997,03	4.791.647,60	0,00
090024/JFAC	502.357,96	53.696,01	448.661,95	0,00
090025/JFRO	639.905,30	47.940,50	548.455,44	43.509,36
090037/JFAP	7.433.368,18	66.075,00	7.367.293,18	0,00
090038/JFTO	1.116.952,77	30.464,74	1.086.488,03	0,00
090039/JFRR	866.845,24	105.401,83	741.568,48	19.874,93
<b>2009</b>	<b>57.808.573,32</b>	<b>6.901.919,60</b>	<b>50.062.927,91</b>	<b>843.725,81</b>
090027/TRF 1.ª Região	44.233.234,52	6.557.186,25	36.883.943,89	792.104,38
090002/JFAM	1.106.917,15	29.133,88	1.061.333,39	16.449,88
090004/JFMA	2.920.244,30	65.430,24	2.819.642,51	35.171,55
090013/JFMG	9.548.177,35	250.169,23	9.298.008,12	0,00
<b>2008</b>	<b>40.281.672,03</b>	<b>6.663.738,42</b>	<b>32.913.234,20</b>	<b>704.699,41</b>
090027/TRF 1.ª Região	37.576.396,43	6.531.421,57	30.383.776,15	661.198,71
090004/JFMA	1.268.136,99	60.801,48	1.191.606,05	15.729,46
090039/JFRR	1.437.138,61	71.515,37	1.337.852,00	27.771,24
<b>2007</b>	<b>60.680.103,09</b>	<b>6.980.393,26</b>	<b>53.517.762,03</b>	<b>181.947,80</b>
090027/TRF 1.ª Região	60.680.103,09	6.980.393,26	53.517.762,03	181.947,80

Fonte: SIAFI Gerencial/Relatórios das Seções Judiciárias e TRF/1.ª Região



### 5.2.2. ANÁLISE CRÍTICA

As prorrogações dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores decorreu da publicação do Decreto 7.680, de 17/2/2012.

As inscrições e as respectivas prorrogações foram motivadas pelos seguintes fatos:

- a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento, aguardando entrega de material/equipamento, apresentação de faturas, conferência ou atesto;
- b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro;
- c) solicitações de dilação de prazos na entrega de bens, notadamente no que respeita a materiais diversos e atraso na execução de serviços;
- d) contratação de empresas encarregadas da execução de obras em data próxima ao encerramento do exercício 2012;
- e) pendências relacionadas à regularidade fiscal das empresas contratadas;
- f) pendências de recolhimento de multas, que aguardavam decisão quanto à aplicabilidade e deliberação quanto a recursos interpostos pelas contratadas;
- g) requisições de pequeno valor autuadas no mês de dezembro.

As despesas de restos a pagar processados tiveram seus pagamentos efetuados em quase sua totalidade, ocorrendo percentual mínimo de cancelamentos.

Em relação aos restos a pagar não processados de anos anteriores a 2012, observa-se volume razoável de cancelamentos com vistas a atender ao Decreto 7.468, de 28/4/2011. O restante permaneceu inscrito visto se tratar de despesa com pessoal, bolsa de estudos, correios, equipamentos de informática que estão sendo entregues à medida que as novas varas são instaladas.

Sobressai, também, o saldo de empenho referente à obra do Edifício Sede do Tribunal, no valor de R\$ 36.575.683,11, que representa 75% e 84,21% dos montantes inscritos em RP nos exercícios de 2010 e 2011, respectivamente, pelo TRF/1.<sup>a</sup> Região, no projeto 11RV, específico da obra.

O Tribunal vem aprimorando seus procedimentos de controle, com a introdução do sistema de Controle de Execução Orçamentária – CEO, que exige informações de projeção dos gastos pelos gestores dos contratos, resultando na inscrição de restos a pagar mais próxima da realidade.

A estratégia de pagamento dos restos a pagar está amparada em dispositivos legais (Lei 4.320/1964, Decreto 93.872/1986, entre outros). Assim, os pagamentos são efetuados à medida que ocorre o adimplemento da obrigação por parte do credor e de acordo com a disponibilidade financeira.

O impacto da execução financeira de RP pela UJ restringe-se às dificuldades na administração dos recursos recebidos, referentes ao orçamento do exercício anterior, concomitantemente com a execução dos recursos vinculados ao orçamento do exercício corrente, uma vez que são contabilizados no SIAFI em única conta contábil de limite de saque, dificultando sobremaneira a gestão financeira.

Por outro lado, não foram observadas limitações ao recebimento dos valores inscritos como a receber no exercício subsequente, e as transferências foram efetuadas de acordo com o cronograma de desembolso financeiro estabelecido pela Setorial Financeira e pelos demais órgãos descentralizadores de créditos/recursos.



### 5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

#### 5.3.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Quadro 30 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Tribunal Regional Federal da Primeira Região									
CNPJ: 03.658.507/0001-25					UG/GESTÃO: 090027/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N. do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	22/2009	Comando do Exército	-	-	669.830,64	3.900.468,87	27/8/2009	27/8/2014	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 -Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 -Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 -Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 -Concluído				
					5 -Excluído				
					6 -Rescindido				
					7 -Arquivado				
Fonte: SECAD – TRF/1.ª Região									



### 5.3.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Quadro 31 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Tribunal Regional Federal da Primeira Região						
CNPJ: 03.658.507/0001-25				UG/GESTÃO: 090027/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento		
	2012	2011	2010	(Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	669.830,64	2.012.519,20	941.119,03
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	-	-	-	<b>669.830,64</b>	<b>2.012.519,20</b>	<b>941.119,03</b>

Obs: o único Termo de Cooperação vigente foi celebrado com o Exército no ano de 2009

Fonte: SECAD – TRF/1.ª Região



**5.3.3. INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE**

Quadro 32 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
CNPJ: 03.658.507/0001-25			UG/GESTÃO: 090027/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	5.346.060,00	3.900.468,87	1.445.591,13	72,96%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-



#### 5.3.4. ANÁLISE CRÍTICA

O Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região e o Comando do Exército, por meio do Departamento de Engenharia e Construção – DEC, firmaram o Termo de Cooperação 22/2009, em 27/8/2009, execução de serviços de assessoramento técnico em arquitetura e engenharia relacionados à obra de construção do edifício-sede do TRF/1.<sup>a</sup> Região.

Essa parceria é de suma importância para a continuidade da obra, haja vista que o Tribunal não possui estrutura de pessoal suficiente e com conhecimento técnico no nível de complexidade que uma obra desse porte requer.

O Exército foi escolhido por sua notória especialização, uma vez que possui equipe técnica de larga experiência, composta por profissionais qualificados em diversos ramos da engenharia (elétrica, mecânica, civil etc.), somada à sua credibilidade institucional.

Os valores a serem transferidos pelo TRF são definidos somente quando da assinatura dos planos de trabalho. Por esse motivo, o valor informado no campo “Valores Contratados” do Quadro 32 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 é passível de alteração.

Com base no referido Termo de Cooperação, foram assinados os planos de trabalhos relacionados no Quadro 33.

Quadro 33 – Planos de Trabalho Vinculados ao Termo de Cooperação 22/2009

Plano de Trabalho	Data da Assinatura	Objeto	Valor
40.142.09.01.01.01	6/10/2009	Levantamento físico-financeiro dos serviços executados na obra do Edifício-Sede do Tribunal, a fim de atender determinação do TCU no Acórdão 1.617/2009-Plenário, de 29/7/2009, item 9.3.1.	277.000,00
40.142.10.22.04.01	25/02/2010	Assessoramento técnico no gerenciamento e fiscalização da obra do TRF	897.000,00
40.142.11.22.04.02	7/02/2011	Assessoramento técnico no gerenciamento e fiscalização da obra do TRF – 2 <sup>a</sup> Etapa	2.924.120,00
40.142.12.22.04.03	12/11/2012	Assessoramento técnico no gerenciamento e fiscalização da obra do TRF – 3 <sup>a</sup> Etapa	1.247.940,00
<b>Total</b>			<b>5.346.060,00</b>

Para o custeio desses serviços, foi descentralizado ao Comando do Exército o total de R\$ 669.830,64, com a dotação de 2012 do projeto 11RV – Construção do Edifício-Sede do Tribunal.

O termo de cooperação não prevê prestação de contas por parte do Comando do Exército. Assim, deixam de ser preenchidos os seguintes quadros definidos na Portaria TCU 123/2011:

- Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.
- Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.



## 5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS

### 5.4.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

#### 5.4.1.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

Quadro 34 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	Nome da UG	Valores
		Conta Tipo “B” e Outras
90027	Tribunal Regional Federal da 1.ª Região	30.258,36
90002	Justiça Federal do Estado do Amazonas	9.780,01
90003	Justiça Federal do Estado do Pará	30.797,76
90004	Justiça Federal do Estado do Maranhão	114.600,93
90005	Justiça Federal do Estado do Piauí	55.613,05
90012	Justiça Federal do Estado da Bahia	111.813,79
90013	Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	121.279,58
90021	Justiça Federal do Estado do Mato Grosso	49.849,66
90022	Justiça Federal do Estado de Goiás	39.141,11
90023	Justiça Federal do Distrito Federal	55.039,21
90024	Justiça Federal do Estado do Acre	4.013,65
90025	Justiça Federal do Estado de Rondônia	66.717,22
90037	Justiça Federal do Estado do Amapá	27.713,10
90038	Justiça Federal do Estado do Tocantins	15.165,15
90039	Justiça Federal do Estado de Roraima	3.685,50
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>	<b>735.468,08</b>



5.4.1.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTAS TIPO “B” E OUTRAS

Quadro 35 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B” e Outras)

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Código da UG 1	90027	Nome da UG	TRF/1ª Região		Nome da UG	TRF/1ª Região	
Regis Oliveira Sales	606.774.901-78	800047	12/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	1.089,50	0007/2012
Bruno Curvello Mello	705.422.521-04	800151	23/2/2012	339030		1.500,00	1205/2012
João Henrique Serra Azul Junior	381.609.861-49	800074	16/1/2012	339030		1.500,00	0264/2012
João Henrique Serra Azul Junior	381.609.861-49	800075	16/1/2012	339039		500	0264/2012
Regis Oliveira Sales	606.774.901-78	800211	8/3/2012	339030		671,92	1606/2012
João Henrique Serra Azul Junior	381.609.861-49	800308	30/3/2012	339030		1.500,00	2245/2012
João Henrique Serra Azul Junior	381.609.861-49	800309	30/3/2012	339039		500	2245/2012
Bruno Curvello Mello	705.422.521-04	800317	2/4/2012	339030		598,78	2304/2012
Regis Oliveira Sales	606.774.901-78	800445	17/5/2012	339030		2.736,63	3489/2012
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800573	19/7/2012	339030		744,5	4820/2012
Regis Oliveira Sales	606.774.901-78	800574	19/7/2012	339030		2.500,00	5207/2012
Regis Oliveira Sales	606.774.901-78	800575	19/7/2012	339039		500	5207/2012
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800622	17/8/2012	339030		2.950,31	5717/2012
Carlos Rafael Ferreira	581.085.486-91	800692	12/9/2012	339030		654,05	6376/2012
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800728	26/9/2012	339030		2.769,30	6735/2012
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800783	11/10/2012	339030		2.018,95	7253/12
Renê Soares da Silva	492.901.001-25	456	17/10/2012	339030		87	6116/2012
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800884	19/11/2012	3390.30		3.000,00	7979/2012





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Rodrigo Pinto de Menezes	844.734.521-15	800954	13/12/2012	33.90.30		3.000,00	8767/2012	
Juarez Oliveira de Moraes	313.687.271-15	800712	18/9/2012	33.90.30	viagem a serviço	139,8	6617/2012	
Airton dos Reis Gonçalves	359.370.411-00	800800	23/10/2012	33.90.30		123,6	7437/2012	
Juarez Oliveira de Moraes	313.687.271-15	800809	23/10/2012	33.90.30		235,54	7470/2012	
Carmo Divino Cirqueira	145.297.771-20	800810	24/10/2012	33.90.30		208,02	7484/2012	
Jadson Nobrega de Araujo	696.781.621-72	800839	5/11/2012	33.90.30		183,51	7673/2012	
Juarez Oliveira de Moraes	313.687.271-15	800877	16/11/2012	33.90.30		546,95	7984/2012	
						<b>Valor Total</b>	<b>30.258,36</b>	
<b>Código da UG 2</b>	<b>90002</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/AM</b>		
Neuzarí Marreiros Barbosa	404.591.872-87	12	24/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	1.000,00	1990152000001	
		13	24/1/2012	339039		300	1990152000001	
		158	28/3/2012	339030		1.200,00	2000152000001	
		159	28/3/2012	339039		300	2000152000001	
		230	23/4/2012	339030		800	790152000006	
		231	23/4/2012	339039		800	790152000006	
		232	23/4/2012	339036		2.000,00	2000152000006	
		277	8/5/2012	339147		400	2000152000002	
		385	18/6/2012	339030		1.300,00	2000152000003	
		386	18/6/2012	339039		200	2000152000003	
		534	17/8/2012	339030		1.200,00	2000152000004	
		535	17/8/2012	339039		300	2000152000004	
		632	15/10/2012	339030		1.100,00	2000152000005	
		633	15/10/2012	339039		400	2000152000005	
					<b>Valor Total</b>	<b>11.300,00</b>		
<b>Código da UG 3</b>	<b>90003</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/PA</b>		
Jose Jorge Marques Dos Santos	328.461.692-68	2012-496	21.05.2012	339039	despesa de pequeno vulto	858,74	2012 390000286002860152000003	
Osmar De Miranda Lima Filho	658.205.502-00	2012-463	14.05.2012	339030		987,61	2012 390000208002080152000002	
		2012-464	14.05.2012	339036		260		



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
João Benedito Galvão Pinheiro	489.832.092-91	2012-969	13.09.2012	339030	despesa de pequeno vulto	43,35	2012 390000341003410152000001
		2012-623	18.06.2012	339030		1.490,00	
Ednilson De Jesus Silva	471.362.272-91	2012-624	18.06.2012	339039		465,8	
		2012-861	30.08.2012	339030		1.997,56	2012 390000081000810152000008
Ednilson De Jesus Silva	471.362.272-91	2012-862	30.08.2012	339039		134,2	2012 390000081000810152000011
Leno Stelio Reis Dos Reis	574.433.782-20	2012-004	18.01.2012	339030		342,6	2012 390000078000780152000123
Leno Stelio Reis Dos Reis	574.433.782-20	2012-363	19.04.2012	339030		485,17	2012 390000243002430152000003
		2012-804	22.08.2012	339030		427,19	
Leno Stelio Reis Dos Reis	574.433.782-20	2012-805	22.08.2012	339039		700	2012 390000078000780152000123
		2012-366	20.04.2012	339030		768,58	
Ediene Kedman Ferreira Da Cunha	837.257.501-06	2012-368	20.04.2012	339039		275	2012 390000070000070152000005
		2012-809	23.08.2012	339030		176,15	
		2012-810	23.08.2012	339036		15	
Ediene Kedman Ferreira Da Cunha	837.257.501-06	2012-811	23.08.2012	339039		30	2012 390000078000780152000122
		2012-863	30.08.2012	339030		513,7	
		2012-864	20.04.2012	339036		585	
Jose Jorge Marques Dos Santos	328.461.692-68	2012-865	20.04.2012	339039		435	2012 390000286002860152000011
		2012-364	20.04.2012	339030		700	
Ademir Quaresma Ferreira	149.025.832-91	2012-365	20.04.2012	339039		33,45	2012 390000290002900152000007
		2012-893	04.07.2012	339030		348,88	
Ademir Quaresma Ferreira	149.025.832-91	2012-894	04.07.2012	339039		300	2012 390000290002900152000010
		2012-511	21.05.2012	339030		399,66	
João Benedito Galvão Pinheiro	489.832.092-91	2012-508	21.05.2012	339039		90	2012 390000341003410152000021
		2012-1033	25.09.2012	339030	202		
Miguel Lima Dos Reis Júnior	940.355.202-68	2012-1034	25.09.2012	339036	520,22	2012 390000279002790152000001	



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Jose Jorge Marques Dos Santos	328.461.692-68	2012-1239	06.11.2012	339030	despesa de pequeno vulto	204,62	2012 390000286002860152000013	
		2012-1240	06.11.2012	339036		84		
		2012-1241	06.11.2012	339039		210		
Ednilson De Jesus Silva	471.362.272-91	2012-1261	08.11.2012	339030		1.400,00		
		2012-1262	08.11.2012	339036		500		
		2012-1263	08.11.2012	339039		600		
Edvan Guilherme Souza De Barros	581.141.812-49	2012-254	13.03.2012	339030		857,27		2012 390000078000780152000236
Ediene Kedman Ferreira Da Cunha	837.257.501-06	2012-1328	19.11.2012	339030		800		2012 390000078000780152000249
		2012-1329	19.11.2012	339039		700		
Sérgio Antônio Scalabrin	231.911.042-91	2012-1322	19.11.2012	339030		128		2012 390000290002900152000012
Ednilson De Jesus Silva	471.362.272-91	2012-1411	03.12.2012	339030		1.000,00		2012 390000081000810152000016
		2012-1412	03.12.2012	339039		500		
Carlos Antonio Vieira De Araújo	573.633.662-68	2012-0176	24.02.2012	339030		800		2012 390000078000780152000027
		2012-0177	24.02.2012	339036		490		
Alan Gomes Santana	271.085.972-68	2012-0087	01.02.2012	339030		563,33		2012 390000078000780152000014
		2012-0088	01.02.2012	339036	390			
		2012-0117	06.02.2012	339039	180			
Andre Leal Lima	428.820.362-72	2012-0008	18.01.2012	339030	1.000,00	2012 390000078000780152000006		
2012-0009	18.01.2012	339039	349,59					
Andre Leal Lima	428.820.362-72	2012-0310	28.03.2012	339030	1.485,72	2012 390000081000810152000003		
César Augusto Savino Da Costa	205.356.512-87	2012-0006	18.01.2012	339030	1.000,00	2012 390000277001810152000001		
		2012-0007	18.01.2012	339039	292,52			
Edivaldo De Souza Paes Barreto	159.133.502-78	2012-0104	03.02.2012	339030	1.499,58	2012 390000081000810152000002		
Edivaldo De Souza Paes Barreto	159.133.502-78	2012-0485	18.05.2012	339039	1.496,69	2012 390000081000810152000004		
Gilmar Barbosa Brabo Filho	634.055.802-00	2012-0150	14.02.2012	339030	541,58	2012 390000346003460152000001		
		2012-0151	14.02.2012	339039	140			
					<b>Valor Total</b>	<b>30.797,76</b>		



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
<b>Código da UG 4</b>		<b>90004</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/MA</b>
Jorge Mendes	068.792.172-49	462	28/5/2012	309030	despesa de pequeno vulto	12.000,00	2012-89-0015
		463	28/5/2012	309039			
		759	13/8/2012	309030			
		760	13/8/2012	309039			
		990	3/10/2012	309030			
		1158	30/11/2012	309039			
		1159	30/11/2012	309030			
Mario Gilberto de Jesus Barroso Pereira	242.751.153-68	573	22/6/2012	309039			
		574	22/6/2012	309030			
		9	25/1/2012	309030			
		10	25/1/2012	339039			
		256	29/3/2012	309039			
		257	29/3/2012	309030			
		937	28/9/2012	309039			
Rogério Cesar de Melo Viana	321.186.783-04	938	28/9/2012	309030			
		166	12/3/2012	309039			
		565	22/6/2012	309030			
		569	22/6/2012	309039			
Antonio Eduardo Pereira Silva	382.451.401-04	848	28/8/2012	309039			
		219	23/3/2012	309039			
		366	2/5/2012	309039			
Charles Roberth Lemos Pereira	405.582.823-34	1063	19/10/2012	309039			



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Luciano Augusto Linhares Santos	427.890.283-20	7	25/1/2012	309030	despesa de pequeno vulto	18.149,38	2012-82-0013
		8	25/1/2013	309039			
		135	5/3/2012	309036			
		440	22/5/2012	309030			
		441	22/5/2012	309039			
		644	12/7/2012	309030			
		646	12/7/2012	309030			
		647	12/7/2012	309039			
		648	12/7/2012	309036			
		890	10/9/2012	309030			
		891	10/9/2012	309039			
		892	10/9/2012	309036			
Lhusandro Cesar Campos Pinto	432.186.103-97	235	29/3/2012	309030	despesa de pequeno vulto	4.000,00	2012-21-0004
		236	29/3/2012	309039			
Robervaldo Rocha Araujo	432.641.583-53	124	1/3/2012	309030	despesa de pequeno vulto	4.202,30	2012-82-0037
		125	1/3/2012	309039			
Paulo Cesar Matins Ribeiro	452.031.723-15	280	30/3/2012	309030	despesa de pequeno vulto	1.727,24	2012-82-0090
		936	27/9/2012	309030			
Jair Santos de Oliveira	487.329.313-87	506	6/6/2012	309030	despesa de pequeno vulto	7.528,67	2012-82-0139
		514	5/6/2012	309047			
		525	11/6/2012	309039			
		846	28/8/2012	309030			
		847	28/8/2012	309039			



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Veridiano Alves Oliveira	635.091.213-68	294	10/4/2012	309030	despesa de pequeno vulto	12.000,00	2012-245-0006	
		297	10/4/2012	309039				
		769	13/8/2012	309030				
		770	13/8/2012	309039				
		791	3/8/2012	309036				
		1078	26/10/2012	309030				
		1079	26/10/2012	309039				
Mariana Tavares Silva	676.721.913-49	319	24/4/2012	309036		despesa de pequeno vulto	5.720,45	09/2012-MA
		320	24/4/2012	309030				
		321	24/4/2012	309030				
		1034	16/10/2012	309030				
		1035	16/10/2012	309039				
		1036	16/10/2012	309036				
Elizabeth Conceição Azoubel Moreira	692.589.703-06	116	27/2/2012	309030			despesa de pequeno vulto	12.000,00
		117	27/2/2012	309039				
		682	27/7/2012	309036				
		721	6/8/2012	309030				
		722	6/8/2012	309039				
		1177	4/12/2012	309030				
		1178	4/12/2012	309039				
Eliza Ary de Medeiros Peixoto	838.499.203-72	225	26/3/2012	309030	despesa de pequeno vulto			11.050,41
		226	26/3/2012	309039				
		227	26/3/2012	309036				
		744	9/8/2012	309030				
		746	9/8/2012	309039				
		747	9/8/2012	309036				
		1198	10/12/2012	309030				
		1199	10/12/2012	309039				
1200	10/12/2012	309036						
INSS/CGFOC/DF	510.001.572-02					Diversos	2.525,19	Diversos



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
					<b>Valor Total</b>	<b>43.296,05</b>	
<b>Código da UG 5</b>	<b>90005</b>				<b>Nome da UG</b>		<b>JF/PI</b>
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000045	27/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto-	1.494,63	PA 9/2012-JFPI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000046	27/1/2012	339039		1.500,00	PA 9/2012-JFPI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000065	31/1/2012	339030		976,1	PA 63/2012-JFPI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000067	31/1/2012	339039		220	PA63/2012-JFPI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000068	31/1/2012	339030		1.000,00	P.A 132/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000069	31/1/2012	339039		187,54	P.A 132/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000073	1/2/2012	339036		800	P.A 07/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000153	1/3/2012	339036		400	P.A 212/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000164	2/3/2012	339030		1.478,00	PA 180/2012-JFPI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000165	2/3/2012	339039		1.500,00	PA 180/2012-JFPI
Diomilton Almeida de Brito	226.651.023-15	000169	2/3/2012	339030		1.615,54	P.A 239/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000248	23/3/2012	339030		1.500,00	P.A 350/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000249	23/3/2012	339039		1.444,20	P.A 350/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000292	9/4/2012	339030		986,88	P.A 396/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000293	9/4/2012	339036		0	PA 396/2012-JFPI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000294	9/4/2012	339039		120	PA 396/2012-JFPI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000309	13/4/2012	339030		870,64	P.A 404/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000310	13/4/2012	339036		690	P.A 404/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000311	13/4/2012	339039		242	P.A 404/2012-PI
Rene Moreira Xavier Silva	000.349.943-00	000323	16/4/2012	339030		1.667,86	P.A 406/2012-PI
Rene Moreira Xavier Silva	000.349.943-00	000324	16/4/2012	339036		800	P.A 406/2012-PI
Rene Moreira Xavier Silva	000.349.943-00	000325	16/4/2012	339039		390	P.A 406/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000389	11/5/2012	339030		1.378,50	P.A 526/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000390	11/5/2012	339030	1.500,00	P.A 526/2012-PI	
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000477	15/6/2012	339030	1.216,80	P.A 665/2012-PI	



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000478	15/6/2012	339036	despesa de pequeno vulto-	500	P.A 665/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000479	15/6/2012	339039		860	P.A 665/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000484	19/6/2012	339030		813,32	P.A 736/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000485	19/6/2012	339039		300	P.A 736/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000486	19/6/2012	339036		660	P.A 736/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000497	22/6/2012	339030		999,84	P.A 688/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000498	22/6/2012	339036		771,51	P.A 688/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000499	22/6/2012	339039		350	P.A 688/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000537	6/7/2012	339030		744,65	P.A 786/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000538	6/7/2012	339030		744,65	P.A 786/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000539	6/7/2012	339030		628	P.A 786/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000550	24/7/2012	339030		1.487,00	P.A 814/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000551	24/7/2012	339039		1.442,40	P.A 814/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000588	15/8/2012	339030		851,05	P.A 927/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000589	15/8/2012	339039		1.198,00	P.A 927/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000590	15/8/2012	339036		300	P.A 927/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000600	22/8/2012	339030		1.388,25	P.A 881/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000601	22/8/2012	339039		1.498,00	P.A 881/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000640	10/9/2012	339030		994,75	P.A 985/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000641	10/9/2012	339036		565	P.A 985/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000642	10/9/2012	339039		218	P.A 985/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000659	13/9/2012	339030		1.173,80	P.A 970/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000660	13/9/2012	339036		800	P.A 970/2012-PI
João Rodrigues Ferreira	217.917.593-00	000661	13/9/2012	339039		225	P.A 970/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000687	20/9/2012	339030		760,15	P.A 974/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000688	20/9/2012	339036		0	P.A 974/2012-PI
Cristianne Leal Costa	666.485.993-91	000689	20/9/2012	339039		1.045,00	P.A 974/2012-PI
Benedito Melo Araújo	353.991.393-91	000705	28/9/2012	339030		1.467,75	P.A 1076/2012-JFPI
Benedito Melo Araújo	353.991.393-91	000706	28/9/2012	339039		631,75	P.A 1076/2012-JFPI





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000718	3/10/2012	339030	despesa de pequeno vulto-	986,83	P.A 1090/2012-JFPI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000719	3/10/2012	339039		P.A 1090/2012-JFPI	
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000720	3/10/2012	339036.		455	P.A 1090/2012-JFPI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000773	10/9/2012	339030		1.000,00	P.A 1185/2012-PI
Lucailo Almeida Elmiro	627.321.293-72	000774	10/9/2012	339039		1.000,00	P.A 1185/2012-PI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000815	3/10/2012	339030		2.000,00	P.A 1280/2012-JFPI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000816	3/10/2012	339036		500	P.A 1280/2012-JFPI
Melquesedc Pontes Araújo	661.744.573-20	000817	3/10/2012	339039		500	P.A 1280/2012-JFPI
Benedito Melo Araújo	353.991.393-91	000938	7/12/2012	339030		1.000,00	P.A2012 400000089000890152000021
					<b>Valor Total</b>	<b>54.838,39</b>	
<b>Código da UG 6</b>	<b>90012</b>				<b>Nome da UG</b>	<b>JF/BA</b>	
Helga Dos Humildes Almeida	81393954553	218, 219 e 220	26/1/2012	30, 36 e 39	despesa de pequeno vulto	909,37	7973/2012
Adriana Silva Rivas	65137035572	224, 225 e 226	27/1/2012	30, 36 e 39		324,24	41061
Tereza Maria Mensitieri Miranda	24741302504	227, 228 e 229	27/1/2012	30, 36 e 39		2.545,61	163/2012
Ramon De Souza Matos	1034728512	230, 231 e 232	27/1/2012	30, 36 e 39		3.000,00	179/2012
Fabricio Pinheiro Dias	89503350506	233, 234 e 235	27/1/2012	30, 36 e 39		1.026,35	212/2012
Tereza Cristina Gasse De Carvalho	29281377500	236, 237, 238	27/1/2012	30, 36 e 39		3.477,77	347/2012
Kedes Valerio Pereira Lagos	70446520420	257, 258, 259	21/1/2012	30, 36, 39		3.152,00	425/2012
Claudio Costa De Queiroz	67818927549	266	1/2/2012	30		1.355,41	442/2012
Suzanna Karla Silva Do Nascimento	67818927549	267, 268	1/2/2012	36, 39		1.500,00	442/2012
Edmundo Calhau Camurugy	7998813504	314	10/2/2012	30		983,25	567/2012
Aureo Buttenbender	61242195653	315	10/2/2012	30		443	513/2012
Daniel Francisco Da Silva	3101254485	321, 322, 323	13/2/2012	30, 36, 39		3.835,63	301/2012
Rozanio Gomes De Lima	68911831549	324, 325, 326	23/2/2012	30, 36, 39		2.254,46	446/2012
Lelio Furtado Ferreira	7744153200	327, 328	13/2/2012	30, 39		1.137,03	512/2012
Adervan Brandao Neves	35167750504	397, 398, 400	15/2/2012	30, 36, 39		1.955,86	792/2012



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Sinara Santana Dos Santos Botelho	65945808504	402, 403, 404	15/2/2012	30,36,39	despesa de pequeno vulto	3.636,19	815/2012
Roberto Alves Gregorio	10732483808	530, 531, 532	24/2/2012	30, 36, 39		1.455,49	728/2012
Eduardo Matheus Teixeira Filho	68079451753	533, 534, 535	24/2/2012	30, 36, 39		641,7	824/2012
Denise Marcia De Andrade Carneiro	40807584568	726, 727	15/3/2012	30, 39		170,01	1738/2012
Joseny Marques Freire	4382897572	774	20/3/2012	30		0	1376/2012
Fabiane Mendonca Amorim	88708144591	775, 777, 778	20/3/2012	30, 36, 39		415,88	1376/2012
Luiz Carlos Dos Santos Barreto	89607058534	863, 864, 865	28/3/2012	30, 36, 39		3.736,67	1834/2012
Aureo Buttenbender	61242195653	870	28/3/2012	39		570	1596/2012
Adroaldo Magalhaes Fonseca	62795643553	875, 876, 877	29/3/2012	30, 36, 39		3.254,82	2011/2012
Maria Bernadete Farias Costa	15417697400	878, 879, 880	29/3/2012	30, 36, 39		1.508,44	1882/2012
Jose Nilton Barbosa Fonseca	65700031434	881, 882, 883	29/3/2012	30, 36, 39		3.159,32	1723/2012
Tiago Lopes Lacerda	6655479606	914, 915, 916	30/3/2012	30, 36, 39		1.486,70	1905/2012
Soloney Lopes Valois	55221360578	1012, 1013	3/4/2012	30, 36		3.377,63	2133/2012
Rosane Silva De Cerqueira	33246629587	1090	16/4/2012	30		262,5	2332/2012
Claudio Costa De Queiroz	50663836549	1185, 1186, 1187	26/4/2012	30, 36, 39		403,9	2446/2012
Andre Ferreira Damasceno	80298265591	1221, 1222, 1223	30/4/2012	30, 36, 39		1.474,20	2712/2012
Juliana Da Arcela Seixas De Souza	77636120534	1269, 1270, 1271	2/5/2012	30, 36, 39		136,53	2570/2012
Henrique Augusto Beltrao Carneiro	99514869400	1288, 1289, 1290	4/5/2012	30, 36, 39		1.968,00	2852/2012
Sebastiao Jardim Bitencourt	21819980278	1354, 1355, 1356	14/5/2012	30, 36, 39		1.139,71	3192/2012
Jose Eduardo Palmeira De Queiroz	89593278591	1369, 1370, 1371	15/5/2012	30, 36, 39		2.966,68	3215/2012
Rozanio Gomes De Lima	68911831549	1394, 1395, 1396	17/5/2012	30, 36, 39	3.513,81	3183/2012	
Walney Silva Netto	89535227572	1593, 1594, 1595	30/5/2012	30, 36, 39	2.548,43	3538/2012	



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Suzanna Karla Silva Do Nascimento	67818927549	1723, 1724, 1725	14/6/2012	30, 36, 39	despesa de pequeno vulto	2.167,83	3766/2012
Adroaldo Magalhaes Fonseca	62795643553	1814, 1815, 1816	25/6/2012	30, 36, 39		3.385,38	4101/2012
Roberto Alves Gregorio	10732483808	1866, 1867, 1868	4/7/2012	30, 36, 39		930,63	3989/2012
Fabiane Mendonca Amorim	88708144591	1869, 1870, 1871	4/7/2012	30, 36, 39		455,28	4319/2012
Eduardo Matheus Teixeira Filho	68079451753	1872, 1873, 1874	4/7/2012	30, 36, 39		39	4227/2012
Aureo Buttenbender	61242195653	1921	10/7/2012	30		228,82	4448/2012
Jose Nilton Barbosa Fonseca	65700031434	002005, 002006, 002007	24/7/2012	30, 36, 39		3.188,65	4850/2012
Fabricio Pinheiro Dias	89503350506	002033, 002034, 002035	26/7/2012	30, 36, 39		0	4910/2012
Adervan Brandao Neves	35167750504	002036, 002037, 002038	26/7/2012	30, 36, 39		2.470,13	5011/2012
Ramon De Souza Matos	1034728512	002095, 002096, 002097	31/7/2012	30, 36, 39		0	4980/2012
Rozanio Gomes De Lima	68911831549	002098, 002099, 002100	31/7/2012	30, 36, 39		1.663,22	5073/2012
Tiago Lopes Lacerda	6655479606	002171, 002172, 002173	8/8/2012	30, 36, 39		913,96	5264/2012



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Maria Bernadete Farias Costa	15417697400	002177, 002178, 002179	8/8/2012	30, 36, 39	despesa de pequeno vulto	2.260,90	5260/2012
Sebastiao Jardim Bitencourt	21819980278	002199, 002200, 002201	9/8/2012	30, 36, 39		59,9	5168/2012
Helga Dos Humildes Almeida	81393954553	002203, 002204, 002205	10/8/2012	30, 36, 39		1.096,40	5474/2012
Erenilson Sousa De Oliveira	41997964520	002232, 002233, 002234	13/8/2012	30, 36, 39		3.400,00	5415/2012
Marco Antonio Ponde De Brito	51254735534	002376, 002377, 002378	27/8/2012	30, 36, 39		76,98	5548/2012
Sinara Santana Dos Santos Botelho	65945808504	002490, 002491, 002492	4/9/2012	30, 36, 39		413,09	3567/2012
Daniel Francisco Da Silva	3101254485	002527, 002528, 002529	10/9/2012	30, 36, 39		3.303,44	6065/2012
Marcia Ferreira Neves	2739983409	002675, 002676, 002677	24/9/2012	30, 36, 39		370	6484/2012
Andre Ferreira Damasceno	80298265591	002705, 002706, 002707	26/9/2012	30, 36, 39		817,1	6625/2012
Lelio Furtado Ferreira	7744153200	002743, 002744	1/10/2012	30, 39		1.878,44	6791/2012



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Eduardo Matheus Teixeira Filho	68079451753	002793, 002794, 002795	4/10/2012	30, 36, 39	despesa de pequeno vulto	953,02	6400/2012
Henrique Augusto Beltrao Carneiro	99514869400	002796, 002797, 002798	4/10/2012	30, 36, 39		2.367,32	6800/2012
Rosane Silva De Cerqueira	33246629587	2822	5/10/2012	30		26,99	7133/2012
Rozanio Gomes De Lima	68911831549	002941, 002942, 002943	11/10/2012	30, 36, 39		593,47	7078/2012
Roberto Alves Gregorio	10732483808	003006, 003007, 003008	18/10/2012	30, 36, 39		0	7313/2012
Genilson Ferreira Da Silva	51670305520	003030, 003034	24/10/2012	30, 36		3.144,68	7452/2012
Roberto Alves Gregorio	10732483808	003035, 003036, 003037	24/10/2012	30, 36, 39		1.737,83	7313/2012
Genilson Ferreira Da Silva	51670305520	3038	24/10/2012	39		400	7452/2012
Jose Eduardo Palmeira De Queiroz	89593278591	003039, 003040, 003041	24/10/2012	30, 36, 39		681,63	7576/2012
Sebastiao Jardim Bitencourt	21819980278	003188, 003190, 003191	7/11/2012	30, 36, 39		254,6	7677/2012
Jose Nilton Barbosa Fonseca	65700031434	003199, 003200, 003201	7/11/2012	30, 36, 39		1.714,43	7356/2012
Frederico Ribeiro Teixeira	76593126500	003210, 003211, 003212	8/11/2012	30, 36, 39		107,3	7678/2012



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Luiz Carlos Dos Santos Barreto	89607058534	003222, 003223,003224	9/11/2012	30, 36, 39	despesa de pequeno vulto	2.273,53	7906/2012
Marco Antonio Ponde De Brito	51254735534	003271, 003272, 003273	13/11/2012	30, 36, 39		0	7846/2012
Sinara Santana Dos Santos Botelho	65945808504	003274, 003275, 003276	13/11/2012	30, 36, 39		1.478,69	7929/2012
Suzanna Karla Silva Do Nascimento	67818927549	003333, 003334, 003335	20/11/2012	30, 36, 39		595,01	7928/2012
					<b>Valor Total</b>	#####	
<b>Código da UG 7</b>	<b>90013</b>				<b>Nome da UG</b>	<b>JF/MG</b>	
José Antônio Dias e Silva	239.560.546 -87	146	25/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	500	342/2012
José Antônio Dias e Silva	239.560.546 -87	148	25/1/2012	339039		300	343/2012
Krísicia Coimbra Santos	059.454.636 -20	149	25/1/2012	339030		920,39	425/2012
Krísicia Coimbra Santos	059.454.636 -20	150	25/1/2012	339039		640	423/2012
Rita de Cássia Lima	270.743.311 -04	151	25/1/2012	339030		800	328/2012
Rita de Cássia Lima	270.743.311 -04	152	25/1/2012	339039		589	327/2012
Simone Soares Aguiar	649.170.376 -20	153	25/1/2012	339030		3.738,19	163/2012
Raquel Lisboa Ferreira	028.133.416 -14	154	25/1/2012	339039		2.841,20	172/2012
José Augusto Cesar Neto	958.381.206 -49	155	25/1/2012	339030		800	326/2012
Jovelino de Moraes Sarmento	317.941.221 -68	156	25/1/2012	339039		12	209/2012
José Del Ben Gonçalves Rostey	112.163.498 -27	157	25/1/2012	339039		370	329/2012
Lucineia Cristina Rezende	903.801.186 -53	197	25/1/2012	339030		266	301/2012
Lucineia Cristina Rezende	903.801.186 -53	198	25/1/2012	339039		140	302/2012
Lucineia Cristina Rezende	903.801.186 -53	199	27/1/2012	339036		0	302/2012
Antônio Roberto Gerin	902.062.158 -00	214	30/1/2012	339030		1.465,60	450/2012
Antônio Roberto Gerin	902.062.158 -00	215	30/1/2012	339039		1.241,72	474/2012
Ana Elisa Mendes de Paula	046.471.526 -18	216	30/1/2012	339030		174,9	453/2012



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Ana Elisa Mendes de Paula	046.471.526 -18	217	30/1/2012	339039	despesa de pequeno vulto	282	452/2012
José da Cruz Filho	277.261.346 -15	218	30/1/2012	339030		675,99	515/2012
José da Cruz Filho	277.261.346 -15	219	30/1/2012	339039		384,5	517/2012
Maria Rosidelma Alves Pinto Batista	459.630.536 -68	220	30/1/2012	339030		1.511,80	552/2012
Maria Rosidelma Alves Pinto Batista	459.630.536 -68	221	30/1/2012	339039		1.850,00	553/2012
Neujomara Cris Stabili Silveira	181.108.248 -38	230	31/1/2012	339030		209,88	620/2012
Neujomara Cris Stabili Silveira	181.108.248 -38	231	31/1/2012	339039		527	621/2012
Cláudia Maria Starling Lopes	293.112.686 -15	232	31/1/2012	339030		685,82	622/2012
Cláudia Maria Starling Lopes	293.112.686 -15	233	31/1/2012	339039		320	623/2012
Ronaldo Nonato Moreira	743.089.986 -20	234	31/1/2012	339030		742,65	628/2012
Ronaldo Nonato Moreira	743.089.986 -20	235	31/1/2012	339039		0	629/2012
Willian Fernandes de Oliveira	043.523.076 -02	237	31/1/2012	339030		327,07	624/2012
Willian Fernandes de Oliveira	043.523.076 -02	238	31/1/2012	339039		145	625/2012
Junior Cezar da Silva	973.048.676 -04	269	1/2/2012	339030		351,8	444/2012
Junior Cezar da Silva	973.048.676 -04	271	1/2/2012	339039		590	445/2012
Janice Alves da Rocha Anastácio	477.007.426 -34	317	2/2/2012	339030		397	577/2012
Janice Alves da Rocha Anastácio	477.007.426 -34	318	2/2/2012	339039		299	578/2012
Gilson Martins de Melo	877.453.306 -10	404	8/2/2012	339030		270,5	987/2012
Gilson Martins de Melo	877.453.306 -10	405	8/2/2012	339039		0	988/2012
João Bosco Alves	435.729.016 -34	427	9/2/2012	339039		500	988/2012
João Bosco Alves	435.729.016 -34	431	9/2/2012	339030		0	987/2012
Maria Luiza Porto Reis	035.055.737 -36	454	10/2/2012	339030		310	954/2012
Laodicéia Aragão Ferreira	572.201.822 -87	479	15/2/2012	339030		600	957/2012
Laodicéia Aragão Ferreira	572.201.822 -87	481	15/2/2012	339039		560	961/2012
Sebastião Fabiano Pinto Marques	037.504.016 -16	503	17/2/2012	339030		762,6	1138/2012
Sebastião Fabiano Pinto Marques	037.504.016 -16	504	17/2/2012	339039		0	1140/2012
Vinicius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	541	1/3/2012	339039		295	1141/2012
Vinicius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	542	1/3/2012	339036		0	1141/2012
Vinicius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	543	1/3/2012	339030		593,1	1164/2012



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
José Del Bem Gonçalves Rostey	112.163.498 -27	563	6/3/2012	339039	despesa de pequeno vulto	0	1622/2012
Maria Cristina Soares Diniz	491.287.016 -15	568	7/3/2012	339030		500	1704/2012
Maria Cristina Soares Diniz	491.287.016 -15	569	7/3/2012	339039		300	1705/2012
Airton Carvalho de Lima Júnior	935.302.346 -72	576	8/3/2012	339039		2.305,00	1629/2012
Wallace Chartouni Pereira	410.814.046 -04	611	16/3/2012	339030		500	1890/2012
Wallace Chartouni Pereira	410.814.046 -04	612	16/3/2012	339039		344	1892/2012
Paulo D'Ávila Júnior	486.461.136 -04	622	20/3/2012	339030		3.957,35	1926/2012
José Augusto César Neto	958.381.206 -49	665	23/3/2012	339030		793,51	2108/2012
Janice Alves da Rocha Anastácio	477.007.426 -34	700	3/4/2012	339030		210,69	2177/2012
Janice Alves da Rocha Anastácio	477.007.426 -34	701	3/4/2012	339039		0	2176/2012
José da Cruz Filho	277.261.346 -15	702	3/4/2012	339030		423,5	2184/2012
José da Cruz Filho	277.261.346 -15	703	3/4/2012	339039		181,2	2185/2012
Krísicia Coimbra Santos	059.454.636 -20	709	9/4/2012	339039		495	2396/2012
Krísicia Coimbra Santos	059.454.636 -20	710	9/4/2012	339030		377	2395/2012
Laodicéia Aragão Ferreira Schindwein	572.201.822 -87	711	9/4/2012	339030		600	2172/2012
Ronaldo Nonato Moreira	743.089.986 -20	728	11/4/2012	339030		532,59	2352/2012
Ronaldo Nonato Moreira	743.089.986 -20	729	11/4/2012	339039		148,3	2353/2012
Willian Fernandes de Oliveira	043.523.076 -02	745	13/4/2012	339039		83	2663/2012
Willian Fernandes de Oliveira	043.523.076 -02	746	13/4/2012	339030		342,55	2662/2012
José Antônio Dias e Silva	239.560.546 -87	759	18/4/2012	339030		568	2668/2012
Jorge Luiz do Carmo	194.700.966 -49	760	18/4/2012	339039		800	2465/2012
Jorge Luiz do Carmo	194.700.966 -49	761	18/4/2012	339030		793,99	2464/2012
José Antônio Dias e Silva	239.560.546 -87	762	18/4/2012	339039		0	2670/2012
Cláudia Maria Starling Lopes	293.112.686 -15	784	23/4/2012	339030		795,83	2773/2012
Cláudia Maria Starling Lopes	293.112.686 -15	785	23/4/2012	339039		40	2774/2012
Antônio José dos Reis Oliveira	095.717.362 -87	799	24/4/2012	339030		277,2	2746/2012
Antônio José dos Reis Oliveira	095.717.362 -87	800	24/4/2012	339039	195	2747/2012	
Ana Keylla Valize Borges	012.554.846 -08	861	7/5/2012	339030	256	3181/2012	





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Ana Keylla Valize Borges	012.554.846 -08	862	7/5/2012	339039	despesa de pequeno vulto	40	3182/2012
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926.334.556 -20	869	8/5/2012	339030		898,64	2992/2012
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926.334.556 -20	870	8/5/2012	339039		831,32	3248/2012
Vinícius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	899	10/5/2012	339030		998	3355/2012
Vinícius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	900	10/5/2012	339036		435	3356/2012
Vinícius da Costa e Silva Leite	992.821.786 -68	901	10/5/2012	339039		571,7	3356/2012
José Del Ben Gonçalves Rostey	112.163.498 -27	906	11/5/2012	339039		384	3391/2012
Maria Rosidelma Alves Pinto Batista	459.630.536 -68	907	11/5/2012	339030		646,5	3335/2012
Maria Rosidelma Alves Pinto Batista	459.630.536 -68	908	11/5/2012	339039		1.515,00	3336/2012
Carlos Renato Siconetto Resende	043.283.766 -32	928	16/5/2012	339030		96	3368/2012
Carlos Renato Siconetto Resende	043.283.766 -32	929	16/5/2012	339039		0	3369/2012
Luciano Xavier Adjafre	380.149.043 -20	932	17/5/2012	339039		1.443,49	3372/2012
Simone Soares Aguiar	649.170.376 -20	935	17/5/2012	339030		3.987,04	3442/2012
Laodicéia Aragão Ferreira Schlindwein	572.201.822 -87	959	23/5/2012	339030		687,28	3429/2012
Laodicéia Aragão Ferreira Schlindwein	572.201.822 -87	960	23/5/2012	339039		69	3430/2012
Jorge Luiz do Carmo	194.700.966 -49	965	24/5/2012	339030		1.500,00	3441/2012
Antônio Roberto Gerin	902.062.158 -00	970	25/5/2012	339030		1.488,82	3494/2012
Antônio Roberto Gerin	902.062.158 -00	971	25/5/2012	339039		840	3493/2012
						<b>60.241,21</b>	
<b>Código da UG 8</b>	<b>90021</b>				<b>Nome da UG</b>	<b>JF/MT</b>	
Durval Moreira Junior	536.432.241 -68	1	17/01/212	339030	despesa de pequeno vulto	466,16	00012/12
Durval Moreira Junior	536.432.241 -68	1	17/1/2012	339039		398,57	00012/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	3	17/1/2012	339030		429,82	00016/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	4	17/1/2012	339039		490	00016/12
André Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	5	17/1/2012	339030		149	00015/12
André Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	6	17/1/2012	339039		207,75	00015/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	7	17/1/2012	339030		699	00013/12



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	8	17/1/2012	339039	despesa de pequeno vulto	460	00013/12
Fabio Henrique Alves	043.273.964 -51	55	27/1/2012	339030		650,86	00027/12
Fabio Henrique Alves	043.273.964 -51	56	27/1/2012	339039		50	00027/12
Greice Weippert De Oliveira Rangel	006.375.381 -29	57	27/1/2012	339030		660,19	00025/12
Greice Weippert De Oliveira Rangel	006.375.381 -29	58	27/1/2012	339039		600	00025/12
Durval Moreira Junior	536.432.241 -68	131	2/2/2012	339030		1.412,37	00030/12
Durval Moreira Junior	536.432.241 -68	132	2/2/2012	339039		956,5	00030/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571 -72	224	6/3/2012	339030		635,3	141/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571 -72	225	6/3/2012	339039		957,6	141/12
Flavio Ferreira Del Barco	654.667.301 -06	263	27/3/2012	339030		494,63	219/12
Flavio Ferreira Del Barco	654.667.301 -06	264	27/3/2012	339039		260	219/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	265	27/3/2012	339030		109,2	203/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	266	27/3/2012	339039		907,6	203/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	270	9/4/2012	339030		1.548,18	227/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	272	10/4/2012	339030		251,7	227/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	274	10/4/2012	339030		556,65	244/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	275	10/4/2012	339039		535	244/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	288	13/4/2012	339030		1.500,00	271/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	289	13/4/2012	339039		1.253,60	271/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	324	25/4/2012	339030		1.000,00	306/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	325	25/4/2012	339039		235	306/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	365	1/4/2012	339047		18,8	00015/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571 -72	427	22/5/2012	339030		844	386/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571 -72	428	22/5/2012	339039		1.000,00	386/12
Fabio Henrique Alves	043.273.964 -51	479	6/6/2012	339030		229,7	425/12
Greice Weippert De Oliveira Rangel	043.273.964 -51	480	6/6/2012	339036		250	425/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	482	6/6/2012	339030		827,1	424/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	483	6/6/2012	339039		253,4	424/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	533	20/6/2012	339030		92,66	488/12



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	534	20/6/2012	339039	despesa de pequeno vulto	728	488/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	579	3/7/2012	339030		160,9	520/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	580	3/7/2012	339039		70	520/12
Lilian Teresinha Nunes Costa Leite	580.863.741 -49	594	9/7/2012	339047		40	555/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	650	17/7/2012	339030		44,33	271/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	684	23/7/2012	339030		1.000,00	621/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	685	23/7/2012	339039		1.000,00	621/12
Lilian Teresinha Nunes Costa Leite	580.863.741 -49	689	25/7/2012	339030		376,44	618/12
Lilian Teresinha Nunes Costa Leite	580.863.741 -49	690	25/7/2012	339036		100	618/12
Lilian Teresinha Nunes Costa Leite	580.863.741 -49	691	25/7/2012	339039		165	618/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	695	26/7/2012	339030		777,68	637/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	696	26/7/2012	339039		800	637/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	704	30/7/2012	339030		1.837,66	645/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711.15	705	30/7/2012	339039		125	645/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	707	30/7/2012	339030		98,8	306/12
Eduardo Da Silva Mota	803.450.261 -87	786	23/8/2012	339036		627	714/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	796	24/8/2012	339030		686,01	745/12
Thales Batista Oliveira	058.245.856 -01	797	24/8/2012	339039		140	745/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	845	5/9/2012	339030		1.800,00	793/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	846	5/9/2012	339039		1.380,00	793/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	930	20/9/2012	339030		1.800,00	869/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	931	20/9/2012	339039		1.800,00	869/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	950	26/9/2012	339030		479,9	879/12
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	951	26/9/2012	339039		8	879/12
Fabio Henrique Alves	043.273.964 -51	965	3/10/2012	339030		250,39	923/12
Fabio Henrique Alves	043.273.964 -51	966	3/10/2012	339039		69	923/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	967	3/10/2012	339030		1.207,10	935/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711.15	968	3/10/2012	339039		955,1	935/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711.15	976	4/10/2012	339047		198	935/12



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Andre Luiz De Souza Batista	958.818.321 -91	992	15/10/2012	449052	despesa de pequeno vulto	400	520/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571 -72	1008	19/10/2012	339030		498,16	987/12
Dilson Antonio De Miranda	396.294.571.72	1011	19/10/2012	339039		683	987/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	1100	14/11/2012	339030		917,54	1113/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	1101	14/11/2012	339039		1.190,00	1113/12
Lindoal Landes Da Silva	615.467.711 -15	1102	14/11/2012	339047		796,92	1113/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	1103	14/11/2012	339030		884	1065/12
Patricia Menezes Tavares	770.137.513 -91	1104	14/11/2012	339039		723,5	1065/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	1182	30/11/2012	339030		1.800,00	1178/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	1183	30/11/2012	339039		1.800,00	1178/12
Nilson De Almeida	545.517.731 -15	1196	4/12/2012	339030		41,89	793/12
						<b>Valor Total</b>	<b>49.849,66</b>
<b>Código da UG 9</b>	<b>90022</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/GO</b>	
Cysthia Cristine De Santa Amaral Faustino	68959451134	0000007	23/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	4.000,00	138/2012-GO
Clesia Coelho Da Silva	776.395.021 -87	000184 e 185	7/2/2012	339030 39039		1.000,00 500,00	147/2012-GO
Rosana De Almeida Paiva	819.935.871 -87	000187 e 188	7/2/2012	339030 339039		4.000,00 4.000,00	094/2012-GO
Francyllo Marques De Almeida	778.599.601 -68	000250 e 251	17/02/202	339030 339039		4.000,00 500,00	248/2012-GO
Rosana De Almeida Paiva	819.935.871 -87	000267 e 268	22/2/2012	339030 339039		1.600,00 1.000,00	094/2012-GO
Francyllo Marques De Almeida	778.599.601 -68	000294	17/02/202	339030		1.000,00	321/2012-GO
Jamilie Carvalho Rodrigues Nonato	014.390.201 -67	000334 e 335	8/3/2012	339030 339039		800,00 1.200,00	0247/2012-GO
Antonio Celio Borges	373.148.741 -15	000343 e 344	22/3/2012	339030 339039		500,00 300,00	323/2012-GO



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Nagela Damiao	462.075.381 -53	000345 e 346	9/3/2012	339030 39039	despesa de pequeno vulto	1.400,00 600,00	86000860152000012 - VIRTUAL
Clecio Bezerra Nunes Junior	794.012.521 -49	000374 e 375	16/3/2012	339030 339039		1.500,00 500,00	0315/2012-GO
Cysthia Cristine De Santa Amaral Faustino	689.594.511 -34	0000496 e 497	23/1/2012	339030 339039		3.000,00 1.000,00	521/2012-GO
George Ailton De Oliveira	136.829.638 -63	000702 e 703	7/5/2012	339030 339039		500,00 2.000,00	0322/2012-GO
Aline Fernandes Da Silva	003.629.181 -15	000704 e 705	7/5/2012	339030 339039		1.500,00 1.500,00	600/2012-GO
Antonio Celio Borges	373.148.741 -15	000800 e 801	7/5/2012	339030 339039		900,00 900,00	0689/2012-GO
Bhastya Raflesia Carneiro Borges	838.543.981 -15	000944 e 945	14/6/2012	339030 339039		1.500,0 200,00	0798/2012-GO
Clesia Coelho Da Silva	776.395.021 -87	001001 e 1002	29/6/2012	339030 339039		1.000,00 1.000,00	887/2012-GO
Rosana De Almeida Paiva	819.935.871 -87	001012 e 1015	3/7/2012	339030 339039		1.500,00 1.000,00	0908/2012-GO
Denison Rocha Montoro	895.344.761 -83	001016 e 1017	3/7/2012	339030 339039		1.000,00 1.000,00	0930/2012-GO
Jamilie Carvalho Rodrigues Nonato	014.390.201 -67	001041 e 1039	17/7/2012	339030 339039		1.000,00 1.000,00	0793/2012-GO
Bhastya Raflesia Carneiro Borges	838.543.981 -15	001166 e 1167	14/6/2012	339030 339039		2.000,00 500,00	1224/2012-GO
Antonia Graciana Madureira Costa	515.155.391 -72	001209 e 1210	28/8/2012	339030 339039			1154/2012-GO
Rosana De Almeida Paiva	819.935.871 -87	001365 e 1366	24/9/2012	339030 339039		1.500,00 500,00	1169/2012-GO



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Giniglei Eudes Calisto	492.435.351 -53	001443 e 1445	16/10/2012	339030 339039	despesa de pequeno vulto	1.000,00	1272/2012-GO
				339030 339039		1.000,00	
Maria Letycia Farias De Moraes	347.106.981 -04	001458 e 1459	10/10/2012	339030 339039		2.500,00	1427/2012-GO
				339030 339039		1.000,00	
Francyl do Marques De Almeida	778.599.601 -68	001496 e 1499	17/10/2012	339030 339039		1.000,00	1494/2012-GO
				339030 339039		1.000,00	1493/2012-GO
Antonia Graciana Madureira Costa	515.155.391 -72	001507, 1503, 1504 e 1505	16/10/2012	339036 339047		1.500,00 500,00	
				339030 339039		100,00	
Jamille Carvalho Rodrigues Nonato	014.390.201 -67	001549 e 1550	23/10/2012	339030 339039		700,00 700,00	1519/2012-GO
Antonia Graciana Madureira Costa	515.155.391 -72	001761 e 1762	7/12/2012	339030 339039	2.000,00 2.000,00	1793/2012-GO	
					<b>Valor Total</b>		
<b>Código da UG 10</b>	<b>90023</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/DF</b>	
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000017	20/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	596,6	78/2012
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000056	27/1/2012	339030		4.707,15	214/2011
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000057	27/1/2012	339039		186,91	214/2011
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000170	12/3/2012	339030		4.591,72	617/2012
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000171	12/3/2012	339039		1.470,00	617/2012
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000179	14/3/2012	339030		1.000,00	775/2012
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000287	24/4/2012	339030		4.677,41	1.019/2012
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000288	24/4/2012	339039		494,2	1.019/2012
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000364	16/5/2012	339030		855,25	1.232/2012
Cleber Guimaraes Belluco	37679040125	000370	16/5/2012	339047		78,14	1.234/2012
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000387	29/5/2012	339030		4.689,20	1.311/2012
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000388	29/5/2012	339039		1.086,14	1.311/2012
Wallace Costa Pereira	62072870100	000422	13/6/2012	339047		2.125,94	1.510/2012
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000509	9/7/2012	339030		4.546,89	1.713/2012



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000510	9/7/2012	339039	despesa de pequeno vulto	1.350,00	1.713/2012	
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000535	30/7/2012	339030		970,1	1.915/2012	
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000579	21/8/2012	339030		4.644,39	2.089/2012	
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000580	21/8/2012	339039		520	2.089/2012	
Wallace Costa Pereira	62072870100	000612	29/8/2012	339039		286,17	1.510/2012	
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000658	19/9/2012	339030		782	2.315/2012	
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000721	9/10/2012	339030		4.583,82	2.531/2012	
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000722	9/10/2012	339039		1.005,00	2.531/2012	
Cleber Guimaraes Belluco	37679040125	000737	23/10/2012	339047		287,83	2.634/2012	
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000786	14/11/2012	339030		5.000,00	2.823/2012	
Gustavo Azevedo Garcia	86212095191	000787	14/11/2012	339039		2.000,00	2.823/2012	
Livandro Jose Ghesti	65904222149	000819	26/11/2012	339030		504,35	2.900/2012	
Duscelino Pereira Borges	53907256115	000894	18/12/2012	339030		2.000,00	3.072/2012	
						<b>Valor Total</b>	<b>55.039,21</b>	
<b>Código da UG 11</b>	<b>90024</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/AC</b>		
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	63	6/2/2012	339030	despesa de pequeno vulto	198,48	40/2012	
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	64	6/2/2012	339039		60	40/2012	
Hennyso Silva de Albuquerque	435372432 -00	101	21/3/2012	339030	viagem a serviço	0	99/2012	
Hennyso Silva de Albuquerque	435372432 -00	102	12/4/2012	339039		0	99/2012	
Hennyso Silva de Albuquerque	435372432 -00	114	12/4/2012	339030		738,42	99/2012	
Hennyso Silva de Albuquerque	435372432 -00	115	12/4/2012	339039		150	99/2012	
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	136	27/4/2012	339030		627,36	172/2012	
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	137	27/4/2012	339030	despesa de pequeno vulto	339,7	172/2012	
Sebastião Farias da Silva	478036902 -97	181	29/6/2012	339030		viagem a serviço	1.174,72	295/2012
Sebastião Farias da Silva	478036902 -97	182	29/6/2012	339039	184		295/2012	
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	275	17/9/2012	339039	despesa de pequeno vulto	0	382/2012	
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	276	17/9/2012	339030		175,01	382/2012	



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	360	5/12/2012	33.90.30	despesa de pequeno vulto	34,4	500/2012
Arivaldo Chagas de Melo	434099202 -00	361	5/12/2012	33.90.39		331,56	500/2012
					<b>Valor Total</b>	<b>4.013,65</b>	
Código da UG 12	90025				Nome da UG	JF/RO	
Nilson Carlos de Amorim	20331290200	265	23.05.12	339030	despesa de pequeno vulto	3.139,60	2012 410000086000860152000015
Nilson Carlos de Amorim	20331290200	266	23.05.12	339039		4.300,00	2012 410000086000860152000015
Nilson Carlos de Amorim	20331290200	372	04.07.12	339030		678	2012 410000207002070152000001
Nilson Carlos de Amorim	20331290200	373	04.07.12	339039		2.000,00	2012 410000207002070152000001
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	161	02.04.12	339030		2.000,00	145/2012
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	162	02.04.12	339039		2.000,00	145/2012
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	185	19.04.12	339030		1.897,83	2012 410000094000940152000004
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	186	19.04.12	339039		2.000,00	2012 410000094000940152000004
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	452	15.08.12	339030		4.839,17	2012 410000099000990152000003
Jaime de Oliveira Alencar	40847918220	450	15.08.12	339039		3.000,00	2012 410000099000990152000003
Roberval Silva Porto	69101248472	26	19.01.12	339030		1.500,00	056/2012
Roberval Silva Porto	69101248472	27	19.01.12	339039		1.500,00	056/2012
Roberval Silva Porto	69101248472	118	14.03.12	339030		1.000,00	147/2012
Roberval Silva Porto	69101248472	119	14.03.12	339039		500	147/2012
Roberval Silva Porto	69101248472	263	23.05.12	339030		5.983,52	2012 410000098000980152000002
Roberval Silva Porto	69101248472	264	23.05.12	339039		2.000,00	2012 410000098000980152000002
Roberval Silva Porto	69101248472	645	15.10.12	339030		5.985,64	2012 410000098000980152000006
Roberval Silva Porto	69101248472	646	15.10.12	339039		2.000,00	2012 410000098000980152000006
Waldner de Arruda Maribondo	85710580406	24	18.01.12	339030		1.461,57	050/2012
Waldner de Arruda Maribondo	85710580406	25	18.01.12	339039		1.500,00	050/2012
Helio Costa de Oliveira	94009449934	91	24.02.12	339030		1.445,54	101/2012
Helio Costa de Oliveira	94009449934	92	24.02.12	339036		500	101/2012
Helio Costa de Oliveira	94009449934	93	24.02.12	339039		1.500,00	101/2012
Helio Costa de Oliveira	94009449934	228	09.05.12	339030		1.368,32	2012 410000086000860152000010





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas
		N.	Data	ND			
Helio Costa de Oliveira	94009449934	229	24.02.12	339036	despesa de pequeno vulto	500	2012 410000086000860152000010
Helio Costa de Oliveira	94009449934	230	24.02.12	339039		1.500,00	2012 410000086000860152000010
Helio Costa de Oliveira	94009449934	529	06.09.12	339030		1.331,15	2012 410000235002350152000001
Helio Costa de Oliveira	94009449934	533	06.09.12	339036		500	2012 410000235002350152000001
Helio Costa de Oliveira	94009449934	534	06.09.12	339039		1.500,00	2012 410000235002350152000001
Helio Costa de Oliveira	94009449934	712	22.11.12	339030		601,4	2012 410000235002350152000002
Helio Costa de Oliveira	94009449934	709	22.11.12	339036		500	2012 410000235002350152000002
Helio Costa de Oliveira	94009449934	710	22.11.12	339039		1.500,00	2012 410000235002350152000002
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	216	02.05.12	339030		4.552,29	2012 410000174001740152000002
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	217	02.05.12	339036		1.000,00	2012 410000174001740152000002
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	218	02.05.12	339039		1.500,00	2012 410000174001740152000002
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	357	28.06.12	339030		619,9	2012 410000175001750152000001
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	217	28.06.12	339036		1.000,00	2012 410000175001750152000001
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	218	28.06.12	339039		1.500,00	2012 410000175001750152000001
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	583	24.09.12	339030		970,7	2012 410000175001750152000003
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	584	24.09.12	339036		500	2012 410000175001750152000003
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	585	24.09.12	339039		1.000,00	2012 410000175001750152000003
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	698	16.11.12	339030		2.292,57	2012 410000175001750152000004
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	699	16.11.12	339036		500	2012 410000175001750152000004
Patrícia Geremias de Oliveira	97901784253	700	16.11.12	339039		2.000,00	2012 410000175001750152000004
					<b>Valor Total</b>	<b>79.467,20</b>	
<b>Código da UG 13</b>	<b>90037</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/AP</b>	
Bruno Maia De Oliveira	78050430278	000003	17/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	2.530,00	750006/2012
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000013	31/1/2012	339030		2.500,00	910001/2012
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000014	31/1/2012	339039		500	910001/2012
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000065	23/3/2012	339030		2.000,00	750016/2012
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000066	23/3/2012	339039		1.000,00	750016/2012
Manoel Grane Furlan Ferreira	81494467291	000086	30/3/2012	339039		2.000,00	750014/2012
Manoel Grane Furlan Ferreira	81494467291	000087	30/3/2012	339030		2.000,00	750014/2012



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Debora Ferreira Do Carmo Coimbra	6225542639	000130	4/5/2012	339030	despesa de pequeno vulto	1.000,00	750018/2012	
Debora Ferreira Do Carmo Coimbra	6225542639	000131	4/5/2012	339039		1.530,00	750018/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000228	9/8/2012	339030		1.500,00	920126/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000229	9/8/2012	339039		1.500,00	920126/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000242	16/8/2012	339030		729,27	750016/2012	
Renilda Dos Santos Figueiredo	58434860287	000244	17/8/2012	339030		2.000,00	179/2012	
Renilda Dos Santos Figueiredo	58434860287	000245	17/8/2012	339039		3.000,00	179/2012	
Debora Ferreira Do Carmo Coimbra	6225542639	000274	18/9/2012	339030		700	880042/2012	
Debora Ferreira Do Carmo Coimbra	6225542639	000275	18/9/2012	339039		100	880042/2012	
Geraldo Magela Rocha	38811227372	000332	15/10/2012	339030		1.500,00	880058/2012	
Geraldo Magela Rocha	38811227372	000333	15/10/2012	339039		1.000,00	880058/2012	
Renilda Dos Santos Figueiredo	58434860287	000358	16/11/2012	339030		600	880070/2012	
Renilda Dos Santos Figueiredo	58434860287	000359	16/11/2012	339039		800	880070/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000375	29/11/2012	339030		129,61	920126/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000402	18/12/2012	339030		2.000,00	880086/2012	
Andre Nascimento De Almeida	22639632272	000403	18/12/2012	339039		1.000,00	880086/2012	
						<b>Valor Total</b>	<b>31.618,88</b>	
<b>Código da UG 14</b>	<b>90038</b>					<b>Nome da UG</b>	<b>JF/TO</b>	
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	056.923.374 -79	000143	2/4/2012	339030	despesa de pequeno vulto	142,35	075/2012	
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	056.923.374 -79	000286	18/6/2012	339030		449,2	400/2012	
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	056.923.374 -79	000499	17/10/2012	339030		414,8	593/2012	
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	056.923.374 -79	000042	3/2/2012	339039		496	075/2012	
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	056.923.374 -79	000247	31/5/2012	339039		232	2,01243E+19	
Jorge Félix Coelho	339.813.531 -53	000385	21/8/2012	339030		1.028,99	529/2012	
Jorge Félix Coelho	339.813.531 -53	000386	21/8/2012	339039		380	529/2012	
Glucilaine Ferreira da Silva Torres	396.882.081 -91	000154	10/4/2012	339030		1.341,69	245/2012	
Glucilaine Ferreira da Silva Torres	396.882.081 -91	000155	10/4/2012	339030		180	245/2012	
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000009	20/1/2012	339030		1.488,16	036/2012	
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000010	20/1/2012	339039		806,64	394/2012	



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	N. Processo Prestação de Contas	
		N.	Data	ND				
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000269	13/6/2012	339030	despesa de pequeno vulto	972,46	394/2012	
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000270	13/6/2012	339039		691,08	611/2012	
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000524	5/11/2012	339030		1.390,05	611/2012	
Gilmar Cintra de Araújo	577.424.561 -68	000525	5/11/2012	339039		1.033,90	042/2012	
Alan Marcos Vaz	792.188.061 -49	000011	23/1/2012	339030		375,64	042/2012	
Alan Marcos Vaz	792.188.061 -49	000142	2/4/2012	339039		290	251/2012	
Luzimar Silva Reis	771.219.611 -72	000472	24/9/2012	339039		130	563/2012	
Thiago Henrique Gomes	980.829.301 -87	000201	11/5/2012	339030		715,6	330/2012	
Thiago Henrique Gomes	980.829.301 -87	000202	11/5/2012	339039		995	330/2012	
Thiago Henrique Gomes	980.829.301 -87	000470	24/9/2012	339030		856,59	562/2012	
Thiago Henrique Gomes	980.829.301 -87	000471	24/9/2012	339039		755	562/2012	
<b>Valor Total</b>						<b>15.165,15</b>		
<b>Código da UG 15</b>	<b>90039</b>			<b>Nome da UG</b>		<b>JF/RR</b>		
Renata Nari Dantas	90555635287	1	11/1/2012	339030	despesa de pequeno vulto	71,2	nov/12	
Renata Nari Dantas	90555635287	2	11/1/2012	339039		440	nov/12	
Angelo Gonçalves da Rocha Júnior	28519469272	3	23/3/2012	339039		241	66/2012	
Angelo Gonçalves da Rocha Júnior	28519469272	4	23/3/2012	339030		12,5	66/2012	
Luiz Marcelo Bastos Moreira de Souza	546383643 -49	5	7/5/2012	339030		881,4	141/2012	
Luiz Marcelo Bastos Moreira de Souza	546383643 -49	6	7/5/2012	339030		389,2	141/2012	
Angelo Gonçalves da Rocha Júnior	28519469272	7	6/6/2012	339030		456,08	218/2012	
Angelo Gonçalves da Rocha Júnior	28519469272	8	6/6/2012	339030		260	218/2012	
Luiz Marcelo Bastos M. de Souza	54638364349	9	24/6/2012	339039		448,32	231/2012	
Angelo Gonçalves da Rocha Júnior	28519469272	10	16/8/2012	339030		485,8	239/2012	
<b>Valor Total</b>					<b>3.685,50</b>			

Fonte: SECAD/Seções Judiciárias



#### 5.4.1.3. UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E OUTRAS

Quadro 36 – Despesas Realizadas Por Meio de Conta Tipo “B” e Outras – Série Histórica

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos		
Exercícios	Conta Tipo “B” e Outras	
	Quantidade	(a) Valor
<b>2012</b>	<b>530</b>	<b>796.470,34</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	22	30.258,36
090002/JFAM	6	11.300,00
090003/JFPA	29	30.797,76
090004/JFMA	38	115.649,16
090005/JFPI	28	64.145,30
090012/JFBA	65	111.820,39
090013/JFMG	187	121.279,58
090021/JFMT	36	49.849,66
090022/JFGO	28	72.900,00
090023/JFDF	18	55.039,21
090024/JFAC	14	4.013,65
090025/JFRO	16	78.947,74
090037/JFAP	11	31.618,88
090038/JFTO	22	15.165,15
090039/JFRR	10	3.685,50
<b>2011</b>	<b>497</b>	<b>669.785,70</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	28	15.090,54
090002/JFAM	5	7.100,00
090003/JFPA	26	22.884,17
090004/JFMA	40	89.604,42
090005/JFPI	28	66.955,11
090012/JFBA	71	143.864,42
090013/JFMG	172	110.170,04
090021/JFMT	34	28.132,48



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos		
Exercícios	Conta Tipo “B” e Outras	
	Quantidade	(a) Valor
090022/JFGO	15	33.776,24
090023/JFDF	14	42.841,52
090024/JFAC	12	6.683,38
090025/JFRO	16	65.611,82
090037/JFAP	10	18.691,36
090038/JFTO	18	15.921,27
090039/JFRR	8	2.458,93
<b>2010</b>	<b>387</b>	<b>515.312,63</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	18	24.899,06
090002/JFAM	8	8.700,00
090003/JFPA	24	18.279,32
090004/JFMA	35	66.373,62
090005/JFPI	22	42.533,62
090012/JFBA	59	128.232,93
090013/JFMG	112	60.683,65
090021/JFMT	28	21.631,96
090022/JFGO	16	23.000,00
090023/JFDF	14	38.366,87
090024/JFAC	8	1.359,40
090025/JFRO	15	56.810,00
090037/JFAP	5	9.691,75
090038/JFTO	19	14.110,13
090039/JFRR	4	640,32



#### 5.4.1.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro 37 – Despesas Realizadas Por Meio de Conta Tipo “B” e Outras – Série Histórica

Suprimento de Fundos		
Exercícios	Conta Tipo “B” e Outras	
	Quantidade	(a) Valor
<b>2012</b>	<b>530</b>	<b>796.470,34</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	22	30.258,36
090002/JFAM	6	11.300,00
090003/JFPA	29	30.797,76
090004/JFMA	38	115.649,16
090005/JFPI	28	64.145,30
090012/JFBA	65	111.820,39
090013/JFMG	187	121.279,58
090021/JFMT	36	49.849,66
090022/JFGO	28	72.900,00
090023/JFDF	18	55.039,21
090024/JFAC	14	4.013,65
090025/JFRO	16	78.947,74
090037/JFAP	11	31.618,88
090038/JFTO	22	15.165,15
090039/JFRR	10	3.685,50
<b>2011</b>	<b>497</b>	<b>669.785,70</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	28	15.090,54
090002/JFAM	5	7.100,00
090003/JFPA	26	22.884,17
090004/JFMA	40	89.604,42
090005/JFPI	28	66.955,11
090012/JFBA	71	143.864,42
090013/JFMG	172	110.170,04
090021/JFMT	34	28.132,48
090022/JFGO	15	33.776,24



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Suprimento de Fundos		
Exercícios	Conta Tipo “B” e Outras	
	Quantidade	(a) Valor
090023/JFDF	14	42.841,52
090024/JFAC	12	6.683,38
090025/JFRO	16	65.611,82
090037/JFAP	10	18.691,36
090038/JFTO	18	15.921,27
090039/JFRR	8	2.458,93
<b>2010</b>	<b>387</b>	<b>515.312,63</b>
<b>090027/TRF 1ª Região</b>	18	24.899,06
090002/JFAM	8	8.700,00
090003/JFPA	24	18.279,32
090004/JFMA	35	66.373,62
090005/JFPI	22	42.533,62
090012/JFBA	59	128.232,93
090013/JFMG	112	60.683,65
090021/JFMT	28	21.631,96
090022/JFGO	16	23.000,00
090023/JFDF	14	38.366,87
090024/JFAC	8	1.359,40
090025/JFRO	15	56.810,00
090037/JFAP	5	9.691,75
090038/JFTO	19	14.110,13
090039/JFRR	4	640,32



#### **5.4.1.5. ANÁLISE CRÍTICA**

O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução/CJF n. 583/2007, proibiu a utilização de cartão corporativo no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus. Por tal razão, com amparo no art. 3º, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 6.370/2008, que permite os órgãos do Poder Judiciário optar pela utilização de contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos, nos termos das normas vigentes, esta UJ possui contas do tipo “B” para concessão de suprimento de fundos aos seus servidores.

Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos foram aplicados na aquisição de materiais e contratação de serviços imprescindíveis ao bom funcionamento da Administração, os quais não poderiam aguardar o decurso de um processo de aquisição normal, tendo sido observados os critérios de eventualidade, imprevisibilidade e valor envolvido..

O controle do uso de tais recursos vem sendo regularmente realizado, desde sua concessão pelos Ordenadores de Despesas até a obrigatoriedade de prestação de contas pelo suprido e conferência de todos os atos pelas áreas de Controle Interno, na forma da Resolução n. 583/2007-CJF e demais normas vigentes.





## 5.5. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PRECATÓRIOS

### 5.5.1. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Quadro 38 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2011		2010		2009		2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	5.131	517.294.514,93	11.347	1.189.863.568,77	11.540	1.103.733.149,96	5.123	519.371.616,34	11.311	1.197.842.427,69	11.513	1.135.377.977,92
Comum	515	403.108.707,33	710	740.194.390,00	1.140	989.154.898,08	513	391.129.963,21	701	156.597.704,57	1.138	137.573.204,59
<b>Total</b>	<b>5.646</b>	<b>920.403.222,26</b>	<b>12.057</b>	<b>1.930.057.958,77</b>	<b>12.680</b>	<b>2.092.888.048,04</b>	<b>5.636</b>	<b>910.501.579,55</b>	<b>12.012</b>	<b>1.354.440.132,26</b>	<b>12.651</b>	<b>1.272.951.182,51</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010			
Alimentícia				488.003.817,18	1.141.003.488,34	1.044.659.716,16	31.367.799,16	56.838.939,35	90.718.261,76			
Comum				21.926.049,72	19.339.762,68	17.900.662,25	369.203.913,49	137.257.941,89	119.672.542,34			
<b>Total</b>				<b>509.929.866,90</b>	<b>1.160.343.251,02</b>	<b>1.062.560.378,41</b>	<b>400.571.712,65</b>	<b>194.096.881,24</b>	<b>210.390.804,10</b>			

Fonte: COREJ/TRFI



## 5.5.2. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Quadro 39 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2011		2010		2009		2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	5.862	340.108.581,05	8.618	403.257.598,79	10.391	458.675.469,68	5.814	338.778.260,38	8.526	401.389.106,94	10.307	468.686.782,56
Comum	187	62.597.696,22	340	83.239.530,91	489	96.536.487,03	184	55.838.409,21	335	14.758.214,02	486	23.311.642,83
<b>Total</b>	<b>6.049</b>	<b>402.706.277,27</b>	<b>8.958</b>	<b>486.497.129,70</b>	<b>10.880</b>	<b>555.211.956,71</b>	<b>5.998</b>	<b>394.616.669,59</b>	<b>8.861</b>	<b>416.147.320,96</b>	<b>10.793</b>	<b>491.998.425,39</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010			
Alimentícia				329.752.931,65	384.190.784,78	455.095.752,90	9.025.328,73	17.198.322,16	13.591.029,66			
Comum				42.762.255,87	10.107.700,79	9.891.786,99	13.076.153,34	4.650.513,23	13.419.855,84			
<b>Total</b>	-	-	-	372.515.187,52	394.298.485,57	464.987.539,89	22.101.482,07	21.848.835,39	27.010.885,50	-		

Fonte: COREJ/TRF1



### **5.5.3. ANÁLISE CRÍTICA**

Cabe à Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como função precípua coordenar, orientar e uniformizar os procedimentos relativos ao processamento de precatório visando assegurar aos beneficiários o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal e na estrita ordem cronológica de pagamento, cujo objetivo é a efetiva prestação jurisdicional, otimizando custos e contribuindo para a celeridade e eficiência no cumprimento da decisão judicial transitada em julgado.

Para dar cumprimento às decisões judiciais contra a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, nos termos do art. 100 da Constituição Federal, os precatórios são processados obedecendo aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e das Normas editadas pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

Como dificuldades temos o processamento manual dos precatórios oriundos da Justiça Estadual, em razão da competência delegada. E como facilidades o processamento automatizado dos precatórios oriundos da Justiça Federal, por meio do sistema eletrônico e assinatura digital. Ambas as formas não exime a Unidade processante da responsabilidade de conferência dos dados: valor, CPF/CNPJ, beneficiário, juízo requisitante, trânsito em julgado da ação e outros exigidos por lei.

O controle dos precatórios é feito mediante sistema informatizado do próprio Tribunal, que posteriormente é enviado ao CJF para fins de migração para o SIAFI. Também por meio de Processo Administrativo, para análise da Secretaria de Controle Interno e da Secretaria de Orçamento do Tribunal, constando as informações relativas aos precatórios processados, seus beneficiários, valor, devedor etc., cujo objetivo principal é dar transparência na aplicação dos recursos públicos.

E, ainda, para fins de prestação de contas ao CJF e aos Órgãos devedores, inclusive a Advocacia Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da LDO, o Tribunal encaminha anualmente por meio eletrônico (e-mail) a relação dos precatórios processados e os pagos.



## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ

Quadro 40 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	985	1222	125	100
1.1. Membros de poder e agentes políticos	529	417	1	5
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	985	1222	125	100
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	985	1070	114	60
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		6	1	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		146	10	39
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		38	10	9
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	985	1260	135	109

Fonte: DICAP



**6.1.1.1. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UJ**

Quadro 41 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>73</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	13
1.2. Exercício de Função de Confiança	58
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei nº 6.999, de 07 de junho de 1982)	2
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	3
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>6</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	6
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Exercício provisório em outros órgãos para acompanhar cônjuge)</b>	<b>5</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>88</b>

Fonte: DICAP



## 6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

### 6.1.2.1. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Quadro 42 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	169	167	41	42
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	169	167	41	42
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		122	28	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		6	2	21
1.2.4. Sem Vínculo		38	10	9
1.2.5. Aposentados		1	1	2
<b>2. Funções Gratificadas</b>	914	851	83	63
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		740	73	24
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		121	10	39
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	1083	1018	124	105

Fonte:DICAP

### 6.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A IDADE

Quadro 43 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	56	247	272	77	31
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	41	195	163	42	25
1.2. Servidores de Carreira	15	52	109	35	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	33	198	560	192	35
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	30	84	36	11
2.3. Funções Gratificadas	27	168	476	156	24
<b>3. Totais (1+2)</b>	89	445	832	269	66

Fonte:DICAP



### 6.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro 44 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>47</b>	<b>459</b>	<b>63</b>	<b>73</b>	<b>27</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos						337	35	68	26
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	8	47	122	28	5	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>166</b>	<b>657</b>	<b>158</b>	<b>15</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	134	27	4	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	8	13	164	523	131	11	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>213</b>	<b>1.116</b>	<b>221</b>	<b>88</b>	<b>28</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DICAP



**6.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**  
Quadro 45 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total (R\$ 1,00)	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2012	114.191.439,43	0	10.674.830,06	6.343.968,85	10.388.640,21	1.085.150,70	0,00	1.143.349,70	303.528,10	<b>144.130.907,05</b>
	2011	110.746.555,26	1.155.302,28	10.292.352,69	5.721.720,71	7.542.535,25	1.473.336,11	0	6.202.794,67	281.766,51	<b>143.416.363,48</b>
	2010	101.987.494,14	1.100.814,85	9.283.086,48	5.607.427,38	5.270.134,20	1.375.498,29	81.142,07	17.207.158,04	1.069.869,78	<b>142.982.625,23</b>
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2012	159.605.810,00	0	45.738.236,54	5.311.478,90	13.730.329,30	1.125.740,00	0	857.806,60	263.254,12	<b>226.632.655,46</b>
	2011	203.517.370,31	7.773.693,77	169.331.157,84	34.919.338,50	43.330.987,44	4.095.979,29	0	1.197.680,90	226.348,96	<b>464.392.557,01</b>
	2010	282.477.046,82	10.513.572,87	157.373.991,28	33.885.190,57	41.659.426,76	3.637.878,94	902.697,92	2.035.507,85	262.944,87	<b>532.748.257,88</b>
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	25.697.162,20	0,00	2.358.370,90	758.101,80	2.019.240,10	55.269,10	0	76.559,40	0	<b>30.964.703,50</b>
	2011	17.444.197,40	455.724,91	9.226.244,41	1.939.684,21	2.048.492,23	195.359,34	0	108.616,35	25.951,45	<b>31.444.270,30</b>
	2010	19.281.962,04	957.255,50	8.925.598,31	1.927.573,85	2.302.552,69	200.830,73	55.872,88	80.419,41	4.907,55	<b>33.736.972,96</b>
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	48.007.188,80	34.237.782,70	4.117.088,70	3.022.311,00	6.602.593,80	324.029,80	1.500.273,82	161.432,30	0	<b>97.972.700,92</b>
	2011	17.115.352,37	20.729.381,86	9.486.579,16	2.414.521,00	3.837.710,86	156.155,78	551.503,69	203.789,85	15.517,80	<b>54.510.512,37</b>
	2010	15.509.097,72	20.027.649,86	9.428.901,31	2.397.392,14	2.667.000,08	145.942,26	351.847,82	85.094,41	21.516,61	<b>50.634.442,21</b>
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2012	447.244.336,36	115.822.321,50	80.710.550,10	27.700.405,70	70.575.467,10	3.603.050,10	2.329.232,55	2.486.664,70	0	<b>750.472.028,11</b>
	2011	168.519.028,91	117.328.125,15	88.369.434,06	20.181.453,26	27.650.837,89	1.661.639,41	689.279,85	900.427,74	35.633,86	<b>425.335.860,13</b>
	2010	143.856.106,77	109.963.878,08	87.213.555,83	18.282.384,01	23.054.299,48	1.279.588,22	2.665.301,57	1.876.089,55	21.198,61	<b>388.212.402,12</b>

Fonte: SECRE/TRFI e Seções Judiciárias da 1ª Região





#### 6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

##### 6.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UJ SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

Quadro 46 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	575	67
1.1 Voluntária	427	54
1.2 Compulsória	3	0
1.3 Invalidez Permanente	145	13
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	284	10
2.1 Voluntária	245	2
2.2 Compulsória	12	2
2.3 Invalidez Permanente	26	6
2.4 Outras	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	859	77

Fonte: DILEP

##### 6.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UJ

Quadro 47 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	164	15
1.1. Integral	157	14
1.2. Proporcional	7	1
<b>2. Em Atividade</b>	148	4
<b>3. Total (1+2)</b>	312	19

Fonte: DILEP



#### 6.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não foi constatada acumulação indevida de cargos/empregos públicos no TRF e nas Seccionais vinculadas.

No TRF existem acumulações previstas no art. 37, inciso XVI, alíneas “b” e “c” da Constituição Federal, caso dos Analistas Judiciários (Especialidade Medicina) Ana Alice Siqueira Santos Carvalho, Carlos Frattini Gonçalves Ramos, Wilton Silva dos Santos e dos Técnicos Judiciários (Especialidade Enfermagem) Sandra Pires Doxa e Cristiane Neris Abade Brito.

#### 6.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Prejudicado face resposta item 6.1.5

#### 6.1.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

##### 6.1.7.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

Quadro 48 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	651	676	651	676
Concessão de aposentadoria	110	55	110	55
Concessão de pensão civil	18	14	18	14
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	53	2	53	2
<b>Totais</b>	<b>832</b>	<b>747</b>	<b>832</b>	<b>747</b>

Fonte:DILEP



Quadro 49 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	111	124	111	124
Cancelamento de concessão	10	8	10	8
Cancelamento de desligamento	0	1	0	1
<b>Totais</b>	<b>121</b>	<b>133</b>	<b>121</b>	<b>133</b>

Fonte:DILEP

Quadro 50 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	264	387	0	0
Concessão de aposentadoria	33	77	0	0
Concessão de pensão civil	5	13	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	39	14	0	0
<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>491</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	111	0	0	0
Cancelamento de concessão	3	7	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte:DILEP



### 6.1.7.2. INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

Quadro 51 – Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	49	19	0	0
Concessão de aposentadoria	67	39	0	0
Concessão de pensão civil	7	8	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	7		0	0
<b>Totais</b>	<b>130</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte:DILEP

### 6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

No Tribunal não há indicadores gerenciais formalmente instituídos. Em 2013 será aberto Processo Administrativo com a finalidade de tomar todas as providências para instituí-los.



## 6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 52 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante 1													
Nome: Tribunal Regional Federal da 1ª Região													
UG/Gestão: 090027							CNPJ:03.658.507/0001-25						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	0015/2010	02.843.359/0001-56	27/1/2010	26/1/2014	118	118					P
2011	V	E	0104/2011	04.689.445/0001-81	28/10/2011	25/4/2012	104 <sup>1</sup>	104 <sup>1</sup>					E
2012	V	O	0054/2012	04.689.445/0001-81	26/4/2012	25/4/2014	138 <sup>1</sup>	114 <sup>1</sup>					P

Observações: <sup>1</sup> Não consta no contrato informação relacionada ao nível de escolaridade.



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 2													
Nome: Justiça Federal do Estado do Amazonas													
UG/Gestão: 090002							CNPJ: 05.419.225/0001-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	E	02/2011/SJAM	10.828.575/0001-50	28/9/2011	25/3/2012	25	25	15	15			E
2007	L	O	03/2007-TBT	03.066.290/0001-64	1/2/2007	22/1/2012	6	6	5	5			E
2012	L	O	06/2012-SJAM	07.862.488/0001-05	26/3/2012	25/3/2013	53	47	26	26		6	A
2012	L	O	18/2012-TFE	05.753.028/0001-13	20/4/2012	19/4/2013	1	1	3	3			A
2012	L	O	24/2012-TBT	10.828.575/000150	30/7/2012	29/7/2013	2	2	9	9			A
2011	V	O	16/2011-SJAM	09.406.386/0001-00	31/10/2011	31/10/2013	6	6	18	18			A
2008	V	O	15/2008-TBT	08.342.262/0001-46	30/4/2008	3/5/2013	10	3	7	7			A
2012	V	O	17/2012-TFE	04.718.633/0001-90	19/4/2012	18/4/2013			4	4			A
Unidade Contratante 3													
Nome: Justiça Federal do Estado do Pará													
UG/Gestão: 090003							CNPJ: 05.421.948/0001-34						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	1/2009	03.765.290/0001-52	1/1/2009	7/1/2014	26	26	1	1			P
2009	L	O	27/2009	08.064.978/0001-29	1/7/2009	1/1/2013	2	2					E
2011	L	O	16/2011	12.415.939/0001-04	16/5/2011	15/6/2012	2	2					E
2012	L	O	15/2012	13.096.822/0001-60	22/3/2012	22/3/2013	2	2					A
2012	L	O	20/2012	12.415.939/0001-04	18/6/2012	18/6/2013	2	2					A
2012	L	O	32/2012	13.258.951/0001-07	19/11/2012	19/11/2013	2	2					A
2012	L	O	35/2012	11.143.979/0001-73	1/1/2013	31/12/2013	2	2					A
2009	V	O	32/2009	05.742.568/0001-00	30/9/2010	30/9/2013			36	36			P
2011	V	O	17/2011	05.742.568/0001-00	2/5/2011	2/5/2013			4	4			P
2012	V	O	14/2012	08.531.731/0002-56	21/3/2012	21/3/2013			4	4			P
2012	V	O	28/2012	12.066.015/0006-46	1/11/2012	1/11/2013			4	4			A



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 4													
Nome: Justiça Federal do Estado do Maranhão													
UG/Gestão: 090004						CNPJ: 05.424.667/0001-35							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2007	V	O	27/2007	07.275.436/0001-32 (Alerta SLZ)	27.12.2007	31.01.2013		2		23			P
2008	V	O	25/2008	08.692.482/0001-08(Real -ITZ)	31.12.2008	29.12.2013				19			P
2008	V	O	26/2008	07.275.436/0001-32 (Alerta-CXS)	31.12.2008	29.12.2013				14			P
2010	V	O	26/2010	Maфра-(BBL) 10.809.411/0001-86	13.12.2010	12.12.2013				14			P
2010	L	O	27/2010	Seiton-(BBL) 10.295.964/0001-68	13.12.2010	12.12.2013		2		1			P
2012	L	O	out/12	14.219.460/0001-10(Eco Paisagismo-ITZ)	01.08.2012	31.07.2013				5			A
2012	L	O	nov/12	14.219.460/0001-10(Eco Paisagismo-SLZ)	01.08.2012	31.07.2013		25					A
2012	V	O	15/2012	10.809.441/0001-86(Maфра-SLZ)	01.08.2012	31.07.2013				4			A
2012	L	O	24/2012	14.219.460/0001-10(Eco Paisagismo-CXS)	30.11.2012	29.11.2013							A

**Observações:** os contratos em regra não estipulam a escolaridade mínima. Fator que deve ser aperfeiçoado em licitações futuras seguindo a CBO do Ministério do Trabalho e Emprego



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 5													
Nome: Justiça Federal do Estado do Piauí													
UG/Gestão: 090005							CNPJ: 05.445.642/0001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	L	O	09/2008	02.840.708/0001-86	22/3/2008	22/3/2013	18	20	1	1			P
2008	V	O	30/2008	01.668.768/0001-09	25/12/2008	25/12/2013			4	4			P
2009	L	O	08/2009	05.695.725/0001-65	23/3/2009	23/9/2012	2	2					E
2009	V	O	20/2009	08.578.865/0001-41	3/10/2009	3/10/2013			17	21			P
2010	L	O	32/2010	10.295.964/0001-68	5/10/2010	5/10/2012	2	2					P
2012	V	O	21/2012	08.578.865/0001-41	12/4/2012	12/4/2013			5	5			A
2012	L	O	23/2012	05.695.725/0001-65	11/5/2012	11/5/2013	2	2					A
2012	L	O	34/2012	07.396.965/0001-94	24/9/2012	24/9/2013	2	2					A
Unidade Contratante 6													
Nome: Justiça Federal do Estado da Bahia													
UG/Gestão: 090012							CNPJ: 05.442.957/0001/01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	100/2011	11.756.919/0001-26	12/11	12/13			2	2			P
2012	V	E	81/2012	05.248.988/0001-26	09/12	03/13			4	4			A
2012	L	O	09/2012	07441614/0001-58	01/12	03/13			2	2			P
2012	V	E	81/2012	05.248.988/0001-26	09/12	03/13			4	4			A
2012	L	O	58/2011	16.364.275/0001-44	08/12	08/13			2	2			P
2012	V	E	81/2012	05.248.988/0001-26	09/12	03/13			4	4			A
2010	L	O	08/2010	14217327/0001-24	29/07/10	28/07/15		2			1		A





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2010	V	O	08/2010	14217327/0001-24	29/07/10	28/07/15		1		4				A
2011	5	O	77/2011	58069360/0001-20	19/10/11	18/10/12						1		A
2010	14	O	09/2010	14217327/0001-24	29/07/12	28/07/15				2		3		A
2011	L	O	94/2011	08.528.285/0001-40	14/12/11	13/12/13	1	1	1	1				P
2011	L	O	49/2011	08945303000199	01/07/11	31/05/12			2	2				E
2012	L	E	59/2012	16364275000144	01/06/12	27/11/12			2	2				E
2012	L	O	94/2012	11023253000105	28/11/12	27/11/13			2	2				A
2011	L	O	101/2011 1º TA	08528285/0001-40	02/01/13	01/01/14	9	9	2	2				P
2012	9	O	31/2012	40696627/0001-43	12/03/12	11/03/13	3	3						A
2011	L	O	096/2011	07.244.760/0001-93	05/01/12	11/01/12	6	4	0	2	----	----		E
2012	L	O	014/2012	05.365.957/0001-55	12/01/12	30/06/12	6	4	0	2	----	----		E
2012	L	E	063/2012	14.513.052/0001-76	03/07/12	29/12/12	6	4	0	2	----	----		E
2012	L	E	19/2012	03.385.228.0001-35	10/02/12	11/08/12	2	2						E
2012	L	O	74/2012	12.633.102/0001-23	20/08/12	20/08/13	2	2						A
2009	L	(O)	45/2009	(08.945.303/0001-99)	26/05/09	26/03/12	2	2						(E)
2012	L	(O)*	86/2012	(12.633.102/0001-23)	24/09/12	12/11/12	2	2						(E)
2012	L	(O)	93/2012	(12.633.102/0001-23)	12/11/12	12/11/13	2	2						(A)
2012	L	O	33/2012	08.528.285/0001-40	11/04/12	10/04/13			5	5				A
2012	L	O	92/2012	12.633.102/0001-23	11/12	11/13			2	2				A
2012	V	E	81/2012	05.248.988/0001-26	09/12	03/13			4	4				A
2012	L	E	25/2012	11.756.919/0001-26	12/03/12	07/09/12	2	2						E
2012	L	O	79/2012	11.023.253/0001-05	10/09/12	09/09/13	2	2						A
2010	L	O	027/2010	08945303000199	03/05/10	01/04/12	2	2	---	---	---	---		E
2012	L	E	048/2012	10842738000150	02/04/12	28/09/12	2	2	---	---	---	---		E
2012	L	O	085/2012	14513052000176	01/10/12	30/11/12	2	2	---	---	---	---		E
2012	L	O	098/2012	14513052000176	03/12/12	02/12/13	2	2	---	---	---	---		A
2011	V	O	32/2011	04.925.856/0001-29	01/06/11	31/05/12		125						A
2011	L	O	85/2011	07.441.614/0001-58	01/12/11	30/11/12	53	44	2	9				A



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 7													
Nome: Justiça Federal do Estado de Minas Gerais													
UG/Gestão: 090013							CNPJ: 05.452.786-0001-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					P	C	P	C	P	C			
2009	L	O	063/2009	07.544.068/0001-80	27/4/2009	31/7/2012		13					E
2010	L	O	027/2010	07.544.068/0001-80	29/1/2010	28/5/2012		5					E
2008	L	O	094/2008	07.544.068/0001-80	11/12/2008	7/7/2012		5					E
2008	L	O	067/2008	07.544.068/0001-80	15/9/2008	12/1/2012		5					E
2008	L	O	052/2008	07.544.068/0001-80	1/7/2008	31/7/2012		5					E
2008	L	O	060/2008	07.544.068/0001-80	1/8/2008	30/9/2012		7					E
2010	V	O	119/2010	02.841.990/0002-05	1/1/2011	23/9/2012		4					E
2009	V	O	056/2009	03.108.004/0001-86	1/4/2009	31/3/2013		66					P
2009	V	O	057/2009	03.108.004/0001-86	1/4/2009	31/3/2013		4					P
2008	V	O	068/2008	03.108.004/0001-86	22/9/2008	21/9/2013		14					P
2009	V	O	058/2009	03.108.004/0001-86	1/4/2009	31/3/2013		4					P
2009	V	O	060/2009	03.108.004/0001-86	1/4/2009	31/3/2013		11					P
2011	L	O	056/2011	09.564.708/0001-40	9/6/2011	8/6/2013		5					P
2011	V	O	051/2011	11.499.545/0001-00	3/6/2011	2/6/2013		5					P
2009	L	O	023/2009	09.434.186/0001-61	2/2/2009	1/8/2012		5					E
2010	L	O	108/2010	07.981.691/0001-09	22/11/2010	21/2/2012		6					E
2011	V	O	065/2011	08.562.228/0001-87	1/8/2011	31/7/2013		5					P
2010	L	O	109/2010	07.842.476/0001-19	6/12/2010	5/12/2013		6					P
2011	L	O	022/2011	07.842.476/0001-19	11/3/2011	10/6/2012		5					E
2011	V	O	043/2011	05.891.583/0001-01	1/6/2011	31/5/2013		6					P
2009	V	O	090/2009	04.399.198/0001-89	1/9/2009	31/1/2012		4					E
2009	V	O	091/2009	04.399.198/0001-89	1/9/2009	31/1/2012		4					E
2009	V	O	089/2009	04.399.198/0001-89	1/9/2009	31/1/2012		4					E
2007	V	O	059/2007	04.399.198/0001-89	1/11/2007	4/3/2012		10					E



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2011	V	O	047/2011	04.399.198/0001-89	20/6/2011	19/1/2012	6					E
2011	V	O	074/2011	04.399.198/0001-89	8/8/2011	19/1/2012	5					E
2010	V	O	101/2010	08.563.482/0001-08	8/11/2010	7/11/2013	5					P
2010	V	O	103/2010	08.563.482/0001-08	22/11/2010	21/11/2013	5					P
2010	V	O	100/2010	08.563.482/0001-08	11/11/2010	10/11/2013	5					P
2010	L	O	118/2010	09.597.945/0001-07	3/1/2011	2/1/2014	7					P
2011	L	O	039/2011	35.240.449/0001-01	1/6/2011	31/5/2013	230					P
2011	L	O	078/2011	35.240.449/0001-01	12/9/2011	11/9/2012	5					E
2011	L	O	020/2011	35.240.449/0001-01	3/3/2011	2/3/2013	5					P
2010	L	O	117/2010	04.712.320/0001-25	3/1/2011	2/1/2014	9					P
2011	L	O	111/2011	08.491.163/0001-26	21/12/2011	20/12/2012	16					P
2011	L	O	097/2011	10.704.092/0001-44	17/11/2011	16/11/2013	28					P
2008	V	O	042/2008	07.534.224/0001-22	1/4/2008	31/3/2013	5					P
2008	V	O	026/2008	07.534.224/0001-22	1/3/2008	28/2/2013	4					P
2011	L	O	064/2011	05.296.914/0001-65	1/8/2011	31/7/2013	7					P
2011	L	O	042/2011	12.423.368/0001-41	20/6/2011	19/6/2013	8					P
2012	L	O	002/2012	05.296.914/0001-65	13/1/2012	12/7/2013	5					P
2012	L	O	003/2012	09.564.708/0001-40	9/1/2012	8/1/2014	6					P
2012	L	E	008/2012	06.289.528/0001-09	9/1/2012	6/7/2012	11					E
2012	V	O	025/2012	03.108.004/0001-86	20/1/2012	19/6/2013	6					P
2012	V	O	026/2012	03.108.004/0001-86	20/1/2012	7/8/2013	5					P
2012	V	E	029/2012	03.108.004/0001-86	1/2/2012	29/7/2012	4					E
2012	V	E	030/2012	03.108.004/0001-86	1/2/2012	29/7/2012	4					E
2012	V	E	031/2012	03.108.004/0001-86	1/2/2012	29/7/2012	4					E
2012	L	O	035/2012	10.767.340/0001-04	22/2/2012	21/2/2013	6					A
2012	V	E	038/2012	03.108.004/0001-86	5/3/2012	31/8/2012	9					E
2012	V	O	050/2012	08.562.228/0001-87	14/5/2012	13/5/2013	2					A
2012	V	O	053/2012	03.108.004/0001-86	10/5/2012	9/5/2013	5					A
2012	L	O	060/2012	10.777.279/0001-78	11/6/2012	10/6/2013	5					A
2012	L	O	061/2012	14.854.065/0001-09	29/5/2012	28/5/2013	6					A
2012	L	O	066/2012	14.854.065/0001-09	9/7/2012	8/7/2013	5					A
2012	L	O	067/2012	00.385.735/0001-80	1/8/2012	31/7/2013	5					A



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2012	L	O	070/2012	14.854.065/0001-09	9/7/2012	8/7/2013		11					A
2012	L	O	077/2012	10.767.340/0001-04	1/8/2012	31/7/2013		5					A
2012	V	E	079/2012	03.108.004/0001-86	30/7/2012	29/8/2012		4					E
2012	V	E	080/2012	03.108.004/0001-86	30/7/2012	29/8/2012		4					E
2012	L	O	081/2012	08.984.115/0001-70	2/8/2012	1/8/2013		8					A
2012	V	O	082/2012	19.692.904/0001-53	30/7/2012	29/7/2013		8					A
2012	V	O	087/2012	11.018.334/0001-09	30/8/2012	29/8/2013		4					A
2012	V	O	088/2012	11.018.334/0001-09	1/9/2012	31/8/2013		9					A
2012	V	O	089/2012	11.018.334/0001-09	30/8/2012	29/8/2013		5					A
2012	L	O	092/2012	10.777.279/0001-78	12/9/2012	11/9/2013		5					A
2012	V	O	096/2012	11.018.334/0001-09	24/9/2012	23/9/2013		4					A
2012	L	O	102/2012	02.780.863/0001-54	1/10/2012	30/9/2013		8					A
2012	V	O	106/2012	11.018.334/0001-09	15/10/2012	14/10/2013		5					A
2012	L	O	115/2012	01.232.808/0001-67	19/11/2012	18/11/2013		5					A
2012	L	O	134/2012	01.232.808/0001-67	2/1/2013	1/1/2014		15					A

**Unidade Contratante 8**

**Nome: Justiça Federal do Estado do Mato Grosso**

**UG/Gestão: 090021**

**CNPJ: 05.437.178/0001-18**

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	34/2009	02.576.238/0003-57	24.06.09	24.06.13	23	19					P
2010	L	O	43/2010	10.919.956/0001-45	14.09.10	14.09.13	2	2					P
2010	L	O	52/2010	10.919.956/0001-45	10.11.11	09.11.13	1	1					P
2010	V	O	72/2010	04.667.389/0001-84	14.10.10	13.12.13	9	9					P
2011	V	O	43/2011	04.667.389/0001-84	08.08.11	03.08.13	4	4					P
2011	L	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02.09.11	01.09.13	32	37					P
2012	V	O	63/2012	08.282.957/0001-80	14.12.12	13.12.13	1	1					A



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 9													
Nome: Justiça Federal do Estado de Goiás													
UG/Gestão: 090022							CNPJ: 05.439.950/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	06/2009	04.701.639/0001-55	23/02/09	07/11/12			55	55			E
2011	V	E	33/2011	04.701.639/0001-55	06/12/11	05/06/12			6	6			E
2012	V	E	28/2012	04.701.639/0001-55	03/06/12	14/10/12			6	6			E
2012	V	O	43/2012	02.674.687/0002-57	15/10/12	14/10/13			73	73			A
2011	L	E	38/2011	01.260.858/0001-58	26/06/11	22/06/12	65	65					E
2012	L	E	32/2012	01.260.858/0001-58	23/06/12	19/12/12	69	69					E
2012	L	E	52/2012	00.482.840/0001-38	20/12/12	17/06/13	69	69					A
Unidade Contratante 10													
Nome: Justiça Federal do Distrito Federal													
UG/Gestão: 090023							CNPJ: 05.456.457/0001-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	28/2010	04.356.735/0001-03	22/11/10	21/3/13	22	22	0	0	0	0	P
2010	V	O	9/2010	00.902.835/0001-37	14/3/10	13/3/12	0	0	60	60	0	0	E
2012	V	O	20/2012	00.902.835/0001-37	14/6/12	17/12/12	0	0	60	60	0	0	E
2012	V	O	29/2012	38.019.733/0001-40	17/12/12	13/6/13	0	0	60	60	0	0	A
Observações: 1) Contrato nº 28/2010: Vigência prorrogada , compreendendo os períodos de 22.02.12 a 21.11.1 e 22.11.12 a 21.03.13, conforme Termos Aditivo; 2) Contrato nº 09/2010: ENCERRADO. 3) Contrato nº 20/2012: Vigência encerrada em 17/12/12 conforme Termo de Rescisão Unilateral 01/2012.													



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 11													
Nome: Justiça Federal do Estado do Acre													
UG/Gestão: 090024							CNPJ: 05.429.148/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	L	O	06/2008-TA 05	03.296.965/0001-61	28/5/2008	27/5/2013	20	17	-	3	-	-	P
2010	V	O	08/2010-TA 02	17.219.353/0002-60	1/5/2010	30/4/2013	-	-	12	12	-	-	P
Unidade Contratante 12													
Nome: Justiça Federal do Estado de Rondônia													
UG/Gestão: 090025							CNPJ: 05.429.264/0001-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	23/2010	08.861.799/0001-12	6/12/2010	08/07/2012	20	20	01	01	-	-	E
2012	L	O	14/2012	01.456.852/0001-50	9/7/2012	31/12/2012	20	20	1	1	-	-	E
2010	L	O	27/2010	08.861.799/0001-12	16/11/2010	8/7/2012	5	5	2	2	-	-	E
2012	L	O	15/2012	01.456.852/0001-50	9/7/2012	31/12/2012	5	5	2	2	-	-	E
2010	L	O	19/2010	08.861.799/0001-12	15/10/2010	8/7/2012	5	5	2	2	-	-	E
2012	L	O	16/2012	01.456.852/0001-50	9/7/2012	31/12/2012	5	5	2	2	-	-	E
2011	V	O	09/2011	02.050.778/0001-30	1/9/2011	09/01/2013	-	3	-	13	-	-	E
2011	V	O	10/2011	02.050.778/0001-30	1/9/2011	09/01/2013	-	-	-	3	-	-	E
2011	V	O	11/2011	02.050.778/0001-30	1/9/2011	09/01/2013	-	-	-	3	-	-	E



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Observações:

1. Os Contratos n. 09/2011 , 23/2010 e 14/2012 referem-se à Seção Judiciária de Rondônia;
2. Os Contratos n. 11/2011 , 27/2010 e 15/2012 referem-se à Subseção Judiciária de Guajará-Mirim;
3. Os Contratos n. 10/20112 , 19/2010 e 16/2012 referem-se à Subseção Judiciária de Ji-Paraná;
4. Com relação ao nível de escolaridade dos prestadores de serviço, a empresa contratada obrigava-se a empregar pessoal preparado para o fim estabelecido, especialmente conforme os artigos 16 e 17 da Lei n. 7.102/83;
5. O período contratual acima identificado abrange a vigência inicial ,de até 12(doze) meses, mais o período de prorrogação firmado por Termo Aditivo.

**Unidade Contratante 13**

**Nome: Justiça Federal do Estado do Amapá**

**UG/Gestão: 090037**

**CNPJ: 05.426.574/0001-40**

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M			S	
					P	C	P	C	P	C			
2012	L	O	017/2012	13.096.822/0001-60	17/11/2012	15/11/2013	28	28	1	1			A
2012	V	E	014/2012	08.531.731/0001-75	15/10/2012	15/4/2013			2	2			P
2012	V	E	013/2012	08.531.731/0001-75	15/10/2012	15/4/2013			2	2			P
2012	L	E	008/2012	05.864.749/0001-09	21/5/2012	16/11/2012	28	28	1	1			E
2012	V	O	006/2012	12.753.624/0001-69	2/2/2012	1/2/2013			5	5			A
2012	L	E	002/2012	10.448.193/0001-00	16/1/2012	16/7/2012			2	2			E
2012	L	O	001/2012	23.066.228/0001-80	13/1/2012	15/1/2014	1	1					P
2011	V	O	011/2011	10.662.792/0001-13	15/11/2011	15/11/2012			1	1			E
2011	L	O	010/2011	10.545.301/0001-54	24/10/2011	23/10/2013	1	1					P
2011	V	O	009/2011	10.662.792/0001-13	24/10/2011	24/10/2012			1	1			E
2009	L	O	001/2009	22.919.047/0001-96	16/1/2009	15/1/2012	8	8	1	1			E
2007	V	O	007/2007	05.200.225/0001-05	2/2/2007	1/2/2012			4	4			E



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 14													
Nome: Justiça Federal do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 090038							CNPJ: 05.446.379/0001-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	09/2009 6° TA	Confiança Adm.Serv. Ltda. (04.829.840/0001-12)	3/7/2012	2/1/2013	13	13	18	18			E
2010	L	O	15/2010 3°TA	Norte Sul Limp.e Conserv.Ltda. (07.116.584/0001-04)	26/10/2012	25/10/2012	3	3	6	6			P
2011	L	O	08/2011 1°TA	ABC Serv.Gerais Ltda. (08.531.933/0001-17)	16/5/2012	16/5/2013	3	3					P
2012	L	O	18/2012	Global Prod.e Empreend. Ltda. (09.384.382/0001-79)	3/1/2013	2/1/2014	20	12	30	11			A
2010	V	O	14/2010 2°TA	Ipanema Segurança Ltda. (03.601.036/0003-80)	1/1/2012	31/12/2012	10	10					E
2012	V	O	12/2012	Ipanema Segurança Ltda. (03.601.036/0003-80)	2/11/2012	2/11/2013	9	9					A
2010	V	O	10/2010 2° TA	Ipanema Segurança Ltda. (03.601.036/0003-80)	16/10/2012	15/10/2013	4	4					P
2011	V	V	11/2011 2°TA	Ipanema Segurança Ltda. (03.601.036/0003-80)	1/1/2012	31/12/2012	4	4					P





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 15													
Nome: Justiça Federal do Estado de Roraima													
UG/Gestão: 090039							CNPJ: 05.438.430/0001-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	15/2012	84.013.234/0001-63	26/7/2012	25/7/2013	4	4					A
2011	L	O	21/2011	05.517.351/0001-98	13/10/2011	31/10/2012	15	15					E
2011	V	O	16/2011	84.013.234/0001-63	26/7/2011	25/7/2012			1	1	3	3	A
2012	L	O	22/2012	10.613.850/0001-41	5/11/2012	04/11/2013	15	15					A
<b>Observações:</b>													

Fonte: SECAD e Relatórios das Seccionais



## 6.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro 53 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante 1													
Nome: Tribunal Regional Federal da 1ª Região													
UG/Gestão: 090027							CNPJ: 03.658.507/0001-25						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2006	10	O	0029/2006	72.591.894/0001-42	21/8/2006	31/1/2012			10	10			E
2009	12	O	0088/2009	05.058.935/0001-42	4/9/2009	4/9/2013	2	2					P
2010	12	O	0012/2010	05.058.935/0001-42	4/1/2010	3/1/2014			5	5			P
2010	4,5,11	O	0015/2010	02.843.359/0001-56	27/1/2010	26/1/2014	73	73	154	154			P
2010	9	O	0017/2010	06.200.377/0001-70	28/1/2010	27/4/2012	50 <sup>1</sup>	50 <sup>1</sup>			3	3	E
2010	12	O	0031/2010	26.444.653/0001-53	27/1/2010	27/1/2014	50	50	2	2			P
2010	12	O	0084/2010	09.243.050/0001-74	6/12/2010	5/12/2013			17	17	14	14	P
2011	12	O	0051/2011	26.499.871/0001-95	28/2/2011	28/4/2012			7	7	4	4	E
2011	12	O	0110/2011	10.704.092/0001-14	17/11/2011	16/11/2013			124	124			P
2011	12	O	0114/2011	09.072.538/0001-86	1/1/2012	31/12/2013	4 <sup>1</sup>	4 <sup>1</sup>					P
2012	9	E	0057/2012	03.084.540/0001-99	28/4/2012	1/8/2012	50 <sup>1</sup>	50 <sup>1</sup>			3	3	E
2012	10	O	0032/2012	04.689.445/0001-81	1/2/2012	31/1/2014	16	16					P
2012	12	O	0056/2012	26.499.871/0001-95	29/4/2012	31/10/2012			8	8	3	3	E
2012	9	O	0065/2012	36.529.998/0001-63	1/8/2012	31/7/2013	50 <sup>1</sup>	50 <sup>1</sup>			3	3	A
2012	12	O	0084/2012	37.998.358/0001-65	1/11/2012	28/4/2012			4	4	4	4	A

**Observações:**<sup>1</sup> Não consta no contrato informação relacionada ao nível de escolaridade.



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 2:														
Nome: Justiça Federal do Estado do Amazonas														
UG/Gestão: 090002							CNPJ: 05.419.225/0001-09							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	12	O	13/2011	06.150.407/0001-81	13/10/2011	12/10/2013	-	-	1	1	2	2	E	
2011	3	O	14/2011	58.069.360/0001-20	12/11/2011	19/12/2013	-	-	6	6	-	-	A	
2010	8	O	09/2010	01.426.994/0001-75	26/5/2010	25/5/2013	-	-	1	1	-	-	A	
2012	12	O	27/2012	02.760.172/0001-09	31/12/2012	30/12/2013	-	-	1	1	2	2	A	
Unidade Contratante 3														
Nome: Justiça Federal do Estado do Pará														
UG/Gestão: 090003							CNPJ: 05.421.948/0001-34							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	3	O	22/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2013			9	9			P	
2009	4	O	18/2009	83.353.912/0001-74	8/5/2009	7/5/2013	3	3					P	
2012	4	O	6/2012	08.064.978/0001-29	1/2/2012	1/2/2014	2	2					P	
2012	4	O	34/2012	11.143.979/0001-73	26/11/2012	31/12/2013	3	3					A	
2010	5	O	02/2010	04.558.234/0001-00	8/1/2010	7/1/2014			6	6			P	
2010	5	O	08/2010	83.353.912/0001-74	19/7/2010	18/7/2013			2	2			P	
2011	5	O	18/2011	07.804.828/0001-41	23/5/2011	23/5/2013			1	1			P	
2012	5	O	07/2012	05.393.490/0001-57	1/2/2012	26/3/2013			1	1			P	
2012	5	O	07/2012	05.393.490/0001-57	26/3/2012	26/3/2013			1	1			P	
2012	5	O	16/2012	13.096.822.0001-60	19/4/2012	2/5/2013			1	1			A	
2012	5	O	29/2012	07.270.170.0001-35	31/10/2012	23/11/2013			1	1			A	



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2009	7	0	19/2009	05.642.330/0001-02	11/5/2009	10/5/2013			1	1			P
2009	9	O	35/2009	03.543.374/0001-41	23/11/2009	22/11/2013	3	3					P
2009	9	O	14/2009	03.534.028/0001-05	2/3/2009	1/3/2014	1	1	1	1			P
2009	12	O	2/2009	01.045.966/0001-08	7/1/2009	6/1/2014					2	2	P
2009	12	O	3/2009	01.045.966/0001-08	7/1/2009	6/1/2014			1	1	1	1	P
2010	12	O	8/2010	83.353.912/0001-74	19/7/2010	18/7/2013			2	2			P
2010	12	O	02/2010	04.558.234/0001-00	8/1/2010	7/1/2014			26	26			P
2010	12	O	16/2010	05.753.028/0001-13	7/1/2011	6/1/2014			2	2			P
2011	12	O	19/2011	07.804.828/0001-41	23/5/2011	23/5/2013			1	1			P
2012	12	0	16/2012	13.096.822/0001-60	19/4/2012	2/5/2013			2	2			P
2012	12	O	07/2012	05.393.490/0001-57	1/2/2012	23/3/2013			3	3			P
2012	12	O	18/2011	07.804.828/0001-41	23/5/2011	23/5/2013			1	1			P
2012	12	O	07/2012	05.393.490/0001-57	23/1/2012	26/3/2013			3	3			P
2012	12	O	16/2012	13.096.822.0001-60	19/4/2012	2/5/2013			2	2			A
2012	12	O	29/2012	07.270.170.0001-35	31/10/2012	23/11/2013			1	1			A

**Unidade Contratante 4**

**Nome: Justiça Federal do Estado do Maranhão**

**UG/Gestão: 090004**

**CNPJ: 05.424.667/0001-35**

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	9	O	10/2008	00.875.943/0001-68(EMECXS)	10/3/2012	9/3/2013					3			P
2009	11	O	13/2009	06.234.467/0001-82(Futura-ITZ)	5/5/2012	4/5/2013					5		1	P
2009	12	O	15/2009	07.404.939/0001-60(UCD)	19/6/2012	18/6/2013			1	1	3	3		P
2009	9	O	23/2009	00.875.943/0001-68(EMECXS)	1/10/2012	30/9/2013		1		1				P



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2010	9	O	18/2010	00.875.943/0001-68(EME-ITZ)	10/6/2012	9/6/2013				2			P
2010	11	O	24/2010	05.485.352/0001-06(MISSÃO-CXS)	13/9/2012	12/9/2013				1		2	P
2011	9	O	10/2011	11.399.787/0001-22(VENEZA-BBL)	14/6/2012	13/6/2013				1			P
2011	4	O	19/2011	09.611.589/0001-39(IBPP-SLZ)	3/10/2012	2/10/2013			1				P
2011	3	O	20/2011	58.069.360/0001-20(Stefanini-SLZ-CXS-BBL-ITZ)	19/10/2012	18/10/2013				5		2	P
2012	9	O	11/2012	14.219.460/0001-10(Eco Paisag.-SLZ)	1/8/2012	31/7/2013		25					A
2012	11	O	16/2012	09.529.151/0001-06(PREMIER-SLZ)	1/9/2012	31/8/2013				30			A
2012	11	O	18/2012	13.014.490/0001-27(BIO CARD-SLZ)	10/8/2012	9/8/2013				1			A
2012	11	O	19/2012	14.219.460/0001-10(Eco Paisag.-SLZ-CXS-ITZ)	20/8/2012	19/8/2013				18		1	A
2012	9	O	14/2012	07.800.844/0001-66 (START-ITZ)	1/8/2012	31/7/2013		1					A
2012	5	O	21/2012	08.489.384/0001-60(ARTHOS-SLZ)	11/10/2012	10/10/2013				2			A
2012	9	O	28/2012	07.800.844/0001-66(START-CXS)	31/12/2012	30/12/2013		1					A
2012	4	O	22/2012	07.800.844/0001-66(START-ITZ)	5/11/2012	4/11/2013				1			A

**Observações:** Os contratos em regra não estipulam a escolaridade mínima. Fator que deve ser aperfeiçoado em licitações futuras seguindo a CBO do Ministério do Trabalho e Emprego.



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 5													
Nome: Justiça Federal do Estado do Piauí													
UG/Gestão: 090005							CNPJ: 05.445.642/0001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	08/2009	05.695.725/0001-65	20/3/2009	23/9/2012	1	1					E
2009	5	O	08/2009	05.695.725/0001-65	20/3/2009	23/9/2012			1	1			E
2009	9	O	08/2009	05.695.725/0001-65	20/3/2009	23/9/2012			1	1			E
2009	12	O	08/2009	05.695.725/0001-65	20/3/2009	23/9/2012	1	1					E
2009	12	O	18/2009 *1	07.404.939/0001-60	3/8/2009	3/8/2014			1	1	1	1	A
2009	12	O	23/2009 *2	07.404.939/0001-60	16/11/2009	16/11/2014					1	1	A
2010	12	O	20/2010	07.157.877/0001-30	5/7/2010	5/9/2012			6	7			E
2010	5	O	21/2010	05.343.561/0001-07	5/7/2010	5/7/2013			2	2			P
2010	4	O	22/2010	97.336.895/0001-71	5/7/2010	5/7/2013			1	1			P
2010	12	O	23/2010	10.194.586/0001-26	5/7/2010	5/7/2013			2	2			P
2010	12	O	24/2010	05.695.725/0001-65	7/7/2010	7/7/2013			1	1			P
2010	5	O	27/2010	05.343.561/0001-07	23/8/2010	23/8/2013			1	1			P
2010	4	O	28/2010	97.336.895/0001-71	23/8/2010	23/8/2013	1	1	1	1			P
2010	12	O	28/2010	97.336.895/0001-71	23/8/2010	23/8/2013					4	5	P
2010	12	O	29/2010	07.157.877/0001-30	23/8/2010	23/8/2012			4	5			E
2010	4	O	32/2010	10.295.964/0001-68	5/10/2010	5/10/2013	1	1					P
2010	5	O	32/2010	10.295.964/0001-68	5/10/2010	5/10/2013			1	1			P
2010	9	O	32/2010	10.295.964/0001-68	5/10/2010	5/10/2013			1	1			P
2010	12	O	32/2010	10.295.964/0001-68	5/10/2010	5/10/2013	1	1					P
2011	3	O	31/2011	58.069.360/0001-20									P
2012	4	O	23/2012	05.695.725/0001-65	11/5/2012	11/5/2013	1	1					A
2012	5	O	23/2012	05.695.725/0001-65	11/5/2012	11/5/2013			1	1			A
2012	12	O	23/2012	05.695.725/0001-65	11/5/2012	11/5/2013	1	1					A
2012	12	O	32/2012	05.695.725/0001-65	06.09.2012	06.09.2013			12	12			A



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2012	4	O	34/2012	07.396.965/0001-94	24/9/2012	24/9/2013	1	1					A
2012	5	O	34/2012	07.396.965/0001-94	24/9/2012	24/9/2013			1	1			A
2012	9	O	34/2012	07.396.965/0001-94	24/9/2012	24/9/2013			1	1			A
2012	12	O	34/2012	07.396.965/0001-94	24/9/2012	24/9/2013	1	1					A

**Observações:** \*1 dentista e auxiliar, \*2 médico

As demais áreas codificadas pela opção 12 (outros) são para o posto de Auxiliar de Serviços Gerais, que não são enquadrados como asseio e higienização.

Os números de contratos se repetem por possuírem postos diferentes, daí o registro individualizado.

**Unidade Contratante 6**

**Nome:** Justiça Federal do Estado da Bahia

**UG/Gestão:** 090012

**CNPJ:** 05.442.957/0001/01

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
				(CNPJ)			F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2012	11	0	37/2012	11.756.919/0001-26	26/3/2012	21/9/2012	2	2						E
2012	12	0	24/2012	03.445.187/0001-25	1/3/2012	28/2/2013				2	2			E
2011	14	0	84/11 -3ªTA	04.370.972/0001-29	1/12/2012	30/11/2013				23	23			A
2009	11	0	53/09 - 4ªTA	00.632.068-0001-93	30/07/2012	29/7/2013		4		1	6			P

**Unidade Contratante 7**

**Nome:** Justiça Federal do Estado de Minas Gerais

**UG/Gestão:** 090013

**CNPJ:** 05.452.786/0001-00

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
				(CNPJ)			F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	5	O	028/2011	21.247.010/0001-04	1/4/2011	31/3/2013	3							P
2011	5	O	007/2011	07.981.691/0001-09	1/2/2011	31/1/2014	3							P
2009	5	O	083/2009	29.262.052/0002-07	10/8/2009	9/8/2013	7							P
2011	5	O	055/2011	12.922.080/0001-11	9/6/2011	8/6/2013	1							P



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2009	5	O	040/2009	05.924.588/0001-93	2/3/2009	31/7/2012	1						E
2009	14	O	062/2009	05.924.588/0001-93	6/4/2009	31/7/2012	8						E
2009	5	O	070/2009	17.704.092/0001-44	1/6/2009	31/5/2013		22					P
2011	14	O	034/2011	05.296.914/0001-65	15/4/2011	14/4/2013	6						P
2009	14	O	088/2009	07.404.939/0001-60	23/9/2009	20/2/2013	2				6		P
2012	7	O	090/2012	01.232.808/0001-67	3/9/2012	2/9/2013				8			A
2012	5	O	091/2012	01.232.808/0001-67	3/9/2012	2/9/2013				1			A

**Unidade Contratante 8**

**Nome: Justiça Federal do Estado do Mato Grosso**

**UG/Gestão: 090021**

**CNPJ: 05.437.178/0001-18**

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	9	E	57/2207	01.424.685/0001-66	11.01.2008	10.04.2013			1	1			P
2009	5	O	35/2009	05.924.588/0001-93	24.06.2009	24.06.2012			5	5			E
2009	5	O	36/2009	01.424.685/0001-66	24.06.2009	24.06.2013			3	3			P
2009	5	O	62/2009	09.055.409/0001-80	01.01.2010	28.02.2012			2	2			P
2009	5	O	72/2009	09.055.409/0001-80	04.01.2010	03.03.2013			2	2			P
2010	12	O	14/2010	36.911.360/0001-92	18.02.2010	17.02.2012					1	1	E
2010	4	O	43/2010	10.919.956/0001-45	14.09.2010	14.09.2013	1	1					P
2010	5	O	44/2010	09.055.409/0001-80	18.09.2010	17.09.2013			2	2			P
2010	4	O	52/2010	10.919.956/0001-45	09.11.2010	09.11.2013	1	1					P
2010	5	O	55/2010	09.055.409/0001-80	16.11.2010	16.11.2013			2	2			P
2011	8	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02.09.2011	01.09.2013	1	1					P
2011	5	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02.09.2011	01.09.2013			14	22			P
2011	4	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02.09.2011	01.09.2013	10	8					P
2011	12	E	49/2011	09.243.050/0001-74	04.10.2011	03.04.2012	1	1			2	2	E
2011	3	O	57/2011	58.069.360/0001-20	20.10.2011	19.10.2013			8	7			P
2011	12	O	74/2011	73.887.424/0001-93	26.12.2011	25.12.2013	1	1	1	1	3	3	P
2012	08 e 09	O	18/2012	01.424.685/0001-66	11.04.2012	10.04.2013	1	1					A





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 9													
Nome: Justiça Federal do Estado de Goiás													
UG/Gestão: 090022							CNPJ: 05.439.950/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2006	12	O	27/2006	04.829.840/0001-12	17/08/06	16/08/12			37	46			E
2008	9	O	32/2008	00.478.727/0001-89	03/12/12	02/12/13	13	15					P
2009	12	O	19/2009	06.227.199/0001-71	12/06/09	11/06/13			3	2	6	6	P
2010	9	O	08/2010	04.829.840/0001-12	12/03/10	11/03/13	4	5					P
2011	12	O	32/2011	58.069.360/0001-20	19/10/11	18/10/13			14	14			P
2012	12	O	38/2012	10.704.092/0001-44	17/08/12	16/08/13			48	49			A
2012	9	O	46/2012	00.482.840/0001-38	05/11/12	04/11/13	8	8					A
Unidade Contratante 10													
Nome: Justiça Federal do Distrito Federal													
UG/Gestão: 090023							CNPJ: 05.456.457/0001-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	26/2010	04.248.842/0001-18	16/11/10	15/11/13	36	36	0	0	0	0	P
2011	L	O	7/2011.	10.704.092/0001-44	01/01/11	31/12/13	134	134	0	0	0	0	P
2011	14	0	21/2011	08.878.823/0001-26	01/09/11	31/08/13	0	0	5	5	13	13	P
Observações: 1) Contrato n. 26/2010, refere-se a pessoal de manutenção predial. Vigência prorrogada , compreendendo o período de 16.11.11 a 15.11.12 e 16.11.12 a 15.11.13; 2) Contrato n. 07/2011, refere-se a pessoal de apoio administrativo (ascensorista, mensageiro, mensageiro com moto e operador de computador). Vigência prorrogada , compreendendo o período de 01.01.13 a 31.12.13; 3) Contrato n. 21/2011, refere-se a terceirização de mão-de-obra na área de saúde. Vigência prorrogada de 1/09/12 a 31/08/13.													



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 11													
Nome: Justiça Federal do Estado do Acre													
UG/Gestão: 090024							CNPJ: 05.429.148/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	4, 5, 6, 12 <sup>1</sup>	O	05/2008-TA 06	01.175.513/0001-04	27/5/2008	27/5/2013	24	3	-	20	-	1	P
2009	9	O	10/2009-TA 03	02.606.033/0001-05	2/11/2009	1/11/2013	-	-	2	2	2	2	P
2011	12 <sup>2</sup>	O	12/2011-TA 01	12.263.256/0001-70	8/9/2011	8/9/2013	-	-	1	1	1	1	P
2011	3	O	13/2011-TA 01	58.069.360/0001-20	19/10/2011	19/10/2013	-	-	2	-	-	2	P
2011	12 <sup>3</sup>	O	15/2011	10.900.050/0001-89	9/1/2012	9/1/2013	-	-	-	-	1	1	A
<b>Observações:</b> <sup>1</sup> Contrato de prestação de serviços de apoio administrativo (copeiragem, mensagem, recepção, secretariado e agente de portaria); <sup>2</sup> Contratos de prestação de serviços odontológicos no edifício sede da Seccional; <sup>3</sup> Contrato de prestação de serviços médicos no edifício sede da Seccional.													
Unidade Contratante 12													
Nome: Justiça Federal do Estado de Rondônia													
UG/Gestão: 090025							CNPJ: 05.429.264./0001-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	12/2011	01.166.235/0001-10	03.08.2011	03.08.2013	0	0	04	04	0	0	P
<b>Observações:</b> Contrato firmado com a ASDEFARI - Associação dos Deficientes Físicos de Ariquemes, com fundamento na Lei n° 8.666/93, art. 24, inciso XX, para disponibilização de pessoal para Digitalizar os documentos designados pela Seção de Classificação e Distribuição referentes aos Processos virtuais.													



Unidade Contratante 13													
Nome: Justiça Federal do Estado do Amapá													
UG/Gestão: 090037							CNPJ: 05.426.574/0001-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	018/2012	10.448.193/0001-00	17/12/2012	16/12/2013			7	7	1		A
2012	12	O	016/2012	07.304.842/0001-86	16/10/2012	15/10/2013	3	3					A
2012	12	O	012/2012	13.096.822/0001-60	15/10/2012	14/10/2013			5	5			A
2012	4	O	009/2012	10.448.193/0001-00	1/7/2012	30/6/2013			2	2			A
2012	4	O	004/2012	03.110.313/0001-90	23/1/2012	23/1/2014	1	1					P
2012	4	O	003/2012	03.110.313/0001-90	23/1/2012	23/1/2014	1	1					P
2012	4	E	002/2012	10.448.193/0001-00	16/1/2012	29/6/2012			2	2			E
2011	3	O	008/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2013			2	2			P
2011	12	O	004/2011	23.006.228/0001-80	28/2/2011	27/2/2013			2	2			P
2010	12	O	003/2010	209.031.202-59	1/7/2010	25/6/2012					1	1	E
2009	12	O	007/2009	029.874.902-59	20/7/2009	25/8/2012					1	1	E
2009	4	O	001/2009	22.919.047/0001-96	16/1/2009	15/1/2012			2	2			E



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Contratante 14													
Nome: Justiça Federal do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 090038						CNPJ: 05.446.379/0001-81							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	4º Termo Aditivo ao Contato n. 13/2009	Fênix Assessoria & Gestão Empresarial Ltda. (04.795.101/0001-57)	2/10/2012	1/10/2013					2	2	P
2012	12	O	Contrato n. 01/2012	Fênix Assessoria & Gestão Empresarial Ltda. (04.795.101/0001-57)	1/2/2012	1/2/2013					1	1	P
<b>Observações:</b> Contrato n. 13/2009 – Contratação de Profissionais de Saúde para atuarem como Perito: 1 (um) médico e 1(um) odontólogo. Contrato n. 01/2012 – Contratação de Profissional de Saúde para atendimento clínico na área de Psicologia: 1 (um) psicólogo.													
Unidade Contratante 15													
Nome: Justiça Federal do Estado de Roraima													
UG/Gestão: 090039						CNPJ: 05.438.430/0001-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	12	O	14/2010 3ªTA	07.404.939/0001-60	13/12/2012	12/12/2013			1		2		A
2011	4	O	21/2011	05.517.351/0001-98	13/10/2011	31/10/2012	3	3					E
2011	8 e 9	O	21/2011	05.517.351/0001-98	13/10/2011	31/10/2012	1	1	1	1			E



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2011	5	O	20/2011	05.933.861/0001-46	13/10/2011	4/5/2012			3	3			E
2011	6	O	20/2011	05.933861/0001-46	13/10/2011	4/5/2012			4	4			E
2011	12*	O	20/2011	05.933.861/0001-46	13/10/2011	4/5/2012			1	1			E
2011	12**	O	20/2011	05.933.861/0001-46	13/10/2011	4/5/2012			12	12			E
2012	12***		22/2012	10.631.850/0001-41	5/11/2012	4/11/2013	10	10					A
2012	4	O	22/2012	10.631.850/0001-41	5/11/5012	4/11/2013	3	3					A
2012	8 e 9	O	22/2012	10.631.850/0001-41	5/11/2012	4/11/2013	1	1	1	1			A
2012	5	O	10/2012 2º TA	02.043.066/0001-94	7/5/2012	6/5/2013			3	3			A
2012	6	O	10/2012 2ºTA	02.043.066/001-94	7/5/2012	6/5/2013			4	4			A
2012	12*	O	10/2012 2ºTA	02.043.066/0001-94	7/5/2012	6/5/2013			2	2			A
2012	12**	O	10/2012 2ºTA	02.043.066/0001-94	7/5/2012	6/5/2012			10	10			A
2011	3	O	22/2011 1ºTA	58.069.360/0001-20	19/10/2012	18/10/2013				2			A

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte:SECAD e Relatórios das Seccionais



### 6.2.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 54 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	2288	2270	2366	2295	14.597.241,09
1.1 Área Fim	1515	1533	1597	1587	10.127.807,03
1.2 Área Meio	773	737	769	708	4.469.434,06
<b>2. Nível Médio</b>	278	289	294	321	1.857.467,02
2.1 Área Fim	126	124	126	126	783.119,63
2.2 Área Meio	152	165	168	195	1.074.347,39
<b>3. Total (1+2)</b>	2566	2559	2660	2616	16.454.708,11

Fonte:DIREH



## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS

#### 7.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE A FROTA DE VEÍCULOS

Quadro 55 – Veículos Próprios

Unidade	Classificação	Quantidade	Média de Kms rodados	Idade Média	Custos
090027/TRF1	Veículos de representação	5	25.000	3,5	27.346,51
	Veículos de transporte institucional	38	100.000	6,6	124.190,00
	Veículos de serviço	36	60.000	9,5	88.186,20
<b>Subtotal</b>		<b>79</b>			<b>239.722,71</b>
090002/JFAM	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	0	0	0	-
	Veículos de serviço	12	2.907	22	64.767,14
<b>Subtotal</b>		<b>12</b>			<b>64.767,14</b>
090003/JFPA	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	6	35	7,66	1.450,00
	Veículos de serviço	23	210	6,22	2.777,50
<b>Subtotal</b>		<b>29</b>			<b>4.227,50</b>
090004/JFMA	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	12	43.059	8,4	52.914,81
	Veículos de serviço	5	67.495	8,7	27.556,77
<b>Subtotal</b>		<b>17</b>			<b>80.471,58</b>
090005/JFPI	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	11	6.257	7,5	239.346,00
	Veículos de serviço	9	6.120	7,6	295.408,00
<b>Subtotal</b>		<b>20</b>			<b>534.754,00</b>
090012/JFBA	Veículos de representação	3	3.500	2,67	13.064,52



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade	Classificação	Quantidade	Média de Kms rodados	Idade Média	Custos
	Veículos de transporte institucional	13	5.000	0,62	56.612,79
	Veículos de serviço	46	585	0,7	200.322,69
<b>Subtotal</b>		<b>62</b>			<b>270.000,00</b>
<b>090013/JFMG</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	27	4.712	5,5	68.379,08
	Veículos de serviço	59	3.493	6,7	149.420,92
<b>Subtotal</b>		<b>86</b>			<b>217.800,00</b>
<b>090021/JFMT</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	8	50.000	7	14.505,03
	Veículos de serviço	12	50.000	7	21.757,56
<b>Subtotal</b>		<b>20</b>			<b>36.262,59</b>
<b>090022/JFGO</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	12	2.115	4,8	32.702,99
	Veículos de serviço	20	4.501	4,1	88.217,53
<b>Subtotal</b>		<b>32</b>			<b>120.920,52</b>
<b>090023/JFDF</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	1	49.600	4	2.119,62
	Veículos de serviço	74	84.000	9	156.852,00
<b>Subtotal</b>		<b>75</b>			<b>158.971,62</b>
<b>090024/JFAC</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	1	5.366	6	5.119,20
	Veículos de serviço	8	5.049	9	43.484,03
<b>Subtotal</b>		<b>9</b>			<b>48.603,23</b>
<b>090025/JFRO</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	6	435	6	12.786,26
	Veículos de serviço	8	744	7	28.753,13





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade	Classificação	Quantidade	Média de Kms rodados	Idade Média	Custos
<b>Subtotal</b>		<b>14</b>			<b>41.539,39</b>
<b>090037/JFAP</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	1	2.000	5	452,01
	Veículos de serviço	2	8.000	8	2.719,53
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>			<b>3.171,54</b>
<b>090038/JFTO</b>	Veículos de apoio atividades judiciais	3	15.672	3,6	10.842,00
	Veículos de transporte institucional	2	4.690	9	5.048,00
	Veículos de serviço	4	3.114	10,5	11.481,00
<b>Subtotal</b>		<b>9</b>			<b>27.371,00</b>
<b>090039/JFRR</b>	Veículos de representação	0	0	0	-
	Veículos de transporte institucional	2	37.696	9	6.006,47
	Veículos de serviço	8	45.488	6	19.786,79
<b>Subtotal</b>		<b>10</b>			<b>25.793,26</b>
<b>Totais</b>	<b>Veículos de representação</b>	<b>11</b>			<b>51.253,03</b>
	<b>Veículos de transporte institucional</b>	<b>140</b>			<b>621.632,26</b>
	<b>Veículos de serviço</b>	<b>326</b>			<b>1.201.490,79</b>
		<b>477</b>			<b>1.874.376,08</b>



### 7.1.2. ANÁLISE CRÍTICA

A constituição e a forma de utilização da frota de veículos no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região é regulada pelas seguintes normas:

- Resolução 83, de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências;

- Resolução 72, de 26 de agosto de 2009, do Conselho da Justiça Federal - CJF, que estabelece as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências;

- Instrução Normativa 14-08, que disciplina as atividades relacionadas com a área de transporte, aquisição e utilização dos veículos oficiais do Tribunal Regional Federal e das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.

A frota de veículos utilizada no Tribunal de Seccionais é mantida através de manutenção periódica preventiva, para manter o bom estado de conservação e as condições adequadas de uso, de acordo com as necessidades do serviço.

O uso dos veículos é planejado e gerenciado de forma a maximizar sua utilização no atendimento das solicitações e das demandas, na busca de maior economia, eficiência e efetividade.

Dentro das possibilidades orçamentárias, é realizada a renovação periódica de parte da frota, todavia, algumas seccionais estão com veículos bastante desgastados em razão do alto uso, dada a insuficiência de veículos para atendimento da demanda.

Em casos mais graves, verifica-se que os veículos não estão mais cobertos pela garantia de fábrica, pois ultrapassados os valores limites de idade e quilometragem, o que onera o custo de manutenção dos mesmos. Apenas como exemplo, a média de idade dos veículos de serviço do TRF e das Seções Judiciárias do Amazonas, do Maranhão, do Distrito Federal, do Acre e do Tocantins é superior a 8 anos.

Tais veículos devem ser renovados da forma mais célere possível a fim de proporcionar uma manutenção preventiva e corretiva dentro dos padrões estabelecidos pelas montadoras, sendo necessário um esforço para reforçar o orçamento direcionado a renovação da frota.



## 7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro 56 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
BRASIL	<b>DISTRITO FEDERAL (TRF)</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
	Brasília	7	7
	<b>DISTRITO FEDERAL (SECCIONAL)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
	Brasília	4	4
	<b>ACRE</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Rio Branco	2	2
	<b>AMAPÁ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Macapá	1	1
	<b>AMAZONAS</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
	Manaus	4	4
	Tabatinga	1	1
	<b>BAHIA</b>	<b>10</b>	<b>8</b>
	Feira de Santana	1	1
	Ilhéus	2	2
	Itabuna	1	1
	Barreiras	1	0
	Jequié	1	1
	Guanambi	1	0
	Salvador	2	2
	Vitória da Conquista	1	1
	<b>GOIAS</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
	Goiânia	5	5
	Luziânia	1	1
	Rio Verde	1	1
	<b>MARANHÃO</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
	São Luis	3	3
	Caxias	2	2
	Imperatriz	2	2



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>BRASIL</b>	<b>MATO GROSSO</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
	Cuiabá	2	2	
	Rondonópolis	1	1	
	Cáceres	1	1	
	Sinop	0	0	
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	
	Belo Horizonte	10	10	
	Juiz de Fora	1	1	
	Passos	1	1	
	Pouso Alegre	1	1	
	São João Del Rei	1	1	
	São Sebastião do Paraíso	1	1	
	Uberaba	1	1	
	Uberlândia	1	1	
	<b>PARÁ</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	
	Altamira	1	1	
	Belém	5	5	
	Castanhal	1	1	
	Marabá	1	1	
	Santarém	2	2	
	<b>PIAUI</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
	Teresina	3	3	
	Picos	1	1	
	<b>RONDÔNIA</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
	Porto Velho	4	4	
	<b>RORAIMA</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
	Boa Vista	3	3	
	<b>TOCANTINS</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	
	Palmas	2	2	
	<b>Subtotal Brasil</b>		<b>87</b>	<b>85</b>
	<b>EXTERIOR</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>87</b>	<b>85</b>



## 7.2.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Quadro 57 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>DISTRITO FEDERAL (TRF)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Brasília	1	1
	<b>DISTRITO FEDERAL (SECCIONAL)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>ACRE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>AMAPÁ</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Laranjal do Jarí	1	1
	Oiapoque	1	1
	<b>AMAZONAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>BAHIA</b>	<b>10</b>	<b>8</b>
	Eunápolis	1	1
	Feira de Santana	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	Barreiras	1	1
	Guanambi	1	1
	Irecê	1	1
	Campo Formoso	1	0
	Alagoinhas	2	0
	Salvador	1	2
	<b>GOIÁS</b>	<b>11</b>	<b>9</b>
	Goiânia	2	2
	Aparecida de Goiânia	1	1
	Anápolis	1	1
	Luziânia	2	1
	Formosa	1	1
	Uruaçu	1	1
	Jataí	1	1
	Rio Verde	1	1
	Itumbiara	1	0
	<b>MARANHÃO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	São Luís	1	1
	Bacabal	1	1



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>BRASIL</b>	<b>MATO GROSSO</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
	Cáceres	1	1
	Rondonópolis	0	1
	Cuiabá	1	0
	Juina	2	0
	Barra do Garças	0	0
	Sinop	1	1
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>28</b>	<b>26</b>
	Belo Horizonte	2	2
	Contagem	1	1
	Divinópolis	1	1
	Governador Valadares	3	3
	Ipatinga	1	1
	Lavras	1	1
	Manhuaçu	1	1
	Montes Claros	3	3
	Muriae	1	1
	Paracatu	1	1
	Passos	1	1
	Patos de Minas	1	1
	Ponte Nova	1	0
	Pouso Alegre	2	2
	São João Del Rei	2	2
	São Sebastião do Paraíso	1	1
	Sete Lagoas	1	1
	Teófilo Otoni	1	1
	Unai	1	1
	Varginha	1	1
	Viçosa	1	0
	<b>PARÁ</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
	Castanhal	1	1
	Redenção	1	1
	Paragominas	1	0
	Tucuruí	1	0
	<b>PIAUI</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
	Picos	1	1
	Parnaíba (cedido à Subseção)	1	1
	Florianópolis	1	0
	<b>RONDÔNIA</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Ji-Paraná	1	1
Guajará-Mirim	1	1	



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>BRASIL</b>	<b>RORAIMA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>TOCANTINS</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Araguaína	1	1
	Gurupí	1	1
<b>Subtotal BRASIL</b>		<b>70</b>	<b>59</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>70</b>	<b>59</b>



### 7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro 58 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090027 TRF 1ª Região	9701.17471.500-7	13	3	Dado não disponível no termo de entrega	7/10/2011	16.183.651,11	983.960,00	972.824,16
	9701.18887.500-1	13	5		7/10/2011	1.976.479,71	0,00	107.705,53
	9701.21248.500-0	13	3		7/10/2011	10.596.951,90	0,00	590.643,24
	9701.21380.500-8	13	3		7/10/2011	7.889.195,01	244.500,00	370.368,05
	9701.21383.500-4	13	3		7/10/2011	136.653,78	0,00	34.743,72
	9701.21411.500-5	13	Em Construção prevista para 2015		7/10/2011	4.386.623,60	-	-
	9701.22535.500-2	13	3		7/10/2011	7.037.983,68	0,00	277.949,76
	Ed. FUNASA	Cedido		-			-	-
	Ed. Cabo Frio	Sob respons.da SJDF	4	-			-	-
<b>Subtotal</b>							<b>1.228.460,00</b>	<b>2.354.234,46</b>
090002 JFAM	0255.00588.500-0	11	3	344.176,00	31/12/2011	4.213.268,29	0,00	114.843,76
	0255.00743.500-2	11	1	386.926,50	31/12/2011	427.531,12	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>0,00</b>	<b>114.843,76</b>





Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090003 JFPA	0411.00366.500-4	13	3		23/9/2009	1.419.999,87	29.358,06	160,00
	042700573.500-6	13	3		27/12/2005	11.659,54		
	0427.00661.500-4	13	3		23/11/2011	994.743,62	20.257,87	
	0427.00727.500-2	13	3		15/9/2011	9.350.029,66		88.454,77
	0427.00800.500-9	13	3		2/9/2008	98.825,45		
	0427.00810.500-3	13	3		2/9/2008	75.441,38		
	0447.00197.500-7	13	3		18/2/2010	311.489,75	11.456,22	
	0483.00202.500-9	13	3		1/10/2008	540.782,00		5.526,10
	0535.00113.500-1							
	0535.00129.500-9	13	3		27/12/2005	123.392,70		
0535.00117.500-3	13	3		27/12/2005	173.221,88		15.200,00	
<b>Subtotal</b>							<b>61.072,15</b>	<b>109.340,87</b>
090004 JFMA	092100583500-3	13	3	0	26/4/2012	10.791.876,84	376.224,52	355.888,03
	092100385.500-7	13	3	0	26/4/2012	5.175.114,74	401.678,00	71.710,02
	092100683500-7	13	1	0	26/4/2012	3.433.556,82	0,00	0,00
	075700042500-0	11	-	0	31/10/2005	20.000,00	0,00	0,00
	07570044500-0	13	3	0	31/5/2005	1.680.433,87	0,00	0,00
	080300280500-1	13	1	0	18/1/2013	316.200,00	0,00	0,00
	080300074500-1	13	-	0	30/9/2009	15.660,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>777.902,52</b>	<b>427.598,05</b>



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090005 JFPI	1219.00120.500-4	15	2	22.051.378,59		0,00	0,00	81.089,66
	1219.00202.500-0	21	3	1.702.727,23		0,00	101.365,00	0,00
	-	12	3	530.000,00	24/8/2010	0,00	230.192,00	0,00
	-	12	4	294.501,99	17/11/2010	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>331.557,00</b>	<b>81.089,66</b>
090012 JFBA	3515.00201.500-1	13	4	175.572,11	10/10/2007			
	3573.00159.500-1	13	3	727.166,31	27/4/2001			28.441,16
	2573.00160.500-7	13	4	117.982,28	18/7/2005			
	3597.00052.500-7	13	2	2.516.134,63	28/10/2011	2.574.860,88		7.200,00
	3661.00110.500-7	13	3	128.500,00	9/4/2010			
	3849.00705.500-5	13	3	2.623.152,54	5/1/2005			
	3849.00554.500-5	13	3	12.876.351,06	27/12/2002		139.150,00	761.884,12
	3965.00047.500-7	13	3	680.400,00	20/12/2007			
	3533.00018.500-5	13	3	787.680,00	29/5/2012			
	3363.00024.500-7	13	3	316.200,00	19/6/2012			
<b>Subtotal</b>							<b>139.150,00</b>	<b>797.525,28</b>
090013 JFMG	4123.00241.500-0	13	4		1/8/2012	637.250,22		
	4123.00242.500-6	13	4		1/8/2012	452.781,23		
	4123.00243.500-1	13	4		1/8/2012	184.611,22		
	4123.00244.500-7	13	4		1/8/2012	1.274.804,19		
	4123.00245.500-2	13	4		1/8/2012	637.159,56		
	4123.00307.500-9	13	3		1/8/2012	42.914.828,17	672.533,55	270.642,57



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090013 JFMG	Não cadastrado no SPIUnet	12	3	25.000.000,00				377.034,12
		12	3	18.762.000,00				651.627,41
		12	3	1.000.000,00				5.535,34
		18 <sup>1</sup>	2	11.022.228,16	Prédio novo inaugurado em 2008		214.008,79	95.951,01
		12	4	7.481.424,80			0,00	0,00
	4957.00007.500-3	13	4		1/8/2012	559.664,00		
	5401.00069.500-0	13	4			939.782,46		
	5049.00022.500-2	13	4		25/11/2011	35.155,71		
	5293.00018.500-0	13	4		1/8/2012	480.698,40		
	Não cadastrado no SPIUnet	10 <sup>2</sup>	2	9.260.138,78	Prédio novo inaugurado em 2008			154.608,47
	5403.00266.500-7	13	3		1/8/2012	15.614.563,94		242.044,76
	Não cadastrado no SPIUnet	10 <sup>2</sup>	4	161.939,20				
	Não cadastrado no SPIUnet	10 <sup>2</sup>	4					
<b>Subtotal</b>							<b>886.542,34</b>	<b>1.797.443,68</b>
090021 JFMT	9151 00095.500-0	13	1	143.830,00	4/12/2012	143.830,00	0,00	1.266,00
	9067 00176.500-0	13	1	900.000,00	13/8/2012	26.495.181,00	14.978,80	285.656,25
	9067 00173.500-4	13	1	2.139.400,00	13/8/2012	2.139.400,00	403.884,51	4.510,00
<b>Subtotal</b>							<b>418.863,31</b>	<b>291.432,25</b>



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090022 JFGO	937300321500-1	13	1	3.236.859,00	27/12/2007	13.671.721,94	0,00	0,00
	937300552500-8	13	4	385.302,80	27/7/2009	434.291,36	0,00	0,00
	937300546500-5	13	8	87.284,25	3/10/2008	87.284,25	0,00	0,00
	937300550500-7	13	8	90.253,80	3/10/2008	90.253,80	0,00	0,00
	937300548500-6	13	8	107.707,39	3/10/2008	107.707,39	0,00	0,00
	944500026500-9	13	8	80.537,15	17/12/2008	80.537,15	0,00	0,00
	957100059500-4	13	8	310.000,00	23/11/2009	310.000,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
090023/JFDF	9701212525001	13	3	Não disponível	8/2/2011	12.522.178,76		456.349,57
	9701212545002	13	3		8/2/2011	905.949,09		55.499,77
	9701221565002	13	3		8/2/2011	122.967,50		0,00
	9701230855000	13	3		22/11/2011	14.746.360,18		533.771,34
<b>Subtotal</b>							<b>0,00</b>	<b>1.045.620,68</b>
090024 JFAC	013900262.500-0	15	2	121.199,23	12/9/2012	294.486,69	5.989,18	0,00
	013900266.500-1	13	3	10.503.449,76	12/9/2012	16.961.552,68	119.424,06	131.378,00
<b>Subtotal</b>							<b>125.413,24</b>	<b>131.378,00</b>
090025 JFRO	0003.00359.500-0	13	3	3.471.829,04	25/2/2011	13.227.942,29	0,00	106.565,70
	0003.00356.500-3	15	3	144.947,15	25/2/2011	329.790,00	0,00	0,00
	0003.00349.500-5	15	3	58.489,94	25/2/2011	828.000,00	0,00	0,00
	0003.00358.500-4	18	8	21.905,23	25/2/2011	809.325,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>0,00</b>	<b>106.565,70</b>



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090037 JFAP	060500253500-8	13	1	49.061.740,47	29/8/2012	Prédio novo	0,00	92.155,83
	060500081500-3	13	3	3.206.207,34	17/12/2003	Prédio novo	0,00	92.155,83
<b>Subtotal</b>							<b>0,00</b>	<b>184.311,66</b>
090038 JFTO	973300040.500-0	13	3	681.236,00	17/12/2009	2.300.439,20	71.325,20	7.537,66
	973300059500-4	13		140.971,97	17/12/2009	360.000,00		
<b>Subtotal</b>							<b>71.325,20</b>	<b>7.537,66</b>
090039 JFRR	0301.00109.500-2	11	5	13.057,13	17/9/2012	6.527.905,56	4.590.041,46	58.967,23
	0301.00179.500-4	15	5	40.000,00	17/9/2012	360.826,53	77.823,99	0,00
	0301.00180.500-0	15	5	81.235,50	18/9/2012	353.672,93	56.848,13	0,00
<b>Subtotal</b>							<b>4.724.713,58</b>	<b>58.967,23</b>
<b>Total</b>							<b>8.764.999,34</b>	<b>7.507.888,94</b>

Fonte: SECAD e Relatórios das Seccionais

#### **7.2.4. ANÁLISE CRÍTICA**

Os imóveis de uso especial foram destinados ao TRF mediante termo de entrega emitido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, com os devidos registros no SPIUnet e SIAFI.

Além dos imóveis de propriedade da União, o Tribunal permanece ocupando o Ed. D. Marta – SAU Sul Quadra 2, lote 7.<sup>a</sup> – Brasília DF: alugado pelo Tribunal e pago pela Caixa Econômica Federal, decorrente do Contrato n. 92/2009 (Contrato de Repasse, sem transferência financeira).

Em 2012, o TRF encerrou a ocupação de duas edificações: Ed. Cabo Frio – SEP/ 510, Bloco C – Brasília DF, o qual passou a ser administrado integralmente pela Seção Judiciária do Distrito Federal; Ed. Funasa – SAS Qd. 4 Bloco N. Os pavimentos ocupados - 8º e 9º - foram integralmente devolvidos à Fundação Nacional de Saúde.

Houve a ocupação de duas novas edificações em 2012: Ed. Anexo I e Anexo III – SAS Quadra 01, Bloco C – Brasília DF - antigo Ed. Sede e Anexo do TSE, em decorrência de acordo de cessão assinado entre as duas Cortes.

#### **Acre**

Entre os imóveis de propriedade da Seção Judiciária, cumpre tecer as seguintes considerações.

O imóvel funcional (RIP 013900262.500-0) é composto de um terreno com área de 636,66m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e seis vírgula sessenta e seis metros quadrados) e área construída de 260,84m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta vírgula oitenta e quatro metros quadrados), situado no Residencial Invernada, s/n, quadra 03, terreno 01, bairro Invernada, nesta Cidade.

Em 2011, foi constatada a necessidade de realização de reforma dos banheiros e de substituição de esquadrias, portas, janelas e dos pilares de sustentação da cobertura das áreas de varanda e de lazer, cuja madeira encontrava-se apodrecida devido às intempéries da natureza, ação de cupins e excesso de umidade do terreno, pondo em risco a integridade física de eventuais ocupantes. No início de 2012 foram executados os referidos serviços, que promoveram a recuperação das instalações do imóvel em apreço e proporcionaram sua valorização, estando atualmente avaliado em R\$294.486,69 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme registro no SPIU. Conforme frisado anteriormente, o imóvel foi cedido, de 10/04/2012, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Permissão de Uso, ao Juiz Federal Régis de Souza Araújo.

O edifício sede (RIP 013900266.500-1) é composto de um terreno com área de 9.230m<sup>2</sup> (nove mil, duzentos e trinta metros quadrados), situado na BR - 364, sentido Sena Madureira/AC, desmembrado da área do Centro Administrativo do Estado do Acre e doado pelo Governo do Estado do Acre à União Federal/TRF – 1ª Região – Seção Judiciária do Estado do Acre para a construção do edifício sede da Justiça Federal.

O prédio, inaugurado em abril de 2003, possui 3 pisos (subsolo, térreo e 1º andar), fachada de vidro e concreto aparente, com uma área construída de 9.440,33 m<sup>2</sup> (nove mil, quatrocentos e quarenta vírgula trinta e três metros quadrados), onde funcionam a Secretaria Administrativa, quatro Varas Federais, com dois gabinetes de juiz cada uma, e uma Turma Recursal. Além disso, possui amplo estacionamento coberto e áreas para jardins internos e externos.



O estado de conservação do prédio é bom e suas instalações propiciam um ambiente agradável tanto para usuários quanto para o corpo funcional. A claraboia do hall central, que vinha apresentando goteiras, desgaste e trincas no policarbonato aplicado e apresentação de diversos pontos de ferrugem em sua estrutura metálica, após realização de licitação no final de 2012, encontra-se na fase de execução dos serviços de recuperação.

Dando continuidade ao projeto de modernização das instalações do edifício sede da Seccional, em 2012, foi realizada licitação para reforma dos jardins externos e transformação dos espelhos d'água em jardins. O referido projeto visa manter e modernizar os aspectos arquitetônicos da construção, que, ao longo do tempo, foi perdendo a sua forma original, principalmente pelo significativo grau de mortalidade das plantas no decorrer dos anos. Atualmente, o imóvel está avaliado em R\$16.961.552,68 (dezesseis milhões, novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), conforme registro no SPIU.

### **Amapá**

No exercício de 2012 houve a mudança do prédio da Av. Fab, centro, Macapá-AP, para nova sede situada no bairro do Infraero, prédio construído pela SJAP.

Apesar de recém construído o novo imóvel está devidamente legalizado perante o SPU, aguardando a competente averbação perante o cartório de imóveis.

Com relação às Subseções de Laranjal do Jari e Oiapoque, elas funcionam em imóveis alugados. Tem havido contatos da Direção do Foro no sentido de se conseguir doação de imóveis para futura construção de sedes próprias para as mesmas.

### **Amazonas**

A Seção Judiciária do Amazonas, incluindo as Subseções Judiciárias de Tabatinga e de Tefé, ocupa seis (06) imóveis, conforme descrito a seguir:

a) Prédio-Sede da Justiça Federal no Amazonas (Fórum Waldemar Pedrosa): com o Registro Patrimonial Imobiliário de nº 0255.00588.500-0, está situado na Avenida André Araújo, n.º 25, no bairro do Aleixo. É imóvel próprio, possui uma área de 1.600 m<sup>2</sup> sendo 2.165,20 m<sup>2</sup> de área construída. O prédio é estruturado em subsolo, térreo e dois andares. Está murado e dispõe de garagem externa que abriga os veículos destinados aos serviços cartorários e administrativos. No Edifício-Sede funcionam as Seções de Informática, Serviços Gerais, Vigilância e Transportes, Material e Patrimônio, Almoxarifado, SEBES, SEPLO, SEMAD, SECAP, SEDER, SELEP, SEPAG, Central de Mandados, sala da OAB e o Posto da Caixa Econômica Federal.

b) Prédio Anexo I (Rio Negro): com o Registro Patrimonial Imobiliário – RIP de nº 0255.00743.500-2, foi concluído e recebido provisoriamente no dia 04.11.2009, conforme Termo de Recebimento Provisório constante do P.A. Nº 1146/2009. A referida obra possui 01 (um) subsolo, 01 (um) térreo e 04 (quatro) andares, com área construída de 4.998,35m<sup>2</sup>, abrigando 6 (seis) Varas Federais, a Turma Recursal, o Núcleo Judiciário, a Biblioteca, Assessoria da Diref, o Anfiteatro, a Secretaria Administrativa – SECAD, parte do Núcleo de Administração – NUCAD e o Núcleo de Controle Interno – NUCOI.

c) Prédio Anexo II (Rio Solimões): está localizado atrás do Prédio-Sede, no mesmo endereço deste. Este prédio possui área de 1.432,48m<sup>2</sup> construída em um terreno de 750,00 m<sup>2</sup>, aproximadamente. Abriga atualmente o Gabinete e Secretaria da 6ª Vara/JEF.



d) Imóvel Tocaia: localizado na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, no bairro de Adrianópolis, com uma área aproximada de 30.000m<sup>2</sup>, constando de uma edificação de pavimento único com área construída de 321m<sup>2</sup>, abrigando, atualmente, o Arquivo Judicial. Considerando, ainda, a grande área do terreno, existe a perspectiva da construção da sede definitiva desta Seção Judiciária;

e) Imóvel no Município de Tabatinga/AM: situado na Rua Aires da Cunha, s/n, no bairro Ibirapuera, com área de 7.000 m<sup>2</sup>, sendo 2.522,44 m<sup>2</sup> de área construída. Funcionam neste prédio a Secretaria e Gabinete da Vara Única da Subseção de Tabatinga, além das unidades administrativas, dos alojamentos dos servidores, residências de magistrados, lavanderia, sala de ginástica, etc.

f) Imóvel no Município de Tefé/AM, situado na Rua Daniel Sevalho, s/n, o imóvel é cedido pelo Governo do Estado do Amazonas. No entanto, para o efetivo funcionamento da Subseção Judiciária de Tefé, o imóvel foi reformado ao custo total de R\$ 241.413,95.

Os imóveis Anexo II (Plenário) e o denominado “Tocaia” encontram-se em fase de finalização de registro no Cartório de Registro de Imóvel, enquanto o prédio ocupado pela Subseção Judiciária de Tabatinga, no Município de Tabatinga/AM está em fase de regularização de responsabilidade do Departamento de Patrimônio da União – DPU.

Salienta-se, outrossim, que ainda não temos implantado no Tribunal e, conseqüentemente, nas Seccionais, um sistema que permita o levantamento dos gastos com cada imóvel, na forma de centros de custos, o que prejudica o levantamento dados para o preenchimento da coluna Despesas com Manutenção do exercício. No entanto, incluímos as principais despesas com manutenção, tais como manutenção do grupo gerador e dos elevadores e pequenas adaptações hidráulicas e elétricas.

## **Bahia**

Os imóveis da União, em uso na Seccional, estão registrados no SPIUnet. Ao todo são oito imóveis, sendo que sete estão pendentes de reavaliação de seus valores. O assunto está sendo tratado no PA 1925/2010. A GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União se comprometeu em efetuar as reavaliações necessárias. A Seção de patrimônio está acompanhando a situação.

A SJBA adotou medidas com vistas à averbação da construção do prédio do JEF no imóvel doado pelo Governo do Estado. A situação está sendo tratada no PA 2396/2010.

## **Distrito Federal**

A Justiça Federal do DF possui quatro registros no sistema SPIUnet, e os saldos entre o Inventário de Bens Imóveis, SIAFI e SPIUnet estão devidamente conciliados, sendo que a última reavaliação dos imóveis foi realizada nos meses de fevereiro e novembro/2011.

O imóvel localizado na W3 Norte, SEPN 510, Bloco C, Lote 08 - Edifício Cabo Frio (atual Ed. Sede III), com área total construída de 10.689,55 m<sup>2</sup>, foi cedido a esta Seccional pelo TRF/1ª Região.

As instalações prediais encontram-se em bom estado de conservação, em razão de constantes manutenções corretivas e preventivas decorrentes de rotinas básicas diárias e de planos





de ações específicos. No entanto, em razão da escassez orçamentária, as obras e serviços de manutenção e conservação de grande porte não têm sido realizados.

Atualmente, verifica-se a necessidade de redefinição do espaço físico desta Seção Judiciária para atender à expansão das atividades das Varas Federais e dos Juizados Especiais Federais.

## **Goiás**

Foram acrescentados dois imóveis alugados, sendo um imóvel para as instalações da Subseção de Itumbiara e um imóvel para a Subseção de Luziânia.

A Subseção de Goiás conta com 11 imóveis alugados e somente uma sede própria e conta com 4 terrenos para construção.

Os imóveis alugados têm atendido precariamente as unidades, uma vez que não foram projetados para os fins da atividade jurisdicional, de modo que se percebe a necessidade de realização de várias reformas ou obras de adaptação para atender as necessidades da Justiça Federal. Recomenda-se, portanto, a aquisição ou construção de imóveis próprios, visando à economia dos recursos públicos, tendo em vista os elevados gastos em imóveis de terceiros para adaptação às condições requeridas por esta Justiça Federal.

## **Maranhão**

A Seção Judiciária do Maranhão possui os seguintes imóveis devidamente registrados no Patrimônio da UNIÃO:

município 01 – São Luis:

- Edifício sede, localizado na Av. Senador Vitorino Freire n. 300, Areinha, prédio onde funciona a Seção Judiciária do Maranhão (registrado RIP 0921.00583.500-3);

- Prédio Anexo I – no mesmo endereço do Edifício Sede, neste anexo funcionam as Varas Federais de Juizado Especial Federal, salas de audiência, salas de perícia e restaurante (registrado RIP 0921.00385.500-7);

- prédio anexo II – no mesmo endereço do Edifício Sede, abriga a área administrativa da seção judiciária e a agência da Caixa Econômica Federal (registrado RIP 0921.00683.500-7);

município 02 – Caxias:

- prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias, localizado na Av. norte sul, lote 07, cidade do judiciário (registrado RIP 0757.00044.500-0);

- terreno localizado na Rua Parnaso s/n, Cidade do Judiciário Caxias-MA, no qual está sendo realizado estudo de viabilidade para proteção e manutenção da área para futura ampliação das instalações da SJ/MA (Registrado RIP 0757.00042.500-0);

município 03 – Imperatriz:

- Terreno onde está construído o prédio sede da Subseção Judiciária de Imperatriz, localizado na Av. Tapajós, s/n, Loteamento Parque das Nações, Imperatriz/MA e b) Terreno contíguo, no mesmo endereço. Tais imóveis em 31/12/2012, encontravam-se em fase de registro na DPU, conforme Processo n. 417/2003 em tramitação, no entanto, em janeiro de 2013 foi



regularizada a sua situação quanto ao registro no SPIUnet e no SIAFI (RIP do Imóvel nº 0803 00280.500-1 R e RIP de Utilização do Imóvel nº 0803 00281.500-7, respectivamente.

município 04 – Bacabal:

- imóvel de propriedade particular, locado mediante Contrato n. 23/2010, localizado na Rua Frederico Leda n. 1910 Bacabal/MA, razão pela qual não constar registro no SPIUNET.

Convém registrar que as atualizações dos valores dos imóveis encontravam-se, em dezembro/2012, em fase de regularização pela SEMAP/NUCAD/JF/MA, setor específico desta UJ, sendo regularizadas em janeiro/2013.

## **Mato Grosso**

Os bens imóveis que integram o patrimônio da Seção Judiciária de Mato Grosso e que se encontram registrados no SPIUNET são os seguintes:

- Um edifício com área construída de 9.017,99 m<sup>2</sup> e área do terreno de 10.000 m<sup>2</sup>, onde se encontra instalada a sede da Seção Judiciária em Cuiabá, localizado na Av. Rubens de Mendonça, n. 4888, Centro Político Administrativo de Cuiabá-MT.

- Um terreno medindo 5.753,20 m<sup>2</sup>, onde foi construída a sede da Subseção de Rondonópolis/MT, localizado na Rua Dom Pedro II, lote 02, Quadra 02-B, área do CEPAC, em Rondonópolis/MT, doado à União por esse Município. A atualização dos registros, com inclusão do recebimento da obra, será providenciada após conclusão do 2º piso do prédio.

- Terreno Localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nesta Capital com área de 5.000,00 m<sup>2</sup>, onde foi construído o Arquivo Judicial e está em execução a obra de ampliação do estacionamento da SJMT. A atualização dos registros será providenciada após conclusão da obra.

Outros três terrenos foram doados à Seção Judiciária de Mato Grosso, mas ainda não foram registrados no Sistema de Gerenciamento de Bens Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A utilização dos terrenos terá as seguintes finalidades:

- terreno em Cáceres: aguardando correção do donatário na escritura do terreno. O terreno será utilizado para construção da futura sede da Subseção Judiciária de Cáceres;

- terreno em SINOP: aguardando conclusão da escritura do terreno doado pela Prefeitura de Sinop, que será utilizado para construção da futura sede da Subseção Judiciária de SINOP;

- terreno do Estado de Mato Grosso, situado na cidade de Diamantino, para construção da sede daquela subseção, com validade até 06/10/2012 ou até a conclusão da obra. O terreno oferecido pela Prefeitura está em análise de viabilidade do projeto para a construção da sede da Subseção.

## **Minas Gerais**

A Seção Judiciária de Minas Gerais desenvolve suas atividades nos endereços relacionados a seguir, sendo seis em Belo Horizonte e o restante no interior do Estado:

1- Belo Horizonte:



1.1 – Edifício I: imóvel próprio, sede da Justiça Federal, denominado Edifício Antônio Fernando Pinheiro, está situado na Avenida Álvares Cabral n. 1.805, bairro Santo Agostinho, sendo composto por 16 andares e dois subsolos, tendo quatro lojas no térreo e aproximadamente 126 vagas de garagem. Neste prédio estão instaladas três Varas Federais (4.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup>), a Diretoria do Foro e grande parte da Secretaria Administrativa, sala de Representação do TRF/1.<sup>a</sup> Região, posto da Caixa Econômica Federal, além de sala destinada à AJUFE/MG. O prédio foi construído em terreno de 1.803,75 m<sup>2</sup> e a área construída é de 12.172,36 m<sup>2</sup>. O imóvel está em bom estado de conservação, tendo recebido investimentos nos últimos anos, que possibilitaram sua modernização.

1.2 – Edifício II: imóvel próprio denominado Edifício Euclides Reis Aguiar, incorporado por desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Av. Álvares Cabral, 1.741, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, composto de 19 pavimentos incluído o piso térreo e os cinco subsolos com 368 vagas de garagem. Abriga as 16 Varas Federais Cíveis e a Vara Agrária/Cível. O terreno possui 3.834 m<sup>2</sup> e área construída de 16.814,80 m<sup>2</sup>. O imóvel está em bom estado de conservação.

1.3 – Edifício III: imóvel próprio, incorporado por de desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Rua Santos Barreto n. 161, bairro Santo Agostinho (próximo ao edifício-sede). Atualmente denominado Edifício Oscar Dias Corrêa, é composto por 17 andares, numerados de 7 a 23, oito lojas, duas salas e quatro pavimentos destinados às vagas de garagem. O imóvel possui terreno de 2.171,50 m<sup>2</sup> e área construída de 16.130,96 m<sup>2</sup>. Está em bom estado de conservação. Ali estão instaladas cinco Varas de Execução Fiscal, oito Varas dos Juizados Especiais Federais, três Turmas Recursais e parte da Secretaria Administrativa (Contadoria, Seção de Administração de Material, Seção de Administração de Patrimônio e Seção de Biblioteca).

1.4 – Casa: imóvel próprio, incorporado por função de desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Rua Santos Barreto, n. 181, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG. Possui terreno de 546 m<sup>2</sup>, área construída de 351 m<sup>2</sup>, em três níveis. Abriga a Seção de Comunicação e Arquivo Administrativo (SECAM) e está em bom estado de conservação.

1.5- Edifício Bolsa de Valores: situado na Rua dos Carijós n. 126, Centro, é composto por sete andares sendo:

- cinco andares de propriedade da Justiça Federal (7.<sup>o</sup>, 10.<sup>o</sup>, 11.<sup>o</sup>, 12.<sup>o</sup> e 13.<sup>o</sup> andares), sem garagens, onde está instalada parte do Arquivo Judicial. O imóvel está devidamente registrado em cartório e no SPIUnet. Os cinco andares totalizam área construída de 2.495,30 m<sup>2</sup> e o estado de conservação é regular.

- 2 (dois) andares locados – 5.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup>, com área total de 946,72m<sup>2</sup>, destinados também ao Arquivo Judicial, cujo acervo vem crescendo vertiginosamente.

1.6 – Galpão – Bairro Nova Suíça: imóvel locado a partir de 1/11/11, com 1.200,22 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Rua Desembargador Barcelos, n. 345, Bairro Nova Suíça destinado a abrigar parte do arquivo judicial da Seccional de Minas Gerais

1.7 – Lote em Belo Horizonte: imóvel correspondente ao lote do terreno n. 01, com área de aproximadamente 17.705 m<sup>2</sup>, localizado no Quarteirão 85, no Bairro Belvedere, destinado à construção da sede definitiva da Seção Judiciária. Declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, conforme Decreto de 29.12.2003, do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2004.



**2 – Subseção Judiciária de Juiz de Fora:**

Está instalada em sua sede própria desde outubro de 2008. O edifício foi construído no terreno de 3.812 m<sup>2</sup> doado pela Prefeitura Municipal, localizado na Rua Leopoldo Schimitz, Praça dos Poderes. Possui área construída de 5.091 m<sup>2</sup> e abriga as três Varas Federais, Juizado Especial e Administração. Em 2009, foi contratado projeto para construção de uma cantina, visando atender as necessidades do quadro de pessoal da Subseção. Em 2011, foi contratado serviço de impermeabilização do subsolo, para evitar problemas de infiltração.

**3 – Subseção Judiciária de Uberlândia:**

Prédio próprio, sede da Subseção, situado na Avenida Cesário Alvim n. 3.390 - Bairro Brasil. Apresenta três andares e dois subsolos, com 5.573,30 m<sup>2</sup> de área construída, que abrigam três Varas Federais, o Juizado Especial Federal e as seções administrativas. O estado de conservação do imóvel é bom e está registrado no Cartório e no SPIUnet. Em 2009, foi contratado projeto para construção de edifício anexo à Sede da Subseção, visando à sua ampliação, em terreno doado pela Prefeitura do Município.

**4 – Subseção Judiciária de Uberaba:**

Prédio próprio, nova sede da Subseção desde o final de 2008, construída em terreno de 2.067 m<sup>2</sup> doado pela Prefeitura Municipal de Uberaba, localizado na Avenida Maria Carmelita de Castro Cunha, 30 – Vila Olímpica. Possui área de 5.639 m<sup>2</sup> e abriga as duas Varas Federais, o Juizado Especial e Administração.

**5 – Subseção Judiciária de Passos:**

Imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Passos para abrigar a Vara Federal instalada naquela cidade. Trata-se de prédio com dois pavimentos, com aproximadamente 600m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Arlindo Figueiredo, 128 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

Terreno com 1.998,80m<sup>2</sup>, situado na Rua Benedita da Silveira Maia, s/n, Residencial Pinheiros – Passos – MG, doado pela Prefeitura Municipal de Passos para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade, cujo projeto foi contratado no final de 2009.

**6 – Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso:**

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 531,17 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Doutor Delfim Moreira 1804/1805 – Centro, em bom estado de conservação.

Terreno com 2.002,91 m<sup>2</sup>, situado no loteamento Jardim Mediterrâneo, município de São Sebastião do Paraíso, doado pela Prefeitura Municipal para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade, cujo projeto foi contratado no final de 2009.

**7 – Subseção Judiciária de Patos de Minas:**

Imóvel locado para transferência da sede da Subseção Judiciária de Patos de Minas a partir de janeiro de 2011. Trata-se de salas com aproximadamente 1.259,56 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Rua José de Santana, 506 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

**8 – Subseção Judiciária de Montes Claros:**



Imóvel locado para abrigar parte da Subseção Judiciária de Montes Claros. Trata-se de dois andares de imóvel locado pela CEF e cedido à JFMG, com 1.207,58 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

Imóvel locado para abrigar o arquivo judicial. Trata-se de um cômodo de 86m<sup>2</sup>, localizado na Rua São Sebastião 33 – Bairro Todos os Santos, em bom estado de conservação.

Imóvel locado pela JFMG a partir de 1/2/11 para abrigar parte da estrutura da Subseção Judiciária de Montes Claros que recebeu mais uma Vara em abril/2011. Trata-se de um andar com 535,80 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

#### 9 – Subseção Judiciária de Varginha:

Imóvel cedido pela Caixa Econômica Federal para abrigar a Subseção Judiciária de Varginha. Trata-se de prédio com três pavimentos, com 1.065,92m<sup>2</sup>, localizado na Rua Delfim Moreira 451 – Centro, apresentando estado regular de conservação.

#### 10 – Subseção Judiciária de Pouso Alegre:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Pouso Alegre. Trata-se de prédio com dois pavimentos, com 854,47 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Rua Santo Antônio 105 – Centro, apresentando bom estado de conservação. Até 30/04/2009 o aluguel era pago pela Prefeitura do Município, mediante convênio.

Terreno com 7.031,63 m<sup>2</sup>, situado na Av. Marechal Castelo Branco, s/n, doado pela Gerência Regional de Patrimônio da União para construção da Sede da Subseção Judiciária de Pouso Alegre.

Imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre em dezembro/2011 e cedido à JFMG para abrigar a 2.<sup>a</sup> Vara Federal da Subseção, prevista para ser instalada em abril/2012. Trata-se de imóvel com um pavimento e mezanino construído em terreno de 329,40 m<sup>2</sup>.

#### 11 – Subseção Judiciária de Lavras

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Lavras. Trata-se de pavimento, com aproximadamente 1.006,40m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Rua Kennedy dos Santos, 40 – Bairro Santa Efigênia, apresentando bom estado de conservação.

#### 12 – Subseção Judiciária de Divinópolis:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Divinópolis, composta por duas Varas Federais. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 1.277,05 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Praça Dom Cristiano, 298 – Centro, com bom estado de conservação. Em 2011 foram efetuadas obras pelo proprietário e pela Justiça Federal com a construção de mezanino visando à ampliação das instalações da Subseção.

#### 13 – Subseção Judiciária de Sete Lagoas:

Imóvel locado pela Justiça Federal para abrigar a nova sede da Subseção Judiciária de Sete Lagoas, a partir de dezembro/2011. Trata-se de prédio com três andares e seis vagas de garagem. O terreno possui 721,35 m<sup>2</sup> e a área total construída é de 1.308,32 m<sup>2</sup>, localizado na Rua Santos Dumont, n. 140, Bairro Canaan. Está em bom estado de conservação.



14 – Subseção Judiciária de Ipatinga:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Ipatinga. Trata-se de prédio com quatro pavimentos e área construída de 1.606 m<sup>2</sup>, localizado na Av. Selim José de Sales, 895 – Bairro Canaã, com bom estado de conservação. As despesas de aluguel são compartilhadas pela Justiça Federal e Caixa Econômica Federal, mediante convênio próprio (50% para cada parte).

15 – Subseção Judiciária de Governador Valadares:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Governador Valadares, composta por duas Varas Federais. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 1.298,38 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Praça Serra Lima, 550 – Centro, com bom estado de conservação.

Imóvel locado para abrigar a Secretaria do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares, composto de uma sala com área total de 55m<sup>2</sup>, contígua à Sede da Justiça Federal, situada no imóvel localizado na Praça Serra Lima n. 560, Centro, Governador Valadares/MG, de propriedade da locadora, com bom estado de conservação.

Imóvel locado a partir de 1º/6/11 para abrigar o arquivo judicial da Subseção Judiciária de Governador Valadares, composto de uma loja com área total construída de 46,63 m<sup>2</sup> localizado na Av. Minas Gerais, n. 700, loja n. 5, no pavimento térreo do Edifício Plaza Center, Centro. Está em bom estado de conservação.

16 – Subseção Judiciária de São João Del-Rei

Imóvel locado pela Justiça Federal para abrigar a Subseção Judiciária de São João Del Rei. Trata-se de edificação com dois pavimentos, 355,52 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Rua Margarida Neves, 170 – Bairro Jardim Central, com bom estado de conservação.

Imóvel locado para abrigar o arquivo judicial da Subseção, situado na Rua José Procópio, n. 283, primeiro andar, Bairro Jardim Central, com área total de 110,54 m<sup>2</sup>.

Terreno com 2.530,30 m<sup>2</sup>, situado na Rua José Eustáquio Gonçalves Pimenta, Vila Belizário, doado pela Prefeitura Municipal para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade.

17 – Subseção Judiciária de Paracatu:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Paracatu. Trata-se de prédio com quatro pavimentos, 739,20m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Olegário Maciel, 138 – Centro, com bom estado de conservação. As despesas de aluguel são arcadas pela prefeitura local, mediante convênio.

18 – Subseção Judiciária de Unaí:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Unaí. Trata-se de prédio com três andares, 966,31 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. Joao Pinheiro, 548 – Centro, em bom estado de conservação.

19 – Subseção Judiciária de Teófilo Otoni:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Teófilo Otoni. Trata-se de prédio com três andares, 1.259,56 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na rua Dr. Reinaldo, 89 – Centro, em bom estado de conservação.

20 – Subseção Judiciária de Contagem:



Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Contagem. Trata-se de prédio com quatro pavimentos, 3.018,22 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na Av. José Faria da Rocha, n. 5021, Bairro Eldorado, em bom estado de conservação, porém, faz-se necessária avaliação/reforma do telhado, a fim de evitar infiltrações e goteiras.

21 – Subseção Judiciária de Muriaé:

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Muriaé. Trata-se de prédio constituído de 2 pavimentos, 679 m<sup>2</sup> de área construída, localizado na rua Dr. Mário Inácio Carneiro, n. 535, centro e está em bom estado de conservação.

22 – Subseção Judiciária de Manhuaçu

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Manhuaçu. Trata-se de casa constituída de dois pavimentos com 734 m<sup>2</sup> de área construída e seis vagas de garagem, localizada na rua Duarte Peixoto, n. 70, Bairro Coqueiro. Está em bom estado de conservação.

23-Subseção Judiciária de Ponte Nova

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Ponte Nova. Trata-se de um Prédio onde a Justiça utiliza 2 pavimentos (Térreo e 1º Andar) com 617 m<sup>2</sup> de área construída e 4 vagas de garagem, localizada na Avenida Caetano Marinho, nº 268, Centro. Encontra-se em bom estado de conservação.

24- Subseção Judiciária de Viçosa

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Viçosa. Trata-se de uma Prédio constituído de 4 pavimentos com 1.180,07 m<sup>2</sup> de área construída e 9 vagas de garagem, localizado na rua Joaquim Lopes de Farias, nº 505, Bairro Santo Antônio. O Prédio foi construído para abrigar a Subseção Judiciária de Viçosa.

## **Pará**

Os imobilizados sob a responsabilidade da Seção Judiciária encontram-se em estado satisfatório de manutenção. Durante o exercício de 2012 os imóveis permaneceram registrados na Secretaria de Patrimônio da União.

## **Piauí**

A Seção Judiciária do Piauí possui os seguintes imóveis:

a) Prédio sede onde funciona a Seção Judiciária do Piauí, é um imóvel ocupado desde 2006, com boa estrutura, com aproximadamente oitenta por cento do mobiliário novos;

b) Prédio cedido ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Prefeitura Municipal, em bom estado de conservação, necessitando de pequena reforma, com parte do mobiliário usado cedido por esta Seção Judiciária Federal;

c) Terreno ao lado da sede da Justiça Federal, todo murado, e reformado para estacionamento, com piso em brita e sombreiros tipo toldos, doado pelo Governo do Estado do Piauí, em fase de regularização;

d) Terreno localizado na cidade de Picos/PI, doado pelo Governo do Estado Piauí, para instalação da sede da Subseção de Picos/PI, em fase de regularização.



## **Rondônia**

Não obstante terem sido tomadas as providências legais sob responsabilidade da Seção Judiciária de Rondônia para a plena regularização dos imóveis, observa-se certa morosidade dos órgãos públicos no tocante às medidas sob sua responsabilidade.

O imóvel sede da Seção Judiciária de Rondônia, em Porto Velho-RO constitui-se de cinco lotes da União, entregues pela Secretaria do Patrimônio da União-SPU à Seção Judiciária de Rondônia por meio de Termo de Entrega de 2004 e Apostila 27/2003.

Entretanto, quatro desses lotes permanecem registrados na Prefeitura Municipal de Porto Velho como pertencente aos antigos detentores de Carta de Aforamento, mesmo daqueles que tiveram declarada a caducidade pela União, com a devida publicação na imprensa oficial. Tal circunstância vem impedindo a emissão de Alvará de Funcionamento da Justiça Federal pela Prefeitura Municipal.

A Secretaria Regional de Patrimônio da União em Rondônia - GRPU está ciente do fato e encarregada de regularizar a titularidade dos imóveis, mas alega que a falta de pessoal está prejudicando o andamento mais célere do processo.

O imóvel RIP 0003.00358.500-4, constituído de área de terras, foi doado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho à União, representada pelo Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, através do Decreto 4.449, de 04/09/1991, sem vincular condições de uso. À época, pretendia-se construir no local a Sede da Seccional, fato que não se verificou.

Em 13/4/2005, tal área foi cedida pela SJRO à Associação dos Servidores da Justiça Federal em Rondônia- AJUF/RO, por Termo de Autorização de Uso, exclusivamente para a realização de atividades esportivas e culturais.

Entretanto, por meio da Lei Municipal 1.609, de 27/5/2005 e do Decreto 9.920, de 14/6/2005, a Prefeitura de Porto Velho doou o mesmo imóvel à AJUF/RO sem o conhecimento da Justiça Federal, revogando, assim, a legislação anterior que o doara à União.

A ocorrência está na Advocacia Geral da União, bem como na Gerência Regional do Patrimônio da União em Rondônia, para as providências cabíveis.

No tocante à sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, por intermédio da Lei Municipal n. 1.456, de 27/12/2005, o Poder Legislativo daquele município autorizou a Prefeitura a doar área de terras para a edificação da Sede.

Porém, não obstante os reiterados pedidos da Seccional, a Prefeitura recusa-se a emitir o Decreto que efetivaria a doação do imóvel, sob a justificativa de que seria “desnecessário”, bastando a Lei Municipal. Tal pendência sobrestou o processo de regularização do imóvel, que estava em andamento na GRPU.

No mais, as Subseções Judiciárias de Ji-Paraná/RO e de Guajará-Mirim/RO permanecem funcionando em imóveis locados, o primeiro no aguardo da regularização do terreno e da liberação de verbas para a construção da Sede própria, e o segundo aguardando a finalização das providências para a desapropriação do imóvel que ora serve de Sede à Subseção.





## **Roraima**

Os imóveis funcionais sob responsabilidade da SJRR foram vistoriados pela SPU/RR por ocasião da recente desocupação de ambos. Pesquisa no SPIUNet demonstra que a foi efetuada atualização nos valores dos imóveis, com base nas últimas vistorias realizadas, informando o bom estado de conservação de ambos.

Todavia, a situação real do imóvel RIP 0301.00180.500-0, localizado na Rua Coronel Ricardo Franco, nº 216 – Aparecida, não corresponde à informação da SPU/RR, porquanto pode ser facilmente constatada mediante simples visita ao local que a conservação do imóvel não era satisfatória. O imóvel necessitava de reparos no telhado que apresentava inúmeras goteiras e infestação por pombos, além de pintura geral e manutenção nos portões automáticos e cerca elétrica. Por este motivo, no exercício de 2012 os dois imóveis funcionais sofreram reforma. A obra de reforma do imóvel situado na R. Cap. Franco de Carvalho foi concluída no exercício e a obra de reforma do imóvel situado na Rua Ricardo Franco segue durante o ano de 2013.

O planejamento da realização de benfeitorias para manutenção das condições de habitabilidade nos imóveis funcionais que estão sob a responsabilidade da SJRR, foi precedido de laudos de vistoria informando a situação dos imóveis. Tais vistorias foram realizadas por ocasião da 1ª visita técnica do Engenheiro do TRF 1ª Região designado para acompanhamento dos serviços de reforma e ampliação que estão em execução no edifício-sede.

No que se refere ao edifício-sede (RIP 0301.00109500-2) está em andamento a execução dos serviços de reforma e ampliação projetados para o redimensionamento das cargas instaladas com substituição de peças e componentes, inclusive cargas do gerador, subestação, USCA, quadro geral de baixa tensão, revisão de toda a rede hidráulica e sanitária, fossa, sumidouro, reservatórios de água, rede de distribuição predial, rede lógica e telemática, além de serviços nas instalações físicas aparentes com a substituição das janelas existentes por esquadrias em alumínio, vez que as esquadrias metálicas existentes estão oxidadas e deterioradas pelo uso, apresentando vazamentos em face da falta de vedação, bem como dificuldades para a abertura e fechamento das mesmas; substituição de portas e fechaduras danificadas ou deterioradas em razão do tempo, da umidade e cupins; troca de películas de proteção solar nas janelas; embutir nas paredes/lajes tubos/calhas para receberem fiações elétricas, hidráulicas e lógicas que se encontram aparentes e em péssimas condições; instalação de iluminação por sensor de presença nos corredores; iluminação econômica na parte externa do edifício; reparos no revestimento de paredes em virtude da existência de inúmeras infiltrações; pintura interna e externa; restauração ou troca no piso em ardósia do edifício.

## **Tocantins**

A Seção Judiciária do Estado do Tocantins possui 02 (dois) imóveis, devidamente registrados no SPIUNet:

a) Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins - Lotes 3 e 4, Conjunto 1, Quadra 201 Norte, Plano Diretor Norte, com área total de 3.600,00 m<sup>2</sup> e área construída de 3.183,43 m<sup>2</sup>, doados à União pelo Estado do Tocantins, conforme o disposto na Lei n. 194, de 18/10/90, registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Palmas (TO), sob os números 4.815 e 4.817, respectivamente.

b) Lota destinado à ampliação das instalações da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, onde está sendo construído o edifício anexo, Projeto 7K63 – Construção do Edifício



Anexo da Justiça Federal em Palmas – TO, com área de 6.506,01 m<sup>2</sup>, situado no Lote 2, Conjunto 1, Quadra 201 Norte, Plano Diretor Norte, com área total de 1.800,00 m<sup>2</sup>, doado à União pelo Estado do Tocantins, conforme o disposto na Lei n. 1.170, de 02/08/2000, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Palmas (TO), sob número R-03, matrícula 4.813, ficha 01, livro 02, em 19/09/2001.

No dia 05/05/2010, foi firmado Termo de Convênio entre a Justiça Federal e o Município de Araguaína-TO para o estabelecimento de mútua cooperação, com a locação de imóvel, de forma a dinamizar a instalação da Vara Federal naquele município. A Subseção Judiciária de Araguaína, instalada em 16/11/2010, funciona em prédio locado pela Prefeitura Municipal de Araguaína (TO) e cedido para o funcionamento da Subseção, sem ônus para esta Seccional.

Através da Lei n. 2825, de 20/12/2012, o município de Araguaína (TO) doou à União Federal um imóvel situado na Avenida Neif Murad, integrante do desmembramento da Chácara 47-A, com área de 3.754,32m<sup>2</sup>, para a construção da sede da Justiça Federal em Araguaína (TO). A Diretoria do Foro solicitou à Secretaria do Patrimônio da União as providências para a regularização da doação e respectiva entrega à Justiça Federal no Tocantins.

No dia 10/01/2011, foi firmado Termo de Convênio entre a Justiça Federal e o Município de Gurupi-TO para o estabelecimento de mútua cooperação, com a cessão de imóvel em regime de comodato, localizado na Av. São Paulo, n. 1680, centro, em Gurupi/TO, constituído pelos Lotes n. 15 e 16, da Quadra 255, com área de 1.225m<sup>2</sup>, registrado no CRI local, sob o n° 7.113, livro 3-F, Transcrição de Transmissões, fls. 41, em 27/12/1972, sobre o qual consta um edificação de 614,05m<sup>2</sup>, de forma a dinamizar a instalação da Vara Federal naquele município. A Subseção Judiciária de Gurupi, já foi instalada em 22/06/2011, e encontra-se em funcionamento no aludido prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Gurupi (TO), sem ônus para esta Seccional.

Os imóveis cedidos sem ônus pelas Prefeituras de Araguaína e Gurupi para instalação e funcionamento das respectivas Subseções Judiciárias não estão devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição, razão pela qual ainda foram cadastrados no SPIUnet.



## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro 59– Gestão da Tecnologia da Informação da UJ

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.



	Auditoria de dados.	
	Outra(s).	Qual(is)?
	_____	
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.	
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>		
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.	
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.	
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.	
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.	
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).	
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.	
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.	
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.	
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.	
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____	
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>		
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.	
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.	
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.	
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>		
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).	
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).	
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.	
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.	
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>		
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
( 2 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
( 3 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
( 3 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>		
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.	
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.	
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).	
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).	
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).	
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).	
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>		
	Entre 1 e 40%.	
	Entre 41 e 60%.	
X	Acima de 60%.	
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).	



## 8.2. ANÁLISE CRÍTICA

As ações referentes ao planejamento estratégico organizacional e de Tecnologia da Informação da Justiça Federal estão regulamentadas por meio das Resoluções do Conselho da Justiça Federal n. 194/2012, que dispõe sobre a revisão dos Planejamentos Estratégicos e n. 207/2012, que aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Este último documento, elaborado conjuntamente por representantes do Conselho da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais, foi apresentado de forma imatura por força do prazo definido no Art. 3º da Resolução CJF n. 194/2012, sem que tenham havido iniciativas de revisão do documento por parte do Conselho da Justiça Federal, embora esta atividade tenha sido sugerida pelos membros do SIJUS.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGTI-TRF1, instituído pela Portaria PRESI 411, de 26/09/2011, com finalidade de discutir as ações e os investimentos em TI, não se mostrou atuante no ano de 2012, onerando a unidade de TI com relação a decisões estratégicas decorrentes da priorização de ações e ao emprego de recursos orçamentários.

Importante ressaltar que as ações de planejamento de TI realizadas em consonância com o Planejamento Estratégico, Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI, mesmo que incipientes, foram sufocadas em função do forte contingenciamento orçamentário sofrido no exercício de 2012 e da liberação de parcela dos recursos contingenciados na segunda quinzena de dezembro. Também ressaltamos o fato de que seguidamente o orçamento deste Tribunal não supre os compromissos de despesas continuadas de TI, essenciais para manutenção do negócio judicial, como contratação de circuito de comunicação de dados. De forma a não comprometer a atividade judicial e as informações aos jurisdicionados, a área de TI compromete parte significativa dos recursos destinados à Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional da Justiça Federal – ISIGI para fazer frente a estas despesas, comprometendo a execução de ações anteriormente planejadas

Tais questões e incertezas afetam a efetividade das iniciativas de planejamento, da execução de parcela das atividades planejadas, com grande impacto na execução das metas presentes no Plano Estratégico Institucional e atendimento das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.



## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 60 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Nos editais do TRF, de forma genérica, existe a previsão de que “não será permitida a participação de empresas que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na lei n. 9.605/98”(Lei de Crimes Ambientais). Em praticamente todas as seccionais e no TRF, busca-se dar preferências a materiais reciclados, tal como os papéis para impressão de documentos. Especificamente na Seção Judiciária de Tocantins já é previsto a exigência de comprovação de origem da madeira utilizada</li></ul>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Atualmente o referido critério tem sido observado na aquisição de papel branco, no qual é exigida a declaração de que a produção de papel provém de área de floresta oriunda de reflorestamento.</li></ul>		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Existe a busca, de uma forma geral, pela utilização de lâmpadas econômicas, sensores de presença e torneiras hidramáticas, na busca de reduzir o consumo de energia/água. Nas obras de reforma executadas no ano de 2012 no TRF foram instaladas torneiras e vasos sanitários com acionamentos que geram até 30% de redução de consumo. Destaca-se, neste aspecto, que o aumento de área útil e de pessoal na Seção Judiciária de Rondônia no exercício de 2012 foi da ordem de 40%, em razão da instalação de novas varas, tendo o consumo de energia elétrica aumentado tão-somente 20%.</li></ul>			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4, barbante, cartuchos para impressão.</li></ul>				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li></ul>	Sim ( x )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li></ul>		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Foram realizadas campanhas através de palestras, cartazes e folders eletrônicos visando o melhor uso dos recursos disponíveis – energia, água, papel e demais materiais de expediente. Registre-se que tais campanhas ganharam destaque nas datas comemorativas – Dia Mundial da Água (22/03), Semana do Meio Ambiente (junho), Dia Mundial da Amazônia (05/09), Dia Nacional do Cerrado (01/09) e Dia da Árvore (21/09).</li></ul>			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Foram realizadas, nas datas comemorativas, oficinas com uso de material reciclado, cartazes informativos, exibição de filme temático, palestras sobre o meio ambiente e doação de mudas de espécies nativas do cerrado.</li></ul>				X	
<b>Considerações Gerais:</b> <p>Uma vez que este Relatório de Gestão consolida informações coletadas de todas as 14 seccionais da 1ª Região da Justiça Federal, a avaliação assinalada nos 13 itens acima teve de ser obtida a partir da média ponderada das pontuações fornecidas pelas 15 unidades gestoras (tribunal e seccionais), adotando por peso da avaliação de cada unidade gestora o número de varas federais instaladas na capital e no interior do respectivo estado da federação e, no caso do Tribunal, o número de gabinetes de desembargadores.</p> <p>Os fundamentos analisados no Relatório de Gestão receberam auto avaliações bastante distintas. Observa-se que ações voltadas à sensibilização do corpo funcional, separação e correta destinação dos resíduos gerados, aquisição de veículos e alguns materiais de consumo apresentam melhores resultados.</p> <p>O processo de aquisição de veículos menos poluentes é, de certa maneira, beneficiado pelas normas que regulam o mercado automotivo, uma vez que esta indústria tem a obrigação legal de produção de veículos menos poluentes visando a diminuição de impactos ao meio ambiente, dada a política atualmente implementada pelos órgãos de governo e demais instituições públicas. Especificamente pode-se citar a aquisição de veículos bicombustível.</p> <p>Especificamente no tocante a gestão ambiental do TRF, foi instituída comissão de servidores por meio de portaria, com o objetivo de promover a diminuição dos impactos ambientais, inserindo critérios de sustentabilidade nas atividades por meio do Programa Justiça Sustentável.</p> <p>Em relação à coleta seletiva solidária, todos os resíduos recicláveis tem destinação consoante o Decreto 5.940/2006. Os resíduos segregados são destinados à APCORB - Associação Pré Cooperativista de Catadores e Recicladores de Brasília, cooperativa habilitada nos moldes do referido decreto.</p>					



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>No tocante à aquisição de materiais, de forma geral, nota-se uma tendência do mercado na produção mais limpa, utilização de recursos em menor escala, bem como a agregação de materiais passíveis de reciclagem. Este TRF alia a qualidade dos materiais adquiridos com o menor preço, em função da padronização de alguns produtos.</p> <p>Assevera-se, no entanto, que o conjunto dos resultados ainda não se apresenta satisfatório, no tocante aos objetivos que o supracitado programa ambiental se propõe. Há necessidade premente de melhoria nas ações e resultados, mormente no tocante à inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações e política de aquisição de produtos.</p>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 61 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

UG 1: 090027/TRF 1ª Região						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	22.857	21.986	26.397	167.739,42	179.720,58	206.614,29
Água (m3)	67.400	52.154	55.243	953.022,51	645.939,99	763.881,65
Energia Elétrica (kwh)	5.383.357	4.327.997	4.852.925	2.197.528,09	1.898.846,45	1.896.076,66
			<b>Total</b>	<b>3.318.290,02</b>	<b>2.724.507,02</b>	<b>2.866.572,60</b>





UG 2: 090002/JFAM						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	3.121	3.147	3.105	28.245,05	32.078,42	35.966,25
Água (m³)	109	102	104	42.999,43	36.445,00	36.376,54
Energia Elétrica (kw)	114.240	124.120	130.440	905.638,31	807.953,50	767.152,75
			<b>Total</b>	<b>976.882,79</b>	<b>876.476,92</b>	<b>839.495,54</b>
UG 3: 090003/JFPA						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	6.716	7.288	5.839	61.380,31	66.447,85	54.997,07
Água (m3)	1.404	620	720	8.632,51	2.901,72	3720,8
Energia Elétrica (kwh)	2.522.053	2.217.391	2.109.596	1.078.047,00	824.127,20	749.529,00
			<b>Total</b>	<b>1.148.059,82</b>	<b>893.476,77</b>	<b>808.246,87</b>
UG 4: 090004/JFMA						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	7.985	6.297	7.121	75.047,27	59.568,35	68.797,35
Água (m³)	8001	Não medido	Não medido	56.455,06	Não medido	Não medido
Energia Elétrica (kw)	1.161.694	Não medido	Não medido	652.261,86	Não medido	Não medido
			<b>Total</b>	<b>783.764,19</b>	<b>59.568,35</b>	<b>68.797,35</b>
<p>OBS.: Não foi implementada política de medição de consumo de energia nas Subseções vinculadas. O consumo de papel é medido de acordo com as requisições, incluindo a remessa desse material às Subseções vinculadas, ainda que não consumido nas Subseções. É necessária a alocação de centros de custos nas Subseções para efetiva medição de consumo.</p> <p>Com relação da medição anterior a 2012 o NUCAD informa que não possui os dados, pois o quadro é novo, assim temos o consumo apenas do prédio desta Seccional em 2012</p>						



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

UG 5: 090005/JFPI						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	4.736	4.300	3.270	40.330,53	38.700,00	29.564,39
Água (m3)	14.065	14.664	15.882	180.425,95	140.658,07	161.246,02
Energia Elétrica (kwh)	2.459.165	2.177.390	1.991.463	1.008.482,69	812.989,31	668.643,48
			<b>Total</b>	<b>1.229.239,17</b>	<b>992.347,38</b>	<b>859.453,89</b>
UG 6: 090012/ JFBA						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	17.800	25.300	6.800	162.998,00	219.740,50	62.180,00
Água (m3)	5.913	6.667	7.965	81.136,53	74.032,45	63.981,82
Energia Elétrica (kwh)	32.216,91	926.440	939.887	961.223,52	679.478,99	627.496,47
			<b>Total</b>	<b>1.205.358,05</b>	<b>973.251,94</b>	<b>753.658,29</b>
UG 7: 090013/JFMG						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	14.200	17.300	32.000	118.273,00	141.440,00	276.370,00
Água (m3)	45.039	43.382		387.585,64	384.500,00	353.523,99
Energia Elétrica (kwh)	5.219.507	4.727.954		2.656.272,47	2.360.062,25	2.262.558,86
			<b>Total</b>	<b>3.162.131,11</b>	<b>2.886.002,25</b>	<b>2.892.452,85</b>



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

UG 8: 090021/JFMT						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Não se Aplica			Não se Aplica	Não se Aplica		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	4892	5111	5058	48.920,00	51.110,00	50.580,00
Água (m3)	5.309	5.881	5.827	32.390,17	35.571,32	31.280,09
Energia Elétrica (kwh)	1.679.865	1.488.899	1.377.735	1.012.586,19	1.003.320,56	807.126,19
			<b>Total</b>	<b>1.093.896,36</b>	<b>1.090.001,88</b>	<b>888.986,28</b>
UG 9: 090022/JFGO						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
nada a declarar						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	12000	10671	10200	81.460,00	83.161,00	75.378,00
Água (m³)	7000	7056	6828	69.600,00	68.000,00	58.980,00
Energia Elétrica (kw)	143900	142700	143200	483.600,00	467.040,00	463.680,00
			<b>Total</b>	<b>634.660,00</b>	<b>618.201,00</b>	<b>598.038,00</b>
UG 10: 090023 /SJDF						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	13.771	12.848	12.496	106.984,78	100.616,76	98.158,94
Água (m3)	21.603	25.381	28.462	341.500,00	362.200,00	358.601,49
Energia Elétrica (kwh)	3.743.700	3.941.077	4.155.338	1.537.355,81	1.515.738,08	1.548.934,55
			<b>Total</b>	<b>1.985.840,59</b>	<b>1.978.554,84</b>	<b>2.005.694,98</b>



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

UG 11: 090024/SJAC						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	1528	1676	1371	14.877,59	15.785,30	13.813,99
Água (m3)	4326	5152	6979	31.437,93	37.437,96	50.726,77
Energia Elétrica (kwh)	1220560	1196419	1137600	587.290,89	621.779,72	533.777,23
			<b>Total</b>	<b>633.606,41</b>	<b>675.002,98</b>	<b>598.317,99</b>
UG 12: 090025/JFRO						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	4680	3850	3900	44.156,20	31.321,00	35.813,00
Água (m3)	915 (3)	384	240	11.825,57	4.930,53	3.024,48
Energia Elétrica (kwh)	1.468.42	1.457.242	1.367.912	559.686,72	518.397,42	425.479,59
			<b>Total</b>	<b>615.668,49</b>	<b>554.648,95</b>	<b>464.317,07</b>
UG 13: 090037/JFAP						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	3985	4931	3734	33.601,45	42.011,08	32.347,16
Água (m3)	630	1260	1260	1.956,18	3.912,36	3.912,36
Energia Elétrica (kwh)	7283608,2	3593307,6	3471534,76	315.313,56	187.976,68	147.874,15
			<b>Total</b>	<b>350.871,19</b>	<b>233.900,12</b>	<b>184.133,67</b>



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

UG 14: 090038/JFTO						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recomendação do Conselho da Justiça Federal		2009		Adesão para aquisição de papel A-4 reciclado		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	1.425	4.700	300	15.888,00	51.700,00	3.300,00
Água (m3)	5.668	4.591	3.866	49.849,00	39.593,23	31.813,09
Energia Elétrica (kwh)	908.745	876.411	671.433	541.610,00	485.947,74	383.445,74
			<b>Total</b>	<b>607.347,00</b>	<b>577.240,97</b>	<b>418.558,83</b>
UG 15: 090039/JFRR						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	1992	1860	2.002	18.031,58	16.861,02	20.107,58
Água (m3)	148	515	464	1.010,97	3.093,68	3.373,85
Energia Elétrica (kwh)	681600	640800	599.520	268.935,20	237.053,16	219.716,86
			<b>Total</b>	<b>269.946,17</b>	<b>257.007,86</b>	<b>243.198,29</b>

Fonte: SECAD e Relatórios das Seccionais



## 10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU

#### 10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro 62 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	<a href="#">026.219/2011-5</a>	5850/2012-1ª CÂMARA	1.7		Informação SECOI 34/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
1.7 alertar o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quanto às seguintes impropriedades constatadas, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas: 1.7.1. deficiência nos controles da gestão de materiais de consumo e na segurança dos estoques dos depósitos do almoxarifado do TRF 1ª Região e deficiências nas rotinas do Sistema de Aquisição e Controle de Bens e Serviços;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO					
Síntese da Providência Adotada					
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Providências tomadas:</li><li>2. Redução do número de depósitos de material de consumo sob a gestão da DIMAP;</li><li>3. Substituição dos Serventes lotados no Almoxarifado por Estoquistas (serviço terceirizado)</li><li>4. Gestão de estoques com duas conferências semanais dos itens que tiveram movimentação (entrada ou saída), feita por um dos estoquistas e uma conferência semanal feita por um dos servidores do Almoxarifado destes mesmos itens.</li><li>5. Realização de inventário mensal de todos os bens em estoque, no último dia útil dos mês, realizada por toda a equipe do Almoxarifado;</li><li>6. Implantação de novo sistema de vigilância eletrônica que passou a ser gerenciada pela área de segurança, com registros e gravações armazenadas por períodos superiores à cada ciclo de inventário;</li><li>7. Acesso exclusivo às áreas de depósitos do almoxarifado pelo pessoal lotado naquela Seção;</li><li>8. Entrada e saída de material exclusivamente por meio de documentação própria e por agentes autorizados;</li><li>9. Correção de deficiências em ferramentas gerenciais então apontadas no SICAM (SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAL) com a adoção de relatórios mais efetivos e de análise mais fáceis;</li><li>10. Supressão de qualquer empréstimo de bens de consumo para entes do poder público sem previa anuência do ordenador de</li></ol>					



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

despesas, bem como com a formalização documental de todo o procedimento.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

- 1) Substancial redução no risco de extravio de materiais;
- 2) Profissionalização da mão de obra terceirizada com resultados mais expressivos no gerenciamento dos bens sob gestão da área de material e patrimônio;
- 3) Eliminação de controles paralelos em decorrência da supressão de movimentação informal de bens

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

- 1) A ausência de uma política permanente de adequação dos recursos humanos alocados aos poder judiciário da União impede que se tenha equipes com números adequados de servidores nas áreas administrativas dos Tribunais, que sempre perdem suas forças de trabalhos para a área judiciária (onde as possibilidades de crescimento e assunção de FC é muito superior). Sempre que se cria novas varas ou amplia-se os Tribunais – com imediato reflexo nas atividades administrativas – não há uma ampliação dos servidores destas áreas proporcionalmente às novas demandas que daí decorrerão.
- 2) Os serviços afetos á área de material e patrimônio são desenvolvidos por um número reduzido de abnegados servidores. A força de trabalha em 2013 e luivale à mesma de 1992, em que pese a quantidade de bens ter, pelo menos, decuplicado.
- 3) Ainda que se tenham corrigidos deficiências no SICAM (SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAL) trata-se de uma ferramenta que precisa ser melhor ajustada às reais necessidades. São programas desenvolvidos há mais de 15 anos que vêm sofrendo correções e ajustes pontuais que padecem de confiabilidade. Neste caso, mais uma vez a supremacia dos interesses da área fim faz com que a área de desenvolvimento do setor de TI foque seus esforços quase que exclusivamente para os sistemas judiciais.
- 4) Ainda que se tenha reduzido o número de depósitos, a concentração dos locais para armazenamento de bens em um único e contíguo espaço é medida que se impõe.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	<a href="#">026.219/2011-5</a>	5850/2012-1ª CÂMARA	1.7		Informação SECOI 34/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
1.8 informe no próximo Relatório de Gestão as conclusões a que chegou a sindicância instaurada para apurar o desvio de material de consumo ocorrido no Almoxarifado daquela Corte, gerando prejuízo estimado de R\$ 258.873,13 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e três reais e treze centavos);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Autoridade julgadora da Sindicância nº 6.441/2011					
Síntese da Providência Adotada					



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

A Sindicância nº 6.441/2011, já se encontra relatada pela Comissão Especial a que se refere a Portaria DIGES/CPSPAD 308, de 22/07/2011, publicada no Boletim de Serviço 167, de 08/09/2011, reinstaurada pela Portaria DIGES/CPSPAD 555, de 10/09/2012, publicada no Boletim de Serviço 168, de 11/09/2012, aguardando deliberação da autoridade julgadora.

Pelas conclusões da Comissão, a responsabilidade pelos danos seriam imputáveis à então Diretora da DIMAP (Armênia Acioli Abikian) e o Diretor da DIATU (Rafael Linhares Ruivo) que teriam gerenciado de forma inadequada os estoques em questão, culminando no descontrole na distribuição de bens de informática classificados como de consumo sem a observância da metodologia usualmente adotada para a requisição, fornecimento e baixa.

Parte dos valores do indicado prejuízo, da ordem de R\$ 32.804,80 (trinta e dois mil e oitocentos e quatro reais e oitenta centavos) foi imputado ao prestador de serviço Alan Emerick Rodrigues, à época, lotado na DIMAP, conforme se verificou em imagens do circuito interno de segurança, instalados após o descobrimento de que bens do estoque estavam desaparecendo (Ação Penal 4531-66.2011.4.01.3400, em curso na 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal).

### Síntese dos Resultados Obtidos

Não se aplica

### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há fatores passíveis de registro.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado do Acre					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC002.741/2012-1	1054/2012-TCU-Plenário	9 9.2	1. RE 2. DE	Mensagem eletrônica/Secoi de 18-04-2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 1ª Região					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
1. Recomendar que conste dos editais de licitação a exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei n. 12.440/2011; 2. Determinar a exigência, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Administrativa					-





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Foi dado conhecimento do Acórdão a todos os setores integrantes da Diretoria do Foro e Secretaria Administrativa que participam dos processos de aquisição de bens/contratação de serviços.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Todos os setores passaram a observar a recomendação do TCU.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não há fatores passíveis de registro.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Justiça Federal – Seção Judiciária do DF					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-002.741/2012-1	91.054/2012-P	9.2	DE	E.mail SECOI/TRF1 14.05.12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região					
Descrição da Deliberação					
Determinar a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem os órgãos e entidades a eles vinculados no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira - NUCAF					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A apresentação da certidão negativa de débitos trabalhista está prevista nas Cláusulas – Das Obrigações da Contratada, Do Pagamento nos contratos firmados pela SJDJ.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Salutar efeito do cumprimento da regra sobre o novo Enunciado 331 da Súmula de Jurisprudência do TST.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A presteza do setor responsável concorreu com a observância do Acórdão e o julgamento favorável das contas desta SJDF.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 852.134/1997-5	37/2012-2ª C e 2018/2003-1ª C	“a” e “b”	DE	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJDF					
Descrição da Deliberação					
julgou ilegal a GADF nos proventos de GLÁUCIA MARIA CRISTÓFORO OLIVEIRA					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. emissão de ficha de concessão 20781814-04-2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	-	Ofício 74/2011-Sefip	-	-	1. Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF1					
Descrição da Deliberação					
Envio do TC -021.149/2006-8 da servidora Aliris Porto Alegre dos Santos e outros					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
MEMO/DILEP/630-07, de 15/02/2012 a SECOI encaminhando o referido TC					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 001.809/2008-0	2760/2011-2ª C	1.2 a 1. 4	DE-	1. e-mail 2. MEMOS/DILEP A SECOI.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJs PA, MG e DF					
Descrição da Deliberação					
1.2 a 1.4 ciência aos beneficiários Ilda Diniz Ruggio, Maria Aparecida Tostes Barbosa, Olívia Maria Hygino Pereira, Francisco Romualdo Ferreira Antônio					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. e-mail Seccionais PA, MG e DF 2. MEMOS/DILEP A SECOI 38/2011 e 05, 06 e 08/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 002.745/2011-90	614/2012-2ª C	-	DE	1. Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF1					
Descrição da Deliberação					
Julgou legal a aposentadoria do servidor Joaquim Jacintho – TRF, determinando ciência do interessado					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. OFÍCIO/DILEP Nº 002, de 20/02/2012 encaminhado Acórdão para ciência do servidor aposentado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 209.620.301-72	Ofício nº SEFIP-D/2582	-	DE	1. Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF1					
Descrição da Deliberação					
Solicita informar natureza do trabalho prestado pela servidora aposentada deste Tribunal TEREZINHA PEREIRA RAMOS MARQUES, informando se houve recolhimento das contribuições previdenciárias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1- MEMO/DILEP 11 A SECOI encaminhando documentos enviados pela DIPAG/TRF, com informações solicitadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 019.700/2003-8	Ofício nº SEFIP-D/2671	-	DE	1. E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJBA					
Descrição da Deliberação					
Solicita esclarecimento da data da posse da aposentada IRENE BITTENCOURT ARAÚJO, cópia do contracheque atual e comprovante de ciência da interessada.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
E-MAIL PARA NUCRE(BA), SELEP (BA), SEPAG(BA) E NUCCI (BA) encaminhando documentos enviados com informações solicitadas					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 011.932/2012-0-	Ofício nº SEFIP-D/3010-3	-	DE-	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJs MG, MA e AP					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicita esclarecimentos: tempo p/ aposentadoria e opção. Mapa e contracheques das aposentadas JONILSE VASCONCELOS DOS REIS, MARIA CRISTINA NUNES FERREIRA e MARIA NAZARÉ DIAS ALVES.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
MEMO/DILEP/630-22, de 16/05/2012 e MEMO/DILEP/630-29, de 24/05/2012 a SECOI encaminhando documentos solicitados.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendimento à determinação do TCU					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há					
Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 006.471/2009-5	Ofício nº SEFIP-D/3004-1	-	DE	1. E-MAIL 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJs RR, MA, PA e DF					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicita documentos e ciência dos aposentados ANGELINA DINÁ MARIA TURCATEL SCHWARZ,, ERVÂNIA CRISTINA TORRES CAMPELO, MARLENE DE PAULA MATHEUS, RAYMUNDO DE JESUS OLIVEIRA e MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA FILHO					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
MEMO/DILEP/630-25, de 17/05/2012 e MEMO/DILEP/630-30, de 24/05/2012 a SECOI encaminhando os documentos requeridos					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendimento à determinação do TCU					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 013.305/2012-3	Ofício nº SEFIP-D/3132-1	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJ MT					
Descrição da Deliberação					
Solicita esclarecimentos e documentos da aposentada Ana Jaeger .					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
MEMO/DILEP/630-31, de 31/05/2012 encaminhando documentos e esclarecimentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 029.509/2010-6-	Ofício nº SEFIP-D/3123	-	DE	1. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJs AC, MG, PA, GO e AC					
Descrição da Deliberação					
Solicita cópias dos mapas de tempo de serviço, cópias de contracheques atuais e do contracheque anterior à aposentadoria (ativo) e cópia do primeiro contracheque após a aposentadoria (inativo) de : BOANERGES NUNES LOBATO, JOÃO RODRIGUES LAGARES, JORGE RIBEIRO, JORZETE DAHER YUNES SALGADO..					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
No dia <u>31/05/2012</u> foi enviado um memorando (MEMO/DILEP/630-35) enviando a DIVEA o mapa e os contracheques dos seguintes interessados: <b>JOÃO RODRIGUES LAGARES, JORGE RIBEIRO E JORZETE DAHER YUNES SALGADO</b> . Ficou faltando o contracheque de <b>BOANERGES NUNES LOBATO</b> até então não enviado pela Seccional do Pará.
No dia <u>04/06/2012</u> foi enviado um memorando (MEMO/DILEP/630-36) enviando a DIVEA o mapa e os contracheque do seguinte interessado: <b>BOANERGES NUNES LOBATO</b>
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Atendimento à determinação do TCU
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não há

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	TC 028.700/2010-4-	Ofício nº SEFIP-D/3080-1	-	DE	1. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJ GO					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicita esclarecimentos quanto:- pagamento de GATS em valor superior- tempo insuficiente para a obtenção de aposentadoria proporcionall do servidor <b>MARCO TÚLIO LÉLIS LIMA CARVALHO - GO</b> .					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
No dia <u>23/05/2012</u> foi enviado um memorando (MEMO/DILEP/630-28) enviando a DIVEA com as considerações referente ao pagamento de GATS e tempo para concessão de aposentadoria do seguinte interessado: <b>MARCO TÚLIO LÉLIS LIMA CARVALHO</b>					
No dia <u>24/05/2012</u> foi enviado um memorando (MEMO/DILEP/630-46) enviando a DIVEA com a ciência do referido servidor					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendimento à determinação do TCU					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 011.167/2012-2	Controle 51495 TCU/SEFIP , 29/05/2012	-	DE	1. Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJs PI, RR, DF, MG e AM.					
Descrição da Deliberação					
Novos atos (fichas de concessão de aposentadoria) dos servidores BOAVENTURA FIGUEIRA MORAES MATOS, JOSÉ ALVES, MIRANDY FERNANDES, RITA LISIETE LOUREDO e VITÓRIA RÉGIA MORAES DE CARVALHO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. Emissão de fichas de concessão de aposentadoria dos interessados acima e envio dos Processos a DIVEA para análise das referidas fichas. 2. MEMO/DILEP/630-45 encaminhado a DIVEA no dia 23/07/2012, encaminhado fichas e prestando esclarecimentos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					





Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 011.414/2012-0	Controle 56195 TCU/SEFIP 29/08/2012	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJDF					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU negando registro a pensão civil de Pedro Alonso Carreira.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. Foi feita informação a fim de instruir o processo, enviado e-mail a seccional para ciência do interessados e nova ficha de concessão de pensão 2. MEMO/DILEP/630-50 encaminhado a DIVEA com os documentos requeridos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					
Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC 011.414/2012-0	5001/2012-1ª C	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJMT					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU negando registro a pensão civil de Cássia Carolina Amaral de Moraes.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. Informação e Apostila, enviado e-mail a seccional para ciência dos interessados e nova ficha de concessão de pensão.					



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

2. MEMO/DILEP/55, encaminhado a DIVEA no dia 03/10/2012					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendimento à determinação do TCU					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	TC016461/2012-6	Acórdão 504/2012- 1ª C	-	DE	3. E-mail 4. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJ DF					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Diligência TCU negando registro as pensões civis de Leticia Natália S. Barbosa e Lorena Natália Barbosa.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
1. Foi feita informação e Apostila , enviado e-mail a seccional para ciência dos interessados e nova ficha de concessão de pensão. 2. MEMO/DILEP/54 encaminhado a DIVEA no dia 03/10/2012					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Atendimento à determinação do TCU					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há					



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 028.436/2012-1	SEFIP-D/4399	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJBA					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU – solicitando doc's comprob. de tempo de serviço averbado como aluno aprendiz do servidor Hildebrando Correia Ferro					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
MEMO/DILEP/66 DIVEA no dia 17/10/2012, encaminhando os documentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	031.797/2012-1	SEFIP-D/4422	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJs GO e MG					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU solicitando documentos comprobatórios de Invalidez, contracheques e memória de cálculo de Déborah Luciene Antônio, Romualdo Antônio, Ruth Maria de Souza Martins.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

MEMO/DILEP/67 e 68 a DIVEA no dia 26/10/2012, encaminhando os documentos comprobatórios solicitados.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Atendimento à determinação do TCU

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não há

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC021.798/2008-1	8756/2012-2ª C	-	DE-	1. E-mail 2. Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJs MA, DF, AM, MT e MG					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU – considerando ilegais os atos de pensão dos instituidores ALICE GOMES BACELAR VIANA, LECY LIMA E ARANTES, SEBASTIÃO PAULO DE MORAES FILHO E JOSÉ CLERTON BEZERRA MOTA e solicitando cessão dos pagamentos decorrentes dos atos impugnados, envio da ciência dos beneficiários da decisão do TCU e emissão de novo ato livre das irregularidades.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
MEMO/DILEP – 630-02, encaminha docs a DIVEA no 10/01/2012.  Apostilas e Atos de cancelamento da concessão de pensão.  Fichas de concessão e cancelamento da pensão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	TC 030.044/2008-1	2875/2012-P	-	DE	1. E-mail 2. Memo
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SJ AP					
Descrição da Deliberação					
Diligência TCU considerando ilegais a concessão de pensão aos menores sob guarda da instituidora Oníria Nery Cardoso - Tássia de Cássia Nery Cardoso e Mathews Sales Pereira .					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
1. e-mail para Seccional do Amapá solicitando ciência e suspensão do pagamento dos menores. 2. Memo/DILEP/77 encaminhando ciência do menores. 3. Parecer/Apostila.  4- Nova Ficha ao TCU excluindo os menores					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					



## 10.2. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/93

### 10.2.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro 63 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	418	418	418
	Entregaram a DBR	278	278	278
	Não cumpriram a obrigação	140	140	140
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1146	1146	1146
	Entregaram a DBR	1146	1146	1146
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

### 10.2.2. ANÁLISE CRÍTICA

A SECRE recebeu as Declarações IR 2011/2012, de todos os servidores ocupantes de FC/CJ, naquele exercício, tendo o documento sido enviado por meio eletrônico e, em casos excepcionais de dificuldades para o envio eletrônico, foram recebidas declarações por meio físico. Dessa maneira não ocorreram pendências no ano de 2011.



### 10.3. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV

DECLARAÇÃO	
<b>Denominação Completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	090027
<p>Eu, <b>Luiz Maurício Penna da Costa</b>, CPF n. 109.315.622-87, Diretor da Secretaria de Administração, em exercício no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, declaro aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 9/8/2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Na UJ não foram formalizados convênios ou instrumentos congêneres passíveis de registro no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.</p> <p>Brasília(DF), 26 de março de 2013.</p> <p><b>LUIZ MAURÍCIO PENNA DA COSTA</b> CPF: 109.315.622-87 Diretor da Secretaria de Administração Tribunal Regional da 1.ª Região</p>	



## **11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

#### **11.1.1. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

Em relação à adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impende registrar que esta UJ está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 de forma parcial. A implantação integral das referidas normas depende necessariamente de adaptações de rotinas no sistema de gerenciamento de material e patrimônio (SICAM), ainda pendentes de desenvolvimento pela área técnica responsável da Secretaria de Tecnologia da Informação - SECIN.

Até o momento, as alterações realizadas permitiram o cálculo das depreciações, a partir de 2010, e o lançamento de valores no SIAFI. Registre-se que já é possível a reavaliação/redução de valores dos bens recebidos por meio de cessões e doações no exercício, de acordo com cada caso, todavia, o sistema ainda não calcula a depreciação dos bens anteriores a 2010, apresentando, ainda, algumas inconsistências.

Cumpra esclarecer que a questão atinente à NBC T 16.10 é objeto do Processo Administrativo n.º 9.401/2009, por meio do qual a Divisão de Material e Patrimônio do TRF1 – DIMAP – deu início às tratativas necessárias à rápida implantação da metodologia contábil nos registros desta UJ. Tal processo, entretanto, não foi relacionado como prioritário por parte da SECIN. O referido processo administrativo conta, atualmente, com três volumes, com vasta produção de documentos esparsos, tais como atas de reunião, que demonstram a busca por uma solução até o momento não possível de implementação.

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos ativos e para o cálculo de depreciação, amortização e exaustão é aquela padronizada pela Macrofunção 02.03.30 do Manual do SIAFI editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Por último, vale consignar que até o momento não foi possível mensurar, dado estar ainda em implantação, o real impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.





### 11.1.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>Denominação Completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Tribunal Regional Federal da Primeira Região		090027, 090032 e 090049	
<p>Declaramos que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local:</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data:</b>	<b>11/3/2013</b>
<b>Brasília – DF</b>	ALDENES ALMEIDA MACHADO	<b>CRC</b>	DF-006221/O-8
	LILIANA MIRANDA DA SILVA LIMA	<b>CRC</b>	DF-009594/O-1
	SÍLVIA FLORA NOGUEIRA DA GAMA	<b>CRC</b>	DF-022646/O-8
	MARIA HELENA GOMES	<b>CRC</b>	DF-008427/O-1
<p>Nota: Respondem pelas Seções Judiciárias os contadores cadastrados nas tabelas das UGs 090002/JFAM, 090003/JFPA, 090004/JFMA, 090005/JFPI, 090012/JFBA, 090013/JFMG, 090021/JFMT, 090022/JFGO, 090023/JFDF, 090024/JFAC, 090025/JFRO, 090037/JFAP, 090038/JFTO, 090039/JFRR, tendo em vista a existência de Setoriais Contábeis em cada uma das Unidades.</p>			



## **CONCLUSÃO**

Em cumprimento aos arts. 6.º e 7.º da Lei 8.443, de 16/7/1992, à Instrução Normativa TCU 63, de 1º/9/2010 e à Decisão Normativa TCU 119, de 18/1/2012, 121 de 13/6/2012 combinadas com a Portaria TCU 123, de 12/5/2011, o presente relatório contém a análise circunstanciada das atividades desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região, no exercício de 2012.

Em 2012, o TRF/1.ª Região e as Seções Judiciárias foram contempladas com créditos orçamentários de R\$ 2.125.612.360,00. A este valor foram acrescidos os destaques recebidos de R\$ 31.805,94 e reduzidos os valores do contingenciamento de R\$ 11.773.374,00 e do crédito bloqueado pela SOF de R\$ 42.343.232,00, perfazendo assim uma dotação disponível de R\$ 2.071.527.559,94. Não consta deste valor a dotação para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor e respectiva contribuição patronal). Além dos créditos consignados nas Leis Orçamentárias e suas alterações, foram utilizados recursos provenientes de contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, sem transferência financeira, ou seja, mediante pagamento direto das despesas pelas instituições bancárias.

Do montante autorizado, foram empenhados R\$ 2.051.027.428,52, atingindo o percentual de 99,01% de execução da dotação orçamentária do exercício.

A execução poderia ter sido ainda melhor, caso o Congresso Nacional tivesse aprovado dois projetos de lei que remanejariam parte dos créditos que vieram a sobrar para ações com execução garantida e de interesse da Justiça da 1ª Região e caso o cancelamento da licitação da obra de Roraima tivesse ocorrido em um período em que fosse possível o remanejamento da dotação, de acordo com a legislação.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com apoio de suas Secretarias e Seccionais, pautado em diretrizes da Presidência, tem enviado esforços para empregar o orçamento de forma satisfatória e com a devida austeridade que se requer com a administração dos recursos públicos, de forma a cumprir a missão institucional de prover a sociedade da prestação jurisdicional célere e efetiva.

Diversas ações realizadas no exercício de 2012, no TRF/1.ª Região e nas Seccionais contribuíram para a melhoria das condições logísticas e de recursos humanos, refletindo diretamente na prestação jurisdicional.

No ano de 2012, em cumprimento à Resolução 102, de 14/4/2010 do Conselho da Justiça Federal, que dispôs sobre a localização das 230 varas federais criadas pela Lei 12.011, de 4/8/2009, as áreas administrativas concentraram esforços nas seguintes ações: continuidade do processo de interiorização da Justiça Federal da 1ª Região, instalando mais 19 varas, autorizadas pela Resolução Presi/Cenag 24 de 15/12/2011; concretização de melhorias nas instalações físicas do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias; prosseguimento nos concursos públicos para provimento dos cargos de juízes federais substitutos (homologado pela Corte Especial em 13/12/2012) e para formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Tribunal e da Justiça Federal de 1.º Grau, objetivando auxiliar, nas varas instaladas, a prestação jurisdicional.

Desde 2009, há o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário que visa melhoria na prestação jurisdicional e na gestão dos Tribunais, investindo, para tanto, na



modernização do Judiciário com suas Metas de Nivelamento, anualmente, aprovadas pelos Presidentes dos Tribunais, conforme a Resolução CNJ 70/2009. Para o ano de 2012, foram definidas no V Encontro Nacional do Judiciário, cinco metas nacionais do Poder Judiciário e duas específicas da Justiça Federal. Dentre elas, apenas a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que distribuídos em 2012) teve 91,25% de seu cumprimento. Já as demais, superaram e muito os alvos estabelecidos.

Na área judiciária, ainda no ano de 2012, foi dada continuidade aos trabalhos visando à maior celeridade na tramitação processual com a participação da Primeira Região, entre outras, nos mutirões de conciliação e de julgamento nas diversas unidades federativas.

Os números da conciliação na 1ª Região crescem ano a ano e evidenciam que a cultura conciliatória está consolidada na Justiça Federal. Em 2012, mais uma vez o TRF 1ª Região recebeu o prêmio Conciliar é Legal, pelo maior número de acordos realizados (mais de 95 mil acordos homologados no SistCon), envolvendo o Sistema Financeiro Habitacional, servidores públicos em ações coletivas, execuções de conselhos profissionais, contratos com a Caixa Econômica Federal, danos morais, ações civis públicas e outras.

Neste particular, em cumprimento à Meta 4, houve a instalação do Núcleo de Cooperação Judiciária com a figura do juiz de Cooperação, para viabilizar a implantação da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, nos termos da recomendação CNJ 38, de 03/11/2011, garantindo a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes.

Vale destacar que, enquanto a Meta 11 (específica da Justiça Federal) estipulava gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotina) em 50% das Turmas Recursais, o Tribunal implantou o monitoramento de processos em todas as Turmas Recursais existentes (16).

Ainda no que tange às Turmas Recursais, com a Lei 12.665/2012, a qual cria cargos de juiz federal e estrutura permanente para as Turmas Recursais, foram encaminhadas ao CJF as estimativas das despesas com instalação e manutenção das novas turmas em funcionamento. Mas, o orçamento de 2013 não contempla o valor dessas despesas. Espera-se, contudo, que parte da reserva existente no CJF seja utilizada para estruturar as turmas já autorizadas.

Na área de informática, além da contínua modernização dos equipamentos, foi implantado sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento via internet, cumprindo a Meta 5 do CNJ. Bem como, houve a implantação do novo portal do TRF 1ª Região e das seções judiciárias, com interface moderna, padrões atuais de usabilidade e acessibilidade, garantindo soluções tecnológicas efetivas.

Por todo o exposto, conclui-se que a Justiça Federal da Primeira Região desenvolveu ações alinhadas no planejamento estratégico, voltadas para a excelência dos serviços prestados à sociedade, consoante os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual, as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os créditos contemplados na Lei Orçamentária Anual, observando, ainda, os limites e parâmetros definidos para a execução da despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Brasília, 25 de março de 2013

**LUIZ MAURICIO PENNA DA COSTA**

Diretor da Secretaria de Administração



**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

**ROBERTO ELIAS CAVALCANTE**  
Diretor-Geral da Secretaria



## **ANEXO I – LISTA DE GESTORES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CONSOLIDADAS**

<b>UJ</b>	<b>Diretores de Foro</b>	<b>Diretores de Secretarias Administrativas</b>
090002/JFAM	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	Edson Souza e Silva
090003/JFPA	Ruy Dias de Souza Filho	Jose Luiz Miranda Rodrigues
090004/JFMA	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	Celia Silva Faria
090005/JFPI	Francisco Hélio Camelo Ferreira	Edvaldo Rodrigues da Silva
090012/JFBA	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	Sandra Barco Nogueira
090013/JFMG	Guilherme Mendonça Doehler	Geraldo Caixeta de Oliveira
090021/JFMT	Paulo César Alves Sodré	Maria Cecília Silva da Costa Custódio
090022/JFGO	Mark Yshida Brandão	Clecio Bezerra Nunes Jr.
090023/JDFD	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Erico de Souza Santos
090024/JFAC	Régis de Souza Araújo <sup>1</sup>	José Alves de Albuquerque
090025/JFRO	Alexandre Ferreira Infante Vieira	Waldirney Guimarães de Rezende
090037/JFAP	Fabiano Verli	José James Dias Coelho
090038/JFTO	Denise Dias Dutra Drumond	Ricardo Antônio Nogueira Pereira
090039/JFRR	Valter Leonel Coelho Seixas	Luiza Cristina Firmino de Freitas

# ANEXO II – ORGANOGRAMAS



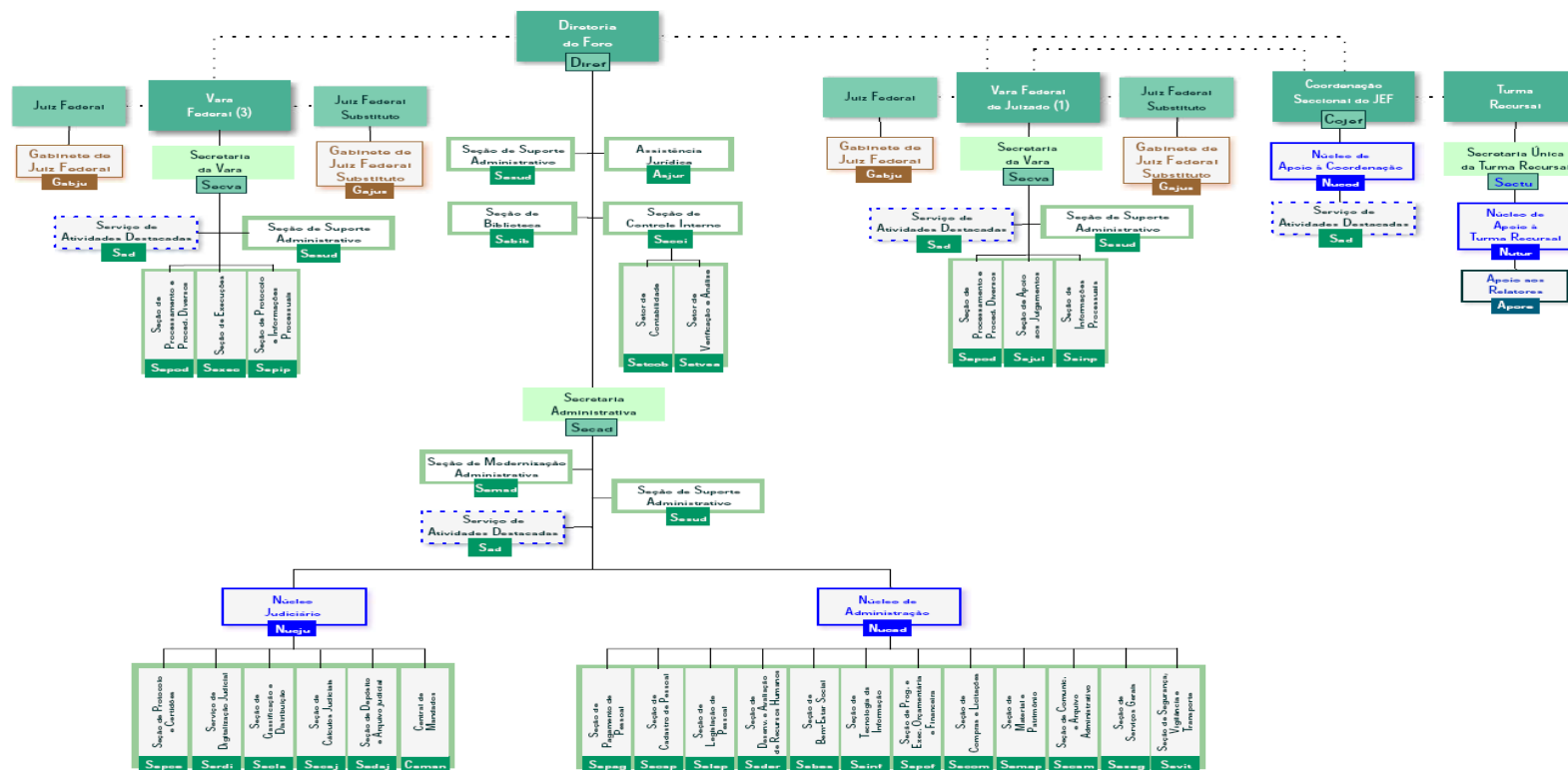
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
-.-.-	Virtual
Quantidade de Varas	
Rio Branco	4
Total	4

Padrão 2





**Poder Judiciário**  
**Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**



# SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

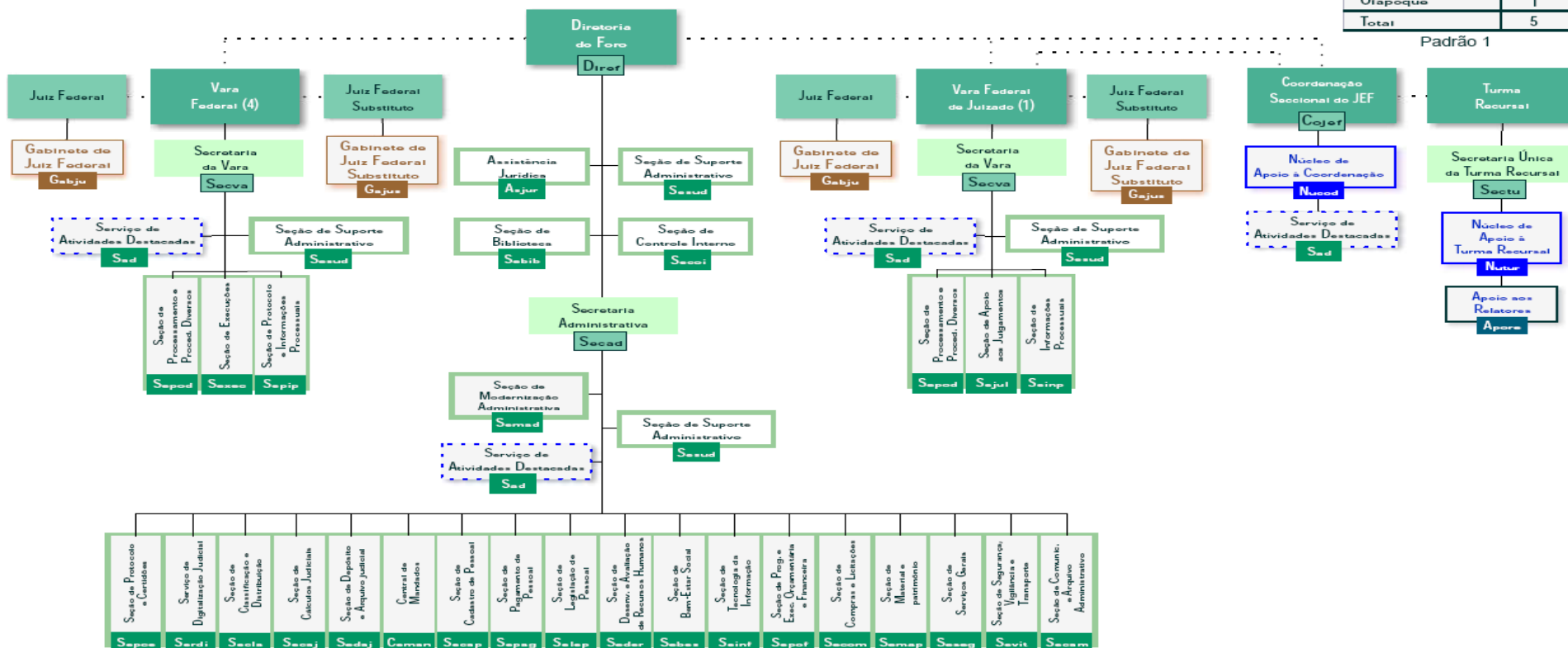
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Legenda	
-----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual

Quantidade de Varas	
Laranjal do Jari	1
Macapá	3
Oiapoque	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

Padrão 1











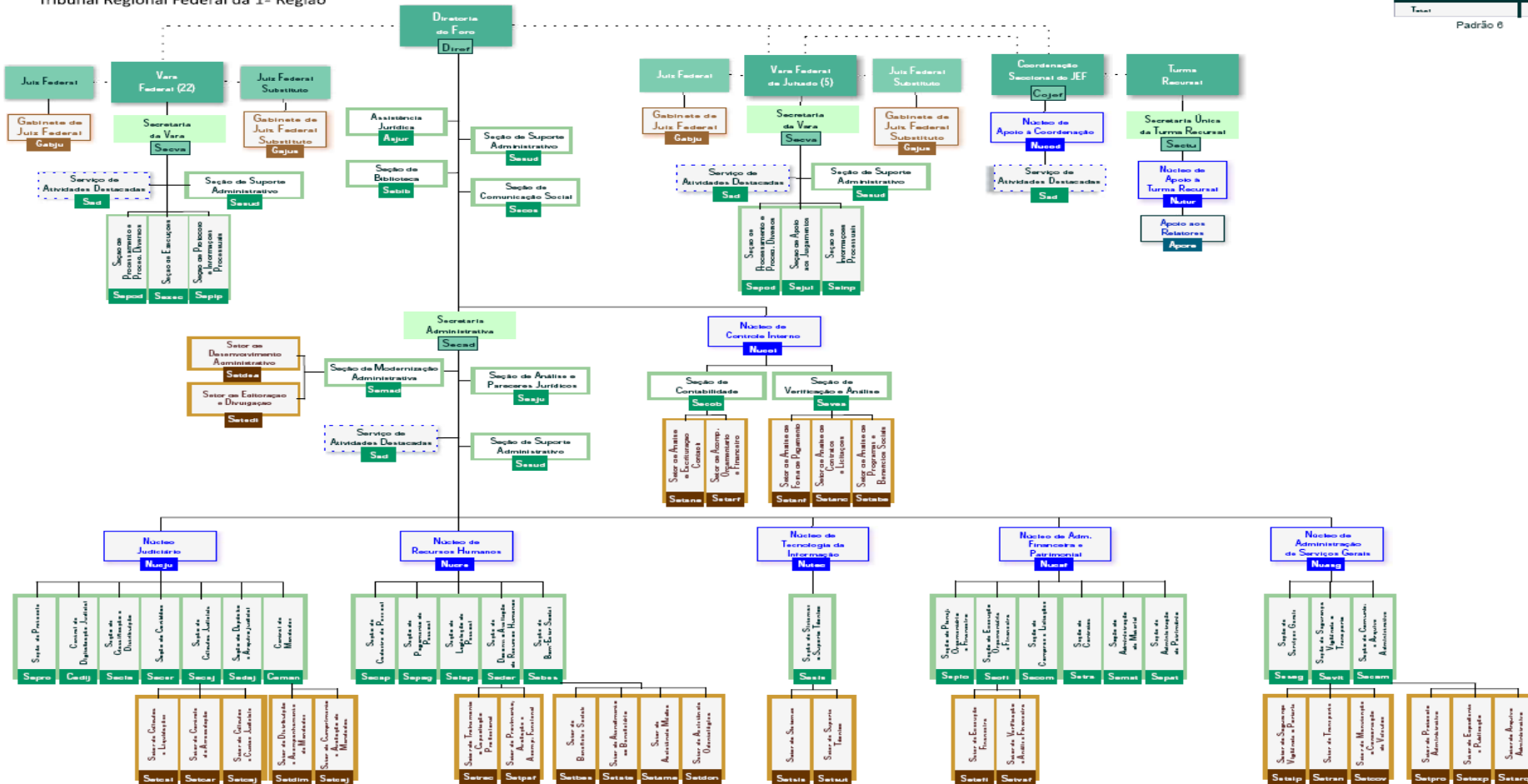
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Canag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
-----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual
Quantidade de Varas	
Distrito Federal	27
Total	27

Padrão 6







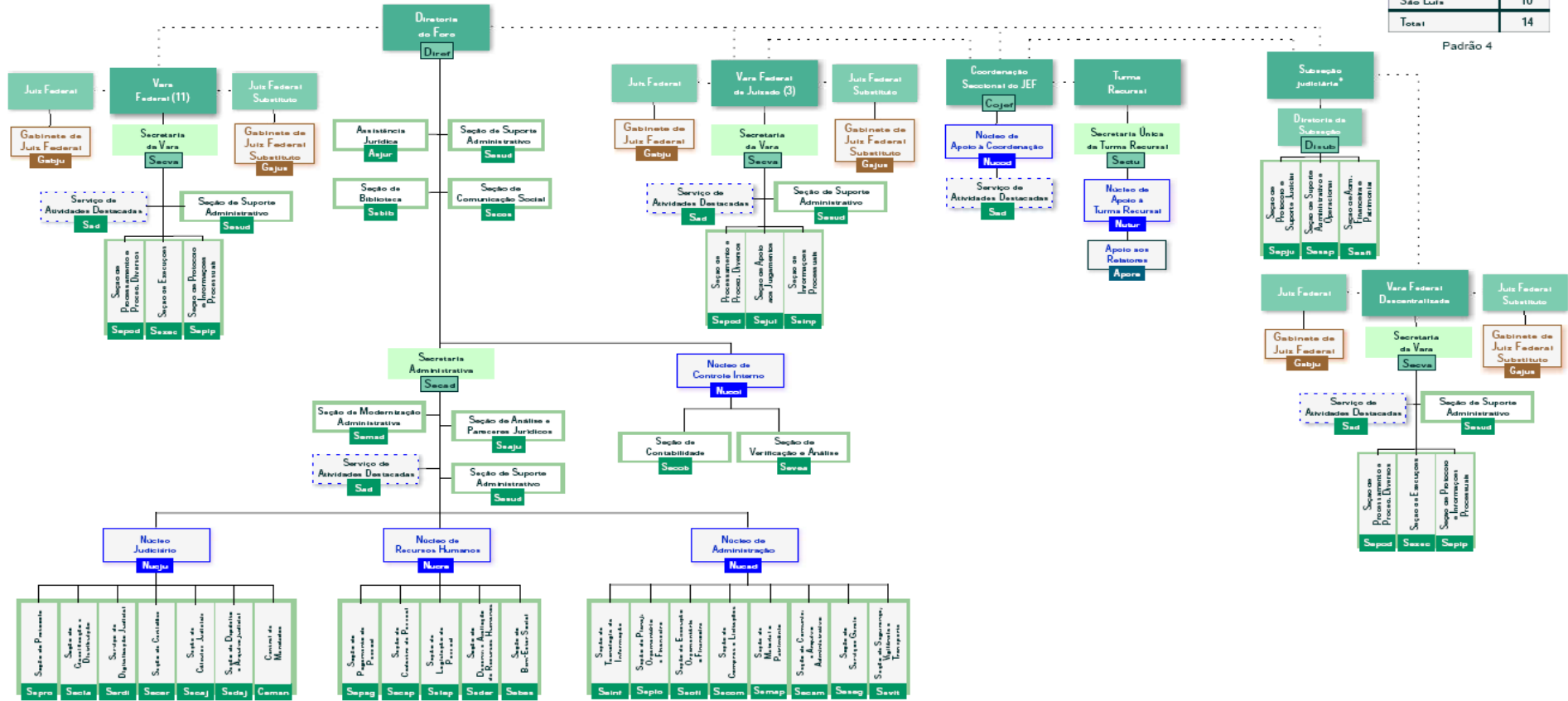
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
.....	Vinculação esta subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual
Quantidade de Varas	
Bacabat	1
Caxias	1
Imperatriz	2
São Luís	10
<b>Total</b>	<b>14</b>

Padrão 4





# SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO

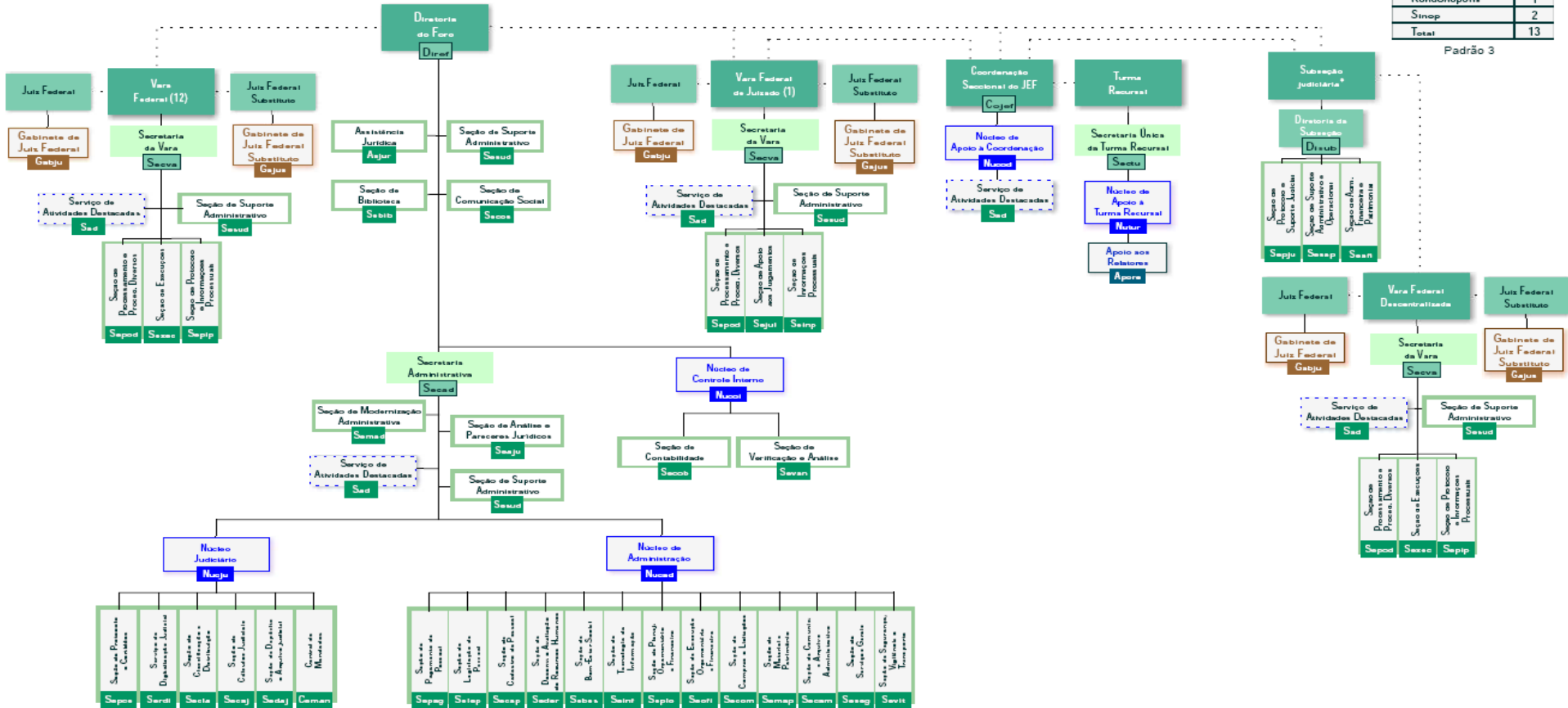
Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Conag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
-----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual

Quantidade de Varas	
Barra do Garças	1
Caceres	1
Cuiabá	7
Diamantino	1
Rondonópolis	1
Sinop	2
<b>Total</b>	<b>13</b>

Padrão 3











JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ

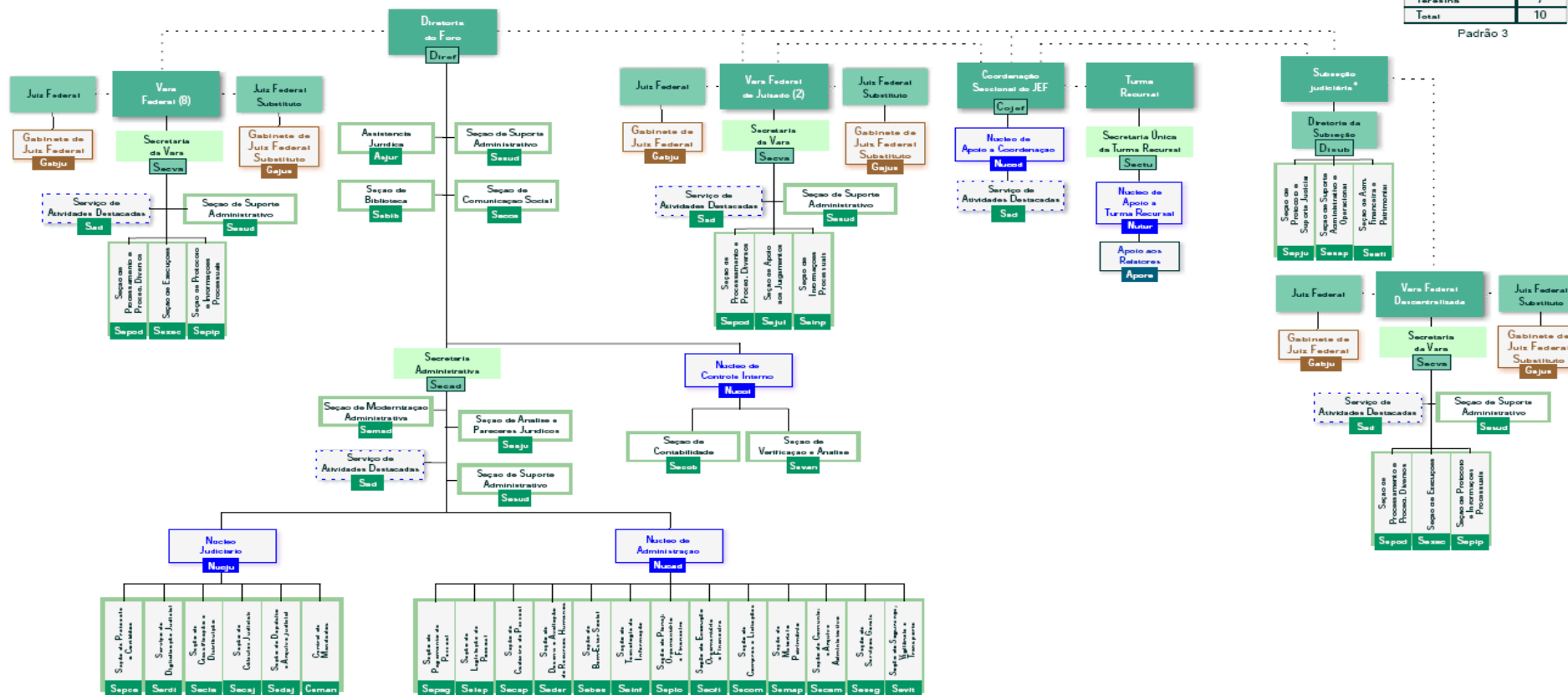
Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08 de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22 de 03/11/2010.

Legenda	
-----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual

Quantidade de Varas	
Floriano	1
Parnaíba	1
Picos	1
Teresina	7
<b>Total</b>	<b>10</b>

Padrão 3





# SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

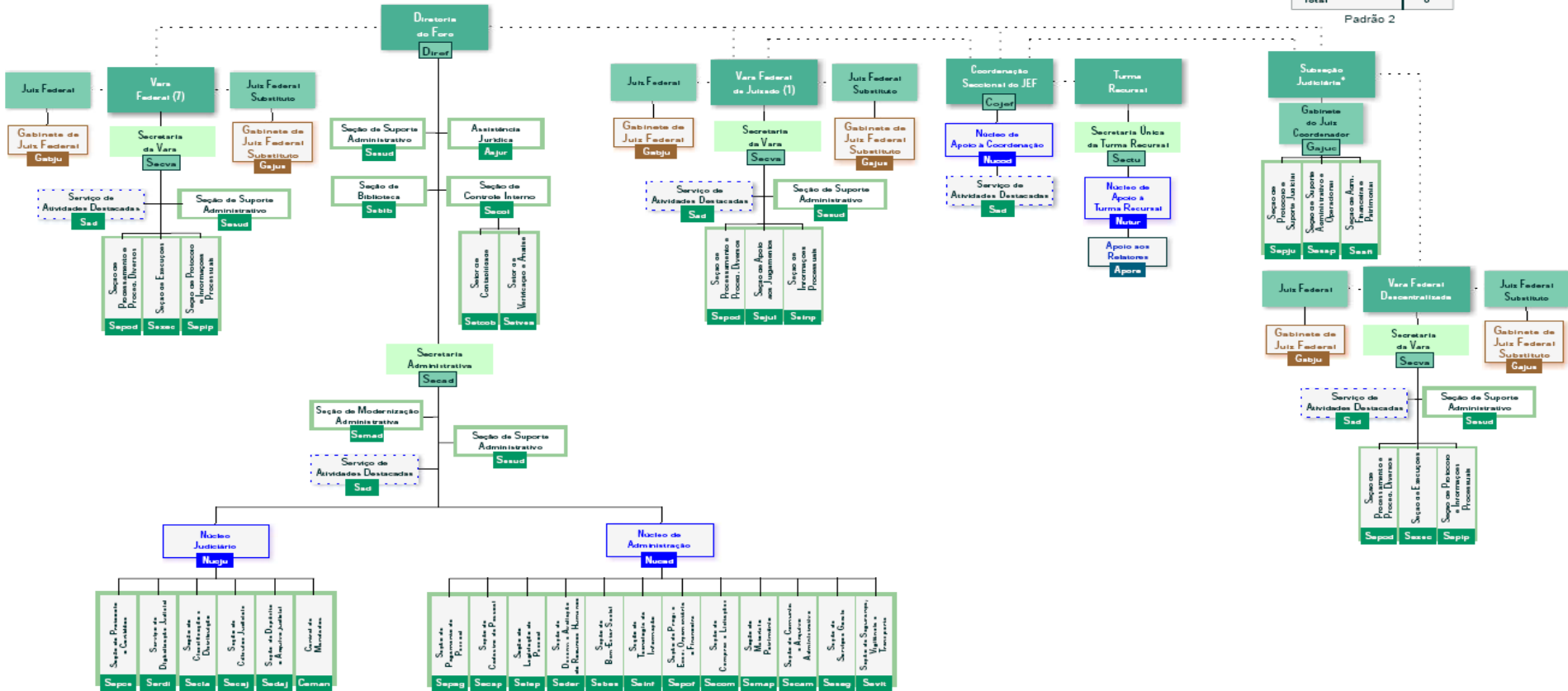
Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
----	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
- - - -	Virtual

Quantidade de Varas	
Gujara-Mirim	1
Jr-Paraná	2
Porto Velho	5
Total	8

Padrão 2





# SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

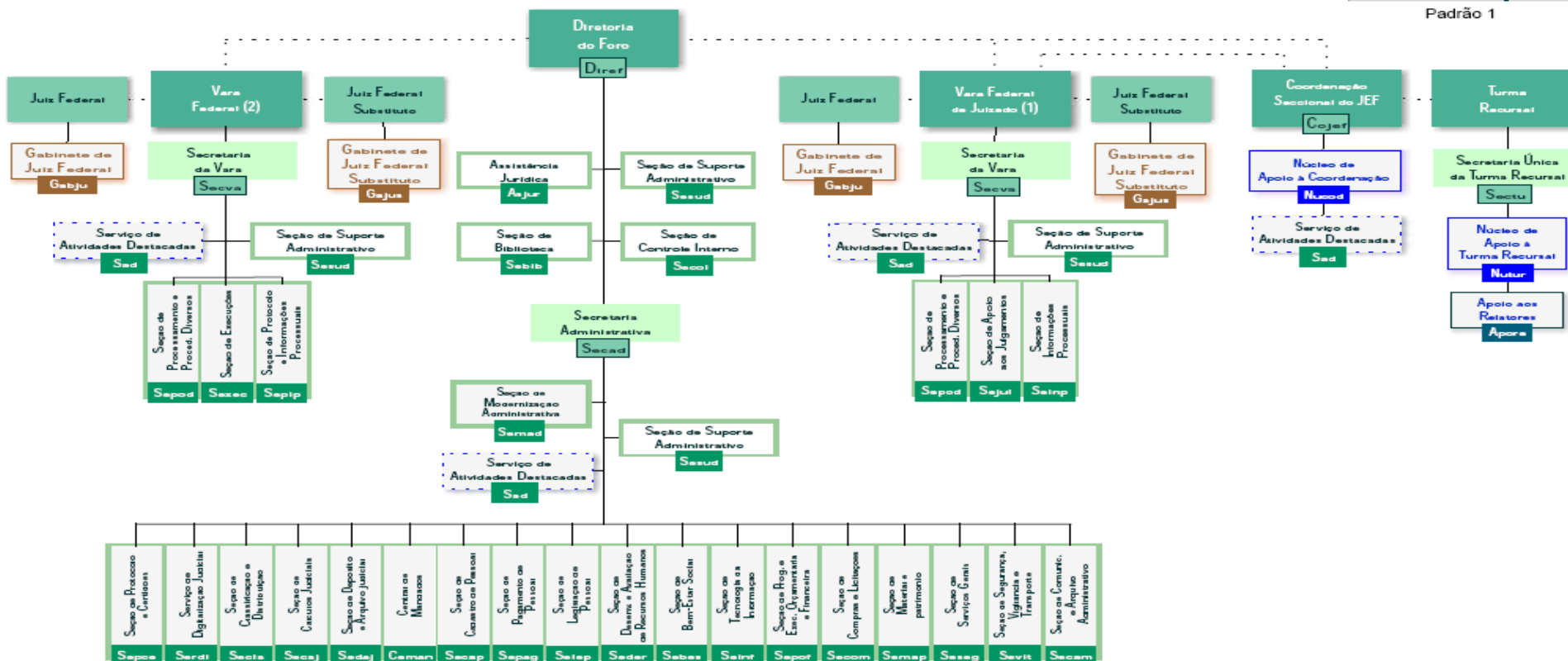
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Legenda	
---	Vinculação não subordinativa
----	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
- - - -	Virtual

Quantidade de Varas	
Boa Vista	3
Total	3

Padrão 1





JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS

Estrutura aprovada pela Resolução/PRESI 600-08, de 13/03/2009. Resolução Presi/Cenag 22, de 03/11/2010.

Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
-----	Subordinação hierárquica
-----	Virtual

Quantidade de Varas	
Araguatina	1
Grupi	1
Palmas	3
Total	5

Padrão 1

